

O colonialismo português

- novos rumos da historiografia dos PALOP

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e
Instituto de Investigação Científica Tropical (Coordenação)

COLEÇÃO
ESTUDOS
AFRICANOS



O colonialismo português
- novos rumos da historiografia dos PALOP

O COLONIALISMO PORTUGUÊS –
novos rumos da historiografia dos PALOP

Coordenação: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e
Instituto de Investigação Científica Tropical

Direcção gráfica: António Modesto

Foto da capa: A passagem do Rio Corubal. Guiné. Documentário fotográfico
da viagem à Guiné do Ministro das Colónias, 1941.
IICT – Álbum fotográfico, CEHU, n.º 6, ft. 86.

© Edições Húmus, Lda., 2013

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão - V.N. Famalicão

Telef. 252 301 382

Fax: 252 317 555

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2013

Depósito legal: 365812/13

ISBN 978-989-755-017-1

A edição desta obra teve o apoio de:

**Centro de Estudos Africanos
da Universidade do Porto e
Instituto de Investigação
Científica Tropical
(Coordenação)**

**O colonialismo
português
– novos rumos da
historiografia dos
PALOP**

húmus

Apresentação

A história das relações coloniais portuguesas com África, nos séculos XIX e XX, conheceu nos últimos anos um desenvolvimento assinalável com a publicação de um conjunto considerável de documentos e obras que revelam novas perspectivas de investigação.

Os estudos produzidos versam temas tão vastos e distintos quanto a história da cultura e da ciência no mundo tropical, dos saberes e das práticas tradicionais e da sua importância no quadro das sociedades africanas, da biodiversidade e da gestão sustentável, ou das experiências de ciência europeia em África.

Refletindo em simultâneo os debates intensos sobre as memórias da escravidão, a escravatura, o abolicionismo e o trabalho forçado, a polémica a propósito do tráfico de escravos no Índico e nos «mundos árabes», a investigação que tem vindo a ser feito nos últimos anos, enquadra ainda o estudo das línguas e dos fenómenos de criouliização, os novos ensaios e interrogações sobre as resistências africanas ao domínio colonial e sobre os processos de descolonização.

A produção deste conjunto de obras científicas, filosóficas e literárias, coloca inúmeras questões que, no essencial, vão ao encontro das preocupações das atuais sociedades africanas de expressão portuguesa.

Neste contexto, em 2011, reuniram-se no Instituto de Investigação Científica Tropical, investigadores do Centro de História do IICT, do Harriet Tubman Institute da York University, Toronto (Canadá) e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, no Seminário *Novos Rumos na Historiografia dos PALOP*, proporcionando um espaço de discussão em torno destas temáticas, dando a conhecer algumas linhas de investigação que, no âmbito da História e das Ciências sociais dos PALOP, está a ser produzida.

Os textos que agora se publicam resultam em boa parte da reflexão que foi possível fazer durante esse Seminário, expressando uma abordagem mais global e transversal aos diferentes temas tratados.

Ana Cristina Roque e Maria Manuel Torrão

Parte I

O Colonialismo na África Portuguesa - Práticas Políticas

Um contributo esquecido e uma escala espacial adequada: o Judaísmo na construção da Guiné do Cabo Verde no contexto do Mundo Atlântico (século XVII)

JOSÉ DA SILVA HORTA*

PETER MARK**

Esta comunicação resulta de uma investigação conjunta, desde 2003, que deu, recentemente, origem à publicação do livro *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World* (Mark e Horta, 2011). É óbvio que o título da comunicação é em boa medida inspirado no título do próprio livro. Os tópicos que se seguem baseiam-se nos resultados desse trabalho que nos suscitaram algumas reflexões e sublinhados no âmbito da temática historiográfica deste colóquio que pretende traçar/mostrar novos rumos de investigação. Desnecessário seria avisar o leitor de que, na nossa contribuição, estes rumos não têm que ver directamente com os PALOP, nem como um conceito de “África Portuguesa” colonial. O contexto é anterior, bem contrastante com estes tópicos. Mesmo “imperial” o será apenas indirectamente no sentido em que a problemática se centrou em explicar um processo que contornou as malhas do império português e que tornou premente considerar outro contexto mais abrangente.

1. Contribuiu para a nossa investigação a reflexão feita no âmbito do projecto em que ela se integrou liderado por Eduardo Costa Dias (a quem

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
joses.horta@gmail.com

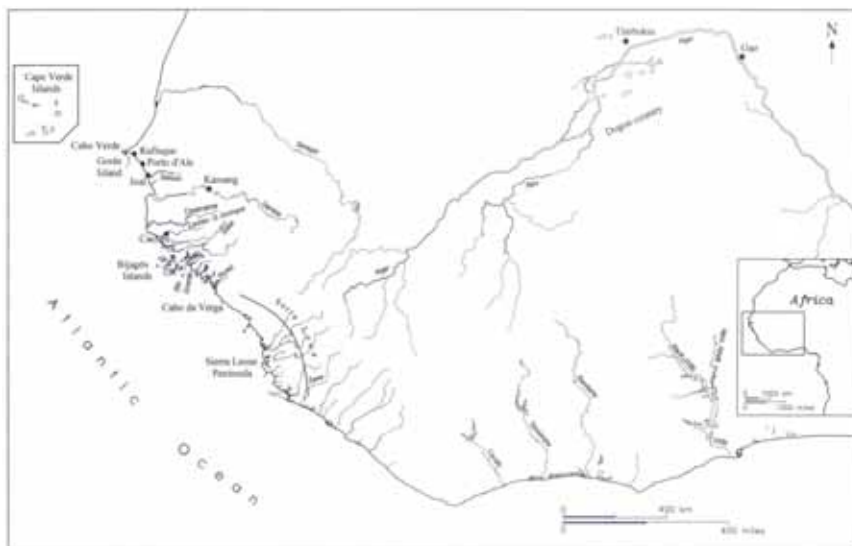
** Wesleyan University.
pmark@wesleyan.edu

somos devedores do diálogo e da partilha materializados na escrita)¹. Projecto em que nos interrogámos sobre a operatoriedade de um determinado conceito espacial, *Senegâmbia*, para uma abordagem histórico-sociológica (sobretudo na discussão dos modelos de sociedade e de sociabilidade) e, podemos acrescentar, histórico-antropológica (nomeadamente na problematização da construção identitária). Esta nota não é central no livro, mas constituiu um pressuposto na definição do nosso objecto e importa para um ponto prévio que nos foi suscitado pela própria formulação do tema deste colóquio:

Qual é a escala espacial que se escolhe para trabalhar, necessariamente o espaço associado a um PALOP? No nosso caso, a Guiné Bissau ou mesmo a *Guinea-Bissau region* como se lê comumente na historiografia e num dos mapas do nosso próprio livro? Por um lado, sim: por exemplo, no início do século XVII havia uma ligação estreita entre Cacheu e o espaço político-mercantil de Bussis (na ilha do mesmo nome, actual Pecixe), que era porventura o seu principal fornecedor de escravos e consumidor de muitas outras mercadorias (Hawthorne, 2003: 107 e ss., Mark e Horta, 2011: 37 e ss.); também mais a sul com os espaços políticos Biafadas, mais tarde fortemente com Bissau; para o interior os eixos Cacheu-Farim e Bissau-Geba articularam-se, quando não se puderam sobrepor, aos eixos mercantis mandé, etc. Por outro lado não, se nos restringirmos a essa “região” um tanto artificialmente definida a partir de um olhar retrospectivo da história contemporânea da África Ocidental e que tende a formatar a definição do objecto historiográfico. A resposta tornará a ser positiva desde que as ligações acima esboçadas sejam pensadas num contexto espacial mais alargado, aquele que fazia sentido para as sociedades africanas nas suas formas de organização do/no espaço e em cujas redes os comerciantes luso-africanos e, num segundo momento, euro-africanos em geral se integraram: a *Grande Senegâmbia* ou *Greater Senegambia*, a *Grande Sénégalie* de Boubacar Barry (1988, 1990), mesmo mais estendida a sul englobando a Serra Leoa (Mark e Horta, 2007, Dias e Horta, 2007) (Mapa 1).

1 Projecto FCT “Senegâmbia: da crítica de um ícone histórico-sociológico à reavaliação de um objecto de estudo” (POCI/AFR/61152/2004).

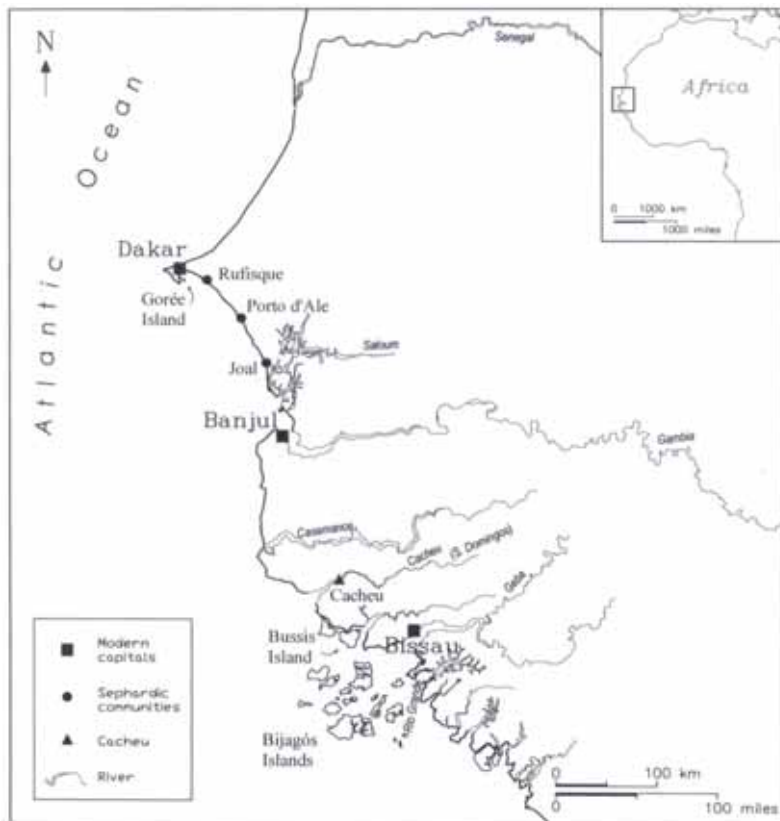
Mapa 1 – Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano



É assim, por exemplo, que os comerciantes judeus, de que falaremos adiante, que estavam sediados no actual Norte do Senegal, mais precisamente na chamada *Petite Côte* (Mapa 2) e actuavam fortemente no Rio Gâmbia, tinham estreitas articulações com Cacheu; mesmo que, nessa época, nas primeiras décadas do século XVII, a influência dos mercados cabo-verdianos e dos agentes directos ou indirectos da Coroa portuguesa diminuísse a olhos vistos nessa secção setentrional da costa e rios face a outros protagonistas (portugueses conectados com os portos das Províncias Unidas e holandeses seus parceiros).

De igual modo, dessa Senegâmbia setentrional e Cacheu as ligações marítimas e terrestres até à Serra Leoa eram cruciais, por mar, rios e por terra, nos últimos integradas por uma ampla rede mercantil mandé que fazia a ligação com o Futa Jalon (Mapa 3). Problemática que constitui um rumo historiográfico herdado dos mestres e que permanece fecundo (Mota, 1981, Brooks, 1993a, 1993b, 1993c). *Grande Senegâmbia*, conceito cuja unidade

Mapa 2 – As comunidades sefarditas da Petite Côte e as regiões de Cacheu e do Rio Grande



especial (que tinha também contornos políticos reais ou simbólicos) era compreendida nos termos da época, denominando-a os meios luso-africanos por Guiné do Cabo Verde, e aqui temos uma categoria de representação do espaço própria de uma época (Horta, 2002, 2011) que, trabalhada, pode ser simultaneamente um conceito operatório para o historiador, como cremos que terá sido já nos trabalhos pioneiros de Teixeira da Mota (1951) ou ainda de Jean Boulègue que a usou como equivalente ao conceito de Guiné

Mapa 3 – Mapa político da Senegâmbia setentrional e a região da Guiné-Bissau no século XVII



Ocidental (1988). Noutro lugar, na sequência de Barry, já desenvolvemos, com Eduardo Costa Dias, as dinâmicas desta meta-região o que nos levaria muito longe e não são o tema central do nosso artigo. Esta perspectiva de história regional, também na senda de Barry, foi alvo da reflexão da historiografia senegalesa através das penas de Mamadou Fall (1996-1998) ou Ibrahima Thioub (2000) criticando uma excessiva centração do foco dos historiadores da Escola de Dakar na reconstituição do papel dos estados

e das elites conquistadoras em detrimento das formas de organização dos espaços que escapam ao domínio do político. Vai neste sentido a preferência pelo conceito de frente (*front*) ao invés de fronteira, já perfilhada por Barry.

Por sua vez, é necessário compreender a articulação no seio de espaços mais alargados e integradores como o Noroeste Africano, e as conexões com o Magrebe, caminho fundamental para explicar a história da região. A nossa investigação foi profundamente marcada pela procura dessas conexões na reconstituição das actividades dos comerciantes e tratos que abordámos, nomeadamente nos eixos do comércio de armas brancas. Esta questão da escala espacial extravasa os mundos africanos implicando escalas mais abrangentes em que cada vez mais é necessário situar as sínteses históricas actuais, como é o caso do Mundo Atlântico.

Até muito recentemente o papel pioneiro desempenhado pela Guiné do Cabo Verde/Grande Senegâmbia na construção do Mundo Atlântico foi contornado e desvalorizado por contraste com o protagonismo nesse processo conferido a outros espaços africanos como o golfo da Guiné e a África Central Ocidental. Referimo-nos, no último caso, sobretudo a John Thornton e Linda Heywood (2007) que reivindicam a criação de uma “cultura crioula atlântica” originária daquela região. *The Forgotten Diaspora* insere-se num conjunto de contribuições que invertem esta tendência. Veja-se, como exemplos, Linda Newson e Susie Minchin (2007), António de Almeida Mendes (2008), Walter Hawthorne (2010) ou Toby Green (2011) que valorizam, para épocas e regiões diferentes os laços mercantis e (ou) culturais entre a *Upper Guinea Coast* e o Atlântico polarizados pelo tráfico de escravos. Foram antecidos pelo esclarecimento dessas pontes entre o arquipélago de Cabo Verde e os Rios de Guiné na *História Geral de Cabo Verde* (Albuquerque e Santos, eds., 1991, e Santos, coord. 1995), incluindo, por exemplo, a reconstituição e evolução das rotas comerciais entre a Guiné, a ilha de Santiago, a Península Ibérica e as Índias de Castela (Torrão, 1991, 1995; ver também Ventura, 1998) ou o decorrente encontro de religiões nas ilhas (Santos e Soares, 1995). Ora, a vasta área da Grande Senegâmbia não só se abriu profundamente aos mercados ocidentais como respondeu plenamente aos desafios que essa abertura implicou, a qual não se ateu ao tráfico de escravos. Parte dessa resposta

foi a conhecida integração de mediadores mercantis e culturais de origem sobretudo portuguesa e luso-descendente nos sistemas e modelos de relacionamento africanos preexistentes, sublinhe-se, com adaptações que seguiam as regras locais, nomeadamente nos processos de socialização e de construção identitária. As sociedades senegambianas eram caracterizadas por identidades flexíveis e contextualmente determinadas, não apenas da dimensão étnica como em particular na esfera religiosa (não esquecer a importância crescente do nexó comércio/Islão no mundo caravaneiro). Gostaríamos de lembrar que esses processos de interacção cultural e identitária na Senegâmbia entre europeus, africanos e euro-africanos foram pioneiros na História do Atlântico, e as ligações permanentes que ao longo do século XVI se estabeleceram entre a Guiné do Cabo Verde e a América espanhola, mais tarde com o Brasil, só nos podem levar a pensar na importância que essa experiência terá tido nas diferentes margens do Oceano, enquanto laboratório de contacto intercultural desde meados do século XV, e na criação de novos modelos identitários na bacia do Atlântico, antes, portanto, dos novos nexos do centro-oeste africano.

2. Numa primeira fase, até à segunda metade do século XVI, o arquipélago de Cabo Verde, antes de mais a ilha de Santiago, assumiu uma função crucial e quase única na construção dessa mediação entre diferentes culturas, estabelecendo laços profundos com o continente fronteiro e viabilizando, internamente, um *trânsito de experiências* (Santos *et alia*, 2001: 71), um trânsito cultural. Cabo Verde fez parte de *um mundo cabo-verdiano-guineense* (Horta, 2000 e 2011) no seio do qual se mantiveram relações estreitas entre a comunidade mercantil das ilhas e o meio dos lançados e luso-africanos dos Rios da Guiné, parte deles originários do arquipélago. Essa relação efectuou-se nos dois sentidos, sendo também trazida para as ilhas a experiência de mestiçagem cultural dos Rios.

Esta primeira centúria e meia estruturou uma identificação do grupo dos luso-africanos, os “Portugueses”, como cristãos, e esse facto tornou-se um elemento essencial dos elos estabelecidos com as sociedades africanas. A presença significativa de cristãos-novos constituía, porém, uma realidade desde o início das relações mercantis e terá tido consequências interculturais.

O início do século XVII na história das relações luso-africanas na Guiné do Cabo Verde, marcou, contudo, um ponto de viragem. Tal não obistou a que as relações entre as ilhas de Cabo Verde e os Rios de Guiné continuassem, apesar do papel progressivamente periférico do arquipélago nas trocas atlânticas. Portanto, foi uma primeira fase que não terminou para dar lugar a uma segunda fase, mas antes um efeito que se prolongou, possivelmente já não com a mesma força na contribuição para a estruturação das relações luso-africanas que eram indispensáveis para estabelecer a ponte com o Atlântico.

Nesta nova fase, a partir da primeira década do século XVII, passamos a encontrar, na Guiné, judeus que praticam proselitismo judaico. Esta questão do proselitismo suscita uma outra que é, afinal, um dos temas que queríamos privilegiar nesta comunicação: a natureza das relações destes homens, enquanto *judeus*, com os cristãos de origem portuguesa e com os Africanos e Africanas dos espaços costeiros em que actuaram e viveram. O esclarecimento deste problema afigurou-se-nos crucial para a história da construção da identidade luso-africana na Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde em que tínhamos trabalhado nas nossas investigações individuais (Mark, 2002, Horta, 2000 e 2011) e que foi, porventura, a razão de fundo que nos motivou a trabalhar este tema em conjunto; já que essa identidade luso-africana tem sido geralmente associada ao Cristianismo. Tratasse-se de um Português – no sentido que nos parece o correcto de alguém que se auto-identifica como *Português* – de origem luso-africana ou africana, seria sempre entendido como Cristão, como um dos traços fundamentais da sua identidade, a ponto de Cristão, na língua portuguesa falada na costa e em Crioulo (*Kriston*), poder ser sinónimo de Português, tal como de Branco. Também por este pressuposto, aparentemente seguro, não se tem equacionando o papel que uma identidade judaica alternativa poderia ter desempenhado nesse processo de construção identitária.

4. Qual foi o ponto de partida da historiografia e o que julgamos ser o nosso contributo? Até há relativamente poucos anos os historiadores apenas sabiam de maneira imprecisa e fragmentária que no século XVII, na costa do Norte do Senegal, entre o cabo Verde e a embocadura do rio Gâmbia, área que os Franceses baptizaram de “Petite Côte”,

teria havido judeus praticantes, nomeadamente em Rufisque, Porto de Ale e Joala, e que em conjunto com os cristãos-novos eram genericamente apresentados como aliados e parceiros de comerciantes franceses, ingleses e holandeses.

Contribuíram para esse conhecimento sobretudo historiadores como Jean Boulègue (1989), recente e prematuramente desaparecido – ao falar deste tema em que avançou o máximo possível com a documentação então publicada –, Nize Isabel de Moraes (1969, 1972, 1976: 410-421), bem como Avner Perez (1996).

Apesar de ser da nossa autoria o primeiro estudo publicado sobre esta matéria, em 2004 na revista *History in Africa*, deve assinalar-se que em trabalhos paralelos e independentes, outros historiadores abordaram, em diferentes perspectivas, a presença de judeus públicos na Guiné, nomeadamente Filipa Ribeiro da Silva no âmbito da sua tese de mestrado sobre história da Inquisição em África (2002), e António de Almeida Mendes (2004); já em diálogo com o primeiro artigo, também Toby Green (2005).

A investigação foi baseada, numa primeira fase, a mais longa, em documentação da Torre do Tombo, pertencente ao Cartório do Santo Ofício, e no trabalho anterior sobre outros arquivos como o Arquivo da Ajuda e o Arquivo Histórico Ultramarino e numa segunda fase também nos registos notariais e internos dos membros da comunidade de judeus portugueses, consultados em Amsterdão, que se revelaram, no essencial, preciosamente complementares às informações dos documentos arquivados pela Inquisição. Os documentos que recolhemos e trabalhámos permitiram-nos reconstituir a existência de comunidades de judeus no actual Norte do Senegal que tinham como característica distintiva serem constituídas por “judeus públicos”, ou “judeus declarados”, segundo a terminologia da época, isto é, afirmarem publicamente a sua identidade religiosa judaica e viverem socialmente como tal. A partir da primeira década do século XVII (desde cerca de 1606-08), estes judeus encontraram na região condições para o fazerem, em articulação estreita com a chamada comunidade “portuguesa” de Amsterdão.

Não é possível chegar a um número rigoroso de judeus destas comunidades. Viajando regularmente para comerciar, teria sido por vezes difícil reunir os dez membros da comunidade necessários para fazer o *minyón*

para o culto em cada aldeia. Para Porto d’Ale, em que foi possível cruzar diferentes fontes, à volta de 1613, teriam sido cerca de 30 a 40 judeus a que acresceria um número indeterminado de mulheres africanas e mestiças e seus filhos. Entre os próprios correlegionários, “mulatos” definidos como meio cristãos-novos vindos de Amsterdão e de Portugal (nomeadamente do Porto, de Cabeça de Vide no Alentejo e de Faro, no Algarve), eram reconhecidos como judeus, sem qualquer discriminação. Tal atitude e comportamentos matrimoniais das comunidades era afinal semelhante à dos cristãos portugueses que educavam os seus filhos da terra como cristãos e os reconheciam como tais. No entanto este contexto luso-africano de larga mestiçagem suscitou-nos um problema especificamente judaico e uma resposta: a da transmissão da identidade religiosa, de modo heterodoxo, por via masculina, ponto que não é possível desenvolver neste lugar, mas que se confirmou na documentação das Províncias Unidas. Confirmase também, mais tarde, desde o século XVIII, nas comunidades de judeus mestiços e negros no Suriname estudadas por Aviva-Ben-Ur (2009), numa época em que os judeus de origem africana já eram claramente desvalorizados e marginalizados pelas autoridades religiosas judaicas oriundas da Holanda. Aquela não discriminação inicial estava de acordo com a não desvalorização com base na da cor da pele, em si mesma, na Senegâmbia: Branco/Negro não eram naquele sentido um oponente evidente na época, como aliás não eram em Cabo Verde. Este modelo guineense foi levado para as Províncias Unidas, aonde estes judeus luso-africanos foram reconhecidos com tais. Tornou-se, por isso, necessário repensar as conclusões inversas de Jonathan Schorsch (2004), neste caso dentro da comunidade judaica portuguesa de Amsterdão, sobre a dimensão que a historiografia anglo-saxónica convencionou designar por “race relations”.

Identificada que estava pela nossa investigação a importância das ligações das comunidades judaicas da Senegâmbia à própria elite dessa comunidade holandesa foi o nosso posicionamento prévio como historiadores de África que nos permitiu chegar a conclusões distintas. Nessa análise formulámos os problemas não à luz da história europeia e da afirmação de “preconceitos raciais” tomados como *a priori* sobretudo no Norte da Europa mas antes valorizámos o impacto que os modelos identitários guineenses, em que essas distinções não faziam sentido enquanto “raciais”,

tiveram na vivência europeia dos membros originários das comunidades senegambianas na primeira metade do século XVII (Mark e Horta, 2011: cap. 2 e 6).

Nos anos 20-30 do século XVII estava consumado o retorno de parte desses judeus (entre eles vários mestiços, “mulatos”) às Províncias Unidas, mas no início da década de 40 ainda há uma menção geral à sua existência. Outros destinos poderão ter seguido, mas até à data, não foi possível ir mais longe. Lemos Coelho, comerciante na Guiné do Cabo Verde nos anos 50 e 60 do século XVII, é claro quando escreve que os portugueses europeus, em geral, tinham emigrado e só restavam os “filhos da terra”, entre eles cristãos e judeus, que, dizia ele, se iam “reduzindo” ao Cristianismo. Porém, não é bem esse o retrato simplificador e otimista (na perspectiva cristã) que nos dão outros viajantes europeus, na mesma época, Jacques Le Maire e Villault de Bellefond seja no Norte do Senegal, seja na Serra Leoa: é antes a prevalência em parte das populações de religiões – ou vivências religiosas - misturadas (“entremelée”) entre Cristianismo, Judaísmo e Islão e até de religiões endógenas (Mark e Horta, 2011: cap. 6, Conclusion).

Um ponto que deixámos para o fim mas pelo qual podíamos ter começado esta exposição é crucial: o comércio e a presença destes judeus contou com a protecção dos dignitários africanos do Norte da Senegâmbia. Como parte da estratégia de garantir essa protecção foi feita uma tentativa de aproximação religiosa, por parte dos judeus. Na relação com reis wolof e sereer, então muçulmanos, os judeus construíram um discurso em que tentaram encontrar denominadores comuns entre o Judaísmo e o Islão – nomeadamente, o reconhecimento de Moisés/Mussa, a circuncisão e a persistente rejeição da iconolatria considerada como uma forma de idolatria, acusação (“defensiva”) virada contra os católicos moradores nos portos da Petite Côte ou noutros mais a sul. Foram feitas tentativas pelos representantes ou apoiantes das autoridades eclesiásticas e dos interesses da Coroa portuguesa em Cacheu para que o rei do Bawol, em cujo poder estava o porto de Ale, prendesse os judeus para que fossem enviados àquela praça e dali para Lisboa. O mesmo foi tentado junto do dignitário do Siin, ou de Joala. Tudo sem sucesso: sobrepujou-se a motivação dos dois dignitários africanos em manterem o mercado aberto e seguro (“feira franca”) para todos os seus “hóspedes” potenciais, conforme as regras de comércio entre

anfitriões e hóspedes vigentes em toda a região da Senegâmbia (Mark e Horta, 2011: cap. 3; Brooks, 1993a). E esta atitude dos poderes africanos foi um esteio fundamental da sobrevivência das comunidades de Porto de Ale e de Joala.

Foi-nos possível reconstituir os contornos concretos das actividades mercantis, sobretudo as ligações a Amsterdão e às Províncias Unidas em geral, mas também a Lisboa, Açores e São Tomé (as ligações a Angola existiram mas estão ainda por clarificar na sua dimensão de rede mercantil). Conhecemos também pouco em concreto sobre as ligações a Inglaterra e sobretudo a França, de que não temos ainda detalhes dos nexos e das pessoas envolvidas, especialmente em redes sefarditas. A partir também de nova documentação ou insuficientemente trabalhada, verificámos que além do comércio de couros, marfim e cera, judeus e cristãos-novos estavam também envolvidos no comércio de armas, proibido pela Santa Sé e pelas coroas católicas, nomeadamente comércio de armas brancas, sobretudo espadas de cavalaria e infantaria, exportadas para a costa da Guiné, a partir de Portugal ou dos países do Norte da Europa, e, tudo indica, também de Marrocos e da Índia, no âmbito das redes de comércio sefarditas que esse comércio envolveu e até da rede transariana (Mark e Horta, 2011: cap. 4). A existência de um importante comércio de armas brancas nos finais do século XVI e no século XVII, tráfico que recua a meados do século XV, contribui para desconstruir o conceito de *warfare cycles* estribados numa mercadoria específica (cavalos) ou num tipo de arma (armas de fogo) na *Upper Guinea Coast* (Mark e Horta, no prelo). Nesta fase, o envolvimento destes judeus públicos (havia outros mais ou menos encobertos em Cacheu) no comércio de escravos terá sido periférico, ainda que virado para uma clientela sariana, e mesmo que indirectamente nele colaborassem pelo fornecimento de ferro – moeda de troca por excelência para esse trato na Guiné – e que alguns membros da comunidade tivessem interesses nos engenhos brasileiros. No entanto, a investigação mostrou que nem sempre existiu a associação mecânica que frequentemente a historiografia estabelece entre comerciantes judeus e comércio atlântico de escravos mas antes, na época em causa, uma diversidade de mercadorias que se complementam e que envolvem diferentemente os seus agentes, quer fossem de origem europeia ou africana, à medida do mercado sub-regional

em que operam. Mostrou também que é possível estudar comércio e cultura material como duas faces da mesma moeda. É o caso não apenas da produção e circulação de espadas, mas sobretudo do envolvimento no comércio do marfim e da sua consequência na própria concepção dos chamados marfins afro-portugueses que são simultaneamente fontes para esse mesmo comércio e de outros produtos como as armas brancas neles representados (contribuição de Mark em Mark e Horta, 2011: cap. 5).

Na verdade, as actividades mercantis revelaram-se indissociáveis da organização e da vivência religiosas (que procurámos reconstituir): da rede mercantil em que os negócios da Guiné do início do século XVII se incluíam, faziam parte destacados membros da comunidade dos judeus sefarditas de Amsterdão, nomeadamente da congregação Bet Jacob, os mesmos acusados pela Inquisição de fazerem proselitismo judaico em Amsterdão; proselitismo que vai ser projectado na costa guineense. Ressalvados os exageros da documentação oficial (com afirmações do tipo, “na costa da Guiné são todos da nação”), a investigação contribuiu para reforçar a ideia de que o contingente de cristãos-novos (reconvertidos ou não ao judaísmo) foi muito significativo entre a população dos lançados e outros portugueses residentes na Guiné. Convergimos com Toby Green (2009) neste ponto crucial: pelos circunstancialismos da sua vivência religiosa, os Cristãos-novos que eram cripto-judeus, tinham especial capacidade de viverem diferentes identidades, convergimos mas na condição de considerarmos que não se tratava de umas verdadeiras e outras falsas, mas antes de “identidades duais” (Horta, 2000 e Rowland, 2001) ou “sinceridades duais” (Wachtel, 2001). Ora, num meio africano, senegambiano, caracterizado por essa dualidade ou mesmo multiplicidade de identidades (Mark, 2002: cap. 1), identidades flexíveis e contextualmente determinadas, poderá ter sido uma valência muito importante. Os judeus públicos não deixaram de seguir este padrão. É assim que, em 1612, Jesu (ou Joshua) Israel, como era conhecido no Norte da Senegâmbia, se metamorfoseava em Luís Fernandes Duarte quando tinha de se corresponder com um parceiro comercial africano cristão, nos rios mais a sul, transmutando-se novamente em Joshua na correspondência interna às comunidades judaicas ou aos parceiros cristãos-novos em que confiava (Mark e Horta, 2011: 59 e ss.).

Na Senegâmbia do século XVII – até aos anos 30-40 – se o Cristianismo, a julgar pelas fontes disponíveis, continuou a desempenhar um papel fundamental nas relações luso-africanas e, portanto, na produção de um espaço de mediação cujo objectivo principal era o comércio, circunstâncias favoráveis desse comércio e das políticas europeias e africanas conduziram a um dado novo na região: a chegada de judeus que, no Norte da Senegâmbia, assumiram publicamente a sua identidade e que constituíram comunidades luso-africanas, como as anteriores, mas com numa identidade religiosa diferente. Essas comunidades levaram a reconversões de cristãos-novos residentes ao Judaísmo e agiram de modo homólogo aos outros residentes portugueses cristãos: casaram-se com mulheres africanas e converteram a descendência ao Judaísmo. Seguiram também o mesmo modelo identitário dominante naquele espaço africano. Este facto teve consequências no contexto guineense, pelo menos até finais do século XVII, mas também nas Províncias Unidas, de onde sobretudo estes *judeus novos* (na terminologia de Yosef Kaplan (1999) provinham e para aonde, em parte, retornaram e terá ainda constituído o elo perdido de experiências análogas mais tardias no Atlântico africano e mesmo no Novo Mundo. Afinal as diferentes escalas, progressivamente alargadas, que se tornaram necessárias para estudar um objecto esquecido ou que a historiografia deixou adormecido, implicaram também alterações no posicionamento da observação. Se o mundo mercantil do século XVII funcionava através de redes locais, regionais, intracontinentais e transcontinentais também os fenómenos da história social decorrentes desse mundo deveriam ser reinterpretados sem partir necessariamente de um centro europeu. Foi isso que procurámos fazer.

Bibliografia

- BARRY, Boubacar (1988), *La Sénégambie du XV^e au XIX^e siècle. Traite négrière, Islam et conquête coloniale*, Paris: Éditions l'Harmattan.
- BARRY, Boubacar (1990), A Senegâmbia do século XV ao século XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia, *Soronda*, nº 9, pp. 15-27.
- BEN-UR, Aviva (2009), A Matriarchal Matter, Slavery, Conversion, and Upward Mobility in Suriname's Jewish Community, in Richard L. Kagan and Philip D. Morgan, eds., *Atlantic Diasporas, Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the*

- Age of Mecantilism, 1500–1800*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 159–169.
- BOULÈGUE, Jean (1989), *Les Luso-Africains de Sénégalie, XVI^e-XIX^e siècles*, Lisboa, IICT/Université de Paris I-Centre de Recherches Africaines.
- BOULÈGUE, Jean (1988), *L'impact économique et politique des navigations portugaises sur les peuples côtiers. Le cas de la Guinée du Cap Vert (XV^e-XVI^e siècles)*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- BROOKS, George E. (1993a), *Landlords and Strangers. Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1630*, Boulder: Westview Press.
- BROOKS, George E. (1993b), Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth centuries, in Carlos Lopes, coord., *Mansas, escravos, grumetes e gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 25-54.
- BROOKS, George E. (1993c), Cacheu: a Papel and Luso-African entrepôt at the nexus of the Biafada-Sapi and Banyun-Bak trade networks, in Carlos Lopes, coord., *Mansas, escravos, grumetes e gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 173-197.
- DIAS, Eduardo Costa, Horta, José da Silva Horta (2007) [2010], *Sénégalie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués, Trade, Traders and Cross-Cultural Relationships in Greater Senegambia*, [número especial da revista] *Mande Studies*, n° 9, pp. 9-20.
- FALL, Mamadou (1996-98), L'Etat post-atlantique entre les terroirs et réseaux transculturels en Sénégalie aux XVII^e-XX^e siècles: Approche méthodologique, *Revue Sénégalaise d'Histoire*, n°2-3, pp. 75-87.
- GREEN, Toby (2005), Further Considerations on the Sephardim of the Petite Côte, *History in Africa*, vol. 32, pp. 165-183.
- GREEN, Toby (2009), Building Creole Identity in the African Atlantic, Boundaries of Race and Religion in 17th-Century Cabo Verde, *History in Africa*, vol. 36, pp. 103–125.
- GREEN, Toby (2012), *The Rise of Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press.
- HAWTHORNE, Walter (2003), *Planting Rice and Harvesting Slaves. Transformations along the Guinea Bissau Coast*, Portsmouth: Heinemann.

- HAWTHORNE, Walter (2010), *From Africa to Brazil. Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*, Cambridge [etc]: Cambridge University Press.
- HORTA, José da Silva (2000), Evidence for a Luso-African Identity in 'Portuguese' Accounts on 'Guinea of Cape Verde' (Sixteenth-Seventeenth Centuries), *History in Africa*, vol. 27, pp. 99-130.
- HORTA, José da Silva (2011), *A "Guiné do Cabo Verde": Produção Textual e Representações (1578-1684)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- KAPLAN, Yosef, (1999), *Les Nouveaux-juifs d'Amsterdam. Essais sur l'histoire sociale & intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle*, Paris: Éditions Chandeigne.
- MARK, Peter (2002), *'Portuguese' Style and Luso-African Identity: precolonial Senegambia, sixteenth - nineteenth centuries*, Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- MARK, Peter, Horta, José da Silva (2007) [2010], Trade and Trading Networks in the Greater Senegambia: An Introductory Essay, *Trade, Traders and Cross-Cultural Relationships in Greater Senegambia*, número especial da revista *Mande Studies*, nº 9, pp. 1-8.
- MARK, Peter, Horta, José da Silva (2011), *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World*, Cambridge [etc]: Cambridge University Press.
- MARK, Peter, Horta, José da Silva (no prelo), A comparison of the 17th century blade weapons trade and the 19th century firearms trade in Casamance", Jacqueline Knörr e Christoph Kohl, eds., *The Upper Guinea Coast in Transnational Perspective*.
- MENDES, António de Almeida (2004), Le rôle de l'Inquisition en Guinée, vicissitudes des présences juives sur la Petite Côte (XVe–XVIIe siècles), *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, III, no. 5/6, pp. 137–155.
- MENDES, António de Almeida (2008), The Foundations of the System: A Reassessment of the Slave Trade to the Spanish Americas in the Sixteenth and Seventeenth Centuries, in David Eltis and David Richardson, eds., *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*, New Haven: Yale University Press, pp. 63–94.

- MORAES, Nize Isabel de (1969), Sur les prises de Gorée par les Portugais au XVII^e siècle, *Bulletin de l'IFAN*, vol. XXXI, sér. B, n^o. 4, pp. 989–1013.
- MORAES, Nize Isabel de (1972), Le commerce des peaux à la Petite Côte au XVII^e siècle (Sénégal), *Notes Africaines*, 134 (April), pp. 37–45 e 136 (October), pp. 111-116.
- MORAES, Nize Isabel de (1976), *Contribution à l'Histoire de la Petite Côte (Sénégal) au XVII^e siècle*, vol. I – Synthèse, Thèse pour le Doctorat du 3^e Cycle, Univ. de Paris-I.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1951), Contactos Culturais Luso-Africanos na “Guiné do Cabo Verde”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ser. 69, n^os 11-12, pp. 659-667.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1981), Les relations de l'ancien Cabou avec quelques Etats et peuples voisins, *Ethiopiennes. Revue socialiste de culture négro-africaine*, n^o 28, Octobre, pp. 149-167.
- NEWSON, Linda, Minchin, Susie (2007), *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*, Leiden: Brill.
- PEREZ, Avner (1996), Marranes, Nouveaux-Chrétiens et Juifs du Portugal en Guinée et dans les Îles du Cap-Vert. XV^eme-XX^eme siècles”, in Maria Helena C. dos Santos, Maria Graça Bachmann, Roberto Bachmann, coords., in *Comunicações apresentadas no I Colóquio Internacional O Património Judaico Português*, Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, pp. 117-131.
- ROWLAND, Robert (2001), New Christian, Marrano, Jew, in Paulo Bernardini and Norman Fiering, eds., *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800*, New York: Oxford, Berghahn Books, pp. 125–148.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, Soares, Maria João (1995), “Igreja, missão e sociedade” in M. E. Madeira Santos, coord., *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa/Praia: CEHCA, IICT/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, pp. 359-508.
- SANTOS, Maria Emília Madeira et alia (2001), *Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)*, Porto: Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, (sep. de *Africana*, n^o 6), pp. 49-78.

- SCHORSCH, Jonathan (2004), *Jews and Blacks in the Early Modern World*, New York: Cambridge University Press.
- SILVA, Filipa Ribeiro da (2002), *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536–1821): Contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos*, dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- THIOUB, Ibrahima (2000), L'espace dans les travaux des historiens de l'Ecole de Dakar': entre héritage colonial et construction nationale, in Jean-Claude Waquet, Odile Goerg e Rebecca Rogers, orgs, *Les espaces de l'historien*, Paris: Presses Universitaires de Strasbourg, pp. 91-110.
- THORNTON, John, Heywood, Linda (2007), *Central Africans, Atlantic Creoles and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge [etc.]: Cambridge University Press.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (1991), Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução, in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, eds., *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, IICT, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, pp. 237-345.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (1995), Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento, in Maria Emília Madeira Santos, ed., *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, IICT, Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, pp. 17-123.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (1998), *Negreiros portugueses na Rota das Índias de Castela (1541-1556)*, Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- WACHTEL, Nathan (2001), Marrano Religiosity in Hispanic America in the Seventeenth Century, in Paolo Bernardini and Norman Fiering, eds., *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800*, New York: Berghahn Books, pp. 149-171.

O imposto camponês e o financiamento do Estado colonial – exemplos das colónias portuguesas (1900-1939)

MACIEL SANTOS*

O conceito de “imperialismo” está associado à exportação de capitais desde a década de 1900. Do estudo de Hobson em diante, o fenómeno foi visto como a principal diferença entre os antigos e os modernos impérios: ao contrário dos primeiros, estes últimos transferiam voluntariamente riqueza para o exterior em vez de a fazer entrar à força. A discussão centrou-se em seguida na dimensão quantitativa do fenómeno e dos movimentos que o balançaram, sendo agora certo que nos últimos cem ou cento e cinquenta anos (a cronologia não é consensual) houve saídas mas mais do que compensadas por entradas de riqueza nas metrópoles dos “impérios” modernos.

A ordem de grandeza dos fluxos relativamente aos maiores exportadores de capital antes de 1914 parece ter sido a seguinte:

Investimento externo detido pelo Reino Unido e França – (000.000 £)

Ano	R. U.	França
1870	1006	513
1885	1602	678
1900	2485	1068
1914	4004	1766

Fonte: EMMANUEL 1985:281

* CEAUP. Colaboração de Ana Guedes (ISCAP/CEAUP)

maciel999@yahoo.com

Em 44 anos os ativos externos de ambos os países mais do que triplicaram; no caso britânico praticamente quadruplicaram¹.

Evidentemente que estes números não demonstram a existência de um fluxo contínuo de transferências entre estes dois países e o resto do mundo. Considerando apenas o caso britânico, Emmanuel mostrou como a uma taxa de juro (baixa) de 4%, a soma inicial se teria transformado no período considerado em 5,6 mil milhões, não em 4 mil milhões de libras. Como tal não aconteceu, tem de ser concluído que lucros do capital inicial foram remetidos para o R.U. em vez de se terem acumulado localmente. Juntamente com outros "invisíveis" estes resultados líquidos saldaram os déficits acumulados da balança britânica de pagamentos, da ordem dos 1.578 milhões £. Por outras palavras, durante os 44 anos considerados, o R.U. foi um importador e não um exportador líquido de capital.² Que este fenómeno pudesse ter acontecido apesar de, no mesmo período, 5% do rendimento nacional (durante algum tempo, 75% das poupanças!) ter sido exportado mostra bem a grandeza dos lucros repatriados.³

O facto de em 1914 o maior investidor no exterior ter estado a importar capital do resto do mundo em vez de o transferir mostra a oportunidade de rever essas – e outras – questões do chamado "imperialismo". Por exemplo, se os activos externos detidos pelas "Potências" nas colónias correspondiam apenas a capital aí acumulado e não a entradas de fluxos adicionais, não poderá ter acontecido o mesmo com as chamadas despesas da "construção e administração do império"? Não corresponderão estas também a poupanças (forçadas) dos locais, em vez de "sacrifícios" dos contribuintes das metrópoles? E a ser assim, como conseguiram os poderes imperiais que as suas colónias formais e informais as fizessem?

¹ A grandeza de 4.000 milhões de £ para o total do investimento externo britânico detido em 1914 foi inicialmente estabelecida por Paish. Tem-se mantido como aceitável, apesar das numerosas revisões, principalmente pelo facto de encaixar nos resultados a que se chega utilizando o método indireto da estimação das exportações de capital através da balança de pagamentos. Para uma revisão das estimativas de Paish, FEINSTEIN 1990: 288-95.

² A diferença de 1,6 mil milhões entre o capital inicial mais juros e o *stock* de capital detido em 1914 corresponde ao déficit acumulado da balança comercial e de serviços, segundo os cálculos de Cairncross. EMMANUEL 1985: 20-26.

³ DAVIS; HUTTENBACK 2009: 75. O rendimento dos investimentos externos cobria 27% de todas as importações britânicas entre 1909-11. CAIN; HOPKINS 2001:164-165; 180.

O paralelismo parece forçado uma vez que a maioria das despesas governamentais não entra nas chamadas “despesas reprodutivas” e portanto, não se sustentaria sem transferências adicionais de outros rendimentos⁴. No caso das colónias portuguesas entre 1900-1908, como se verá adiante, a simples soma dos custos dos aparelhos administrativo e militar representava mais de metade da despesa efectiva em todos os territórios (com excepção de S. Tomé e Príncipe). A distinção entre capitais exportados e despesas governamentais dos territórios coloniais não é total: uma percentagem muito importante dos primeiros financiava as segundas, isto é, representava capital para o credor (em empréstimos aos governos) mas não funcionava como tal para o devedor. A reprodução destes valores continha portanto sérios riscos, que se reflectiram tanto na taxa de juro como no historial dos créditos mal parados.⁵ Por outro lado, o facto de muitas despesas governamentais nas colónias não serem reprodutíveis também não implica que o fluxo para as sustentar tivesse de sair das metrópoles: os contribuintes coloniais poderiam paga-las. Admitindo agora que as “despesas improdutivas” podiam não ser todas deduzidas dos lucros, resta saber se as economias pré-capitalistas mobilizadas para o efeito reuniam as condições de sustentabilidade para as garantir.

Encontrar os contribuintes coloniais que estavam fora do circuito do capital é portanto apurar como os camponeses africanos e asiáticos foram chamados a pagar o seu respectivo Estado colonial. Esta política foi consensualmente vista como necessária por todas as administrações coloniais do século 20. Não resultou de nenhuma escolha deliberada de qualquer governo individual; pelo contrário, representou o reverso de uma economia

⁴ Considerando-se “despesas produtivas” as que funcionam directamente como capital e donde resulta portanto a acumulação de valor. Neste sentido, a economia política não tinha dúvidas sobre o destino da riqueza nacional destinada às despesas públicas: “Como todos os impostos sobre a transferência de qualquer espécie de propriedade diminuem o valor do capital dessa propriedade, eles tendem a diminuir os fundos destinados à manutenção do trabalho. São todos impostos mais ou menos antieconómicos que aumentam o rendimento do soberano, o qual raramente dispõe de trabalhadores cujo trabalho seja produtivo em detrimento do capital do povo, o qual só dispõe de trabalhadores produtivos.” RICARDO 1978: 173

⁵ Em 1914 os credores franceses tinham 500 milhões de £ em empréstimos russos, já considerados de alto risco desde a década de 1890 o que se confirmou depois de 1917. CAIRNCROSS 1953: 223-224.

centrada na exportação de capitais. No entanto, e como se compreenderá dada a diversidade das economias camponesas, o grau de sucesso foi em extremo variável segundo o tempo e a geografia.

Os territórios coloniais portugueses em África não foram excepção e o capital para aí exportado enquadrou-se no que se pode chamar a norma geral. Ao focar-se nas suas particularidades, os pontos seguintes pretendem contribuir para especificar este aspecto da acumulação primitiva realizada por via fiscal, especialmente durante o período 1900-1939.

1. A exportação de capitais para África e o peso do Estado

Abstraindo da grandeza das exportações *líquidas* de capital⁶, o certo é que de 1870 em diante houve regulamente investimentos europeus em mercados externos. Através de mediadores institucionais ou directamente através de firmas próprias, foram abertos créditos sobre o estrangeiro (e sobre os mercados coloniais) e sempre que tal sucedeu, houve diferenças – reais ou esperadas – entre as taxas de lucro dos diferentes mercados (HILFERDING 1970: 426).

Estas diferenças (tais como as que existem entre ramos ou capitais individuais num mesmo mercado) resultaram de diferentes taxas de mais-valia⁷, de diferentes composições orgânicas de capital e dos seus respectivos tempos de rotação. A taxa de mais-valia obtida através do emprego de trabalhadores não europeus, cujos custos salariais eram menores, era superior à obtida pelos capitais em rotação no mercado interno. Este fenómeno verificava-se nos territórios coloniais, bem como nos Estados sob dependência informal (como os da América Latina, China ou do Império Otomano) e constitui sem dúvida o principal factor explicativo para as diferenças nas taxas de lucro.

⁶ Considerando cada capital individual, o fluxo externo pode ter correspondido a reinvestimentos de lucros feitos no exterior, a transferências de amortizações ou a meras compensações de perdas por créditos mal parados. FEINSTEIN 1990: 289.

⁷ A taxa de mais-valia (mv') define-se como $mv' = mv / v$, sendo, para cada unidade de tempo, mv = mais-valia (a massa do lucro) e v = capital variável (o custo da força de trabalho). Difere da taxa de lucro (r), que se define, relativamente ao valor produzido, como: $r = mv / v + c$, sendo mv e v definidos como na taxa de mais-valia e c = capital constante (capital não incluído nos custos da força de trabalho). A transformação do valor em preços de produção será aqui considerada apenas na medida em que afecta a tendência para a equalização da taxa de lucro.

No entanto, os lucros não são distribuídos em função da mais-valia produzida por cada capital. Apesar dos muitos factores que fazem diferir o excedente de valor apropriado por cada um deles, existe uma tendência para a equalização da taxa de lucro. Essa tendência implica que nos preços das mercadorias, mesmo das mercadorias de uma espécie particular como são os próprios títulos de participação em lucros – (acções, obrigações, títulos de dívida, etc) –, se contenha o lucro médio⁸. Sendo a equalização dos lucros um processo e não um resultado, existe a qualquer momento uma soma absoluta de desvios relativamente ao que se reconhece como a taxa média de lucro. Estes diferenciais constituem a condição para que a tendência de equalização actue: assumindo zero atritos na movimentação de capitais⁹, a cada diferencial de preços deverá seguir-se uma transferência (positiva ou negativa) de capitais entre ramos de produção que tende a maximizar o equilíbrio¹⁰.

No caso dos capitais britânicos durante o período 1860-1912, os retornos não ponderados dos investimentos domésticos e externos evoluíram em ciclos quinquenais alternadamente acima e abaixo da taxa média. Os investimentos estrangeiros e coloniais apresentaram em média taxas de retorno inferiores às domésticas nas décadas de 1880 e 1890 e superiores nas de 1870 e 1900¹¹. Nesta última, e como era esperado, as emissões para África aumentaram e representaram 19% de todas as que foram colocadas

⁸ Os títulos de participação (*securities*) são um tipo especial de mercadorias, cujo valor de uso é a sua participação nos lucros, e que como todas as mercadorias se vendem a preços de mercado. MARX 1977: III, 432-434. Deste modo, e como os preços das *securities* absorvem as respectivas variações de rendimento, não pode ser através destas que o lucro real r , tal como definido acima em função do valor, poderá ser contabilizado. DAVIS; HUTTENBACK 2009: 79-80. Abstrai-se também aqui a diferença entre lucro residual e juro, diferença precisamente esbatida pela titularização dos lucros.

⁹ O “prémio de risco” faz parte do preço dos títulos de participação nos lucros. Edelman descontou-o na sua conclusão de que as acções e obrigações de capital exportado eram ligeiramente superiores (menos de 1%) às do capital investido internamente. POLLARD 1985: 497.

¹⁰ No caso do capital exportado para as colónias a equalização dos lucros parece ter sido feita mais através dos preços das *securities* (que representavam entre 85 a 90%, do total do capital exportado) que através dos preços das mercadorias produzidas por estes capitais. Para as percentagens do capital exportado para África sob a forma de *securities*, FRANKEL 1969: 156.

¹¹ Com base no estudo de Davis e Huttenback sobre os títulos de 447 firmas (operando no mercado interno britânico, no estrangeiro ou nas colónias) durante o período 1860-1912. A pereguação dos lucros parece ter-se intensificado após os super-lucros coloniais da década de 1870. POLLARD 1985:497; DAVIS; HUTTENBACK 2009: 107-110; 117.

no exterior; na primeira metade da década (que incluiu a situação anormal da guerra sul-africana) a percentagem esteve mesmo próxima dos 40 (FRANKEL 1969:153).

Os mercados de capitais são portanto sempre “imperfeitos” e a evolução dos investimentos em África ilustra bem porquê. As minas sul-africanas começaram por concentrar a maioria dos capitais exportados para o continente, como se vê no quadro 1, que para o período 1900-1936 sintetiza o capital subscrito¹² no mercado de capitais de Londres:

**Quadro 1 – Emissões de capital para África*
no mercado de Londres – médias anuais**

Período	Total para África £(.000)	África do Sul £(.000)	Resto de África £(.000)	Resto de África (%)
1900-1913	12.906	10.051	2.855	22,1
1914-1929	12.072	4.783	7.290	60,4
1930-1936	12.209	6.016	6.193	50,7

*Excluída a África mediterrânica

Fonte: Baseado em FRANKEL 1969:152-153, quadros 26 e 27.

Depois, entre 1914 e 1929, o capital para o “resto de África” mais do que duplicou e manteve-se maioritário nas emissões dos anos 1930. Contudo, apesar das variações na distribuição geográfica, em 1914 o capital exportado para todos os destinos africanos não devia ultrapassar os 16%¹³ dos activos externos britânicos e, como se vê no quadro 1, as

¹² Os números relativos ao capital exportado do quadro 1 e seguintes assumem a diferença entre capital publicamente subscrito e não subscrito, isto é, o capital não registado em operações envolvendo intermediários bancários. É a propósito deste últimos que tem pertinência a discussão metodológica sobre se devem ou não ser considerados como capitais exportados aqueles que se transferem definitivamente e cujos retornos portanto também não regressam. HILFERDING 1970: 425-26; MARSEILLE 1984: 124.

¹³ Esta percentagem respeita apenas ao capital subscrito. Com base nos dados de Emmanuel, representa uma sobre-estimação porque nela se incluem as categorias “África do Sul”, “Outras colónias e “Resto do mundo”. EMMANUEL 1985:28-29. A percentagem de 18,7% para os investimentos africanos no total da exportação de capital britânico foi reportada

médias anuais da exportação durante os vinte anos seguintes, apesar de dadas em preços correntes, mantiveram-se estáveis nos 12 milhões de £.

Esta evolução compreende-se melhor através do quadro 2 que dá, para o ano de 1936, a acumulação das emissões de capital para toda a África subsaariana:

Quadro 2 – Ano de 1936 – Capital (subscrito e não subscrito) exportado para África*

Território	Capital £ (.000)	Capital %	População (.000)	Capital <i>per capita</i> (£)
União Sul-Africana (a)	554.681	45,4	9.900	56,0
Congo Belga (b)	143.337	11,7	11.000	13,0
Colónias Portuguesas (c)	66.732	5,5	6.800	9,8
Outras colónias Britânicas	386.626	31,6	46.400 (d)	8,3
Colónias Francesas	70.310	5,8	21.200	3,3
Total para Africa	1.221.686	100	95.300	12,8

*Excluída a África mediterrânica

(a) Incl. Basutolândia, Suazilândia e Sudoeste Africano;

(b) Incl. Ruanda-Urundi

(c) Excl. Cabo Verde, Guiné Portuguesa e S.Tomé e Príncipe

Fonte: baseado em FRANKEL 1969: 158-159 e 170, quadros 28 e 32.

A razão porque a União Sul-Africana concentrou cerca de metade do capital exportado e apresentava um rácio de capital *per capita* quatro vezes superior à média é a mesma que explica a ordenação decrescente deste último indicador no quadro 2. Reflecte a importância desigual dos investimentos mineiros, o principal factor da procura de capitais em África¹⁴, e ilustra a imperfeição dos mercados de capitais mencionada acima.

por um artigo de 1910, sendo de 12,7% no caso dos investimentos franceses e de 9,1% nos alemães. *A exportação de capitais*, "Jornal do Comercio", 02-02-1910.

¹⁴ Na capital britânico subscrito para África entre 1864-1914, a categoria que incluía o sector extrativo é a maior e representa 40% de todo o capital privado investido. DAVIS; HUTTENBACK 2009: 64-64, quadro 2.94.

Os capitais investidos nos ramos mineiros beneficiam quase sempre de *rendas*, isto é, de taxas de lucro acima da média; beneficiam, portanto, de fracções da mais-valia que não são integralmente partilhadas através da perequação geral¹⁵. Apesar do processo de equalização dos lucros actuar através das cotações das mercadorias e dos valores bolsistas, as companhias mineiras em África tendiam a registar desvios positivos relativamente à taxa média de benefício¹⁶. Aí, os territórios mineiros mais favorecidos – os *special mineral territories* na expressão de Frankel, que incluíam a União, as Rodésias e o Congo belga – representavam 92% das exportações mineiras do continente e até 1936 tinham recebido 66% do total dos investimentos em África¹⁷.

As colónias portuguesas representadas no quadro 2 constituíam uma extensão dos territórios mineiros, o que explica a sua posição no indicador do capital *per capita*. Não contendo, com a excepção da Lunda (a partir da década de 1920), áreas mineiras “especiais”, a sua localização geográfica relativamente aos *hinterlands* mineiros fazia-as beneficiar de fracções da renda mineira através da logística dos transportes marítimos. Os grandes investimentos em portos e caminhos de ferro de Angola e Moçambique respondiam a esse objetivo¹⁸. É de notar que já para o ano de 1912 se calculava que só os activos coloniais dos capitais sediados em Portugal seriam superiores a 15 milhões de libras.¹⁹

¹⁵ Na terminologia da análise dominante, uma renda constitui um rendimento “excessivo”, superior ao custo de oportunidade. Estando presentes em todos os mercados, tendem a ser mais duráveis no caso dos monopólios legais ou “naturais”, (por exemplo, no caso dos capitais explorando “recursos escassos” do sector primário). KHAN; JOMO 2000:21.

¹⁶ Na amostra de Davis e Huttenback para o período 1860-1912, os retornos médios do ramo “Agricultura e Minas” apresentam, para os títulos coloniais, a média de 7,4%. É a segunda maior num total de 14 ramos, cuja amplitude vai do mínimo de -0,6% (siderurgia) ao máximo de 7,8% (ramos “comerciais e industriais (diversos)”). DAVIS; HUTTENBACK 2009: 117. Não sendo directamente comparáveis, pode acrescentar-se que numa amostra de dois anos (1906 e 1913), a taxa de benefício das grandes sociedades mineiras francesas no Norte de África e na Indochina variou entre 31,9 e 123,4%. MARSEILLE 1984: 145.

¹⁷ Para o valor das exportações mineiras em 1935, FRANKEL 1969: 211, quadro 50.

¹⁸ No quadro 2, o capital dos territórios portugueses está até subestimado porque Frankel contou os investimentos feitos em Moçambique pela Rhodesia e Nyassaland Railways nesses respetivos territórios. FRANKEL 1969: 158-159 (nota n); 213-214.

¹⁹ FERREIRA 1924:31. Segundo o relatório do ministro Cerveira de Albuquerque que para 1912 calculava o total do capital das sociedades coloniais com sede em Portugal em 77.250

Os indicadores das áreas mineiras contrastam com a baixa intensidade de capital das restantes colónias britânicas e da totalidade das francesas.²⁰ Também é verdade que os super-lucros não vinham apenas do sector mineiro²¹ e que outros ramos – de menor composição de capital – podiam proporcionar, durante algum tempo, rendas. Era o caso do comércio de certas matérias-primas vegetais, como o cacau, as oleaginosas e a borracha, cuja produção se fazia maioritariamente por populações pré-capitalistas. Contudo, a grandeza de capital em rotação nestas actividades era muito inferior à do ramo mineiro e o investimento limitava-se ao necessário para as actividades de transporte e circulação²². A própria troca de mercadorias entre as casas comerciais europeias e os produtores africanos conseguia economizar os “faux frais” da circulação monetária: era o caso do que em Angola se chamava a “permuta” e na África francesa, “la traite”²³.

Um outro factor, mais importante que o de as áreas mineiras estarem circunscritas a poucos territórios e o de outros ramos rendeiros não

contos, e os seus activos coloniais em 76.428 contos.

²⁰ Discutindo os dados de Frankel, Suret-Canale baixou para £2 o capital per capita no conjunto das colónias francesas. Em 1943, num inquérito oficial sobre os investimentos na África Francesa os investimentos mineiros representavam apenas 7,5%. SURET-CANALE 1964:205-207.

²¹ Isto é, dos capitais do ramo mineiro que os produziam e que, com maior ou menor atraso, se perequavam através das cotações bolsistas. Se for considerado o total dos investimentos no ramo – o que inclui as perdas de capital e as firmas com rendimentos marginais, a taxa de lucro aproxima-se da média e pode ocultar a existência de rendas. Assim acontece, por exemplo, com a taxa média de lucro do ramo da mineração do ouro sul-africano entre 1887-1932, calculada por Frankel entre 4,1 a 10,5%. FRANKEL 1969:91-92.

²² Quando assim não sucedia e a captação de rendas obrigava a investimentos produtivos, a grandeza dos capitais aumentava. Antes de 1914, os das plantações de cacau de S. Tomé e Príncipe – não registados no quadro 2 – concentravam a maior parte dos investimentos agrícolas em África. Em 1909, o ministro das Colónias avaliava-as em 150.000 contos, i.e., £ 28,9 m. £. Antonio Cabral, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 23-04-1909, acta nº 26, p. 9. Dois anos depois, Mantero baixava o seu preço de mercado para 100.000 contos, i.e., 20,4 m. £. *A mão d’obra em S. Thomé*, “Jornal do Comercio”, 14-02-1911.

²³ Argumentando a favor do BNU, o banco emissor colonial português cuja taxa de lucro aparecia como inferior à dos seus congéneres, um deputado mostrava o “problema”: “E porque é que as nossas colónias não tem poder de captação para as notas? Porque o comércio é de troca e os comerciantes tendo de pagar aqui em Lisboa as suas compras, fazem todo o papel circulante sobre a matriz ou sobre as agências, o que tanto vale.” José Barbosa, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-11-1911, acta nº 19, p. 15. Nas colónias francesas, “la traite” baseada na troca terminou já no século 20, com a chegada dos comerciantes sírios e libaneses. SURET-CANALE 1964: 22-28.

serem de capital intensivo, limitou as exportação de capital para África: a dependência da despesa governamental. Sem capitais públicos, não existiam condições de rentabilidade para o investimento privado nas colónias. O quadro 3 quantifica esta associação entre os dois tipos de capital.

Quadro 3 - Ano de 1936 - Capitais públicos e privados exportados para África*

Territórios	A Capital público subscrito £ (.000)	B Capital privado subscrito £ (.000)	C Total do Capital (inclui capital não subscrito) £ (.000)	D = A / C Capital público (%)
Territórios Franceses	43.031	23.931	70.310	61,2
Territórios Britânicos	448.836	413.516	941.307	47,7
Territórios Portugueses (a)	18.632	42.710	66.732	27,9
Congo Belga (b)	35.846	100.670	143.337	25,0
Total para Africa	546.345	580.827	1.221.686	44,7

*Excluída a África mediterrânica

(a) Excl. Cabo Verde, Guiné Portuguesa e S. Tomé e Príncipe

(b) Incl. Ruanda-Urundi

Fonte: a partir de FRANKEL 1969: 158-159.

Antes da conclusão principal induzida por este quadro, uma nota explicativa. Sendo de esperar que os capitais privados fossem percentualmente superiores nas áreas rendeiças, que se localizavam sobretudo nos territórios belgas e britânicos, parece registar-se uma troca de ordem entre estes últimos e os portugueses. Basta porém ter-se em conta que se do conjunto das colónias britânicas forem destacadas as áreas mineiras especiais,

estas apresentam, como esperado, percentagens de capital público inferiores à media geral: Rodésias (38,7) ou Africa Sul (44,4)²⁴. Inversamente, nos casos de Angola e Moçambique, as mesmas percentagens sobem quando se descontam os investimentos privados britânicos associados aos portos e caminhos de ferro dos territórios porrugueses²⁵ que, como se viu, prolongavam os investimentos nos verdadeiros *mineral territories*. O quadro contrafactual abaixo especifica estes dois últimos casos e corrige a aparente inversão.

Territórios	A Capital público subscrito £ (.000)	B Capital privado subscrito £ (.000)	C Total do Capital (inclui ca- pital não subscrito) £ (.000)	D = A / C Capital público (%)
Moçambique	8.444	3.157	14.761	57,2
Angola	10.188	3.553	15.971	63,8
Total para os territórios portugueses (Angola e Moçambique)	18.632	6.710	30.732	60,6

Independentemente das variações regionais, verifica-se que no conjunto dos territórios coloniais africanos, quase metade (45%) dos investimentos totais realizados até 1936 correspondeu a despesas estatais. O facto de os capitais coloniais, que operavam com taxas de mais-valia superiores à média, dependerem de capitais públicos representa um fenómeno chave da época inicial da exportação mundial de capitais.

Os pontos seguintes pretendem caracterizar as suas contradições e principais impactos sobre as sociedades ditas coloniais.

²⁴ De notar que os territorios mineiros do Witwatersrand representavam uma pequena parte da área total da União, entidade que nestes quadros inclui ainda o Sudoeste Africano ex-alemão.

²⁵ Frankel calcula para Moçambique, – embora por excesso – 20 m. £ para os caminhos de ferro da Beira e do ramal do Nyassaland; para Angola, 16 m £ para o caminho de ferro de Benguela, porto do Lobito, etc.

2. As contradições do capital colonial

Admita-se então que na rotação dos capitais exportados para regiões não-europeias²⁶ – colónias formais e Estados clientes – a combinação de taxas superiores de mais-valia com outros factores (rendas diferenciais, baixa composição orgânica, etc.) obtinha, devido a imperfeições na perequação dos lucros, diferenças positivas sobre a taxa média de lucro. Como explicar então que a exportação de capital para as *colónias*, principalmente para as africanas (com ou sem territórios mineiros), fosse muito menor que para outros destinos? Seria a rentabilidade extra dos capitais exportados maior nos investimentos estrangeiros que nos coloniais? Alguns dos contemporâneos que atribuíam a partilha de África aos grupos de pressão financeiros pensavam exactamente o contrário. “Mas é no domínio completo do novo território pelo poder do Estado e da metrópole que o capital exportado se sente melhor. É que aí a exportação dos capitais de outros países está excluída, goza de uma situação privilegiada e os seus lucros obtêm, quando possível, a garantia do Estado (HILFERDING 1970: 427;435).

Efectivamente, para os capitais coloniais, a “garantia do Estado” incluía vantagens decisivas. Não representava apenas protecção contra incumprimentos no caso de empréstimos, uma vantagem de tal ordem face aos que se faziam a Estados independentes²⁷ (operações com risco maior) que fazia baixar a taxa de juro dos títulos coloniais²⁸. A “garantia” estendia-se também, à caução de uma taxa de juro mínima em certos investimentos, como frequentemente acontecia em contratos de obras públicas. E, acima de tudo, só a garantia do Estado, tal como existia nas colónias formais, permitia a apropriação de mais-valia nas condições que maximizavam as rendas. Isto porque, como se viu, nos territórios coloniais os investimentos não precisavam de se transformar em capital produtivo para

²⁶ As colónias de povoamento (Canada, Australia, etc) assim como os Estados Unidos, onde as taxas salariais eram superiores à europeias, não são naturalmente aqui consideradas.

²⁷ Por não a ter nos seus empréstimos externos, a França perdeu cerca de dois terços dos seus empréstimos externos depois de 1918. Cairncross calcula que os incumprimentos nos empréstimos à Rússia, Turquia, Sérvia, Grécia e Austria-Hungria teriam representado seis vezes o montante da indemnização que tinha pago à Alemanha em 1870. CAIRNCROSS 1953:224.

²⁸ Para os anos 1900-1904, regista-se 2,06% de diferença média entre os títulos de dívida estrangeiros e coloniais; entre 1905-09, 1,03. CAIRNCROSS 1953:227.

obterem super-lucros; podiam fazê-lo sob a forma de capital comercial, de muito menor volume²⁹. O controle político sobre as populações desses territórios levava a que o comércio com as sociedades camponesas fosse feito em termos artificialmente desiguais – e tanto mais desiguais quanto maior fosse o grau de controlo do território. O Estado Independente do Congo, o território da Africa Austral mais precocemente ocupado, constitui o caso mais famoso da implementação de factores “extra-económicos” no comércio³⁰. O crescimento das exportações coloniais, maioritariamente de produção “indígena”, é certamente um indicador desta drenagem de sobre-valor³¹.

Este processo, que podia portanto cristalizar-se na fixação de rendas, criava agrupamentos de interesses suficientemente importantes para forçar o envolvimento do estado nos investimentos coloniais. Esses agrupamentos formavam-se porque os capitais – produtivos ou comerciais – que captavam directamente os super-lucros coloniais tinham de os dividir (não sob a forma da perequação geral mas de modo desigual, pelo menos durante algum tempo) com capitais *rent-seekers* de quem dependiam. Por exemplo, entre 1890 e 1912, quase toda a borracha remetida para Lisboa pelas casas comerciais de Angola continha lucros acima da média. No entanto, o capital comercial dividia-os com os industriais algodoeiros que lhe forneciam os tecidos para a permuta, com a companhia de navegação que

²⁹ In 1906 o ministro português do Ultramar, Aires de Ornelas, descreveu o capital comercial deste modo: “É um facto bem sabido que nas provincias da Guiné, Angola e Moçambique predominam as operações commerciaes sob a forma rudimentar e primitiva da permuta com o gentio”. Aires de Ornelas, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 19-12-1906, acta nº 53, p. 49.

³⁰ Tal como um jornal colonial português explicava, referindo-se às diferenças entre o Congo já sob controlo colonial e uma Angola ainda longe disso: “Calculando que a borracha de primeira nunca em tal dominio (do E.I.C.) é paga a mais de 1 franco por kilo, quando não é extorquida á força, o que succede na maioria dos casos, faceis são de calcular os proventos que o preto pôde auferir de taes negociantes. Nesta desproporcional diferença entre a receita e despeza de tal dominio privado, não ha comparação possivel com a nossa provincia d’Angola, como comparação não pôde haver entre a fôrma de commerciar e cobrar impostos entre um e outro paiz;” Faria Leal, *Portugal e o Estado Independente do Congo*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima”, 20-08-1903, 6.º ano, n.º 71.

³¹ Por exemplo, as reexportações coloniais portuguesas multiplicaram-se por 4 entre 1890 e 1910. *Estatística de Portugal* (1885-1896) e *Commercio e Navegação* (1897 e segs). Ou ainda, a percentagem de matérias primas em bruto das colónias nas importações francesas, que era de 18,7 em 1890 passou a 71,1% em 1958. MARSEILLE 1984: 76.

detinha o monopólio dos fretes coloniais, com as companhias de seguros e com o banco comercial que lhe descontava as letras³². Os ramos que partilhavam rendas coloniais consolidavam assim, apesar da sua diversidade, os *lobbies* coloniais que depois forçavam as “garantias do estado”.³³

Simplesmente, essas “garantias” tinham um custo tão elevado que algumas áreas coloniais – como a francesa ou a portuguesa – implicavam volumes de capital público quase duas vezes maiores que o capital privado investido. A contradição aparece então do seguinte modo: os capitais de rentabilidade superior, aqueles que por captarem taxas superiores de mais-valia eram os maiores contribuintes para a massa global do lucro, exigiam para funcionar nas colónias capitais públicos, de baixa ou nula rentabilidade.

A dificuldade em conciliar estes extremos, tornou-se um lugar comum entre os contemporâneos do fenómeno, com incidência crescente nos casos de maiores “custos” orçamentais³⁴. E o pior é que esses custos tendiam a aumentar, não a diminuir, à medida que a acumulação de capital privado prosseguia. As causas que diminuía esses custos nas metrópoles não pareciam actuar nas colónias, cujas despesas governamentais aumentavam em todos os sistemas administrativos (ULRICH 1912: 9).

O que fazia então crescer o envolvimento do Estado colonial, aqui confundido com os capitais públicos³⁵, e porque é que estes rendiam abaixo da média?

³² Nas colónias portuguesas, quase todos os ramos de capital contestavam o monopólio bancário do Banco Nacional Ultramarino. Os juros do BNU em empréstimos hipotecários a companhias de cacau em S. Tomé eram em média de 8 a 10%, isto é quase duas vezes superiores às da metrópole. Theo Masui, *Viagem á ilha de S. Thomé* (artigo de Fevereiro de 1901). “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-01-1907, 10.º ano, n.º 112, p. 162.

³³ Para 1909 e 1913, uma amostra de seis das mais rentáveis empresas coloniais francesas incluía dois bancos, uma casa commercial (C.F.A.O.) e duas companhias ferroviárias. MARSEILLE 1984: 146.

³⁴ A quase esquizofrenia do caso português foi assim sintetizada: “As colonias são a ruina da metropole. As colonias são o motivo da nossa independencia; sem ellas Portugal morreria como nacionalidade. Taes são os termos incoerentes com que certas individualidades nacionaes apresentam o problema português. E é curioso como são os proprios que fazem a primeira afirmativa que fazem, tambem, incompativelmente, a segunda. Não se vê que taes ideias são absolutamente incompatíveis e que se, de facto, as colonias são a ruina financeira da metropole, ellas não serão, de modo algum, o motivo da nossa existencia autonoma.” MACEDO 1910: 5-6.

³⁵ Admitindo que “em todas as formas de sociedade, é uma produção determinada, são as relações engendradas por esta, que atribui a todas as outras o seu papel e a sua impor-

Ambas as questões têm a mesma resposta: nos territórios coloniais as necessidades sociais ainda não se satisfaziam enquanto produção capitalista – e portanto, enquanto consumo capitalista. Isto é, muitos equipamentos sociais e serviços dessas sociedades (sistemas de transporte, de comunicações, aparelho escolar, jurídico, etc.) não tinham suficiente procura *solvente* para que o seu funcionamento produzisse lucros. Suponha-se, por exemplo, a construção de uma estrada, reconhecida como necessária para uma comunidade. Para a sua utilidade não importa naturalmente saber se é o Estado ou um capital privado a construí-la. Em contrapartida, importa muito ao capital privado, caso seja ele a fazê-lo, saber se a pode vender; isto é, se as receitas proporcionadas pela estrada o reproduzem com a taxa média de lucro. Sem um trânsito comercial para rentabilizar a obra, o que pressupõe uma massa crítica de produtores de mercadorias a procura-la, nenhum capital privado a construirá. Nestas condições, e não estando em causa a sua utilidade para os capitais existentes, cuja procura somada é no entanto insuficiente para a amortizar, terá de ser o capital público a construí-la.³⁶

Naturalmente que quanto menos necessidades sociais forem satisfeitas através da procura integrada na rotação do capital privado, maiores serão

tancia”, não pode haver dúvida de que nas economias modernas em que toda a soma de valores é potencialmente capital, a entidade “Estado” funciona de acordo com o nexos social dominante. As despesas do Estado são portanto valores que, como todos os outros valores, poderiam render pelo menos a taxa de juro. As somas orçamentadas pelo estado podem ou não funcionar como capital mas são potencialmente capital. Esta transformação foi sintetizada por Marx do seguinte modo: “O próprio conceito de riqueza nacional insinua-se nos economistas do sec 17 (..) como se a riqueza fosse criada apenas para o Estado, enquanto a potencia deste se mede por essa riqueza. Estava ali uma forma inconscientemente hipócrita que anunciava o ponto de vista que a própria riqueza e a sua produção são o unico objectivo final dos Estados modernos, agora considerados unicamente como meio de produzir a riqueza.” MARX 1980: I, 42

³⁶ “ (..) é preciso que seja rentavel para os capitais produtivos, para o capital industrial, pagar o preço dessa estrada. Assim, por exemplo, o primeiro caminho de ferro entre Liverpool e Manchester – tinha-se tornado uma necessidade para os corretores de algodão de Liverpool e ainda mais para os industriais de Manchester (..) O capital enquanto capital – admitindo que existe nas dimensões necessárias – não produzirá caminhos senão a partir do momento em que a produção de caminhos de ferro seja uma necessidade para os produtores, especialmente para o próprio capital produtivo; uma condição para o capitalista faça lucro. Então o caminho será rentavel. Mas, nesses casos, já há o pressuposto de um trafico importante.” MARX 1980: II, 22-23.

os encargos deixados para o Estado – neste caso, a administração colonial – e menor será a taxa de lucro de *todos* os capitais aí empregues.³⁷

A construção das vias de transporte – especialmente dos caminhos de ferro – é um bom exemplo porque absorveu uma fracção importante do capital público exportado para as colónias³⁸ mas está longe de ser o único. Todos os equipamentos do Estado (com ou sem contratos envolvendo capitais privados) que, como produto final, não produzem mercadorias ou serviços realizáveis ao respectivo preço de produção contribuem para aumentar o agregado do consumo, não a acumulação de capital³⁹.

Assim acontecia independentemente da sua potencial utilidade para a reprodução social capitalista⁴⁰, como os que asseguravam o factor “extra-económico” ao mercado de trabalho. Nos ramos instalados nas colónias (excepto nas minas e em alguma agricultura intensiva) o capital produtivo tinha uma composição orgânica baixa⁴¹; visto não haver oferta de trabalho em África (salvo em certas áreas portuárias ou na órbita das minas do Rand), cabia ao aparelho político-militar, pago naturalmente pelo Estado, encontrá-la à força. Eram as chamadas despesas de ocupação e administração – que independentemente do que permitiam a outros ganhar com elas eram em si as mais “improdutivas” de todas. Contrariamente às “despesas de instalação” dos capitais privados, este tipo de encargos vinha para ficar, pelo menos enquanto a proletarianização da sociedade não reproduzisse a

³⁷ “Whatever the rates of profit may be, the more of the total social capital is engaged in non-profitable production the smaller the total profit on the total capital.” MATTICK 1980: 159.

³⁸ Nos territórios britânicos em África, entre 50 a 60% do capital público subscrito foi aplicado em caminhos de ferro e portos. FRANKEL 1969: 6; 374.

³⁹ “Instead of expanding production at the expense of consumption” – como acontece na acumulação de capital – “(...) it expands production with the help of consumption, though it is “consumption” in the form of public works and armaments”. MATTICK 1980: 118.

⁴⁰ Isto é, mesmo quando não se assemelhavam às do “excedente-desperdício”, no sentido dado por BARAN; SWEEZY:1978.

⁴¹ A composição orgânica do capital é o rácio entre o capital constante e o trabalho vivo movimentados; usando as notações referidas na nota 7, define-se como: $c / (v + s)$. É portanto diferente do rácio que normalmente se designa por capital/trabalho, que relaciona o capital constante e os custos do trabalho, que se pode definir como: c / v . No caso da maioria dos investimentos em África, que contavam com taxas salariais muito baixas, a diferença entre os conceitos é importante.

força de trabalho sem a “intervenção da autoridade”.⁴² A experiência das Companhias Magestáticas, quase todas dissolvidas antes do fim da concessão, foi suficientemente elucidativa sobre a não rentabilidade deste tipo de despesa para os capitais privados⁴³. “A colonização não é, com efeito, uma empresa barata”.⁴⁴

Deste modo, e uma vez que os capitais privados não tomavam encargos que não se pagassem a si mesmos, passou a fazer parte dos programas dos *lobbies* coloniais conseguir a sua implementação pelo Estado, com maior ou menor amplitude de tarefas conforme o grau de “desenvolvimento” da colónia⁴⁵. Para uma ordem de grandeza destes encargos, bastará notar que se os custos militares das colónias britânicas – e apenas estes custos – fossem semelhantes aos dos Estados independentes do mesmo nível de desenvolvimento, a carga fiscal sobre os contribuintes metropolitanos teria tido uma redução de 20% (DAVIS; HUTTENBACK 2009: 163).

⁴² “Com efeito, nas partilhas recentes dos domínios coloniais, os países europeus ficaram senhores de muitos domínios em que não exercem ainda a ocupação efectiva, carecendo portanto de aumentar sempre as suas forças coloniais para poderem obter e manter essa ocupação, sem a qual não há administração, nem exploração económica possíveis. Não se julgue, porém, que obtida a pacificação, estas despesas hão de diminuir muito: é necessário depois manter a paz e ao mesmo tempo organizar a defesa das colónias contra qualquer agressão exterior. Por isso esta categoria de despesas tende sempre a aumentar, por mais cuidadosa que seja a administração colonial.” ULRICH 1912: 28.

⁴³ Mesmo a mais dotada de recursos, a British South Africa Company, estava ao fim de trinta anos “anxious to give up its administrative burdens and to be compensated by them”. CAIN; HOPKINS 2001: 582. Para um balanço das concessões magestáticas e da sua insustentabilidade, FRANKEL 1969:21-25.

⁴⁴ O autor desta síntese acrescentava: “Se a administração de um paiz em que todos os serviços estão organizados ha seculos, em que ha já numerosas estradas, portos, canaes, edificios, vias ferreas, etc., custa sommas consideraveis, muito mais custará a administração e a valorisação de paizes onde tudo está por fazer ou ha muito para crear e edificar.” GONÇALVES, O *imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima”, 20-03-1907, 10.º ano, n.º 114, pp. 265-266.

⁴⁵ Um sumário deste programa, retirado de um comentário ao relatório annual do BNU: “N’este progressivo crescimento dos números (...) nota o relatorio quanto se ampliaria mais essa acção se fossem adoptadas medidas urgentes de fomento. Nota, porém, haver nas nossas possessões africanas um interesse manifesto para o desenvolvimento da agricultura colonial “mas a pouca garantia da mão d’obra, a falta de communicações faceis e de linhas ferreas, por onde possam ser transportadas com tarifas conscenciosas os respectivos producttos, afugentam os capitaes de se aventurarem a emprehendimentos de valia, em cujos resultados não podem confiar.” J.F.S., *Chronica Colonial*, “Jornal do Comercio”, 20-02-1912.

O investimento público tendia a ser orientado conforme as prioridades da “valorização” dos territórios, o que levava a que se fizesse em função dos ciclos dos lucros. O quadro 4 apresenta, para o caso português, uma comparação entre despesas públicas nas colónias e taxas de lucro de uma amostra de capitais coloniais⁴⁶.

Quadro 4 – Despesa Pública portuguesa com as colónias e taxa de lucro de capitais coloniais – média das %

Período	A – Despesa média com as colónias	B – Despesa média com as colónias	C.I.P. – taxa média de lucro	C.A.N. – taxa média de lucro	C.A.U. – taxa média de lucro	S.A.C. – taxa média de lucro	CADA – taxa média de lucro	COTONANG – taxa média de lucro	CASSEQUEL – taxa média de lucro	BUZI – taxa média de lucro
1885-1913	4,2	-	10,3 (a)	12,1 (b)		4,0 (c)				2,7 (c)
1914-1929	6,6	6,5	25,6	32,7	11,6	26,9	5,6		11,9	12,4
1930-1938	1,5	1,3	11,0	6,0	0,4	9,2	-1,1	-1,8	3,5	1,7
1939-1960	3,8	4,5	31,5	21,2	7,4	27,3	9,6	30,2	11,7	6,7

(a) Entre 1898-1913

(b) Entre 1910-1913

(c) Entre 1899-1913

Fontes: Para a despesa pública portuguesa: coluna A – a partir de MATA; VALERIO 1994: 269-270 – Quadro D.3 (a despesa total do Estado inclui o serviço da dívida); B – FERREIRA; PEDRA 1988: 98, Anexo I. Para as taxas de lucro das firmas coloniais, a partir dos respectivos relatórios anuais. Exceptuando os casos da S.A.C. e do Buzi, as taxas médias dos sub-períodos 1885-193 e 1914-1929 estão sujeitas a confirmação por serem desconhecidos os valores de duas ou mais taxas anuais.

⁴⁶ C.I.P. (Companhia da Ilha do Príncipe), C.A.N. (Companhia Agrícola das Neves), C.A.U. (Companhia Agrícola Ultramarina e S.A.C. (Sociedade de Agricultura Colonial) eram sociedades anónimas para a exploração do cacau de S. Tomé e Príncipe. CADA (Companhia Angolana de Agricultura), COTONANG (Companhia de Algodões de Angola) e Cassequel (Companhia Agrícola do Cassequel) eram igualmente sociedades anónimas para exploração, respectivamente, de café, algodão e açúcar em Angola. BUZI (Companhia Agrícola do Buzi) era uma outra sociedade anónima para o açúcar, em Moçambique.

A amostra indica que a despesa do Estado com as colónias evoluía no mesmo sentido da taxa média de lucro das firmas coloniais. A desagregação das despesas públicas com as colónias mostrou também que as despesas governamentais classificadas como de “investimento” se fizeram em função destes movimentos cíclicos: nos três últimos períodos do quadro 4, as percentagens médias do investimento dentro das despesas com as colónias são, respectivamente, 42,9; 10,9; 26,3. Embora as “despesas de investimento” (não necessariamente lucrativas) fossem, como se verá, pouco importantes dentro do total das despesas públicas com as colónias, é significativo que elas tenham sido decididas de acordo com a evolução da taxa média de lucro⁴⁷. De notar igualmente que as firmas coloniais consideradas no quadro 4 não incluem companhias mineiras, cujas taxas de lucro tinham geralmente maior intensidade cíclica.

Com ou sem sincronia cíclica, a principal contradição do capital colonial permanece: os super-lucros do capital privado (com ou sem perequação de lucros) e os lucros baixos ou nulos do capital público combinavam-se para produzir efeitos opostos na taxa média de lucro. Admitida a diferença de rentabilidades, a resultante sobre a taxa média de lucro dependia das diferenças absolutas entre as taxas de lucro e entre as massas dos dois agregados de capital, privado e público. Qualquer transformação de capitais privados em capitais públicos reduzia a soma em valorização máxima e contribuía portanto para a diminuição da taxa média de lucro⁴⁸.

⁴⁷ As despesas consideradas de investimento não alteravam a percentagem das colónias no total da despesa do Estado (o coeficiente de correlação é baixo e negativo: -0,11). FERREIRA; PEDRA 1988: 94.

⁴⁸ Assumindo as seguintes notações para os dois agregados de capital, público e privado: r_s – taxa de lucro do capital público; r_p – taxa de lucro do capital privado; r – taxa média de lucro; s – capital público; p – capital privado; a taxa média de lucro pode ser definida como:

$$r = \frac{r_s + r_p}{s + p}$$

Para as variações nas taxas de lucro de cada agregado, (r_s , r_p), tem-se:

1. Variação positiva implica variação positiva na taxa média de lucro r :

$$\Delta r_s > 0 \Rightarrow \frac{(r_s + \Delta r_s) + r_p}{s + p} > r \quad \vee \quad \Delta r_p > 0 \Rightarrow \frac{r_s + (r_p + \Delta r_p)}{s + p} > r$$

Mas haveria, sem essa transformação, outra forma de financiar as despesas do Estado?

A premissa de que, na distribuição do valor produzido numa sociedade dividida em capitalistas e assalariados, qualquer imposto é pago pelo capital deduz-se não só teoricamente como historicamente: para os anos considerados, as massas salariais flutuavam pouco acima dos mínimos necessários. A reprodução da força de trabalho obrigava assim a que qualquer dedução fiscal nos salários fosse compensada, em maior ou menor grau, por um aumento destes⁴⁹. Em consequência, a tributação dos rendimentos do trabalho adiava apenas a redução da taxa de lucro.

2. Variação negativa implica variação negativa na taxa de lucro geral r :

$$\Delta r_s < 0 \Rightarrow \frac{(r_s + \Delta r_s) + r_p}{s + p} < r \quad \vee \quad \Delta r_p < 0 \Rightarrow \frac{r_s + (r_p + \Delta r_p)}{s + p} < r$$

Neste caso, o decréscimo de r é tanto maior quanto maior em valor absoluto for o decréscimo das taxas de lucro parciais.

Neste caso ainda, admitindo também variação nos capitais parciais (s , p):

2.1 Aumento dos capitais parciais (acumulação de capital), acentua-se decréscimo de r

$$\Delta s > 0 \Rightarrow \frac{(r_s + \Delta r_s) + r_p}{(s + \Delta s) + p} < r \quad \vee \quad \Delta p > 0 \Rightarrow \frac{r_s + (r_p + \Delta r_p)}{s + (p + \Delta p)} < r$$

2.2 Diminuição dos capitais parciais (perdas ou desvalorizações parciais de capital), crescimento de r

$$\Delta s < 0 \Rightarrow \frac{(r_s + \Delta r_s) + r_p}{(s + \Delta s) + p} > r \quad \vee \quad \Delta p < 0 \Rightarrow \frac{r_s + (r_p + \Delta r_p)}{s + (p + \Delta p)} > r$$

Nota: O caso 2.2. tem validade empírica na medida em que as taxas de lucro dos agregados (r_s , r_p) variam percentualmente e a massa dos capitais (s , p) em ordens de grandeza igual ou superior à dos milhares.

⁴⁹ Obviamente que esta afirmação não significa que as classes trabalhadoras dos países capitalistas não pagam impostos, especialmente os de consumo; significa apenas que, dado o valor da força de trabalho, esses impostos não alteram a distribuição total de valor: "Os impostos sobre os salários fazem com que estes se elevem e, portanto, diminuem a taxa de lucro do capital. Já vimos que um imposto sobre os bens de primeira necessidade faz aumentar o seu preço, o qual será seguido por uma subida dos salários. A única diferença entre um imposto sobre os bens de primeira necessidade e um imposto sobre os salários é que o primeiro será

Deixando de lado esta solução e excluídas as receitas patrimoniais do Estado, restava a escolha de suportar o aparelho de estado colonial graças ao crédito. Sabe-se que o aumento da dívida pública dos Estados modernos acompanhou o das despesas governamentais, tanto na metrópole como nas colónias. No caso destas últimas, conhecida a ordem de grandeza do que se considerava necessário investir, parecia até que só o crédito poderia evitar uma tributação excessiva. A capacidade de endividamento das colónias era aliás um dos argumentos dos defensores da autonomia dos governos coloniais.⁵⁰ Além disso, os títulos da dívida pública eram considerados das melhores colocações de capital, susceptíveis de frequentemente proporcionarem *windfall profits* (o valor nominal dos empréstimos a alguns Estados chegou a ser duas vezes maior que o capital subscrito)⁵¹.

Simplemente, e mantendo a premissa de nos estados capitalistas não haver outros rendimentos para além de salários e lucros⁵², a dívida pública debitada a esses estados não deixava de ser uma transformação de capital privado em despesa pública. Como tal, não evitava os efeitos negativos sobre a taxa média de lucro. Além disso, ao aumentar a procura de capital, elevava a taxa de juro e reduzia a acumulação dos capitais privados,

necessariamente acompanhado por uma subida de preço dos bens de primeira necessidade e o segundo não.” RICARDO 1978:247.

⁵⁰ “A theoria gladstoniana de só recorrer ao imposto para executar e pagar todas as obras grandiosas de utilidade pública, ou as despesas de uma guerra, é tão impraticável que nem pelo seu proprio auctor pôde ser fielmente cumprida, e seria, alem d’isso, injusta, por obrigar uma geração a pagar melhoramentos materiaes que muitas outras hão de gozar, ao mesmo tempo que não lhe permittiria dar começo ás obras de grande custo e de necessaria rapidez de acabamento. Sem duvida alguma, o imposto deve directamente fornecer parte dos recursos necessarios para os grandes trabalhos de utilidade pública; mas, na sua maior parte, estes teem de ser pagos pelos emprestimos contrahidos sob o credito do Estado.” COSTA 1903: 155-156.

⁵¹ Foi o caso de muitos empréstimos tomados no mercado de Londres por governos centro e sul-americanos. CAIRNCROSS 1953:228.

⁵² Premissa que se pode considerar como historicamente recente (na época da exportação de capitais, já aplicável em geral ao mercado interno das metrópoles coloniais). Durante os primeiros séculos das sociedades modernas, a dívida pública tinha funcionado como fonte de acumulação primitiva, transformando rendimentos *não capitalistas* em juros do capital. “O sistema do crédito público, isto é a dívida pública, de que Veneza e Genova tinham, na idade média, colocado os primeiros marcos, invadiu a Europa definitivamente durante a época manufatureira. (...) A dívida pública opera como um dos agentes mais energicos da acumulação primitiva.” MARX 1977: I, 550-551.

agravando a queda da rentabilidade.⁵³ Tanto no caso dos capitais metropolitanos⁵⁴, como dos coloniais⁵⁵, geralmente confrontados com taxas de juro altas, este efeito do *crowding out* era particularmente sentido.

Os juros da dívida pública representam portanto, como qualquer outro juro e admitida a divisão do produto entre salários e lucros, uma simples transferência de mais-valia e não acrescentam qualquer unidade à massa do lucro⁵⁶. No caso dos empréstimos aos governos coloniais e estrangeiros, seriam os titulares das *securities* londrinas a enriquecer à custa dos capitalistas australianos, argentinos, brasileiros ou portugueses, contribuintes líquidos dos estados devedores. Mas as diferenças nacionais não eram a única contradição entre interesses: em cada administração endividada, todos os capitais cuja participação nas rendas coloniais fosse inferior ao que perdiam com a tributação acrescida pelas despesas e empréstimos coloniais os hostilizavam.⁵⁷

⁵³ Em anos de inflação como os do período 1900-1924 em Portugal, o efeito de *crowding out* seria menor. RIBEIRO 1997: 174-175.

⁵⁴ As dificuldades dos bancos comerciais portugueses para abrir créditos ao capital privado foram descritas assim: “Podendo ser optimos Bancos de commercio, e, como taes, prestarem excellentes serviços á nossa actividade economica, os seus recursos resumem-se a pouco mais do que capital proprio e fundo de reserva, estando este quasi sempre immobilizado. (...)Mas, como poderão elles attrahir ás suas caixas o dinheiro, e levar o publico a effectuar alli o deposito dos seus capitaes, se ha um formidavel concorrente, que, podendo offerecer maiores garantias do que elles, dá um juro minimo de 6%, pago adeantadamente? Hoje, com a enorme abundancia de bilhetes do Thesouro, que ainda havemos de ver reduzidos a fracções minimas, como as cautellas da loteria da Misericordia, só o dinheiro para as despesas, diarias, se deposita nos Bancos .” Arthur Bello, *A divida fluctuante e as carteiras commerciaes*, “Jornal do Comercio”, 23-05-1912, p. 1.

⁵⁵ Na opinião de um comentador de assuntos financeiros coloniais, a falta de transportes em Angola resolvia-se assim: “Mas esse, como os outros da nossa economia colonial, só poderá ter uma solução satisfatoria quando o Estado deixe de pesar sobre a nossa vida nacional com os deficits permanentes e com os actuaes 87 mil contos de divida fluctuante afugentando do mercado os nossos não muito extensos capitaes, pela ancia de satisfazer as suas imperiosas necessidades.” J.F.S., *Chronica Colonial*, “Jornal do Comercio”, 20-02-1912, p. 3.

⁵⁶ “But while in private capital production interest is always a part of realized profit, the interest paid to holders of government bonds has no such profit counterpart, for this interest is paid on capital which yields no profit.” MATTICK 1980:160.

⁵⁷ Um exemplo, o de um *lobby* de exportação vinícola: “O país, Sr. Presidente, tem feito grandes sacrificios para manter e desenvolver as suas colonias e não é justo que aquelles que lá teem interesses digam que Portugal explora as colonias! Podia dizer-se exactamente o contrario. Uma grande parte da nossa divida tem sido contrahida para fazer face ás despesas com as nossas colonias. É de justiça que as colonias auxiliem a metropole, e é bom que fique dito

Era então impossível fazer aumentar os capitais públicos sem a correspondente diminuição da acumulação dos privados? Não, porque a premissa de os rendimentos virem apenas do capital ou do salário não se estendia ao conjunto do mercado mundial. As mercadorias que aí circulavam não resultavam apenas da maneira capitalista de produzir, mesmo se todos os preços e lucros tendessem a ser regulados por esta. Como se viu acima, muitas sociedades camponesas das colónias (e não só) contribuíam para a massa do lucro através das mercadorias que exportavam. Deste comércio se formavam rendimentos primários *não-capitalistas*, independentemente da sua grandeza. No entanto, as sociedades camponesas reproduziam-se independentemente da reprodução dos capitais, ao contrario dos rendimentos da força de trabalho assalariada que, enquanto capital variável, integravam a rotação do capital.⁵⁸ A tributação destes rendimentos pré-capitalistas podia portanto minorar a principal contradição do capital colonial uma vez que não se fazia à custa dos lucros. Quanto mais despesa pública fosse paga por impostos lançados sobre os camponeses dos territórios coloniais, menos capital privado seria fiscalmente desviado dos investimentos de maior rentabilidade para os encargos do Estado colonial; diminuindo esta massa desviada, diminuía também o seu efeito negativo sobre a taxa média de lucro.

Aparentemente, esta política seria consensual na medida em que, para todos os capitais, equivalia a fazer mais despesa pública sem o correspondente aumento de impostos. Não o era sempre, contudo, porque nem todos os ramos de capital beneficiavam do mesmo modo com a tributação dos rendimentos camponeses; os capitais comerciais, por exemplo, estavam muitas vezes contra a cobrança de impostos “indígenas” que, ao atingirem os seus compradores ou fornecedores, os prejudicavam directamente⁵⁹.

aqui no Parlamento que a metropole não tem deixado de fazer todos os sacrificios pelas suas possessões ultramarinas. Basta dizer o seguinte: é que nos ultimos annos desde 1870-1871 a 1900-1901 a metropole tem gasto com as suas colonias mais de 56.115:000\$000 réis em diversos subsidios a companhias, em déficits coloniaes etc.” Reis Torgal, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 10-04-1902, acta n.º 52, p. 25.

⁵⁸ Sobre esta diferença, STICHTER 1982:27.

⁵⁹ Um bom exemplo é o da reacção das casas comerciais do Ambrizete sobre as expedições militares, embora a sua atitude variasse em função das expectativas do negócio. João Jardim, *A expedição á Quincunguila, na circumscripção do Ambrizete*. “Revista Portuguesa Colonial

Mas para as administrações estatais e para os seus principais contribuintes, o objectivo de fazer as colónias pagarem-se a si próprias não tinha discussão. Os pontos seguintes tentam descrever os sucessos e limitações desta política em Africa, nomeadamente nas colónias portuguesas.

3. A “auto-suficiência” das colónias

Os *deficits* coloniais portugueses estavam no centro do conflito entre os capitais coloniais e os restantes, que se recusavam a transferir receita fiscal para subsidiar os lucros dos outros. Havia mesmo os que tinham expectativas de fazer passar parte da dívida metropolitana para as colónias⁶⁰.

Para avaliar o resultado da correlação de forças seria necessário conhecer as contas da execução orçamental das “províncias ultramarinas”, que não eram regularmente publicadas⁶¹. O período entre 1901-1908 permite uma amostra privilegiada para conhecer a grandeza dos *deficits* coloniais uma vez que para estes exercícios existe documentação não publicada combinando informações relativamente seguras sobre a execução orçamental. Deste modo, e começando pela comparação dos saldos, o quadro 5 compara os resultados das contas de exercício e dos orçamentos das colónias portuguesas. O agregado colonial considerado resulta da reunião de oito administrações coloniais (de cinco territórios africanos e três asiáticos). As percentagens reportam os saldos ao total das despesas do Estado português, excluindo neste a amortização da dívida pública e também a rubrica “Ultramar” (para evitar duplicação de contas e maximizar a ponderação dos resultados).

e Marítima”, 20-03-1903, 6.º ano, n.º 66, pp. 260-269. Para um caso de conflito desse tipo entre comércio e administração na Serra Leoa, ABRAHAM 1974:102

⁶⁰ Uma síntese sobre estes últimos: “Para os metropolitanistas, as colónias devem, não sómente nada custar á mãe-pátria, mas ainda dar-lhe benefícios; porque os esforços e os sacrificios da conquista não teriam razão de ser sem a esperança de vantajosas compensações. Outros sustentam que a metropole pode, sem injustiça, exigir das suas possessões contribuições destinadas a indemnizar, pelo menos, as despesas da conquista e da instalação, e as subvenções frequentemente concedidas ao orçamento colonial.” GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-03-1907, 10.º ano, n.º 114, pp. 265-266.

⁶¹ Comissão de Colónias, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-06-1914, acta n.º 136, p. 100.

Quadro 5 – Contas das colónias portuguesas, saldos coloniais e ponderação nas despesas totais do Estado – 1901-1908

Anos	A – Receita cobrada (contos)	B – Despesa efectuada (contos)	C = A-B Saldo efectivo (contos)	D – Saldo efectivo na despesa total do Estado (a) (%)	E – Saldo orçamentado (contos)	F – Saldo orçamentado na despesa total do Estado (a) (%)
1901	6.387	5.694	693	1,4	-92	-0,2
1902	8.078	5.208	2.870	5,5	-13	0,0
1903	8.950	7.106 (b)	1.845	3,4	29	0,1
1904	9.472	8.531	941	1,8	-42	-0,1
1905	9.575	9.782	-208	-0,4	-79	-0,1
1906	9.966	10.314	-348	-0,6	-511	-0,9
1907	10.285	11.019	-733	-1,1	-655	-1,0
1908	10.290	11.388	-1.098	-1,7	-638	-1,0

(a) Despesa sem amortização da dívida pública e sem a rubrica “Ultramar”

(b) Excluídas despesas de exercícios findos do orçamento de Moçambique (14.560 contos)

Fontes:

– para as contas de exercício e orçamentos coloniais:

– para as receitas, AHU, maço 595 – *Nota das receitas previstas nos orçamentos das províncias ultramarinas e das cobradas pelos cofres das mesmas províncias nos exercicios de 1901-1902 até 1908-1909*;

– para as despesas, AHU, maço 595 – *Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar – Mappas por capítulos das despesas effectuadas nas diversas prov.as ultramarinas nos annos económicos de de 1901-1902 até 1908-1909*.

– para as despesas públicas do Estado sem amortização da dívida, MATA;VALERIO 1994: 262-265, Quadro D.1; 269-271, Quadro D.3

A conclusão, aparentemente inesperada, é que se durante este período as contas do Estado estivessem equilibradas, os saldos coloniais nunca atingiriam o *deficit* de 2% (colunas D e F), qualquer que seja o método escolhido para a sua ponderação.

A acumulação dos saldos efectivos nestes nove anos dá mesmo um valor positivo (média anual de 495 contos), o que mostra que se durante esta amostra de anos não houvesse contabilidades paralelas entre a metrópole e as colónias, estas últimas teriam sido contribuintes líquidas para o *deficit* metropolitano. Nem sempre era assim mas os saldos das “provincias ultramarinas” durante períodos mais longos também não ajudam à reputação do “minotauro” colonial: apenas 150 contos de *deficit* médio anual entre 1852-1902⁶². Mais: a julgar pelo deputado Ferreira de Almeida (que tinha calculado um *deficit* médio anual de 2.400 contos para a década entre 1888-1897)⁶³, o quadro 5 mostra que a tendência para o desequilíbrio orçamental se invertera.

Contudo, os *deficits* – de contas ou dos orçamentos – das “provincias ultramarinas” não eram indicadores da despesa pública com a administração colonial. Em todas as metrópoles, grande parte desta passava directamente pelos serviços centrais e por mais de um ministério. O governo britânico, quase sempre tomado como modelo de gestão colonial, tinha as despesas militares coloniais separadas do *Colonial Office*, para não falar do *Indian Office* e da marinha de guerra⁶⁴. A administração francesa

⁶² “Já no seu relatório de 1902, o sr. Teixeira de Souza publicava a nota das receitas e despesas e por ellas se vê que os deficits desde 1852 a 1902 foram na importancia total de 8.554 contos. Como, porém, nos annos de 1869, 1870, 1875, 1876 e 1881 houve saldos positivos de cerca de 1:000 contos, temos que o deficit provavel foi de 7:500 contos, o que corresponde a uma media anual de 150 contos de réis. (...) Cento e cincoenta contos de réis por anno, sujeitos a deducões em que entraremos, quando especialmente nos occuparmos das despesas de Angola, é nada em comparação com o que se pretende attribuir ao minotauro colonial.” MACEDO 1910: 20-21.

⁶³ Ferreira de Almeida, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 21-04-1898, acta n.º 49, pp. 894-895.

⁶⁴ Paul Louis calculava que apenas na Guerra sul-africana, o Reino Unido teria dispendido 1.475 m. £, não incluídas nos seus orçamentos coloniais dos anos 1899-1901 e essa soma excluía a despesa com a *Royal Navy*. LOUIS 1905: 50-51.

parece ter sido mais complexa⁶⁵ e a portuguesa era considerada por muitos como impossível de seguir⁶⁶.

Continuando a considerar o mesmo período (1901-1908), pode tentar-se uma aproximação ao que teria sido creditado às colónias pela administração metropolitana portuguesa. Começando pelo depósito do ultramar – uma conta corrente das “províncias ultramarinas” no Banco de Portugal e obrigatória para pagamentos a realizar na metrópole (pensões e licenças a funcionários, fornecimentos de material de guerra, etc.) – confirmam-se os resultados do quadro 5. Apesar de se ter muitas vezes considerado esta conta como um encargo *de facto* sobre a metrópole⁶⁷, no final do exercício de 1908 o saldo acumulado das colónias era positivo (193,3 contos).⁶⁸ Não sendo grande, devia pelo menos chegar para compensar outro suposto factor do *deficit* colonial, o atraso no pagamento dos vales do correio (que no exercício de 1907 ia em cerca de 96 contos).⁶⁹ Para o efeito de apurar des-

⁶⁵ Para os problemas metodológicos relativos à contabilidade colonial francesa, MARSEILLE 1984:125-126. Para os comentários portugueses a esta complexidade, que se assemelhava parcialmente à portuguesa, GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-03-1907, 10.º ano, n.º 114, pp. 265-266.

⁶⁶ A dimensão real dos deficits coloniais parece ter ficado por esclarecer, tanto nos governos monárquicos como republicanos. De um relatório de uma comissão parlamentar em 1911: “Não temos as contas gerais das colónias, nem há meio de fiscalizar as suas despesas.” José Barbosa, “Diário da Camara dos Deputados”, 29-11-1911, acta n.º 19, p. 12.

⁶⁷ Já em 1888 o ministro Barros Gomes falava de um “subsídio” metropolitano de 168 contos anuais só por conta “dos ordenados dos funcionarios do ultramar residentes em Lisboa com licenças das juntas (de fazenda das colónias)”. Decreto de 17-12-1888, “Diário do Governo” 21-12-1888, n.º 292, p. 2815. Mais de vinte anos, depois, a mesma queixa: “As colónias tendem a usar cada vez mais desta fôrma de pagamento e, em regra, não se apressam a liquidar as suas contas com o tesouro da metrópole, ficando assim devedoras a êste de quantias importantes. Para evitar êste mal convém exigir das colónias uma caução, proporcional à importância dos seus pagamentos na metrópole, formando-se assim entre esta e a colónia uma conta corrente, em que a primeira deve sempre figurar como devedora.” ULRICH 1912:47-48.

⁶⁸ O acumulado incluía o transporte do saldo anterior ao exercício de 1901-1902. AHU, maço 595 – *As Províncias ultramarinas em c/c com o cofre do Deposito do Ultramar durante os annos economicos de 1901 a 1909*. AHU, Maço 595.

⁶⁹ Pelo artigo 45.º da carta de lei de 25 de março de 1907 as colónias eram obrigadas a depositar nas agencias do Banco Ultramarino, à ordem do ministério da Fazenda, a importancia dos vales do correio que tivessem emitido e que o Estado devia pagar na metrópole. António Centeno, “Diário da Camara dos Senhores Deputados”, 22-08-1908, acta n.º 75, p. 10.

vios orçamentais da metrópole para as “províncias ultramarinas”, podem portanto ignorar-se estas duas compensações de despesa.

Resta ver quanto do orçamento metropolitano (a partir de capítulos de diferentes ministérios) foi directamente para as grandes obras públicas e as expedições militares coloniais destes anos. “Em Portugal não ha divida colonial. Todos os empréstimos realizados para obras de caminho de ferro, nas provincias ultramarinas estão a cargo da metropole. O nominal, os juros e a amortisação desses empréstimos estão incluídos nas importancias descritas no orçamento do Estado, para encargos da divida publica.”⁷⁰ Em 1909, só para garantia de juros de caminhos de ferro coloniais o orçamento metropolitano tinha o encargo anual de 1.088 contos⁷¹.

Continuando a tentativa iniciada pelo quadro 5, o quadro seguinte estima a ponderação das despesas das colónias pagas pelo orçamento metropolitano sob a forma de créditos “especiais” ou “extraordinários”.

⁷⁰ Em 1908 o ministro Manuel Afonso de Espregueira calculava que de 1870-1871 a 1902-903 o total pago pela realizadas pela metropole “para expedições, obras extraordinarias, etc.” fosse de 48.200 contos”. Citado por MACEDO 1910: 18-20. Neste caso, a média anual dos encargos passados para o orçamento metropolitano seria da ordem dos 1.461 contos / ano, a juntar ao *deficit* das provincias.

⁷¹ Antonio Cabral, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 23-04-1909, acta n.º 26, p. 20.

Quadro 6 - Créditos especiais, total dos encargos com as colónias e ponderação nas despesas totais do Estado - 1901-1908

Anos	A - Créditos especiais para as colónias (contos)	B - Saldo efectivo das colónias (contos)	C = A - B Total dos encargos coloniais da metrópole (contos)	D - Despesa total do Estado (a) (contos)	E = A/D Créditos especiais para as colónias na despesa total do Estado (%)	F = C/D Total dos encargos coloniais na despesa total do Estado %
1901	449	693	-244	50.000	0,9	-0,5
1902	140	2.870	-2730	52.000	0,3	-5,3
1903	0	1.845 (b)	-1845	54.000	0,0	-3,4
1904	850	941	-91	53.000	1,6	-0,2
1905	2.247	-208	2455	53.000	4,2	4,6
1906	1.400	-348	1748	54.000	2,6	3,2
1907	1.386	-733	2119	67.000	2,1	3,2
1908	1.278	-1.098	2376	63.000	2,0	3,8

(a) Despesa sem amortização da dívida pública e sem a rubrica “Ultramar”

(b) Excluídas despesas de exercícios findos do orçamento de Moçambique (14.560 contos)
Fonte:

- para os créditos “especiais”, Boletim Oficial da Província de Angola, 1-11-1910, suplemento nº 55, pp. 4-5;
- para os saldos efectivos das colónias e despesa total do Estado, ver quadro 5

Nesta amostra, os resultados voltam a contrariar o esperado porque:

- a) os créditos especiais continuam percentualmente baixos relativamente às despesas totais do Estado (coluna E: média anual de 1,7%);
- b) os créditos especiais, quando balançados com os saldos coloniais não impediram as colónias de ser contribuintes liquidadas durante os anos

1901-1904 (coluna C, na qual os números negativos representam os subsídios das colónias para o orçamento da metrópole);

c) os créditos especiais, quando balançados com os saldos coloniais, representaram percentualmente em média apenas 0,8% despesas totais do Estado (coluna F, na qual as percentagens negativas representam a ponderação das colónias na cobertura das despesas totais da metrópole).

A partir de 1905 registou-se uma inversão da tendência: aumento do deficit colonial e, paralelamente, dos créditos transferidos do orçamento metropolitano para os coloniais. Em 1913, o efeito combinado dos dois encargos já pode ter representado mais de 5% da despesa total do Estado⁷²; subiu certamente em seguida, com as despesas militares, entre 1914-1918.

É preciso notar que o *lobby* colonial contestava que se pudessem somar os valores absolutos dos *deficits* coloniais e os dos créditos transferidos do orçamento geral: a falta de contabilidade separada da dívida colonial não queria dizer as “províncias ultramarinas” não a fossem pagando, através dos seus orçamentos respectivos. Os créditos especiais votados não representariam portanto subsídios (mas sim empréstimos do governo central)⁷³. Além disso, muitas despesas “de soberania”, especialmente militares, que noutros sistemas administrativos eram imputados às metrópoles, também

⁷² Para esse ano, a soma do *deficit* colonial orçamentado com os créditos especiais votados para as colónias dá 3.250 contos, correspondente a 5,4% da despesa do Estado (calculada como nos quadros 5 e 6). Para o deficit orçamental, MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS 1916: 168-171; para os créditos especiais, *Projecto de lei n.º 187*, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-06-1914, acta n.º 136, p. 106; para a despesa do Estado, ver quadros 5 e 6.

⁷³ Mesmo no caso mais extremo de colónia deficitária: “Nos orçamentos de Angola tem vindo a nota de juros da dívida ao Banco ultramarino, na importância annual de 32:600\$000; durante muito tempo sob a rubrica “amortisações das dividas da provincia” se inscreviam a principio 15 contos e depois de 1893 a 1897, 5 contos. A carta de lei de 22 de junho de 1880 autorizou um emprestimo que a provincia pagou com a prestação annual de 2:396\$100. A carta de lei de 22 de Março e decreto de 25 de Junho de 1886 autorizou um emprestimo que a provincia pagou com a prestação annual de 12.242\$000 réis. De 1890-91 em diante nos orçamentos aparecia sempre a importância de 33 contos para amortisar encargos e emprestimos para obras publicas. Portanto é um tanto fatigante, e um tanto irritante, para os que ouvem esta constante antífona dos encargos não solvidos de Angola e das outras colonais, um tal fraseado.” MACEDO 1910: 16.

o poderiam ser no caso das “provincias ultramarinas” portuguesas, o que diminuiria os seus *deficits*.⁷⁴

Abstraindo da discussão sobre o cálculo da dívida colonial, importa no entanto, para o objectivo de evidenciar a principal contradição dos investimentos coloniais, comparar os resultados líquidos das “provincias ultramarinas” com os metropolitanos. Na amostra considerada (1901-1908), as médias anuais são: saldo total das contas coloniais (isto é, saldos coloniais menos créditos metropolitanos), -473 contos; saldo das contas públicas do Estado, -8.500 contos⁷⁵.

A comparação é em si conclusiva: as colónias não eram auto-suficientes mas as deduções a que obrigavam os orçamentos metropolitanos não podiam produzir *deficits* que eram, em média, cerca de 18 vezes superiores aos seus. Face a estas ordens de grandeza, fica naturalmente excluída a possibilidade de se estabelecer qualquer relação causal directa entre uns e outros.⁷⁶ A razão da hostilidade metropolitana para com as despesas públicas coloniais não pode explicar-se pelo desequilíbrio das contas destas.

Na verdade, o que estava em causa não eram os saldos mas a *totalidade* do orçamento das “provincias ultramarinas”. As despesas coloniais – que, como se viu, não paravam de crescer – exigiam um aumento correspondente de transferências do capital privado. No caso da amostra dos anos 1901-1908, essa despesa atingiu a média anual de 8.630 contos, o que representava 12% em média da despesa total do Estado (isto é, colonial e metropolitana). Nesses anos a despesa pública total (colonial e metropolitana) equivaliu a 8% do PIB português, que foi em média de 862.250 contos. Considerando apenas este universo e admitidas estas proporções, um pequeno contrafactual mostra que com taxas de lucro de 18 e 6%, res-

⁷⁴ MACEDO: 35-39 (que cita muitos relatórios ministeriais concordantes com esta doutrina); para os “direitos de soberania”, ULRICH 1912: 31-33.

⁷⁵ O deficit metropolitano representa a diferença entre receitas fiscais (sem receitas patrimoniais) e despesas efectivas (estas nas condições do quadro 6, isto é, sem serviço da dívida nem despesas do ultramar). Para as receitas, MATA, VALERIO 1994: 266-268 – quadro D2; para as despesas, ver quadro 5.

⁷⁶ A ideia de que as colónias eram responsáveis pelo deficit da metropole já tinha sido refutada precisamente por estas ordens de grandeza: “E o que é interessante é que no anno de 1888 em que o deficit atingiu a soma colossal de 9.600 (...) attribuia-o o ministro da fazenda de então (M. de Carvalho) ás despesas coloniaes que tinham tido o deficit mesquinho de 872 contos sujeitos a rectificações, em que fica bastante reduzido.” MACEDO 1910: 27-28.

pectivamente nas colónias e na metrópole, a taxa média de lucro aumentaria apenas 0,1%. Isto é, pode prever-se que com um diferencial entre taxas de lucro de 3 para 1, os interesses coloniais – pelo menos enquanto pudessem evitar a perequação do lucro extra – pressionariam certamente para que continuasse o investimento colonial do estado. Para os restantes capitais, com poucas ou nenhuma expectativa sobre o que as colónias lhes davam a ganhar, já seria mais duvidoso que aceitassem, sem discussão, um aumento médio de impostos de 8 ou 9 mil contos, com tendência para aumentar⁷⁷. Esta é a verdadeira grandeza da contradição dos capitais exportados para as colónias: a extensão adicional do aparelho de Estado nas colónias, que implicava a correspondente esterilização de mais-valia.

A soma das despesas públicas coloniais só não exigiria uma soma igual de transferências fiscais de lucros em duas situações. A primeira seria a de as despesas públicas serem reprodutivas, ou seja a situação em que pelo menos parte da despesa pública colonial fosse financiada através do património privado do estado. A segunda seria a de se fazer receita fiscal tributando os rendimentos *não-capitalistas*.

O ponto seguinte foca-se portanto no lado da receita das finanças coloniais, onde se encontra a chave da contradição do capital colonial.

3.1. A tributação sobre os capitais

No caso das “províncias ultramarinas” portuguesas, as receitas cobradas durante o período considerado (1901-1908) distribuíram-se por cinco capítulos orçamentais, com as seguintes percentagens médias:

⁷⁷ Em 1908, a Comissão de Fazenda do parlamento português, depois de enumerar indicadores do crescimento dos capitais coloniais (entre 1887 e 1906, o valor das exportações coloniais tinha-se multiplicado 16 vezes, as reexportações coloniais 4 e as exportações metropolitanas para as colónias 3,5) interrogava-se: “Mas ao passo que estes Algarismos nos dão uma lisonjeira impressão do progresso e prosperidade colonias, as verbas inscritas no orçamento metropolitano para despesas ultramarinas mostram-nos os pesados sacrifícios que taes progressos nos custam. (...) Não parece mesmo que esta larga e persistente sangria no Thesouro metropolitano nos traga como compensação o claro reconhecimento dos serviços recebidos.” Comissão de Fazenda, “Diário da Camara dos Senhores Deputados”, 11-08-1908, acta n.º 64, p. 17.

A – Impostos directos	B – Impostos indirectos	C – Bens próprios e diversos rendimentos	D – Compensação de despesa	E – Rendimentos com aplicação especial
35,9	33,6	25,7	0,1	4,7

Fonte: AHU, maço 595 – *Nota das receitas previstas nos orçamentos das províncias ultramarinas e das cobradas pelos cofres das mesmas províncias nos exercícios de 1901-1902 até 1908-1909.*

O agregado dos impostos (colunas A, B e E) representou assim praticamente 3/4 da receita e o património do Estado cerca de 1/4.

Os 25% de ponderação dos rendimentos patrimoniais estavam, na época, acima do habitual nas contas públicas⁷⁸ e reflectiam uma particularidade dos territórios coloniais portugueses: o seu papel enquanto fornecedores de serviços para os *special mineral territories*. Resultavam principalmente das receitas dos portos e caminhos de ferro do Estado ligados ao Rand, às Rodésias e ao Congo belga. Durante estes anos a contribuição de Moçambique, isto é do porto e caminho de ferro de Lourenço Marques, foi determinante para este tipo de receitas⁷⁹. O património do Estado nessa colónia, que gerava em média 43% da sua respectiva receita, representava nada menos de 83% do total do agregado dos rendimentos próprios do Estado nas colónias. Contudo, a importância dos rendimentos patrimoniais em Moçambique era uma excepção: em todos os outros territórios africanos as percentagens eram iguais ou inferiores a 8%⁸⁰ e, como se viu, o custo da implementação de equipamentos deste tipo tinha previamente

⁷⁸ Marnoco e Sousa calculava que em 1891-1892 os rendimentos do património imobiliário do Estado na metrópole representavam 11% das receitas. SOUSA 1893:33. Em geral as percentagens do património do Estado nas colónias seriam sempre superiores à metrópole devido às receitas da venda ou concessão de terrenos.

⁷⁹ Em 1906, dizia o ministro do Ultramar sobre o c.f. e o porto de Lourenço Marques, cuja receita tinha aumentado dez vezes em quinze anos: “O seu trafego era ha dez annos (1894) de 59:880 toneladas; foi em 1904 de 342:063, quasi o sêxtuplo (...) Para terminar resta-nos indicar o movimento marítimo do porto ; tem mais que duplicado em dez annos quanto ao numero de navios e triplicou quanto á tonelagem.” Aires de Ornelas, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 19-12-1906, acta n.º 53, p.33.

⁸⁰ A India (18%) e Timor (12%) eram, a larga distância, os casos que mais se aproximavam de Moçambique.

feito expandir a despesa do Estado (neste caso, através da dívida pública). Pode pois concluir-se que as receitas públicas vinham, na maioria dos casos, exclusivamente dos impostos.

Neste agregado, a ponderação dos directos e indirectos distribuía-se desequilibradamente mas nos territórios africanos (com a excepção de Moçambique pelas razões apontadas) os indirectos representavam mais de metade de toda a receita: 65% na Guiné; 61% em Cabo Verde e em S. Tomé; 52% em Angola.

Como mais de 90% dos impostos indirectos eram cobrados nas alfândegas, pode dizer-se que a aplicação da pauta de 1892 determinava a base das receitas coloniais: naquelas onde, por várias razões tal não era possível, como em Moçambique ou nas colónias asiáticas (salvo em Timor), os indirectos representavam menos de um terço da receita.

Quem pagava os direitos alfandegários nas colónias sujeitas às pautas portuguesas? Antes da ocupação colonial, certas situações de monopólio como a do comércio português na Africa Central podiam, através dos preços e dos termos de troca, fazer com que esses direitos fossem integralmente pagos pelos consumidores e exportadores africanos⁸¹. Mais tarde, depois da ocupação completa dos territórios, o mesmo voltaria a ser possível: as administrações coloniais podiam aí aplicar as suas pautas livremente, ao contrário do que acontecia em estados “clientes”. No Uganda, por exemplo, a tributação indirecta tornou-se na década de 1930 a principal receita fiscal cobrada às sociedades camponesas (JAMAL 1978: 426-428). Na Índia portuguesa, quando totalmente controlada, os impostos de consumo, como o abkari, tinham aumentado 10 vezes entre 1879-1889 e eram considerados “uma verdadeira mina!”⁸².

Contudo, entre uma situação e outra, o comércio colonial encontrou-se praticamente impossibilitado de transferir a carga fiscal indirecta. Com

⁸¹ “De facto, com a aplicação do imposto indirecto, que, em última análise, vinha, pela sua repercussão natural, a ser suportado integralmente, ou quasi, pelo indígena, sem contudo êle disso dar fé, poderia parecer à primeira vista ter-se encontrado o desideratum dos nossos legisladores, em matéria de impostos indígenas. E, se as necessidades do Tesouro Público exigissem um aumento de receitas, encontrar-se-ia a solução no caso do agravamento da taxa estabelecida.” . COLÓNIA DE ANGOLA 1931: 4.

⁸² GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima”, 10-02-1908, 11.º ano, n.º 125, pp. 208-209.

uma incompleta ocupação dos territórios pela administração colonial (que não controlava o *hinterland* nem as fronteiras terrestres) e sofrendo ao mesmo tempo os efeitos da concorrência europeia estabelecida nos territórios vizinhos, o comércio português da Guiné, de Angola ou de Moçambique não tinha condições para manter os termos de troca no caso de imposição de qualquer adicional fiscal. Nas zonas concorrenciais, os termos de troca levavam mesmo à partilha de lucros comerciais com os comerciantes africanos⁸³, de quem dependia o volume do comércio⁸⁴. Os produtores e consumidores africanos podiam escolher as alfândegas e os preços mais favoráveis. O norte de Angola, abrangido pela convenção internacional do Congo, representava um caso extremo desta exposição à concorrência alfandegária⁸⁵. Mais: a falta de controlo administrativo sobre o território permitia mesmo às próprias autoridades africanas cobrar direitos sobre o comércio. Em 1912, um relatório oficial admitia que as barreiras alfandegárias em certas regiões de Angola só poderiam funcionar se as autoridades tradicionais fossem associadas á cobrança dos direitos; propunha-se um emolumento especial e mostrava-se que os efeitos negativos de tal medida ao prestígio das autoridades coloniais seriam

⁸³ No caso da borracha de Angola, a concorrência entre as casas comerciais europeias podia triplicar o preço de compra aos vendedores africanos: “A elevação sucessiva do preço da borracha, durante o anno de 1898, em que este genero chegou a attingir a bella cotação de 2\$400 réis, deu margem a que muitas casas commerciaes do littoral, no intuito de attrahirem as caravanas de gentio, e esperanças sempre na indefinida subida de preço, déssem repetidos e puchados tingues (especie de gorgeta), em que muitas vezes a borracha lhes ficava pelo triplo do seu valor.” MALHEIRO 1903:151-152. Para uma tipologia da repartição de rendas no comércio com a exploração camponesa africana, HARMS 1975; SANTOS, 2012.

⁸⁴ Sobre os anos 1901-02 em Angola: “A origem d’essa crise é a que foi já, muitas vezes, e ha de ainda repetir: a dependencia em que estamos do commercio com o indigena”. LARA 1901:6.

⁸⁵ Falando sobre a concorrência do Congo francês e belga sobre o do norte de Angola: “Estamos em abril de 1903: o caminho de ferro avançou até ao kilometro 80, bloqueando-nos; os nossos rios enredam-se e emmaranham-se cada vez mais, pela aglomeração de ramarias e troncos cahidos, (...) Em compensação, li nos jornaes, de agosto do anno passado, que foi approved um novo systema tributario para o Congo. Tributemos, pois... emquanto as casas de madeira se não mudam para o visinho do lado.” João Jardim, *A expedição á Quincunguila, na circumscripção do Ambrizete*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima”, 20-05-1903, 6.º ano, n.º 68, pp. 67-68.

irrelevantes porque os sobas já efectivamente cobravam “o seu saguate” às caravanas comerciais⁸⁶.

O avanço das linhas ferroviárias nos territórios vizinhos acelerava a criação de redes comerciais paralelas e aumentava o contrabando.⁸⁷ Esta espécie de livre-cambio forçado afectava o sul de Moçambique ainda em maior escala que Angola, devido às ligações com o Rand e à emigração para as minas sul-africanas.⁸⁸

Neste conjunto de circunstâncias, eram portanto os capitais comerciais quem pagava os direitos pautais, sob pena de ver diminuir o seu volume de negócios: por restrição da produção africana ou por desvio de comércio para os concorrentes⁸⁹. As variações pautais, aumentando ou diminuindo direitos, alteravam sobretudo a distribuição de lucro comercial entre capitais. O aumento dos direitos sobre os têxteis concedido pela pauta de 1892 vinha a ser pago pelas casas comerciais exportadoras de borracha, que os “permutavam” sem compensações no preço de revenda. Por outro lado, parte dos lucros da indústria algodoeira também se transferia para o Estado sob a forma de um adicional destinado aos os caminhos de ferro de

⁸⁶: “Não ha difficuldade em criar com os sóbas da fronteira uma barreira fiscal (...) basta decretar que as cargas ao passarem na fronteira do concelho do Ambriz para o distrito de Loanda paguem um tanto por carga de 45 kilos, sendo êsse tanto para o soba; e não haverá duvidas de que elles e os seus filhos não deixarão de ser a melhor garantia possivel da fiscalisação” SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1913a: 67-68.

⁸⁷ “A viação transformou-se por completo no interior d’Africa e o acesso ás regiões, então mal conhecidas faz-se hoje mais rapida e economicamente que no interior d’algumas das nossas colonias. O contrabando, que se reputava em 1892 uma hypothese a temer, é hoje um facto.” J.F.S., *Chronica Colonial*, “Jornal do Comercio”, 12-04-1910, p. 1.

⁸⁸ Um funcionário administrativo explicava assim a depressão do comércio português no sul do Save: “Verdade seja que o indigena, por motivos pautaes, encontra no Transvaal as mercadorias que mais usa – algodões – por um preço inferior ao do seu paiz e d’ahi não deve causar estranheza a sua acquisição ali, visto que lh’a facilitam; mas o peor é que elle traz, em regra, quantidade superior á de que precisa, para distribuir depois pelos que d’ella carecem e não foram á região em que foram adquiridas, dando em resultado o maior aggravamento do commercio local com este novo methodo de concorrência.” *O Commercio das Colónias*, “Jornal do Comercio”, 17-04-1910, p.3.

⁸⁹ “O commercio do sertão, que é a borracha, deve ser em pouco tempo açambarcado pelos nossos vizinhos, de sorte que os commerciantes que tenham a sua principal acção no litoral, dentro em pouco, tambem hão de desenganar-se de que nada mais teem ali para fazer, e transportarão os seus haveres para as colonias visinhas, onde irão installar-se, porque o commercio não tem patria.” LARA 1901: 13.

Angola⁹⁰. As transferências da carga fiscal para os consumidores africanos teriam de contar com outros procedimentos que não o do aumento dos direitos pautais.⁹¹

Sendo portanto irrelevante para a taxa média de lucro saber que ramos do capital pagavam os impostos indirectos, a desigual distribuição da carga fiscal entre eles tinha contudo um enorme impacto nas finanças públicas. Por exemplo, no caso da repartição dos impostos aduaneiros, as queixas do capital comercial de Angola confundiam-se com as da administração da colónia. Entre 1897 e 1902, a importação de tecidos de algodão tinha dado às alfandegas o seguinte rendimento:

	Toneladas	Direitos (contos)
Importação metropolitana	12.211,5	489
Importação do estrangeiro	4.175,3	1.605,4

Isto é, se 74% da importação privilegiada (a da metrópole) não pagasse apenas 23% dos direitos, o governo de Angola poderia arrecadar uma receita que, no limite e mantendo-se o volume da importação, poderia chegar a um acréscimo de 3.423 contos (cerca £ 533.136)⁹². Isto é, uma quantia 1,5 vezes superior ao deficit orçamental da colónia para esse ano.

Nos orçamentos de Moçambique, a dependência do comércio de trânsito para o Rand e a concorrência com os caminhos de ferro sul-africanos era tão determinante que a margem para aumentar os direitos era quase

⁹⁰ A indústria pagava 10 réis por quilograma de algodão importado para o fundo do caminho de ferro de Benguela, (depois transferido para o de Malange) – neste caso, “um sacrificio oferecido ao comerciante nacional africano”. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1913a: 47.

⁹¹ Um procedimento alternativo: a venda de fazendas “com pouquissimo algodão (..) pagando à fazenda os direitos por pezo (..) de que se tributa a goma do preparo como se fosse algodão (..) decerto seria iniquo se o interesse do negociante e do estado não fôsse exatamente fornecer ao indigena uma fazenda que á primeira lavagem fica um trapo quasi inutil, o que o obriga a trabalhar para adquirir outra”. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1913a: 45.

⁹² J.F.S., *Chronica Colonial*, “Jornal do Comercio”, 12-03-1912, p. 3

nula. Ainda assim, a massa da tributação era de tal ordem que os impostos indirectos de Moçambique representavam 34% de todo o agregado colonial deste tipo de impostos; o objectivo da politica portuguesa era mesmo diminuir os diferenciais pautais e tarifários com a União Sul-Africana, não aumenta-los⁹³.

Se os impostos indirectos não podiam ser suportados pelas populações africanas dos territórios coloniais antes da sua completa ocupação, menos se poderia esperar que tal acontecesse com os directos. Foram os rendimentos europeus quem começou por suportar a maioria das contribuições directas, das quais as principais incidiam sobre a propriedade.

No sistema fiscal português, os três principais impostos que oneravam a propriedade imobiliária eram a contribuição predial, o imposto de registo e o de selo, sendo este último aplicável a qualquer acto público⁹⁴. O atraso da agricultura capitalista e da urbanização⁹⁵, a não distinção fiscal entre propriedade rústica e urbana, a falta de matrizes e de fiscalização diminuía a receita da contribuição predial e dos dois impostos que lhe estavam associados. Mesmo no arquipélago de S. Tomé, quase integralmente dividido por grandes companhias agrícolas e onde o cadastro teria mais condições de orientar a cobrança, o Estado tinha preferido fazê-la através de um adicional aos direitos de exportação (COSTA 1903: 85-87). Nos territórios africanos durante o período da amostra considerada, a percentagem média combinada destes três impostos (predial, selo e registo) no total dos impostos directos oscilou entre 17 (Moçambique) e

⁹³ Na opinião de alguns, sem o contrabando para os territórios britânicos causado pelas diferenças de direitos, as alfandegas de Moçambique poderiam ainda render mais, apesar de aplicarem direitos muito inferiores aos das pautas da Africa ocidental: "Se se dissesse a um economista que uma colonia portuguesa em Africa, tendo um movimento commercial geral de mais de 35:000 (contos), apenas representa 1:000 contos de direitos, difficilmente acreditaria." Augusto Ribeiro, *Revista Ultramarina*, "Revista Portuguesa Colonial e Maritima", 20-04-1907, 10.º ano, n.º 115, pp. 39-40.

⁹⁴ Em 1912, uma proposta de reforma tributária pretendia fazer englobar no imposto de selo "muitos dos impostos directos actualmente existentes" (e que na altura eram nada menos de 45!). SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1912: 13-14.

⁹⁵ "As condições especiaes destas provincias, porém, que, até ha pouco tempo, só estiveram efectivamente occupadas em alguns pontos do litoral, cuja cultura está bastante atrasada e cujos serviços de fazenda deixavam muito a desejar, têm tornado este imposto, até hoje, muito pouco rendoso." GONÇALVES, O imposto colonial, "Revista Portuguesa Colonial e Maritima", 20-07-1907, 10.º ano, n.º 118, pp. 159-160.

85% (S. Tomé e Príncipe), reflectindo de alguma forma o grau de desenvolvimento da agricultura capitalista.

O outro grande imposto directo era a contribuição industrial, que incidia sobre lucros e rendimentos profissionais. Sendo em África uma tributação quase exclusivamente sobre capitais comerciais que operavam no “sertão”, cujo volume de negócios era impossível de fiscalizar pela administração, a evasão fiscal era aqui ainda maior que no caso dos impostos sobre a propriedade. Na Guiné e em Angola acabou mesmo por ser substituído, tal como a contribuição predial, por adicionais aos direitos de exportação.⁹⁶ Em Angola o novo método de cobrança resultou e em 1908 a contribuição industrial quase duplicou relativamente a 1901, representando em média cerca de 54% do total dos impostos directos cobrados na província. Em Moçambique, onde as receitas deste imposto tinham começado por ser muito superiores às de Angola, a sua percentagem era apenas de 19%⁹⁷, aproximadamente a mesma que na Guiné antes de ser cobrada nas alfândegas.

A tentativa de cobrar impostos sobre os salários rurais, que seria uma forma diferida de tributar os capitais, tinha ainda menos viabilidade nas colónias que na metrópole. Os investimentos na agricultura eram escassos, salvo em S. Tomé e a experiência de taxar os salários dos *serviçais* (os trabalhadores das roças de cacau) enfrentou precisamente a oposição das companhias de cacau, durando por isso pouco tempo⁹⁸.

⁹⁶ Nas colónias inglesas e em algumas francesas este imposto cobrava-se através de licenças de comércio. GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-09-1907, 10.º ano, n.º 120, p. 252. Uma variante da contribuição industrial, mais fácil de cobrar e contabilizada separadamente, era a que incidia sobre os emolumentos dos funcionários públicos e que contribuía em média com cerca de 1 a 2% das receitas dos diretos.

⁹⁷ Parte da contribuição industrial em Moçambique era paga pelo comércio indiano. O governador Freire de Andrade tinha fixado em £ 3 as respectivas licenças de comércio. ANDRADE 1950:357-358.

⁹⁸ O decreto de 24/11/1883 impôs uma taxa de 5% sobre os salários dos serviçais em S. Tomé e Angola (de onde eram originários os trabalhadores do cacau). Para se compreender a hostilidade dos capitais agrícolas, deve notar-se que na metrópole os salários diários até \$800 estavam isentos; em S. Tomé, o Decreto de 29/01/1903 (art. 50º) tinha estabelecido salários mínimos mensais de 2\$500 para homens e 1\$800 para mulheres que (no caso de efectivamente serem pagos, diga-se) correspondiam a um máximo de apenas \$83 diários (10 vezes menos que na metrópole, ainda que os complementos não monetários em S. Tomé fossem superiores aos da metrópole). Este imposto foi extinto pelo decreto de 21/05/1896.

Em síntese, os orçamentos coloniais viam-se confrontados com a escassez da massa tributável (veja-se a correcção ao quadro 3, sobre a pequena grandeza dos capitais privados nas colónias portuguesas). Isso significa que a contradição entre as taxas de mais-valia superiores nas colónias e a necessidade de investimentos públicos de baixa rentabilidade era mais intensa nos anos iniciais das administrações coloniais. A exportação de capitais privados só aconteceria depois das grandes despesas improdutivas (militares, comunicações, etc.) mas inicialmente estas encontravam localmente pouca massa tributável para se fazerem pagar. Nos anos 1900, a inevitabilidade do aumento da despesa colonial parecia um dado adquirido e com ela a oposição de muitos interesses metropolitanos⁹⁹.

Havia, como se viu, uma saída da contradição e sabia-se bem qual: a tributação dos rendimentos camponeses¹⁰⁰. Não era uma solução exclusiva dos territórios portugueses e muitas administrações coloniais no seu início chegavam à mesma conclusão¹⁰¹. Além disso, e precisamente por incidir

GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-09-1907, 10.º ano, n.º 120, p. 253.

⁹⁹ Mesmo os *lobbies* coloniais hesitavam: “Se as receitas progredirem e prosperarem, as despesas extraordinárias augmentam prodigiosamente, avolumam-se os encargos e as responsabilidades por uma forma tal, que a breve trecho a situação será irreductível. Achamos excellente, e nós mesmos a temos sustentado e defendido, a política dos melhoramentos materiais, porque entendemos que elles correspondem a necessidades imperiosas do desenvolvimento colonial, constituindo seguros elementos de receita publica, mas isso não impede que achemos igualmente excellente que se não augmentem demasiadamente os encargos da administração (...) A continuar-se assim não haverá meio de equilibrar o orçamento colonial e prevemos que um momento chegará em que não haverá meio de, sem transacção, resolver as difficuldades resultantes.” Augusto Ribeiro, *Revista Ultramarina*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-08-1903, 6º ano, nº 71, pp. 231-232. Uma década depois, o principio dos orçamentos coloniais equilibrados à custa de cortes na despesa ainda aparecia como uma “heresia financeira”. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1912: 9.

¹⁰⁰ “É claro que nenhuma nação colonisadora pôde ter a insensata pretensão de exigir, desde logo, quando o paiz acaba de ser conquistado e pacificado, e quando as terras apenas principiam a ser cultivadas, um imposto predial, pela simples razão de não existir ainda materia colectavel. (...) Mas, a colonisação raro se efectua, hoje, em paizes desertos e incultos em toda a sua extensão. Em quasi todos os paizes tropicaes existem terrenos bem ou mal cultivados pelos indigenas, e nada impede que nesses terrenos sejam lançados impostos directos, embora por fórma diversa dos da metropole.” GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-06-1907, 10.º ano, n.º 110, p. 122.

¹⁰¹ No Nyassaland, nem os fundos privados de Rhodes nem os subsídios governamentais pareciam chegar para o programa inicial de colonização. Em consequência, “The salvation

sobre rendimentos não-capitalistas tinha a vantagem de poder ser feita em contra-ciclo¹⁰².

O ponto seguinte foca-se onde e em que medida esses rendimentos pagaram a despesa inicial do Estado colonial português.

3.2. A tributação sobre os rendimentos camponeses

Excluídos os rendimentos patrimoniais do Estado e incidindo os impostos indirectos quase integralmente nos capitais *import-export* das colónias (salvo na Índia, como se viu), resta saber quanto dos impostos directos (isto é, cerca de 36% das receitas coloniais) foi pago pelos rendimentos camponeses.

A discriminação das receitas nas contas de exercício dos anos 1901-1908 não é totalmente esclarecedora quanto ao tipo de rendimentos sobre que incidia a carga fiscal¹⁰³. A nomenclatura fiscal da metrópole era em geral mantida mesmo nos casos em que as realidades coloniais a que se aplicava eram distintas. A contribuição predial, por exemplo, agregava na metrópole tanto a pequena propriedade camponesa como as grandes explorações de agricultura comercial. Em sociedades mais próximas da formação social europeia, como por exemplo, em Cabo Verde, é provável que as proporções se assemelhassem e na dúvida, prescindiu-se de incluir este caso na comparação que se segue. Em contrapartida, na Índia a contribuição predial fazia-se quase exclusivamente sobre os rendimentos camponeses, tanto mais que a propriedade das comunidades rurais sobre

of this country will be the taxation (of the Africans) within moderate bounds". BAKER 1975:42.

¹⁰² Nas palavras de um governador de Moçambique, referindo-se ao aumento da taxa do imposto de palhota: "A necessidade de, pelo menos, manter as receitas da Província, que tendiam a diminuir, era óbvia e urgente, e não se podia encontrar, com a necessária urgência, onde fosse possível conseguir um aumento de receita senão no imposto sobre o indígena." ANDRADE 1950:349.

¹⁰³ Apesar disso, o capital colonial sabia quanto pagava e estas contas foram feitas para a Guiné do seguinte modo: "as receitas próprias da colónia só concorrem com menos de 4,6% para os rendimentos geraes e (...) estes são obtidos na quasi totalidade do indígena (21,5%) e do commercio (65,7%)." Isto é, deduzido o imposto de palhota, tudo o resto saía do "comercio". Loureiro da Fonseca, *A Guiné*, "Jornal do Comercio", 11-05-1912, p. 3

a terra era a norma.¹⁰⁴ A confusão de termos verificava-se também em Angola, onde a tributação aplicada exclusivamente às populações africanas começou por se chamar “dizimo”. Seria do enquadramento jurídico da contribuição predial que surgiu a forma específica do imposto sobre as populações camponesas: a reforma angolana da contribuição predial de 1881 reintroduziu-a e foi da sua cobrança no distrito do Congo que começou “a usar-se pela primeira vez a designação de imposto de cubatas” (GOVERNO GERAL DE ANGOLA 1920: 1; 6.). Na Guiné e em Moçambique generalizou-se depois uma variante dessa designação, o “imposto de palhotas”, que nas regiões de Moçambique sujeitas ao regime dos “prazos” se cobrava na base da capitação.¹⁰⁵ Nas colónias asiáticas, a nomenclatura e as realidades fiscais eram ainda mais diversificadas. Na Índia vigoravam designações já extintas pela legislação constitucional (“foros”, “dizimos” “contribuições das Novas Conquistas”); em Timor, onde o controlo das populações se fez durante muito tempo através das autoridades tradicionais, as “fintas” (outra expressão de Antigo Regime) deram lugar ao “imposto de capitação”.

Apesar da diversidade das designações e da base de cobrança, podem seleccionar-se os impostos que tinham em comum transformar sobre-trabalho camponês em receita fiscal e assim estimar (por defeito) a ponderação deste agregado nas contas coloniais.

¹⁰⁴ Sobre os impostos nas Índias inglesa e portuguesa: “A melhor prova, porém, de que a *Land Revenue* é um imposto e não uma renda, está em que os possuidores das terras podem dispôr dellas livremente a titulo oneroso ou gratuito, o que é improprio dum arrendamento. (...)” GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-07-1907, 10.º ano, n.º 118, pp. 153-155. As gancarias (comunidades) continuavam a deter cerca de dois terços da propriedade. REIS 2001: 626.

¹⁰⁵ “O mussôco da Zambézia não é mais do que uma capitação, precisamente identica ás que os arabes estabeleceram por toda a parte aonde estenderam as suas conquistas”. GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-11-1907, 11.º ano, n.º 122, pp. 67-68.

**Quadro 7 – Agregado do imposto camponês
nas contas das colónias portuguesas – 1901-1908**

Anos	A Imposto cam- ponês* (contos)	B Total dos impostos directos (contos)	C Total da receita das colónias (contos)	D= A/B Imposto camponês nos direc- tos (%)	E= A/C Imposto camponês no total da receita (%)
1901	637	2 472	6 387	26	10
1902	708	2 709	8 078	26	9
1903	938	3 001	8 950	31	10
1904	1 140	3 462	9 472	33	12
1905	1 146	3 371	9 575	34	12
1906	1 326	3 447	9 966	38	13
1907	1 746	3 901	10 285	45	17
1908	1 668	3 844	10 290	43	16
Médias	1 164	3 276	9 125	36	13

* Cabo Verde , S. Tomé e Príncipe e Macau excluídos.

Fonte: ver quadro 5.

O agregado do imposto camponês resulta de: na Guiné e em Moçambique, “imposto de palhota”; em Angola, “imposto de cubatas”; na Índia, “Contribuição predial”

+ “Adicional de 10% e 5% sobre a contribuição predial” + “Imposto de licença para a lavra de palmeiras e cajuris” + “Contribuição das Novas Conquistas”; em Timor, “Fintas” + “Imposto sobre coqueiros e sobre palmeiras lavradas à sura” + Imposto de capitação”

Nesta amostra de exercícios, o agregado do imposto camponês¹⁰⁶ constituía em média mais de 1/3 dos impostos directos e 13% de toda a receita fiscal.

Verifica-se também a tendência deste imposto para aumentar percentualmente: em oito anos multiplicou-se 2,6 vezes enquanto o total da receita apenas 1,6.

¹⁰⁶ Para facilidade de expressão, designe-se assim o conjunto de impostos *directos* que incidiam sobre os rendimentos *não-capitalistas*. *Latu sensu*, o imposto camponês também incluía a carga fiscal induzida pelos impostos indirectos e outras tributações não monetarizadas como as corveias, que aqui não são consideradas.

Contudo, a participação de cada território dentro do agregado do imposto camponês foi muito desigual e sem proporção com as realidades demográficas de cada um deles. Para explicar as diferentes políticas fiscais em curso, que determinaram a grandeza final dos rendimentos não-capitalistas taxados, torna-se necessário desagregar o imposto camponês por “províncias”.

**Quadro 8 – Participação de cinco “Províncias Ultramarinas”
no agregado do imposto camponês das colónias portuguesas –
1901-1908 (em %)**

Territórios	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	Média
Moçambique	45	51	57	62	64	68	75	68	64
Índia	54	47	34	30	30	25	20	22	29
Guiné	0	2	8	7	6	7	3	5	5
Angola	0	0	0	0	0	0	2	4	1
Timor	1	0	0	0	0	0	0	1	1

* Cabo Verde , S. Tomé e Príncipe e Macau excluídos
Fonte: ver quadro 5

A diversidade das políticas fiscais manifesta-se imediatamente no facto de em dois territórios – Moçambique e a Índia – se ter cobrado em média 93% do imposto camponês ao passo que nos três restantes (incluindo a maior das colónias, Angola) apenas 7%. Como explicar um tal diferencial se o conjunto do aparelho de Estado (do Ministério do Ultramar aos governos provinciais) tinha como objectivo maximizar a tributação das populações locais?

Antes de mais, devido à desigual ocupação militar dos territórios coloniais. Nenhuma população africana ou asiática pagaria voluntariamente contribuições a uma administração estrangeira se tivesse escolha e só a ocupação militar terminava com as opções políticas dos contribuintes. A ponderação de Moçambique e da Índia no quadro 8 devia-se assim ao facto de nesses territórios já existir uma importante população submetida ao regime fiscal português: em progressão em Moçambique, desde as

campanhas da década de 1890¹⁰⁷ e totalmente estabilizada na Índia¹⁰⁸ que, como se vê, ia perdendo importância à medida que o imposto camponês se generalizava.

Os diferenciais da cobrança do imposto camponês explicam-se também pelas realidades sociais de cada território. Tratava-se de uma receita fiscal que não exigia apenas o controlo político: para a cobrar, as administrações coloniais impunham frequentemente uma dupla transformação às sociedades que passavam a potenciais contribuintes.

A primeira era o estabelecimento de um imposto que correspondia a uma taxa de mais-valia superior à que existia nas comunidades camponesas antes da ocupação colonial e que era em geral aplicado logo após a ocupação¹⁰⁹. No entanto, acima de um determinado nível de extracção do sobre-produto, variável com a produtividade e o modo tradicional de vida, a reprodução social destas comunidades ficava em risco; as administrações coloniais podiam demorar a conhecer o ponto de equilíbrio para uma tributação sustentável¹¹⁰ que não custasse mais a cobrar do que rendia¹¹¹.

¹⁰⁷ A relação entre controlo militar e o rendimento do imposto é ilustrada pela colónia de Moçambique: entre os anos 1904-1907, os distritos plenamente ocupados do Sul do Save (Lourenço Marques e Inhambane) rendiam 94% do imposto de palhota diretamente cobrado pelo Estado. A partir de CAPELA 1977:100.

¹⁰⁸ “Quanto á contribuição predial rustica, a India é a unica provincia ultramarina em que o imposto de quotidade podia ter imediata e vantajosa applicação, porque sendo toda a propriedade rustica pertencente ás comunidades aldeianas ou a estas foreira, – excluidos os terrenos abrangidos no dominio do Estado ou dos corpos administrativos, – todos os predios, já muito antes da dominação portugueza, estavam ali demarcados e identificados, com sufficiente precisão e rigor, nos tradicionaes cadastros ou tombs aldeianos, o que facilitou a rapida organização das matrizes”. GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima, 20-07-1907, 10.º ano, n.º 119, pp. 215-217.

¹⁰⁹ E às vezes até durante! Ainda com a campanha do Cuamato no início (Setembro de 1907), Paiva Couceiro pediu autorização ao Ministerio para “ir pondo em vigor no alludido paiz a organização administrativa”. Boletim Oficial de Angola, nº 38, pp. 397-8. Menos de um mês depois, (com a guerra longe do fim), uma portaria implementava no Cuamato, “o regimen administrativo applicado ás terras da corôa do districto de Lourenço Marques”, sendo a alinea d): “Proceder ao arrolamento e fiscalisação da cobrança do imposto de cubata”. Portaria Provincial n.º 510, 03-10-1907. Boletim Oficial da Provincia de Angola, n.º 40, pp. 416-17.

¹¹⁰ Por exemplo, em Moçambique só a partir de 1929, por acção do Decreto nº 13.651, de Maio de 1927, é que o Estado começou a orçamentar verbas para “assistência agricola aos indígenas.” AHU, maço 1726-8, p. 85.

¹¹¹ Com por exemplo, quando o aumento da taxa de imposto provocava revoltas e despesas extraordinárias superiores à expectativa da receita adicional. Como dizia um deputado a pro-

Abaixo do limite crítico de cobrança, a segunda transformação imposta aos camponeses das colónias era a de transformarem o seu sobre-trabalho em valor de troca: mercadorias ou dinheiro. As mercadorias e o dinheiro não são exclusivos das economias capitalistas; processos de troca mais ou menos desenvolvidos existiam em quase todas as comunidades camponesas que os poderes coloniais depois tutelaram. No entanto, nem o modo de vida destas comunidades nem as suas instituições e muito menos o seu crescimento se regulavam por leis de mercado: o produto assumia quase sempre o formato de valores de uso e excepcionalmente o de mercadoria¹¹². Inversamente, a despesa do Estado colonial fazia parte da procura capitalista e portanto não podia ser satisfeita a não ser que dispusesse de liquidez¹¹³. É certo que as administrações coloniais podiam também cobrar directamente o imposto em trabalho e que esses processos se revelaram úteis para muitas poupanças, desde a minoração dos custos militares até à construção de estradas e transporte de cargas¹¹⁴. Havia, porém, limitações neste aproveitamento sob pena de o imposto camponês deixar de ter utilidade para a despesa pública: construir linhas de caminho de ferro, redes telegráficas ou hospitalares exigia uma procura solvente, obtida por exportações e divisas, não apenas pela prestação de corveias¹¹⁵.

pósito dos custos da revolta do Seles, em Angola: "Os abusos e as medidas não inteligentes, pôsto que nas melhores intenções tomados, levam muitas vezes os indigenas a essas revoltas. (...) Enfim, se êsses 14 mil contos gastos com as expedições a Angola, nos últimos tempos, tivessem sido aplicados em obras do fomento, hoje essa nossa província de Angola estaria em melhores condições." Paiva Gomes, "Diário da Câmara dos Deputados", 21-07-1917, acta n.º 103, p. 14.

¹¹² Para uma descrição conceptual desta diferença, POLANYI 1983.

¹¹³ Mesmo sendo uma liquidez em papel-moeda, como acontecia nas colónias onde os meios de circulação eram cronicamente escassos. FERREIRA 1924: 9.

¹¹⁴ Desde que os custos de vigilancia exigidos pela prestação de corveias não fossem superiores ao seu rendimento. A administração francesa levou-o em consideração ao proceder à substituição das "prestations" por um adicional ao imposto. BERNARD-DUQUENET 1976:162.

¹¹⁵ SANTOS 2007:195. Abstraindo aqui dos equilíbrios macro-económicos, convém ter presente que, apesar da tendência para o aumento das exportações, as colónias tinham déficits comerciais e que a sua balança de pagamentos (agravada pelos orçamentos deficitarios e pela reexportação de lucros) se sustentava a crédito. Daí a "inconvertibilidade" da sua circulação monetária (excepto quando lá circulavam moedas estrangeiras, como em Moçambique ou na Índia). FERREIRA 1924:10-11.

Esta segunda transformação não podia ser imposta *manu militari*, embora a coerção constituísse a mola real do processo; levava tempo a reorganizar a maneira tradicional de produzir e de distribuir para que uma receita em dinheiro entrasse na Tesouraria¹¹⁶. Por exemplo, durante quase duas décadas depois da ocupação militar, os distritos do norte de Moçambique mantiveram percentagens altas de “remissos” (os contribuintes em dívida): nestas regiões sem agricultura comercial e com níveis baixos de proletarização, só o cultivo forçado do algodão – uma mercadoria de exportação – veio conseguir durante a década de 1930 que as exigências fiscais não colidissem com a reprodução social das comunidades¹¹⁷. A cobrança do imposto dependia portanto da acumulação de capital que, por seu lado, ajudava a realizar.¹¹⁸

Em contrapartida, o sul de Moçambique e a Índia cumpriam os três requisitos, o que explica a sua *performance* fiscal. O primeiro desses territórios, para além de “pacificado”, recebia do Rand o dinheiro necessário para o imposto¹¹⁹. Por estes anos, cerca de 70.000 trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, dos quais metade regressava

¹¹⁶ Especialmente porque a cobrança em géneros (com mercado garantido), que era permitida pelos regulamentos fiscais, obrigava depois o Estado a organizar a comercialização. “A percepção dos impostos em generos é relativamente frequente nas colonias africanas, onde o uso do numerario é quasi desconhecido. Este processo de cobrança, (...) tem o inconveniente de sujeitar o Estado a ser comerciante e a sofrer, como um particular, as flutuações do mercado; GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-06-1907, 10.º ano, n.º 117, pp. 117-118.

¹¹⁷ O volume de emigração para Nyassaland ou o Tanganyka estava a alarmar a administração colonial do Niassa moçambicano, que sabia onde estava o problema da regressão demográfica: “Atiramos para lá com escribas e cobradores de imposto, quando ao mesmo tempo, deviam ter seguido alguns punhados de comerciantes, de industriais, de agricultores. De modo que, para o indígena, a situação apresenta-se nestes termos angustiosos: o Estado reclama-lhe os 45 escudos da palhota sem que lhe dê possibilidade de grangea-los, recorrendo á exploração do solo ou apelando para o salariado. Dentro da fronteira, não encontra outra forma, nem de colocar os produtos, nem de alugar os braços. Eis como a população se vê condenada á emigração, arrastando-se em jornadas intermináveis, correndo Seca e Meca, buscando no estrangeiro os 5 xelins que lhe exigem as nossas autoridades.” AHU, maço 1665-1, II, p. 169. Para o efeito do algodão “fiscal”, SANTOS: 2007.

¹¹⁸ Como dizia Ferreira Dinis, “o imposto indígena reflecte o grau de desenvolvimento da indústria, do comércio o dos meios do transporte. Sem estes factores o imposto indígena não pode ser qualquer coisa de apreciável.” Ferreira Dinis, “Diário da Câmara dos Deputados”, 15-03-1921, acta n.º 38, p.16.

¹¹⁹ Como taxativamente informava o governador de Inhambane. CAPELA 1977:41.

anualmente, faziam entrar na colônia uma média anual de £ 350.000¹²⁰. Em pouco mais de dez anos a administração colonial pôde multiplicar por 5 a taxa do imposto (de \$900 a 4\$500)¹²¹; tudo o que tinha de garantir era que as libras circulavam em Moçambique, isto é, que pelo menos parte dos salários dos mineiros era paga diferidamente no seu regresso¹²². Fosse através do *lobolo* (o dote tradicional), do comércio local ou mesmo do consumo clandestino de álcool, o influxo de libras deveria chegar – e chegava – à população contribuinte¹²³. Quanto à Índia portuguesa, o “tradicional” aqui era uma agricultura “exportando muito” e uma circulação monetária metálica, ligada á rupia de prata da Índia britânica (FERREIRA 1924: 73).

Havia sem dúvida uma tendência de crescimento para a monetarização das comunidades camponesas mas o processo avançava desigualmente¹²⁴.

¹²⁰ Augusto Ribeiro, *Revista Ultramarina*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-05-1907, 10.º ano, n.º 116, pp. 87-88.

¹²¹ Em 1894, isto é, ainda antes das campanhas militares, o governo da província tinha aumentado a taxa do imposto de palhota de \$900 para 1\$350, apesar de um tal aumento ter sido considerado “imprudente” nessas condições. FERREIRA 1963: 53. Dois anos depois, um novo aumento passou-a para 2\$500 (10 shillings), o que a igualou à do Transvaal. Portaria de 09-05-1896. Foi em seguida reduzida para 2\$000 pelo Decreto de 17-8-1901. GONÇALVES, *O imposto colonial*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-11-1907, 11.º ano, n.º 122, p. 74. Em 1906, Freire de Andrade fixou-a em 4\$500 (£ 1).

¹²² Apesar da insistência do governo português, as minas do Rand só aceitaram o pagamento diferido aos emigrantes do Sul do Save em 1912, aplicando-se a partir de 1914 a reserva de um terço do salário para ser paga à chegada. FERREIRA 1963:116-117.

¹²³ Um relatório administrativo de Inhambane em 1910 calculava que os trabalhadores regressados traziam apenas £ 10, o que mesmo assim era julgado suficiente para a cobrança na região. FERREIRA 1963:118. ANDRADE 1949: 57-58.

¹²⁴ Entre 1901 e 1909, o valor das notas em circulação nas colônias aumentou cerca de 70%. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA 1913b: 36.

3.3. Os deficits coloniais e a dinâmica do imposto camponês

Em síntese, muitos territórios, e muitos da colónia de Moçambique¹²⁵, não reuniam as condições “de riqueza e de submissão”¹²⁶ existentes no sul do Save e na Índia: não estavam militarmente ocupados e/ou não tinham estabilidade contributiva e/ou não conseguiam saldar o imposto em valores de troca¹²⁷.

As “províncias” da Guiné e de Angola eram especialmente afectadas pelo primeiro factor mas não pelos dois últimos. As sociedades camponesas de ambas as colónias alimentavam uma exportação geradora de grandes lucros comerciais, que no caso da reexportação de borracha de Angola chegava para saldar, em média 13,5% dos saldos comerciais portugueses (SANTOS 2012: 51). Havia queixas recorrentes das casas de comércio de Angola contra a excessiva dependência em que estavam relativamente ao “indígena”, produtor quase exclusivo do que revendiam¹²⁸ e com quem, como se viu acima, tinham de partilhar lucros comerciais. O mesmo se passava na Guiné, onde a concorrência internacional era até maior que em Angola¹²⁹.

Nestas condições, captar fiscalmente os rendimentos camponeses das duas colónias (e também em Timor) obrigava “simplesmente” a fazer a

¹²⁵ Fora dos distritos do Sul do Save, o rendimento do imposto de palhota era bem menor. Em 1899, o imposto camponês rendeu nas áreas da Companhia de Moçambique cerca de 64 contos e nas da Companhia do Niassa, 5 contos (respectivamente, 12% e 1% sobre o total dessa receita cobrada na colónia). MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR 1905: 434.

¹²⁶ Governo de Angola, Portaria n.º 414 de 30-07-1907 – Regulamento provisório para a cobrança do imposto de cubata, artigo 2º, § 1º.

¹²⁷ Na síntese dada por uma ordem de serviço da Circunscrição Civil em Moçambique para assegurar o imposto: “É dos mais elementares principios da administração colonial, o seguinte: os indígenas devem bastar-se a si próprios, isto é, devem produzir o suficiente para a sua alimentação, vestuário e encargos tributários”. AHU, maço 1726-4, p. 194.

¹²⁸ Sousa Lara calculava que em Angola, por estes anos, 75% do comércio europeu dependia da borracha, toda de produção camponesa. LARA 1901:9.

¹²⁹ Tal como com a borracha, a alta da cotação europeia do amendoim elevava o preço de compra local. Um exemplo de 1910: “A mancarra é paga ao preto toda a dinheiro de contado, logo depois de feita a competente medição. Foi, em todas as casas, um verdadeiro despejar do cofre. Espalharam-se pelas mãos dos mancanhas e manjacos cerca de cento e vinte contos de réis em prata.” J.B.B.M., *Guiné*, “Jornal do Comercio”, 03-05-1910.

ocupação militar. O que a fez demorar nestes três casos e o que a precipitou em seguida?

A resposta é complexa porque envolve o agregado financeiro de cada colônia. As guerras de ocupação eram, na expressão de um deputado, “despesas mortas” que não contribuía para a formação de capital bruto¹³⁰. No entanto, a maioria das despesas públicas também não acrescentava capital fixo e era “improdutiva” enquanto capital; nesse aspecto, a despesa militar (que aliás era fiscalmente produtiva quando trazia retorno através da receita do imposto camponês) pouco se diferenciava dos restantes gastos do Estado colonial. As despesas militares distinguiam-se apenas quantitativamente das outras porque eram de longe as maiores dos orçamentos coloniais: na amostra considerada, em média, variavam entre cerca de um quinto (Moçambique, 21%) e quase metade (Timor, 45%). Com esta ponderação¹³¹, as suas variações condicionavam naturalmente o agregado dos capitais públicos.

Como seria esperado, o total da despesa político-militar começou por registar aumentos absolutos em todos os territórios onde o poder colonial era incipiente, isto é, em todas as “províncias” africanas e em Timor (na Índia, a administração europeia tinha simplesmente reutilizado os pré-existentes aparelhos estatais). As receitas públicas é que não podiam crescer de modo tão uniforme, atendendo à sua proveniência. Descontado o imposto camponês (e as receitas patrimoniais) os lucros tributados entravam com o resto da receita, sendo metade desta contribuição feita através de impostos indirectos (isto, é pelas alfandegas)¹³². As oscilações do

¹³⁰ Despesas “que não são de fomento, que não são produtivas, exactamente na ocasião em que preconisamos largos planos de fomento, medidas de grande alcance.” Alfredo de Magalhães, “Diário da Câmara dos Deputados”, 20-08-1917, acta nº 124, p. 12.

¹³¹ Ponderação da despesa militar avaliada por defeito. Nos anos da amostra considerada, os orçamentos coloniais tinham nove capítulos na despesa ordinária, dos quais apenas seis (Administração Geral, Fazenda, Justiça, Eclesiástica, Militar e Marinha) permitem uma desagregação por conteúdos. Os três restantes (“Encargos Gerais”, “Diversas Despesas”, “Exercícios Findos”) e a “Despesa Extraordinária” podiam agrupar verbas de qualquer natureza, inclusivé portanto despesas militares. A partir de um relatório não publicado para a despesa do ano de 1908, que permite identificar as rubricas individualmente, verifica-se que as despesas político-militares (administração mais aparelho repressivo) corresponderam nesse ano a 57% do total da despesa. AHU, maço 595 – *Mappa Geral da Despeza*.

¹³² Esta dependência da tributação comercial era evidentemente vista como negativa: “Não nos parece que as colonias portuguesas possam e devam viver exclusivamente do regimen

movimento comercial, especialmente os movimentos depressivos, tinham portanto um impacto grande nas finanças coloniais. Deste modo, quando em todas as “províncias ultramarinas” a despesa pública ultrapassava inevitavelmente¹³³ um determinado ponto crítico, variável de caso para caso, as respectivas administrações deixavam de poder contrabalançá-la – ou mesmo minora-la – com o correspondente aumento das receitas aduaneiras; as flutuações da despesa pública e do comércio não estavam obviamente correlacionadas. Os *deficits* eram portanto previsíveis a partir das primeiras grandes operações militares ou obras públicas (e com eles a pressão orçamental sobre a metrópole)¹³⁴.

Os resultados orçamentais das “províncias ultramarinas” foram-se assim diferenciando à medida que o Estado colonial se instalava a velocidades desiguais. Tomando como ponto de partida a ocupação do sul do Save, iniciada em 1895, os primeiros grandes *deficits* provinciais foram os de Moçambique, superiores a 1.000 contos anuais¹³⁵. Como se viu, as operações militares não demoraram a ser fiscalmente rentáveis: em 1898, o imposto de palhota já rendia mais de 422 contos, correspondentes a

dos portos, dadas as condições de fertilidade de muitas d’ellas e a sua correspondente capacidade industrial”. Augusto Ribeiro, *Revista Ultramarina*, “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 20-08-1903, 6.º ano, n.º 71, p. 232.

¹³³ A inevitabilidade do aumento da despesa pública incluía a pressão da concorrência internacional: “Em resumo, é uma utopia pensar em reduzir as despesas públicas das nossas colónias. Ellas teem inevitavelmente de crescer de anno em anno, se queremos conservar as mesmas colónias.” COSTA 1903: 151.

¹³⁴ “Deficits teem quasi todas as colónias, porque quasi todas ellas estão ainda no periodo da occupação e do desenvolvimento, em que o lucro obtido de tudo, não pode compensar as grandes despesas dos serviços administrativos e militares, do desbravamento, da abertura de vias de comunicação, dos ensaios agrícolas e industriaes. Poucas são ainda hoje as possessões africanas que á metropole ou ao credito não vão buscar supplemento de recursos.” Ernesto Julio de Vilhena, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 12-08-1908, acta n.º 65, p. 12.

¹³⁵ Nos três exercícios entre 1898-1900, as despesas militares coloniais ultrapassaram os 7.000 contos fora as despesas com expedições militares (nota: os “créditos especiais”), “as quaes nos ultimos annos teem custado ao Thesouro os maiores sacrificios, e tão grandes, que se reputa impossivel restaurar as nossas finanças em quanto se mantiver esse regimen quasi ordinario”. Teixeira de Sousa, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 11-05-1901, acta n.º 79, p. 44. Os “sacrificios” metropolitanos entre 1899-1902 foram estimados em mais 2.479 contos de “créditos especiais”. Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Decreto de 19-06-1902. Para a evolução depois de 1901, Claro da Ricca, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 02-05-1903, Acta n.º 64, p. 9

metade dos impostos directos e a 13% da receita total da colónia¹³⁶; em 1901, a colónia já tinha *superavits* e podia pagar a partir de então as suas próprias expedições militares¹³⁷. A partir de então, duas administrações coloniais passaram a apresentar regularmente excedentes – Moçambique e Índia, sendo nesta última as percentagens do imposto camponês – *latu sensu* – muito superiores às do quadro 9 A.

**Quadro 9 A – Moçambique e Índia – 1901-1908 –
Resultados de contas e imposto camponês**

	Moçambique	Moçambique	Índia	Índia
Anos	Saldo (contos)	Imposto camponês no total das receitas (%)	Saldo (contos)	Imposto camponês no total das receitas (%)
1901	1 334	11	-36	36
1902	2 356	9	63	35
1903	2 021	13	58	35
1904	1 776	15	92	35
1905	188	15	116	35
1906	786	18	74	33
1907	333	26	48	33
1908	906	21	34	36
Médias	1 213	17	56	35

Fonte: ver quadro 5

Três outras tinham-se entretanto tornado deficitárias – Guiné, Timor e Angola.

Nestes casos, especialmente nos dois últimos, a evolução em tesoura estava a ser, com atraso, semelhante ao padrão de Moçambique na década de 1890: aumento rápido das despesas (entre 1901 e 1908, coeficiente de 1,9 em Angola, 3,4 em Timor) e estagnação ou aumento insuficiente

¹³⁶ MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR 1905: 433

¹³⁷ Ministerio da Marinha e Ultramar, Decreto de 19-06-1902.

dos impostos indirectos (coeficiente de 1,1 em Angola, 1,7 em Timor) na sequência de depressões comerciais¹³⁸. Em consequência, o deficit de Angola, aumentou 2,3 vezes, o de Timor, 5,6 vezes. A Guiné teve um aumento das despesas menor que o dos impostos indirectos (respectivamente coeficientes de 1,3 e 1,4) e das três era a mais próxima do equilíbrio orçamental.

Nos três casos, a reacção estatal aos *deficits* foi a mesma, já ensaiada ao sul do Save: compensação do novo nível da despesa através do imposto camponês, mesmo que para o cobrar fosse preciso agravar a despesa militar. O governo da Guiné iniciou uma nova forma de cobrança em 1903¹³⁹; o de Angola reiniciou-a à escala do território em 1906¹⁴⁰; o de Timor adicionou um novo imposto às antigas “fintas” em 1908¹⁴¹. A evolução dos *deficits* e das cobranças do imposto camponês foi a seguinte:

¹³⁸ Em 1900, no pico da alta da borracha, o relatório preliminar do decreto orçamental informava que “sem duvida é a provincia de Angola aquella onde a fazenda e contabilidade affirmam propositos de regularidade.” Ministerio da Marinha e Ultramar Decreto de 14-09-1900. Nove anos depois, o ministro explicava o que tinha corrido mal: “A depressão, começada a manifestar se em 1901 e mais accentuada em 1902, foi determinada pela revolta do Bihé e Bailundo e a correspondente acção militar necessaria ao restabelecimento da ordem e subseqüente depressão no commercio do interior. Depois de 1903, as oscillações nos valores geraes do commercio reflectem quasi sempre a depressão nos valores dos principaes generos de exportação da provincia, designadamente da borracha e do café.” Antonio Cabral, “Diario da Camara dos dos Senhores Deputados”, 23-04-1909, acta nº 26, p. 10.

¹³⁹ Em 1903, o imposto de capitação foi substituído pelo imposto de palhota, “pagando cada uma a taxa de 1\$500 réis.” Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar, Decreto de 29-11-1903, art. 9º.

¹⁴⁰ “ Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar, Decreto de 13-09-1906. A cobrança efectiva iniciou-se com o Regulamento do ano seguinte. Portaria Provincial nº 414, de 30-07-1907, Boletim Oficial da Provincia de Angola, 1907, nº 31, p. 321-322.

¹⁴¹ Em Timor, a partir do exercicio de 1908-1909, as “fintas” foram substituídas pelo imposto de capitação “com a elevação a 540 réis da taxa do imposto, que originariamente era de 500 réis”. Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar, Decreto de 14-07-1909.

**Quadro 9 B – Guiné, Timor e Angola – 1901-1908 –
Resultados de contas e imposto camponês**

	Guiné	Guiné	Timor	Timor	Angola	Angola
Anos	Saldo (contos)	Imposto cam- ponês no total das receitas (%)	Saldo (contos)	Imposto cam- ponês no total das receitas (%)	Saldo (contos)	Imposto cam- ponês no total das receitas (%)
1901	-118	0	-50	6	-966	0
1902	-1	7	-14	4	-89	0
1903	14	30	-89	5	-812	0
1904	0	31	-87	7	-1 004	0
1905	14	26	-163	6	-1 035	0
1906	-44	30	-79	4	-1 747	0
1907	-134	23	-57	5	-1 458	2
1908	-58	29	-283	16	-2 225	4
Médias	-41	24	-103	7	-1 167	1

Fonte: ver quadro 5

Os resultados da nova política para estas três administrações coloniais não inverteram – excepto no caso da Guiné – a tendência de crescimento dos deficits mas a grandeza destes era, em média, inversa à da percentagem do imposto camponês nas respectivas receitas.

Nos três casos, os aumentos da cobrança do imposto camponês foram importantes. Em 1908, na Guiné, o imposto de cubata, que em sete anos multiplicou por sete vezes o imposto de capitação, já correspondia a 79% dos impostos directos e a 29% da receita total da colónia. Em Timor, o coeficiente de multiplicação foi 5, passando o agregado das fintas (que se cobravam ainda), dos “impostos sobre coqueiros e sobre palmeiras lavradas à sura” e da nova capitação a constituir mais de metade da receita dos directos e 16% da receita total. Mesmo no caso extremo de Angola,

a implantação do regulamento de 1907 teve efeitos sensíveis: em três anos (1906-1908) uma multiplicação por 43.

Esta foi portanto a resposta fiscal do Estado colonial à contradição da acumulação. No entanto, estava longe de a anular e para se compreender a escala do problema é necessário focar a atenção no caso de Angola.

No sistema administrativo português, os *superavits* das “provincias” excedentárias¹⁴² saldavam os *deficits* das outras mas o “sorvedouro”¹⁴³ de Angola ameaçava passar em força para o orçamento metropolitano. Em 1908, o seu *deficit* já era 1,5 vezes maior que o conjunto das suas receitas e representava em média 95% do agregado do deficit colonial. Neste mesmo ano, uma comissão parlamentar calculou que nos sete anos anteriores, a colónia teria recebido, com subsídios e créditos militares incluídos, cerca de 15 mil contos¹⁴⁴; só Angola, portanto, tinha gasto, em média, mais de 3% de toda a despesa do Estado (colonial e metropolitano). Nos anos seguintes, as despesas e receitas da “provincia” continuaram o movimento de fuga: aumento das primeiras, principalmente com as guerras de ocupação que se prolongaram até à década de 1920¹⁴⁵; depressão comercial com o fim das rendas da borracha e consequente afundamento da receita dos impostos indirectos (o orçamento de 1917 previa para os impostos indirectos apenas 47% da respectiva receita em 1908). Nesse mesmo ano de 1917, o *deficit* orçamentado ultrapassou os 4 mil contos e a tributação dos capitais já tinha há muito atingido o ponto de saturação.¹⁴⁶

¹⁴² Entre 1901-1908, as provincias ultramarinas com excedentes eram, para além de Moçambique e da Índia, S. Tomé, Cabo Verde (descontando aqui o efeito do deficit extraordinario do ano de 1903) e Macau.

¹⁴³ Augusto Ribeiro, *Revista Ultramarina*, “Revista Portuguesa Colonial e Maritima”, 20-09-1906, 9.º ano, n.º 108, pp. 279-280.

¹⁴⁴ Comissão de Fazenda, “Diario da Camara dos Senhores Deputados”, 11-08-1908, acta n.º 64, p. 19.

¹⁴⁵ Um efeito da colonização como “coisa de pobres”: em Angola, o aumento das despesas militares não era em geral suficiente para fazer a ocupação definitiva pelo que o prolongamento das operações aumentava o seu número e o seu custo. PÉLISSIER 1986:284-285.

¹⁴⁶ Pelo menos a dos impostos aduaneiros. Um relatório oficial considerava que estava “não só praticamente atingida a capacidade de tributação da colónia, mas excedida, e a prova existe no facto de, ter sido necessário nos últimos meses reduzir os direitos de exportação a muitos géneros de produção local sem o que a exportação destes era impossível.” Tomás Cabreira e Lisboa de Lima, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-06-1914, acta n.º 136, p. 108.

A margem de crescimento do seu imposto camponês, contudo, parecia alta e uma comparação de Angola com as administrações coloniais que tinham seguido a “orientação” de António Enes não deixava dúvidas sobre o que havia a fazer.¹⁴⁷

“A Guiné, (...) tem a receita orçamental de 70 contos de réis como imposto de palhota e capitação, ao passo que Angola, com uma população quintupla d’aquella e numa area trinta e cinco vezes maior, tem, correspondente aquelle imposto, a cifra orçamental de 90 contos de réis. Ao contrario, Moçambique, com uma area que é cerca de 3/5 da de Angola e com uma população que se computa em 3/4 da d’esta provincia, tem nas suas receitas a verba, sob aquella rubrica, de 1.400 contos de reis.”¹⁴⁸

O caso de Angola torna-se assim ilustrativo da eficiência e das limitações do imposto camponês para resolver a contradição principal do Estado colonial.

4. Efeitos e contradições do imposto camponês – o caso de Angola

A ocupação militar de Angola, apesar de atrasada relativamente ao padrão colonial europeu e mesmo ao das outras “províncias ultramarinas”, produziu os resultados esperados. Os camponeses angolanos tornaram-se finalmente contribuintes: entre 1907-1939, o imposto de cubatas, sob diversas designações constituiu em média 23% da receita total da “província”.

Até que ponto podia este tipo de tributação ir substituindo outras receitas, isto é, poupar a tributação dos capitais privados? Para avaliar o limite superior do imposto camponês, torna-se necessário começar por distinguir entre a massa e a taxa de mais-valia obtida através da sua cobrança.

Um aumento absoluto da receita total do imposto camponês podia ocorrer através de uma combinação de factores. Quando esse aumento resultava de uma cobrança sobre um maior número de contribuintes ou

¹⁴⁷ Isto é, a cobrança do imposto camponês, como Enes tinha iniciado em larga escala no sul de Moçambique. Alfredo de Magalhães, “Diário da Câmara dos Deputados”, 20-08-1917, acta nº 124, p. 13.

¹⁴⁸ J.F.S., *Chronica Colonial*, “Jornal do Comercio”, 06-04-1910, p. 7.

quando a taxa do imposto *per capita* crescia menos que o valor do produto do camponês tributado, o imposto tinha um crescimento extensivo. Em termos de distribuição de valor, o crescimento extensivo produzia um aumento da *massa* de mais-valia mas não da *taxa* de mais-valia contida na cobrança fiscal. Foi o caso, por exemplo, dos distritos do norte de Moçambique depois da imposição do cultivo do algodão: o “imposto de palhota” distribuiu-se por mais contribuintes (anteriormente dados como remissos ou não registados) e, paralelamente, cresceu o rendimento de muitas famílias camponesas. Deste modo a receita fiscal aumentou embora o imposto médio *per capita* tivesse mesmo um decréscimo absoluto (SANTOS 2007:206).

Quando o aumento da receita total do imposto camponês resultava de um aumento da taxa do imposto *per capita* proporcionalmente superior ao do valor do produto do camponês tributado, o imposto tinha um crescimento intensivo, que correspondia a um aumento da *taxa* de mais-valia contida na cobrança fiscal.

O crescimento extensivo era obviamente menos perigoso para a estabilidade camponesa que o intensivo. Como se verá, geralmente ocorriam os dois tipos de crescimento. No entanto, quando predominava o intensivo, isto é, quando a *massa* de mais-valia contida na receita total do imposto camponês crescia principalmente devido a aumentos da *taxa* de mais-valia, a reprodução social das comunidades camponesas corria riscos. Assim acontecia durante as depressões comerciais, especialmente nos anos imediatamente após a inversão do ciclo.

Para estimar as limitações do imposto camponês de Angola como alternativa à tributação dos capitais privados, o quadro seguinte compara o crescimento médio da sua receita com a sua ponderação na receita total do governo provincial. A comparação é feita para quatro sub-períodos, definidos em função da cronologia da ocupação militar e também da conjuntura de preços.

Quadro 10 – Receita do imposto camponês em Angola – 1901-1939 – taxa de crescimento anual a preços constantes¹⁴⁹ e ponderação média no total da receita do Governo da Colónia

Período	Taxa de crescimento anual (%)	Ponderação na receita (%)
1901-1906	2	0
1907-1915	26	10
1916-1929	15	21
1930-1939	0	22

Fontes:

para o imposto camponês: para 1901, ver quadro 5; para os anos seguintes COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1938): 423;

para os totais da receita do governo de Angola: para 1901-1908, ver quadro 5; para 1909-1911, Parecer n.º 272, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-06-1914, acta n.º 136, p. 100; para 1912-1915, MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS 1917: 522-526; para 1916-1939, COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1939): 464.

Os três primeiros sub-períodos estão dentro da fase ascendente de preços que durou até 1929 e a sua periodização é justificada pelas fases da cobrança: 1901-1906 corresponde ao sub-período anterior à decisão de reintroduzir o “imposto de cubatas”; 1907-1915, ao das operações militares mais ou menos definitivas; 1916-1929 ao da coexistência de uma administração colonial sobre todo o território com a continuação da fase de alta dos preços.

Depois de 1906, a grandeza do crescimento anual até 1929 sugere imediatamente um crescimento extensivo. Aos efeitos da ocupação militar, que foi avançando, juntou-se a partir de 1921 o da substituição do imposto de cubatas pelo “imposto indígena”, que fez passar a cobrança para a base da capitação¹⁵⁰: ambos os processos acrescentaram contribuintes às listas

¹⁴⁹ Os valores absolutos do imposto e da receita total foram deflacionados por dois índices de preços (1914 = ano base): 1901-1914, MATA; VALERIO 1994: 279-280, quadro E.2; 1914-1939, COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1939): 284, quadro LXVI.

¹⁵⁰ A portaria que estabeleceu o imposto individual calculava que o aumento do total de contribuintes seria de 27% (de 501.103 a 636.100). GOVERNO GERAL DE ANGOLA 1920: 9; 47.

fiscais. E mesmo que, por razões políticas, o recenseamento fiscal errasse por excesso¹⁵¹, a pequena grandeza dos efectivos nos anos iniciais explicaria as altas taxas de crescimento anual das duas décadas seguintes.

Uma vez que o aumento do total dos contribuintes acompanhou a alta de preços dos produtos da agricultura camponesa, pode concluir-se que até à depressão dos anos 1930 o crescimento da receita do imposto camponês se fez principalmente de modo extensivo. Deste modo, foi ultrapassado o patamar de um terço das receitas totais (35% em 1924).

No último sub-período do quadro 10 o crescimento do “imposto indígena” foi nulo. No entanto, a estagnação desta receita fiscal no quadro de uma descida intensa de preços agrícolas¹⁵² e sem haver adições de novos contribuintes (cujo total diminuiu)¹⁵³ continha certamente um aumento na taxa de mais-valia.

Existem, como se verá no ponto seguinte, vários indicadores de que a descida dos preços levou a taxa de mais-valia aos seus limites¹⁵⁴. Um deles é dado imediatamente pela estagnação da ponderação média das receitas do imposto camponês. As taxas do imposto eram estabelecidas administrativamente e, como se viu pelos quadros 9 A e B, tinham sido concebidas para produzir efeitos contra-cíclicos, isto é, para compensar a diminuição de outras receitas fiscais.

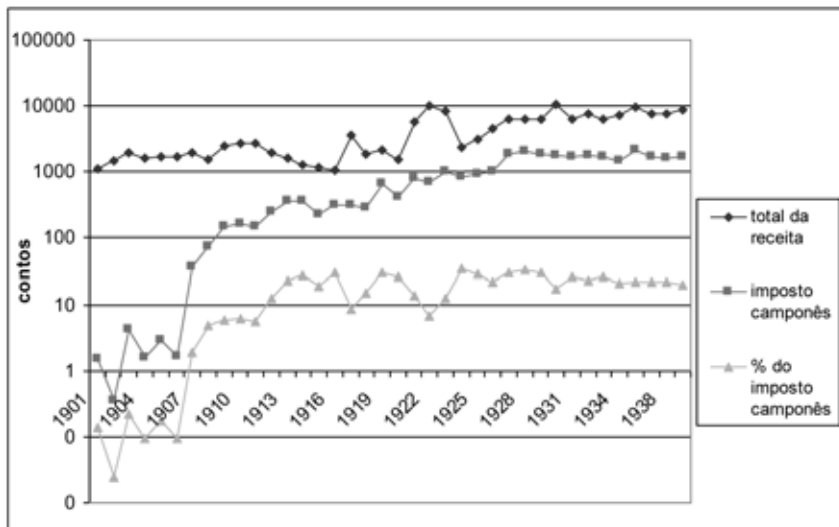
¹⁵¹ Em 1921 o antigo Secretário dos Negócios Indígenas de Angola, Ferreira Dinis, calculava que se o recenseamento fiscal se fizesse em todo o território, o imposto de cubatas teria no mínimo triplicado. Ferreira Dinis, “Diário da Câmara dos Deputados”, 15-03-1921, acta n.º 38, pp. 16-17.

¹⁵² A preços nominais, entre 1929-1934 as cotações dos produtos coloniais na praça de Lisboa diminuíram em média 40%. COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1936): 260, quadro XXI.

¹⁵³ Entre 1933-1939, a diminuição dos contribuintes recenseados foi de 51.844, correspondentes a uma perda de 7%. COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (anos 1935-1939).

¹⁵⁴ Para um observador bem informado, a taxa de mais-valia tinha mais do que duplicado: “O indígena, na sua maioria, para poder saldar as suas dívidas para com o Governo, no que diz respeito ao imposto, teve de agricultural o dôbro dos produtos, ou mesmo mais, para com a sua venda pagar o tributo.” BEBIANO 1938:16.

**Gráfico 1 – 1901-1939 – Angola –
Imposto camponês e total da receita do Governo da Colónia¹⁵⁵**

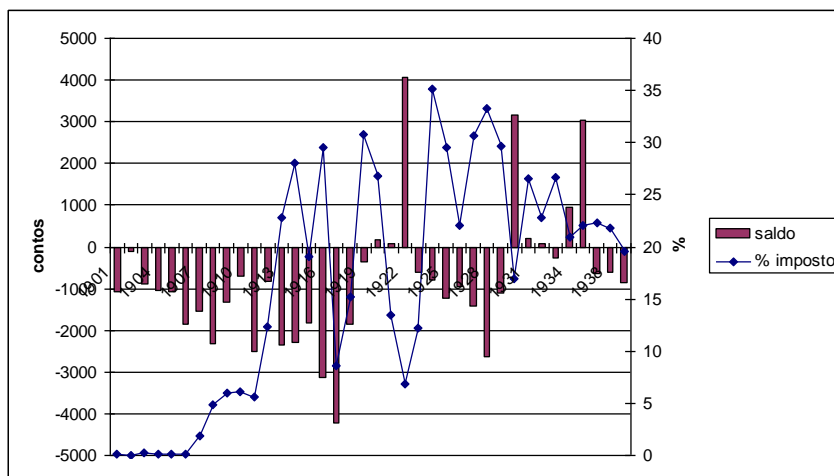


O facto de o “imposto indígena” não ter aumentado – absoluta e relativamente – quando a administração colonial mais necessitava de receita (durante a depressão dos anos 1930)¹⁵⁶ mostra portanto uma alteração no padrão evolutivo.

¹⁵⁵ A preços constantes (ver quadro 10).

¹⁵⁶ Na mesma conjuntura, a administração colonial dos Camarões conseguiu, como em Angola, manter os valores absolutos da cobrança mas os efeitos de compensação de outras receitas foram diferentes: nos Camarões, a receita do imposto camponês passara de 24% em 1926 para 50% em 1932. GUYER 1980: 310-313.

**Gráfico 2 – Angola – 1901-1939 –
Resultados de contas e ponderação do imposto camponês no total
da receita do Governo da Colónia¹⁵⁷**



Anteriormente, nos dois sub-períodos de maior crescimento dos déficits (1912-1917 e 1923-1928), o imposto camponês tinha crescido mais que as outras receitas e portanto contribuía crescentemente para atenuar os saldos negativos. O mesmo não aconteceu quando, durante a segunda metade da década de 1930, os *deficits* regressaram mas a percentagem da tributação camponesa continuou a cair, o que já acontecia tendencialmente desde o meio da década de 1920. Parece portanto que a contribuição das economias camponesas para poupar os capitais privados não podia ser

¹⁵⁷ Para a percentagem do imposto, ver quadro 10. Os saldos são relativos a contas de exercício para os anos 1901-1915 e têm as seguintes fontes: para 1901-1908, ver quadro 5; para 1909-1910, Parecer n.º 272, “Diário da Câmara dos Deputados”, 29-6-1914, acta n.º 136, p. 100; para 1911-1915, MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS 1917: 522-526; para 1916-1939, resultam da diferença entre o total da receita (ordinária e extraordinária) arrecadada (quadro VII) e o total da despesa ordinária e extraordinária orçamentada (quadro VIII), COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1939): 464-465. Para a deflação do saldo, ver nota 149.

mais “esticada”¹⁵⁸ e isto porque o crescimento intensivo deste imposto tinha atingido os seus limites.

Esta evolução fica mais clara comparando não a massa mas as taxas do imposto camponês em Angola.

4.1. O crescimento intensivo do imposto camponês em Angola

Os aumentos da taxa do imposto camponês em Angola nem sempre foram discutidos pelas administrações centrais com informações seguras¹⁵⁹ e, como se viu, prevaleceu durante algum tempo a opinião de que tinham uma margem de crescimento quase ilimitada.

Tendo a cobrança começado durante a fase próspera da borracha (que durou até 1911), o governo de Angola propôs logo a seguir duplicar a sua taxa, “o que ainda não pôde dizer-se pesado, principalmente nas regiões da borracha”¹⁶⁰. Já sem essas rendas mas ainda durante a fase altista das cotações, parecia não haver razões para se pensar o contrário. Em 1917 o deputado Amaral Reis lembrava que com um rendimento de 6\$ ou 7\$ por dia, os “indígenas” de Angola podiam bem pagar o imposto; e segundo um Inspector de Fazenda da província, citado por outro deputado, esse imposto seria “verdadeiramente uma mina, donde sai o ouro que nós quisermos, porque ao preto é indiferente pagar 1, 8 ou 10”¹⁶¹. Em 1921, Norton de Matos previa também “que o indígena amanhã passará a pagar 10\$”¹⁶², o que na altura corresponderia a mais do que duplicar a taxa vigente.

O optimismo arrefecia quando chegavam as notícias de sublevações e sobretudo quando as motivações fiscais destas eram conhecidas, como foi

¹⁵⁸ Expressão usada por um deputado ao referir-se aos recentes aumentos na taxa do imposto indígena. Paiva Gomes, “Diário da Câmara dos Deputados”, 23-03-1925, acta n.º 52, pp. 17-18.

¹⁵⁹ O que em parte se explica pelo atraso com que a informação sobre as contas de exercício circulava. Cinco anos depois de se ter decretada a cobrança do imposto de cubatas em Angola, o ministro das Colónias informou o Parlamento de que não tinha elementos para dar sobre sobre a receita arrecadada. Freitas Ribeiro, “Diário da Câmara dos Deputados”, 16-11-1911, acta n.º 10, p. 2.

¹⁶⁰ COUCEIRO 1910:223.

¹⁶¹ Amaral Reis, “Diário da Câmara dos Deputados”, 21-07-1917, acta n.º 103, p. 18; citação de deputado Alfredo de Magalhães, *ibidem*, 20-08-1917, acta n.º 124, p. 13.

¹⁶² Norton de Matos, “Diário da Câmara dos Deputados”, 15-03-1921, acta n.º 38, p. 28.

o caso da revolta do Seles em 1917¹⁶³. Em 1925, depois de novo aumento da taxa, já havia mais do que um deputado a afirmar que “a população indígena não pode pagar êsse imposto”¹⁶⁴.

Uma vez que a sua implementação se estava a fazer em anos inflacionários, importa avaliar, descontando tanto quanto possível a desvalorização da moeda, como variou a taxa do imposto (designado oficialmente de “cubatas” até 1920 e “indígena” em seguida). O quadro 11 apresenta: na coluna A a taxa, tal como foi estabelecida administrativamente por portarias provinciais; na coluna B, a taxa média efectivamente cobrada durante dois anos da década de 1930¹⁶⁵; nas colunas C e D as taxas das colunas A e B em escudos constantes de 1914, sendo a deflação da coluna C feita por um índice do custo de vida¹⁶⁶ e a da coluna D feita por um índice das cotações coloniais na praça de Lisboa.

¹⁶³ Tamagnini Barbosa, “Diário da Câmara dos Deputados”, 13-06-1917, acta nº 81, p. 17. O próprio ministro assim o reconheceu no dia seguinte. Ernesto de Vilhena, *ibidem*, 14-06-1917, acta nº 82, pp. 5-6.

¹⁶⁴ Júlio de Abreu, “Diário da Câmara dos Deputados”, 13-03-1925, acta n.º 45, p. 15. Paiva Gomes, *ibidem*, 23-03-1925, acta n.º 52, p. 18.

¹⁶⁵ Para a década de 1930, o imposto médio cobrado reflecte melhor a incidência do imposto uma vez que desde o orçamento de 1924-25 o Governo de Angola tinha estabelecido taxas geograficamente diferenciadas. COLÓNIA DE ANGOLA 1931: 6

¹⁶⁶ Por impossibilidade de obter o índice do custo de vida em Angola antes de 1914, o deflactor usado até esse ano foi o índice geral de preços portugueses.

Quadro 11 - Angola - Taxas do imposto camponês - em valores nominais e escudos constantes (1914 = 100)

Anos	A Taxa do imposto (escudos)	B Taxa média cobrada (escudos)	C Taxa do imposto deflacionada pelo índice de preços e pelo custo de vida em Luanda (1914= 100)	D Taxa do imposto deflacionada pelo índice das cotações de géneros coloniais (1914= 100)
1906	0,60		0,63	0,63
1909	1,20		1,24	1,24
1915	1,50		1,16	0,94
1917	1,95		0,93	0,98
1919	4,20		1,08	1,40
1923	10,00		0,44	0,40
1924	40,00		0,78	1,13
1930	(a) 80,00		3,43	4,25
1933		53,5	2,30	3,33
1939		67,1	2,53	3,93

(a) taxa modal na tabela do Regulamento de 1931

Fontes:

Coluna A:

1906 - Governo de Angola - Portaria n.º 414, de 30-07-1907

1909 - Ministério da Marinha e Ultramar, Decreto de 14-07-1909

1915 - Governo de Angola - Portaria n.º 762, 13-08-1915

1917 - Governo de Angola - Portaria n.º 67 de 13-04-1917 e Lei n.º 799 de 31-8-1917

1919 - Governo de Angola - Portaria n.º 30-A, 22-01-1920

1923 e 1924 - "Diário da Câmara dos Deputados", 20-02-1924, acta n.º 40, p.20

1930, Governo de Angola - Diploma n.º 237, 26-5-1931

Coluna B: COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (anos de 1933-1939);

Coluna C: para o índice de preços até 1914, MATA;VALERIO 1994: 279-280, Quadro E.2; para os índices de preços entre 1914-1939, COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1939): 284, quadro LXVI;

Coluna D: para o índice de preços até 1914, MATA;VALERIO 1994: 279-280, Quadro E.2; para os índices das cotações dos géneros coloniais, entre 1914-1939, COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico, (ano de 1936): 260, quadro XXI (para o índice do ano de 1915 foi usado, devido a omissão de dados, o do ano de 1916); (ano de 1939): 350, quadro XXII.

As colunas C e D confirmam, apesar das esperadas diferenças, as tendências evolutivas da massa do imposto indicadas pelo quadro 10.

O crescimento rápido da massa fiscal durante os anos de alta de preços (1906-1929) foi principalmente determinado pelo crescimento extensivo: entre 1906-1924, a taxa do imposto a preços constantes não terá chegado sequer a duplicar (aumentos percentuais de 24 ou 79%, respectivamente nas colunas C e D) mas entre 1909 e 1924, terá mesmo decrescido.

Em contrapartida, a quase estagnação da massa fiscal durante a década de 1930 ocorreu apesar da taxa do imposto ter crescido: entre 1924 e 1939, multiplicou-se por um factor de 3 (3,2 ou 3,5 respectivamente nas colunas C e D)¹⁶⁷. Um tal aumento da taxa do imposto correspondeu a um crescimento intensivo, isto é, a um aumento brutal da taxa de mais-valia contida nesta tributação. Assim deve ter acontecido, e mesmo em maiores proporções que as calculadas para a taxa do imposto, porque:

a) os preços dos produtos camponeses, em queda, sofreram reduções maiores que as respectivas cotações em Lisboa (BEBIANO 1938:16) – depois de terminada a ocupação plena do território, os termos de troca com os capitais comerciais europeus tinham-se deteriorado para as comunidades camponesas¹⁶⁸; b) pela mesma razão de a ocupação estar concluída, os impostos indirectos também já podiam repercutir-se sobre o consumo e sobre as exportações camponesas agravando a sua carga fiscal; c) a massa do imposto efectivamente recebido pelo Estado era inferior, por via das comissões legais ou ilegais, ao que era efectivamente pago pelos contribuintes camponeses¹⁶⁹; d) a taxa média do imposto considerada na

¹⁶⁷ Este resultado à escala da colónia aparece confirmado por uma evolução regional, a circunscrição do Bailundo, para a qual é conhecida a série do imposto cobrado entre 1922 e 1931. O imposto médio a preços constantes (1914=100) apresenta entre 1924 e 1931 um coeficiente de variação da mesma ordem (3,2). AHU, maço 2806. *Mapa comparativo da arrecadação do imposto indígena, na circunscrição do Bailundo, desde 1922/23 até 1931/32*, 28-05-1932.

¹⁶⁸ Especialmente quando pressionadas para liquidar as dividas fiscais: “Sucede que os cobradores são, por via de regra, comerciantes, e como geralmente o indígena não está preparado para pagar o imposto de palhota, vê-se na necessidade de vender bois que valem 20\$ pelo preço de 1\$50.” Paiva Gomes, “Diário da Câmara dos Deputados”, 21-07-1917, acta n.º 103, p. 12.

¹⁶⁹ Oficialmente, o pagamento do imposto em géneros já continha penalizações variáveis, que podiam ir até 100% no caso de haver custos de comercialização para o Estado. Governo de Angola, Portaria provincial n.º 414 de 30/7/1907. Regulamento provisório para a cobrança

coluna B do quadro 11 contém um erro por defeito visto que resulta do quociente entre a receita do imposto e o total dos contribuintes recenseados (solventes e não solventes).

Uma ordem de grandeza deste crescimento intensivo em Angola foi dada, quando as condições já eram mais favoráveis à agricultura camponesa, pelo ex-governador Norton de Matos. Em 1944, este estimou o valor das exportações camponesas em 150.000 contos e a massa do imposto camponês (incluindo neste outras tributações para além do “imposto indígena” mas não “toda a notável rede de estradas e todos outros trabalhos de obras públicas executados por eles”, isto é, as corveias) em 50.000 contos; nestas condições – e abstraído do que pudesse ser apropriado pelos capitais privados através da troca desigual -, a tributação camponesa em Angola correspondia à taxa média de mais-valia de 50% (MATOS 1944: II, 245-246). Considerando a baixa produtividade da agricultura tradicional, uma apropriação de sobre-valor desta grandeza estava certamente próximo da ruptura fiscal.¹⁷⁰

4.2. As contradições do imposto camponês

Durante a década de 1930 acumularam-se os indicadores de que o fisco estava a colocar em perigo a reprodução da sociedade camponesa de Angola. A percentagem de “isentos” do imposto aumentou em todas as províncias da colónia, atingindo 13% em 1939 e a emigração clandestina aumentou “de uma forma assustadora”¹⁷¹. Até que ponto foi esta evolução

do imposto de cubata, art. 5º, § 3º. O diferencial na versão do comércio, que acusava as autoridades: “o imposto de cubata é ensejo para a realização dos maiores abusos. Cobra-se por 50 o que deve receber por dez.” G. Plantier Martins, *Notas de viagem*, “Jornal do Comercio” 17-02-1911, p. 1. E na versão que chegou ao parlamento: “E a razão do imposto de palhota na província de Angola render simplesmente 60 contos de réis, não é devido ao facto dos pretos se recusarem a pagar. Pelo contrário, os pretos não só pagam ao Estado o que lhes compete pagar, como pagam dez, vinte e trinta vezes mais do que aquilo que deviam pagar.” Camilo Rodrigues, “Diário da Câmara dos Deputados”, 24-06-1912, acta nº 144, p. 4.

¹⁷⁰ A título de comparação, a administração francesa dos Camarões informava que a apropriação fiscal apropriada nas regiões mais favoráveis deveria corresponder a 25% do rendimento, isto é, a uma taxa de mais-valia fiscal de 33%. GUYER 1980:309.

¹⁷¹ Para os “isentos”, COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (ano de 1939): 492, quadro XXVII; para a emigração, BEBIANO 1938: 6.

exclusiva da fiscalidade angolana? ¹⁷²Para avaliar os riscos do despovoamento nas áreas fronteiriças da colónia, um ex-ministro das colónias, Bacelar Bebiano, comparou a incidência fiscal em sete territórios.

**Quadro 12 - Territórios coloniais africanos - 1935 -
Carga fiscal per capita**

Territórios	População (.000)	Carga fiscal (an- gulares - contos)	Carga fiscal <i>per</i> <i>capita</i> (angulares)
Rodésia do Sul	1.152,0	39.710	34,5
Quénia	3.007,6	56.681	18,8
Uganda	3.646,2	60.533	16,6
A.E.F. (a)	3.168,0	38.700	12,2
Angola	3.097,1	36.576	11,8
Rodésia do Norte	1.366,4	14.219	10,4
Congo Belga	9.283,0	69.619	7,5

(a) Em 1931

Fonte: BEBIANO 1938:20

Bebiano fez notar que a carga fiscal *per capita* da sua comparação não correspondia ao quociente da receita do imposto indígena pela população fiscalmente recenseada (critério utilizado aqui nos quadros anteriores) mas que, por falta de dados e porque os critérios fiscais diferiam entre as administrações¹⁷³, considerava o quociente das cargas fiscais sobre as populações totais. Aceitando os quocientes de Bebiano, tem de concluir-se

¹⁷² Só depois de uma comparação sistemática será possível avaliar que territórios estavam mais próximos da ruptura fiscal. A administração central francesa manifestou por estes anos a mesma preocupação de Bebiano: "la conviction très nette que les populations indigènes sont actuellement assujetties à un régime fiscal trop lourd." Citado por MARSEILLE 1977: 74.

¹⁷³ Pelo critério do imposto camponês cobrado em média, usado no quadro 11, a diferença apontada por Bebiano entre Angola e o Congo era maior (59,5 contra 31,4 angulares) mas Bebiano alegava que deste modo não se levavam em conta outras taxas em vigor no Congo e ausentes em Angola. BEBIANO 1938:20-21.

que tributação camponesa em Angola não era especialmente alta embora para a administração colonial, preocupada com as migrações fronteiriças, fosse preocupante o facto de ser *mais* alta que a dos territórios fronteiriços (Rodésia do Norte e Congo).

Independentemente dos valores absolutos da fiscalidade, o que importa para avaliar o ponto de ruptura do crescimento intensivo do imposto, isto é, o limite máximo possível da taxa de mais-valia contida na tributação, é a proporção entre a massa fiscal e o rendimento da população taxada. Aparentemente, a julgar pelos consumos dados também pelo estudo de Bebiano, o camponês de Angola teria em média um consumo e portanto um rendimento superior ao das colónias vizinhas (SANTOS 2012:65, a partir de BEBIANO 1938: 24-26). Quanto às regressões demográficas e dos contribuintes solventes, os anos seguintes parecem ter invertido a tendência: entre 1939-1944, a população total aumentou 23% e a população fiscalmente recenseada, que tinha tido uma diminuição de 6% entre 1935-1939, aumentou 10%¹⁷⁴.

No entanto, esta evolução não invalida a ideia de que *durante* a década de 1930 um ponto de ruptura na tributação camponesa de Angola esteve próximo e que em algumas regiões possa mesmo ter acontecido. Como se viu, a massa do imposto indígena deixou de crescer quando outras receitas, que deveria compensar, estavam *em queda* e, comparando o ano de 1939 com o ponto de partida, verifica-se que desde 1906 a taxa do imposto multiplicou-se, a preços constantes, entre 4 e 6 vezes (colunas C ou D do quadro 11). Sem que a produtividade da agricultura camponesa tivesse aumentado na mesma proporção (não cresceu entre 4 e 6 vezes entre 1906-1939) e com preços (e portanto rendimentos camponeses) que durante esse tempo também não aumentaram em razão directa, as multiplicações da taxa *per capita* do imposto corresponderam, *coeteris paribus*, a multiplicações da taxa de mais-valia¹⁷⁵. É portanto pouco provável que com um rendimento bruto próximo da estagnação, o tempo de trabalho camponês dispensado ao imposto tivesse em todas as regiões de Angola

¹⁷⁴ AHU, maço 1661.

¹⁷⁵ Considerando que no quadro 11 a deflação da taxa do imposto no ano base (1906) se fez com um índice geral de preços portugueses e não angolanos, o seu coeficiente de multiplicação poderia ter sido maior; os preços angolanos eram superiores aos da metrópole pelo que aqui se acumula mais um factor de erro por defeito na evolução da taxa.

margem de ampliação depois de ter sido multiplicado por 4 vezes ou mais em cerca de trinta anos.

Cotações mais altas para as mercadorias exportadas, na medida em que uma fracção dos aumentos de preços fosse transferida para os rendimentos camponeses, teriam para o crescimento da tributação os mesmos efeitos que aumentos de produtividade. Apenas nestas condições o crescimento da massa do imposto camponês *per capita* não corresponderia directamente ao da respectiva taxa de mais-valia. E com estas condições de retoma do crescimento extensivo, seria também de esperar o regresso do outro factor do crescimento extensivo: menos camponeses seriam dados como isentos e remissos (ou retirados do recenseamento fiscal). Ambos os factores do crescimento extensivo se influenciavam mutuamente e é provável que se tenham combinado depois de 1939.

Na sua ausência, a ruptura fiscal deve ter começado em várias circunscrições angolanas ainda antes da depressão comercial¹⁷⁶. Houve funcionários administrativos que se aperceberam que as taxas do imposto camponês (do “imposto indígena” e das restantes contribuições que os camponeses pagavam) só poderiam ser aumentadas quando a base material das comunidades rurais se alargasse. Conhecida a baixa produtividade da agricultura tradicional, alguns favoreciam apenas o crescimento extensivo do imposto – ou aumentando o rendimento camponês (preços de compra mais altos para os produtos camponeses) ou ampliando o agregado dos contribuintes¹⁷⁷.

O crescimento extensivo do imposto implicava deste modo uma diminuição dos lucros comerciais e/ou a estabilização da força de trabalho nas comunidades camponesas. Ambas as possibilidades desenvolviam, a curto ou médio prazo, uma contradição de interesses entre o Estado e os capitais

¹⁷⁶ Sobre a cobrança do imposto na circunscrição da Ganda em 1914-15 : “Pagam sem relutância no primeiro, no segundo, no terceiro ano; mas, facto estranho, a dificuldade no pagamento vai aumentando à medida que se vai radicando e compreendendo a obrigação desse pagamento. E é simples a razão – é porque vão empobrecendo.” DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BENGUELA 1916:70

¹⁷⁷ O que em 1920 acabaria por levar à substituição da base predial do imposto de “cubata” pela capitação. O administrador da Ganda calculava que em 1915 um terço dos homens válidos não pagava imposto. DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BENGUELA 1916:72.

privados na cobrança da tributação camponesa, ela própria uma resposta à contradição principal do capital colonial.

A política de controlo administrativo dos preços – e portanto dos lucros – obrigava a administração entrar em conflito com os capitais comerciais. No norte de Moçambique, os funcionários coloniais (directamente interessados em comissões da cobrança) chegaram mesmo a organizar irregularmente mercados do algodão¹⁷⁸ e são conhecidos os conflitos entre a administração e as concessionárias algodoeiras a respeito das tabelas oficiais de preços.

Por outro lado, estabilizar a força de trabalho nas comunidades camponesas – isto é, manter pelo menos a sua reprodução simples – significava colocar entraves à proletarização. Esta segunda possibilidade também colidia, mais tarde ou mais cedo, com a acumulação de capital (neste caso com o capital produtivo). Os investimentos coloniais, que tinham em geral uma composição orgânica baixa, implicavam o aumento desproporcionado da procura de assalariados, acelerado pela urbanização (em sentido demográfico, não necessariamente urbanístico) e pela facilidade do trabalho migratório sazonal. Em Angola, por exemplo, a proletarização avançou rapidamente, mesmo durante a depressão: só entre 1935-1939, os trabalhadores por conta própria diminuíram mais de 8%¹⁷⁹. Estes processos tornavam-se, a partir de determinada escala, factores de desagregação das sociedades camponesas. Por exemplo, no caso da proletarização parcial das unidades familiares camponesas, a sobrecarga fiscal que pesava sobre elas era maior que quando pagavam o imposto exclusivamente através dos rendimentos da sua agricultura. Assim acontecia porque os salários nominais cresceram bastante menos que a taxa do imposto e que as cotações dos artigos coloniais, o que equivale a dizer que cada vez mais dias de trabalho assalariado se tornaram necessários para liquidar as obrigações fiscais directas. Comparando o salário monetário em 1906 com o de 1939, um “serviçal” precisaria de 7 dias de trabalho no primeiro desses anos e de

¹⁷⁸ No distrito do Niassa, a preocupação em assegurar que o dinheiro chegava aos agricultores de algodão levou a administração colonial a organizar os mercados, substituindo-se aos compradores durante as operações comerciais. AHU, maço 1665-1, I, pp. 48-49.

¹⁷⁹ COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (anos 1935-1939).

79 dias no último para se desobrigar fiscalmente¹⁸⁰; o coeficiente de multiplicação da taxa de mais-valia fiscal pode ter sido nestes casos superior a 10!¹⁸¹

Para além da procura de trabalho, a agricultura capitalista também contribuía para a desagregação das comunidades camponeses através da apropriação crescente de um outro “bem raro” em Angola, os bons terrenos agricultáveis. Em 1955, a agricultura “civilizada” de Angola ocupava 3,038 milhões de hectares (14 a 16 hectares por agricultor europeu) ao passo que a agricultura tradicional, que praticando os cultivos itinerantes e a pastorícia necessitava de uma muito maior extensão, já só dispunha de 15 milhões (3,8 hectares por habitante – CASTRO 1980: 142-143).

Apoiar e se possível alargar a manutenção da agricultura tradicional tornou-se um objectivo para os funcionários administrativos conhecedores da importância do imposto camponês que, como se viu ultrapassava em muito os valores do “imposto indígena”¹⁸². Para Norton de Matos, “o dever do Estado colonial” era transformar as comunidades tradicionais em proprietárias rurais. Tendo sido governador da colónia durante o colapso da borracha, Norton assistira à recessão – fiscal e comercial – induzida pela queda dos rendimentos camponeses. Como mais tarde afirmou, desde então o objectivo da sua política passara a ser o de encontrar alternativas para a estabilização do campesinato, tendo sempre em vista “contrariar o aparecimento do proletariado rural”. O algodão, o café e o milho seriam nas duas décadas seguintes cultivos directamente implementados ou protegidos pelo Estado para assegurar a continuidade da agricultura camponesa

¹⁸⁰ Para o salário monetário de 1906 foi utilizado na comparação o dos serviços “recrutados” para S. Tomé, cujo salário *monetário* mínimo para os homens era de 2\$500/mês (Decreto de 29-01-1903, art. 50°); note-se que o salário monetário dos serviços de S. Tomé era apenas uma fracção do salário total. Para o salário diário médio em 1939, que foi de \$85. COLÓNIA DE ANGOLA, Anuário Estatístico (anos 1940 a 1943): 362.

¹⁸¹ Este efeito (maior sobrecarga fiscal para as unidades familiares camponesas semi-proletarizadas) verificou-se igualmente no Quênia. STICHTER 1982: 34.

¹⁸² Norton de Matos calculava que os camponeses pagavam “directa ou indirectamente, por uma forma ou por outra, três quartas partes da receita pública total da Província.” MATOS 1944: II, 237. E devem incluir-se ainda no valor total cedido pelas comunidades camponesas as prestações parcial ou integralmente não monetarizadas que poupavam despesa pública, como as corveias dos praças africanos nas granjas militares e de outros tipos.

e da receita fiscal que esta gerava¹⁸³. Aqui portanto, as escolhas do Estado e dos capitais privados, cuja contratação de trabalhadores necessitava “da intervenção da autoridade”, podiam também afastar-se muito (MATOS 1944: II, 246-247; III, 190-245).

Nos anos em que, ou pelas limitações da produtividade camponesa ou pela conjuntura de preços, o crescimento intensivo do imposto estava bloqueado, esta contradição entre capitais públicos e privados aumentava. Os dois sectores disputavam o tempo de trabalho das populações africanas; só uma investigação empírica poderá mostrar como a contradição menor se encaixou na maior; isto é, no facto de ambos dependerem do “indígena” para rentabilizar *todos* os investimentos – em Angola e nos restantes territórios coloniais. Como dizia quem sabia do assunto:

“A administração da província de Angola, como a de qualquer outra colónia em que o colono europeu se não pode aclimar nem entregar aos trabalhos agrícolas (...) tem por base o indígena, gerador preponderante do orçamento, elemento capital da prosperidade, que é mister conhecer em todos os seus detalhes e proteger. Sem indígenas não há colónias, porque não há produção nem impostos para o Governo, não há agricultura nem indústria para os colonos, nem comércio para os negociantes.” (DINIS 1914: 17).

¹⁸³ A preocupação em apoiar a agricultura tradicional levou mesmo alguns governos provinciais a manifestarem-se contra a diferenciação das taxas de imposto, visto considerarem prejudicial sobre-taxarem os agricultores de maiores rendimentos. AHU, maço 1705-5, pp. 134-135.

Fontes

Abreviaturas:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Fontes arquivísticas:

AHU, maço 595 - *Nota das receitas previstas nos orçamentos das províncias ultramarinas e das cobradas pelos cofres das mesmas províncias nos exercicios de 1901-1902 até 1908-1909*

AHU, maço 595 - *Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar – Mappas por capítulos das despesas effectuadas nas diversas prov.as ultramarinas nos annos económicos de de 1901-1902 até 1908-1909*

AHU, maço 595 - *As Provincias ultramarinas em c/c com o cofre do Deposito do Ultramar durante os annos economicos de 1901 a 1909*

AHU, maço 595 - *Mappa Geral da Despeza das Provincias Ultramarinas segundo os differentes ramos de serviço para o anno economico de 1909-1910*

AHU, maço 1661 - *Repartição Central dos Negócios Indígenas. Mão de Obra. Elementos Estatísticos*

AHU, maço 1665-1 - *Relatório duma Inspecção ás Circunscrições do Distrito de Moçambique (1936-1937) pelo Inspector Pinto Corrêa volumes I e II*

AHU, maço 1705-5 - *Governo da Provincia de Malange. Relatório referente aos anos de 1945 e 1946 do Governador da Provincia Dr. Manuel da Cruz Alvura*

AHU, maço 1726-4 - *Carlos Henrique Gomes da Silveira - Distrito de Cabo Delgado. Relatório do Governador. 1934*

AHU, maço 1726-8 - *Relatório do Governador Geral de Moçambique General José Tristão de Bettencourt. Respeitante ao período de 20 de Março de 1940 a 31 de Dezembro de 1942, volume II*

AHU, maço 2806. *Mapa comparativo da arrecadação do imposto indigena, na circunscrição do Bailundo, desde 1922/23 até 1931/32, de 28-05-1932*

Fontes periódicas:

Boletim Oficial da Provincia de Angola

Commercio e Navegação - Estatística Especial

Diário da Camara dos Senhores Deputados

Diário da Câmara dos Deputados

Diário do Governo

Estatística de Portugal - Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas no Ultramar

Jornal do Comercio (depois, *Jornal do Comercio e das Colónias*).

Revista Portuguesa Colonial e Maritima

Bibliografia citada:

(Nota: excluem-se os autores citados nas publicações periódicas utilizadas, com excepção de GONÇALVES, Luís da Cunha cuja monografia foi publicada em periódico)

ABRAHAM, Arthur (1974), *The British and the Hut Tax War*, "The International Journal of African Historical Studies", vol. 7, No 1, pp. 99-106.

ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de (1949-1950), *Relatórios sobre Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

BAKER, Colin (1975), *Tax Collection in Malawi: An Administrative History, 1891-1972*. "The International Journal of African Historical Studies", vol.8, No 1, pp. 40-62.

BARAN, P; Sweezy, P. (1978), *Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem económica e social americana*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

BEBIANO, J. Bacelar (1938), *Angola – Alguns problemas*, Lisboa: Imprensa Nacional

BERNARD-DUQUENET, Nicole (1976), *Le Front populaire et le problème des prestations en AOF*. "Cahiers d'Études Africains", vol. 16, Cahier 61/62, pp.159-172

CAIN, P. J.; Hopkins, A.G. (2001), *British Imperialism 1688-2000*. London: Pearson Education Limited

CAIRNCROSS, A. K. (1953), *Home and Foreign Investments 1870-1913. Studies in Capital Accumulation*, London: Cambridge University Press

CAPELA, José (1977), *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas Colónias*, Porto: Afrontamento

- CASTRO, Armando (1978), *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- COLÓNIA DE ANGOLA (VÁRIOS ANOS), *Anuário Estatístico de Angola. Ano de ..*
Luanda: Imprensa Nacional
- COLÓNIA DE ANGOLA (1931) , *Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena*, Luanda: Imprensa Nacional
- COSTA, Eduardo (1903), *Occupação Militar e Dominio Effectivo nas nossas Colonias*. Lisboa: Congresso Colonial Nacional.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva (1910), *Angola. (Dois Anos de Governo Junho de 1907- Junho de 1909). História e comentários*. Lisboa: Edições A Nacional
- DAVIS, Lance E. ; Huttenback, Robert A. (2009), *Mammon and the Pursuit of Empire. The Polical Economy of British Imperialism 1860-1912*, New York: Cambridge University Press.
- DINIS, José de Oliveira Ferreira (1914), *Negócios Indigenas. Relatório do ano de 1913*. Luanda: Imprensa Nacional
- DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BENGUELA (1916), *A Circunscrição Civil da Ganda. Relatório do administrador Simão de Laboreiro*, Luanda: Imprensa Moderna.
- EMMANUEL, Arghiri (1985), *La dynamique des inégalités*, Paris: Éditions Anthropos
- FEINSTEIN, Charles (1990), *Britain overseas investments in 1913*, "The Economic History Review", 2nd series, vol. XLIII, No. 2, May.
- FERREIRA, A. Rita (1963), *O movimento migratório de trabalhadores entre Lisboa e a África do Sul*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- FERREIRA, Lúcia; Pedra, Cristina (1988), *Despesas Coloniais do Estado Português 1913-1980*, "Revista de História Económica e Social", nº 24, Setembro-Dezembro.
- FERREIRA, Vicente (1924), *O regímen monetário e bancário nas colónias portuguesas* in "Sociedade de Geografia de Lisboa. Congresso Colonial Nacional de 6 a 10 de Maio de 1924", Lisboa.
- FRANKEL, Herbert (1969), *Capital Investment in Africa. Its Course and Effects*, New York: Howard Fertig.

- GONÇALVES, Luis da Cunha (1907-1908), *O imposto colonial* in “Revista Portuguesa Colonial e Marítima”, 19^o-22^o volumes.
- GOVERNO GERAL DE ANGOLA (1920), *Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena. Aprovado por portaria provincial nº 30-A de 22 de Janeiro de 1920*, Luanda: Imprensa Nacional.
- GUYER, Jane I. (1980), *Head Tax, Social Structure and Rural Incomes in Cameroun. 1922-1937*. Cahiers d'Études Africains, vol. 20, Cahier 79.
- HARMS, Robert (1975), *The End of Red Rubber: A Reassessment*, “The Journal of African History”, vol 16, nº 1, pp. 73-78.
- HILFERDING, Rudolf (1970), *Le Capital Financier*, Paris: Editions de Minuit.
- JAMAL, Vali (1978), *Taxation and Inequality in Uganda, 1900-1964*. “The Journal of Economic History”, vol. 38, No 2, June.
- KHAN, M.; Jomo, K.S. (2000), *Rents, Rent-Seeking and Economic Development. Theory and Evidence in Asia*. Cambridge University Press
- LARA, Sousa (1901), *Crise Agrícola e Commercial em Angola. Suas causas o que se tem feito e o que urge fazer*, in “Congresso Colonial Nacional”. Lisboa
- LOUIS, Paul (1905), *Le Colonialisme*, Paris: Société Nouvelle de Librairie et d'Édition.
- MACEDO, José de (1910), *Autonomia de Angola - Estudo de administração colonial*. Lisboa: Typographia Leiria.
- MALHEIRO, Alfredo (1903), *Chronicas do Bihé*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- MARSEILLE, Jacques (1977), *La conférence des gouverneurs généraux des colonies (novembre 1936)*. “Le Mouvement social”, nº 101.
- MARSEILLE JACQUES (1984), *Empire colonial et capitalisme français. Histoire d'un divorce*, Paris: Albin Michel
- MARX, Karl (1977), *Le Capital*, Paris: Éditions Sociales
- MARX, Karl (1980), *Manuscrits de 1857-58 (“Grundrisse”)*, Paris: Ed. Sociales, I, e II.
- MATA, Eugénia; Valério, Nuno (1994), *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa: Editorial Presença.
- MATOS, Norton de (1944), *Memórias e trabalhos da minha vida*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, Lda., vol II e III

- MATTICK, Paul (1969), *Marx and Keynes. The limits of the Mixed Economy*, London: Merlin Press
- MINISTERIO DAS COLONIAS (1916), *Anuário Colonial de 1916*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MINISTERIO DAS COLONIAS (1917), *Anuário Colonial de 1917*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR (1905), *Anuario Estatístico dos Dominios Ultramarinos Portugueses - 1899 e 1900*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- PÉLISSIER, René (1986), *História das Campanhas de Angola*, Lisboa: Editorial Estampa.
- POLANYI, Karl (1983), *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps.*, Paris: Gallimard.
- POLLARD, Sydney (1985), *Capital Exports, 1870-1914: Harmful or Beneficial?* “The Economic History Review”, 2nd series, vol. XXXVIII, No. 4, November.
- REIS, Célia (2001), *Índia* in Serrão, J; Marques, A.H. Oliveira, “O Império Africano 1890-1930”, Lisboa: Editorial Estampa
- RIBEIRO, José Joaquim Teixeira (1997), *Lições de Finanças Públicas*, Coimbra: Coimbra Editora.
- RICARDO, David (1978), *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Maciel (2007), – *Imposto e algodão: o caso de Moçambique (1926-1945)* in CEAUP (coord.) “Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político”, Porto: Campo das Letras.
- SANTOS, Maciel (2012), *Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932) – o efeito renda*, “Revista Angolana de Sociologia” nº 10, Dezembro.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1912), *Elementos para a resolução dos Problemas Coloniaes . II . Alinea c) n º2*. Lisboa.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1913A), *Elementos para a resolução dos Problemas Coloniaes . Alinea b) n º3*. Lisboa.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1913B), *Elementos para a resolução dos Problemas Coloniaes . Alinea d) – Política colonial*. Lisboa.

- SOUSA, José Ferreira Marnoco e (1893), *Syntheses Financeiras - O Estado proprietário, industrial e capitalista - A fixação e determinação das despesas publicas. Dissertação academica para a 8ª cadeira da Faculdade de Direito*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- STICHTER, Sharon (1982), *Migrant Labour in Kenya. Capitalism and African Response 1895-1975*, London: Longman Books.
- SURET-CANALE, Jean (1964), *Afrique Noire Occidentale et Centrale. L'ère Coloniale (1900-1945)*, Paris: Éditions Sociales.
- ULRICH, Ruy Ennes (1912), *Finanças coloniais*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Fronteiras de Angola e Moçambique: passado e presente na construção do futuro

PAULA CRISTINA SANTOS*

1. Introdução

A existência de linhas de fronteira é um requisito fundamental para a existência de um estado soberano. A definição das actuais fronteiras internacionais é o resultado de processos de constituição de estados, envolve aspectos relativos à história, direito e antropologia que convergem para uma definição geográfica da linha de fronteira.

As fronteiras definidas por meio de instrumentos diplomáticos, negociados entre os governos interessados, devem ficar materializadas de forma inequívoca, por acidentes naturais relevantes (rios, lagos, linhas de cumada, ...) ou por marcos, de que se deve assegurar a sua reconstituição e exacta reimplantação sempre que necessário. É esta a condição que exige a execução de operações geodésicas por, através de coordenadas geográficas, ser viável identificar e situar na sua anterior posição os sinais eventualmente desaparecidos ou destruídos.

Por razões de carácter político ou outras, há várias vezes necessidades de rectificação, de maior rigor ou detalhe na materialização da linha de fronteira ou mesmo resolução de questões que ficaram em suspenso.

2. Enquadramento Histórico

Ultrapassado o ciclo histórico dos descobrimentos, a cartografia portuguesa transforma-se atingindo particular relevo no início do século XVIII com a elaboração dos mapas do Brasil e trabalhos de delimitação de fron-

* ICT-IP – Instituto de Investigação Científica Tropical
paula.santos@iict.pt

teiras. Com a independência do Brasil os trabalhos cartográficos portugueses no exterior vão, no último quartel do século XIX, ser retomados em África. O mesmo se verifica com outros países europeus então dominantes, política e economicamente, após a perda das suas colónias americanas. Sucederam-se, então, as viagens de exploração e reconhecimento científico ao sertão africano.

É neste contexto que, em Portugal, surgem dois organismos de carácter geográfico dedicados não só ao território nacional mas, sobretudo, às províncias ultramarinas: a Sociedade de Geografia de Lisboa, entidade particular criada em 1875, e a Comissão Central Permanente de Geografia em 1876, integrada na primeira em 1880.

Em 1883 para uma completa e organizada ocupação científica do Ultramar, o ministro Prof. Barbosa du Bocage considerou “*por bem nomear uma comissão encarregada de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal, assim como quaisquer estudos geográficos a elas ligados*”. Foi assim criada, no Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, a Comissão de Cartografia, precursora do Instituto de Investigação Científica Tropical. Proposta por Portugal e organizada pelo Chanceler alemão Otto Bismark, decorreu em Berlim, de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, uma conferência internacional, com a presença de 14 países, para tratar de questões relacionadas com o continente africano. Nesta, foi enunciado o princípio da “ocupação efectiva” como modo de legitimação da posse política de um território africano que, não atendendo aos direitos históricos da descoberta mas sim ao seu conhecimento geográfico, pressupunha a implantação de linhas de fronteiras e a existência de cartografia. Uma nova fase ia começar...

Assim, no último quartel do século XIX, a actividade da Comissão de Cartografia centrou-se, essencialmente, na questão das fronteiras, sua definição diplomática, demarcação no terreno ou arbitragens e nas coberturas geodésicas e cartográficas dos territórios sob administração portuguesa para o que criou missões chefiadas por pessoas de alta competência científica aliada a grande experiência destes trabalhos em África, aos quais estão associados alguns nomes de prestígio da nossa história, como é o caso de Gago Coutinho que trabalhou nas fronteiras de Timor, Moçambique e Angola e nas coberturas geodésicas do sul de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

Após a segunda guerra mundial inicia-se o processo de independência dos territórios africanos. Em 1964, numa conferência realizada no Cairo, a Organização da União Africana assumiu o “Princípio da Intangibilidade das Fronteiras Coloniais” reafirmado em 2002 em Durban. Em 2007, a União Africana define um programa que visa a implementação dessa resolução, estabelecendo como meta o ano de 2012 para que todos os seus estados membros tenham definitivamente estabelecidas e confirmadas as suas fronteiras, reconhecendo como principal condicionante a escassez de informação de base disponível.

3. O Acervo do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

Sucessor da Comissão de Cartografia, o IICT acumula todo o saber tropical desenvolvido ao longo dos últimos 130 anos, tal como o património com ele relacionado, o que lhe permite desenvolver uma acção preponderante e lhe confere maior responsabilidade no desenvolvimento científico e técnico dos países com os quais coopera, em particular os de língua oficial portuguesa.

Assim, por razões históricas, no que respeita aos países africanos outrora sob administração portuguesa, a documentação sobre as suas fronteiras encontra-se em quatro unidades deste Instituto, Centro de Documentação e Informação, Arquivo Histórico Ultramarino, Centro de História e BioTrop.

O acervo existente no GeoDes é constituído por várias centenas de documentos, relativos a Angola, Moçambique, Guiné, Índia, Timor e Macau, que vão desde os tratados histórico-diplomáticos ocorrência de litígios, cobranças indevidas de impostos, cadernetas de campo, esquemas, fotos, itinerários, croquis, fotografia aérea, publicações, relatórios técnicos sobre os trabalhos no terreno, metodologias, instrumentos usados, coordenadas e, por vezes, alguns testemunhos do que iam vendo e sentindo ao longo dos percursos percorridos e do contacto com as populações. O Instituto do Mar e Fronteiras de Moçambique após visitar esta Instituição concluiu, no seu relatório, que no IICT está toda a documentação necessária para a reconstrução do percurso das suas fronteiras desde 1856 e que esta é essencial para os trabalhos em curso de revisão das fronteiras, dado

que permite validar hoje a localização das respectivas linhas nos casos onde as mesmas, por motivos de ordem natural ou outra, desapareceram ou foram deslocadas.

Foi essa a intenção dos intervenientes nesse processo como se pode deduzir de um excerto do relatório de Gago Coutinho sobre a demarcação das Fronteiras de Tete, datado de 1906 “... *tentei narrar ... o que fez a comissão de delimitação da fronteira para poder servir aos que precisem voltar ao terreno em serviço análogo ou mesmo queiram saber a história desta parte da fronteira.*” (Gago Coutinho, 1906)

3.1. Fronteiras de Angola

No BioTrop encontram-se cerca de 21 pastas e 29 caixas de arquivo contendo os originais das actas e acordos diplomáticos e trocas de notas assim como os relatórios técnicos do trabalho no terreno, cadernetas de campo, croquis e fotografias para além dos relatórios da Missão Geográfica de Angola que procedia aos trabalhos para a cobertura geodésica deste país e foi várias vezes solicitada a participar na revisão e demarcação de fronteiras.

Esta documentação encontra-se organizada em 9 fronteiras/regiões: Cabinda, Zaire, Noqui ao Cuango, Lunda, Dilolo, Barotze, Rio Cuando, Caprivi-Zipfel e Sul de Angola.

As fronteiras de Angola têm sido objecto de alguns estudos parcelares dos quais resultaram algumas publicações conhecidas como “A questão do Barotze”, “Questão da Lunda”, “Caminhos históricos das fronteiras de Angola”. No entanto, nunca foi realizado um estudo interdisciplinar aprofundado.

Aquando das comemorações dos 140 anos do nascimento de Gago Coutinho este acervo foi alvo de estudo visando essencialmente o seu papel como comissário de fronteiras mas que revelou mais uma vez a necessidade de uma análise mais profunda e interdisciplinar destes documentos.

Destaca-se a demarcação da fronteira de Angola com o Congo Belga na região de Noqui. A primeira campanha, de que Gago Coutinho foi comissário, realizou-se em 1901 e consistiu na sua demarcação de Noqui ao marco 19 já que para juzante o rio Zaire é separador. De acordo com as instruções recebidas a comissão mista começou por determinar a lati-

tude de Noqui e daí deveriam seguir mais ou menos o respectivo paralelo, o que exigiu inúmeras e cuidadas observações astronómicas para se ter um valor o mais preciso possível, pois poderia estar em causa recursos e até mudança de soberania para algumas populações. Gago Coutinho propõe ao comissário do Estado Independente seguir, sempre que possível, as linhas geográficas naturais, em vez de linhas rectas muito teóricas, que obrigariam à colocação de muitos marcos, sugestão que foi aceite. Estas opções, a forma como tentaram seguir o que foi determinado em gabinete com escassa informação que nem sempre coincidia com o que se verificava no terreno, a selecção dos instrumentos e metodologias mais adequadas, a sequência dos trabalhos, tudo é descrito de forma quase cinematográfica nos seus relatórios. A par destas questões puramente técnicas, mas de elevada importância, acresciam problemas não menos importantes que era preciso gerir da melhor forma possível tendo em conta todos os intervenientes. Foi o caso do chefe de Vumba, povoação que fica a cerca de 1km a norte do paralelo de Noqui que ostentava bandeira portuguesa e recusou uma peça de fazenda oferecida pelo comissário do Estado Independente pois isso significaria a sua obediência. Estas situações eram muito comuns, muitas vezes por falta de cuidado das autoridades que distribuíam as bandeiras, outras vezes porque as próprias populações preferiam o regime mais brando de Portugal. O comissário do Estado Independente ficou muito ofendido, começou com exigências muito humilhantes e até ameaças. Para evitar incidentes diplomáticos Gago Coutinho tentou gerir o melhor possível a situação não admitindo nunca qualquer violência para com o chefe de Vumba, o que a verificar-se, o obrigaria a apresentar o caso superiormente e impediria de continuar os trabalhos até novas instruções.

Esta fronteira suscitou sempre alguma atenção tendo sido rectificadas em 1924, pela missão luso-belga dirigida por Martins Pereira, e pelo acordo de Luanda de 22 Julho 1927 houve uma cedência à Bélgica de 3 km² no M'Pozo e desta a Portugal de 3500 km², situação fortemente comentada e criticada na imprensa da época que a referia como "crime de lesa nação".

Outra fronteira que suscitou sempre muitas dúvidas ao longo dos tempos é a de Cabinda. Comissões mistas haviam já tentado em 1893-95 e 1901 demarcar definitivamente no terreno a fronteira convencionada

tendo sido colocadas 17 balizas ao longo dos 230 km de fronteira, número insuficiente para que fique convenientemente assinalada. A leitura do relatório sugere que a comissão de 1901 pretendia lá voltar.

Problemas que se agudizaram com as perspectivas petrolíferas, de exploração de madeiras e pesca conduziram à criação, em 1955, de uma nova comissão para o estudo desta fronteira sendo o comissário português, o chefe da Missão Geográfica de Angola.

No seu relatório também bastante completo onde para além dos aspectos técnicos são referidos os nomes das povoações, recursos naturais, caça, gado, animais selvagens, abastecimento de água pode ler-se: “... *fronteira caprichosa e definida toda ela por uma linha que segue convencionalmente em quase toda a sua extensão, divisórias de água de difícil determinação, desenvolve-se em mais de 2/3 em região montanhosa de densa e alta floresta que tudo envolve e cobre...*”

Antes do início dos trabalhos e dada a natureza do terreno a comissão mista reconheceu a necessidade de melhor cartografia com a indispensável base geodésica e eventualmente a utilização de meios aerofotogramétricos. Só depois seria possível uma demarcação rigorosa da fronteira.

3.2. Fronteiras de Moçambique

As fronteiras de Moçambique foram definidas entre 1856 e 1891. No entanto, os trabalhos de demarcação prolongaram-se e ao logo dos tempos houve várias vezes necessidades de revisão e rectificação.

No BioTrop encontram-se cerca de 22 pastas e 14 caixas de arquivo contendo os originais das actas e acordos diplomáticos e trocas de notas assim como os relatórios técnicos do trabalho no terreno, cadernetas de campo, croquis e fotografias para além dos relatórios da Missão Geográfica de Moçambique que tal como a de Angola foi várias vezes solicitada a participar na revisão e demarcação de fronteiras tendo publicado dois volumes com os trabalhos mais relevantes, a fronteira com a Rodésia do sul e com a Niassalândia, actual Malawi.

Esta documentação encontra-se organizada em 15 fronteiras que correspondem aos respectivos trabalhos de campo: Angónia, Barué, British Central Africa, Kionga, Manica, Maputo/Tongaland, Niassa, Pafúri,

Rodésia, Rodésia do Sul, Rodésia do Sul / Companhia de Moçambique, Rovuma, Suazilândia/Mussuete, Suazilândia/Namaacha, Transval.

Este acervo assim como o existente nas outras unidades do IICT tem vindo a ser estudado no âmbito do projecto “Conhecimento e Reconhecimento em Espaços de Influência Portuguesa: Registos, Expedições, Saberes Tradicionais e Biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, por uma equipa interdisciplinar envolvendo investigadores das áreas das ciências geográficas e humanas, assegurando assim, a interligação das diferentes temáticas envolvidas: sociais, étnicas, demográficas, gestão territorial, etc.

Moçambique faz fronteira com 6 países diferentes: África do Sul, Suazilândia, Zimbabwé, Zâmbia, Malawi e Tanzânia num total de cerca de 2700 km de fronteiras terrestres, 1200 km de fronteiras fluviais e 320 km lacustres.

Pretende-se, neste projecto, estudar o acervo sobre as fronteiras, existente no IICT e eventualmente noutras instituições nacionais ou estrangeiras, de forma a estabelecer uma certa continuidade entre a utilidade que essa informação desempenhou no passado e a eficácia que se espera extrair da sua recuperação em termos de monitorização do espaço territorial assegurando também a análise e interligação de todas as variáveis envolvidas que integradas numa base de dados permitirão construir um Sistema de Informação Geográfica para a gestão e contínua caracterização da fronteira.

Está concluído o estudo das fronteiras de Maputo, Suazilândia e Transval, nas suas várias vertentes:

- Histórico-diplomática: a necessidade da sua demarcação, acordos e trocas de notas, ratificação;
- Técnica: a sua demarcação no terreno, instrumentos, metodologias, descrição, monumentação e respectivas coordenadas;
- Fonte complementar de conhecimento: topografia, recursos naturais e humanos, espécies animais e seu comportamento, flora, movimentos sazonais de animais, habitats humanos, usos e técnicas tradicionais, zonas rurais, agrícolas, caça, colecta de água;

- Impacto na paisagem e populações tendo já sido apresentadas inúmeras comunicações em encontros nacionais e estrangeiros.

Destaca-se aqui a fronteira do Transval por não ter sido consequência da conferência de Berlim mas o resultado das relações entre o Transval e Lourenço Marques.

As negociações entre as autoridades portuguesas e do Transval decorreram entre 1855 e 1869 e os primeiros trabalhos de demarcação entre 1870 e 1877. A atribulada história política do Transval neste período com duas anexações às possessões britânicas levou a contínuas interrupções dos trabalhos, tendo Lourenço Marques sempre tomado posição a favor do Transval face às pretensões britânicas.

Em 1910 são retomadas as negociações entre as autoridades portuguesas e a recém-formada União da África do Sul que incluía o Transval e em 1926 é finalmente demarcada e ratificada a fronteira Moçambique – Transval.

A contribuir para as boas relações destes dois países, o facto de o Transval precisar de acesso ao mar, através das linhas ferroviárias o que permitiria desenvolver a sua indústria. Por outro lado, o aumento de tráfego de pessoas e bens permitiria a Lourenço Marques desenvolver as suas actividades portuárias. A fácil circulação laboral daí resultante permitia também melhorar a qualidade de vida das populações.

No entanto, na zona do Krugger Park nem tudo correu bem, a crescente caça furtiva e o indevido aproveitamento de recursos levou a que a fronteira fosse materializada com vedações, o que não só causou um impacto negativo na paisagem como impediu livre circulação de animais em busca de alimentos e água, assim como a livre circulação de pessoas que se viram obrigadas a uma alteração de hábitos, empobrecimento e em alguns casos migração para outros locais.

A pedido do IMAF foi ainda realizado um estudo essencialmente a nível posicional da fronteira de Moçambique com a Niassalândia.

Esta fronteira, a mais extensa e a mais problemática foi definida em 1891 e demarcada em 1899-1900. Ao longo dos tempos houve sempre progressivos avanços da Niassalândia para Moçambique. Conflitos tumultuosos surgidos em 1947 conduziram a uma nova redefinição da fronteira

em 1954, cuja comissão mista incluía engenheiros da Missão Geográfica de Moçambique (MGM). Foi corrigido um erro já detectado por Gago Coutinho, quando comissário da demarcação desta fronteira. No tratado havia sido ignorado o rio N'Dinde que modificava o traçado da linha num sentido vantajoso para Moçambique. Não tendo obtido acordo do comissário inglês e para não causar mais despesas aos dois países propôs demarcar duas linhas de fronteira para ao ser feita a escolha na Europa não ser necessário voltar ao terreno. Posteriormente a área contestada foi trocada por outra mais a norte onde Portugal vinha exercendo soberania ainda que provisória.

Ao IMAF foi apresentado um breve resumo histórico de como se processaram os trabalhos até 1954 e com base na publicação da MGM “Fronteira Moçambique – Niassalândia” a descrição da fronteira, acesso aos marcos, sua localização e coordenadas.

No âmbito do projecto já referido está em curso o estudo da fronteira a norte do Transval também de muita importância para os trabalhos que o IMAF tem em curso.

4. Conclusão

A fronteira é uma entidade complexa que envolve várias variáveis. A documentação existente no IICT sobre as fronteiras dos países da CPLP permite reconstruir o percurso da fronteira desde que se sentiu a necessidade da sua delimitação, até aos dias de hoje nas suas vertentes histórico-diplomática, social, humana e técnico-científica, contribuindo assim para a história da construção desses países assim como contribuir para a construção de um sistema de informação geográfica que permita implementar uma nova forma de gestão da fronteira para a promoção da paz, segurança, estabilidade, e desenvolvimento sustentável de África como preconizado no programa de fronteiras da União Africana.

Parte II

Escravidão, Escravidão e Trabalho Forçado

A viagem improvável. Tentativas de regresso ao continente africano de escravos das Ilhas de São Tomé e do Príncipe (Séculos XV-XVIII)

ARLINDO MANUEL CALDEIRA*

Se a escravatura é, por definição, um lugar de exílio, quais as possibilidades de regresso dos escravizados ao país natal, à terra dos antepassados?

O que pretendemos neste texto é analisar esse desígnio no espaço concreto das ilhas de São Tomé e do Príncipe, no Golfo da Guiné. Despovoadas à data do descobrimento, os portugueses introduziram aí, desde o fim do século XV, uma economia de plantação, destinada à produção de açúcar, para o que importaram do vizinho continente africano grandes contingentes de escravos. Paralelamente, ocorreram, desde muito cedo, em ambas as ilhas, formas diversificadas de recusa da condição servil, nomeadamente a fuga individual ou em grupo e a própria rebelião organizada, que, por mais de uma vez, chegou a ameaçar a própria capital de São Tomé e fez tremer o poder colonial.

Mas terá sido possível, para alguns dos mais inconformados, concretizar o sonho do “regresso a casa”?

Em 1506, um observador que conhecia bem São Tomé calculava que deviam habitar na ilha dois mil escravos “que sempre roçam e cavam e trabalham” e que os “escravos de resgate”, que estavam em trânsito à espera dos navios negreiros que os levariam para outros destinos, rondariam uma média anual de cinco a seis mil pessoas¹.

* CHAM/ Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa
arlindo.mc@mail.telepac.pt

¹ *Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 164.

Por esta data, ainda a ilha não se tornara o grande produtor mundial de açúcar que vai ser durante a maior parte do século XVI² e apenas iniciava a sua vocação de placa giratória no tráfico atlântico de escravos que viria a assumir nesse século e, com outros matizes, nos séculos seguintes.

Podemos, assim, presumir que desde 1485, data em que começou a ser colonizada, e até ao final do século XVIII, limite que impusemos para o nosso trabalho, foram trazidos para a ilha de São Tomé, como trabalhadores ou como mercadoria a reexportar, algumas centenas de milhares de africanos escravizados. Embora com um papel um pouco mais marginal, a vizinha ilha do Príncipe contribuiu também para esse quantitativo. Os referidos escravos foram importados de diferentes zonas de África, em particular do Benim, no fim do século XV e início do século XVI, e, posteriormente do Congo e de Angola, em números cada vez mais expressivos.

Desses milhares de seres humanos obrigados a deixar o continente africano e a empreender a viagem que se dizia “sem regresso”, quantos, e de que maneira, tentaram voltar à sua terra? E quantos o conseguiram? Essas são as questões que estão na base deste trabalho.

Começando a responder-lhes, teremos de dizer que a tentativa de “regressar a casa” se concretizou de formas muito diversas. Podemos agrupá-las em três categorias. A saber: a fuga metafórica (ou o suicídio como retorno); a fuga para a floresta (ou a reinvenção de uma pátria); e, finalmente, a fuga por mar (ou a tentativa de regresso físico).

1. A mais desesperada das formas de procurar voltar a um mundo perdido, tentativa a que se assistiu não apenas em São Tomé mas em toda a parte onde houve escravatura na época moderna, foi a de desistir de viver, encarando a morte não apenas como mal menor mas acreditando que, através dela, era possível regressar à terra natal e à pátria dos antepassados, e recuperar a identidade perdida.

Já em 1499, o capitão-donatário Álvaro Caminha falava de escravos que se enforcavam³ e, mais de dois séculos depois, o governador Sarmento

² J. H. Galloway, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from Its Origins to 1914*, Cambridge [UK], Cambridge University Press, 1989, p. 51.

³ Testamento de Álvaro de Caminha, 24 de Abril de 1499, in Luís de Albuquerque, dir., *A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 73.

de Sá não deixava de manifestar ao rei a sua preocupação pelo número de “mortes desesperadas” entre os trabalhadores das roças⁴.

Particular significado tinha, no entanto, a morte por afogamento. A documentação regista, com frequência perturbadora, escravos a atirar-se ao mar do alto dos navios que, a partir da costa, demandavam a ilha ou, saindo da ilha, se dirigiam para a Mina, para a Europa ou para as Américas. Apenas o exemplo de duas dessas viagens. Em 10 de Julho de 1522, preparando-se para deixar o porto de Oere o navio *Santa Maria da Conceição*, no regresso a São Tomé, atiraram-se ao mar três escravos, das quais a tripulação, por muito que se esforçasse, só conseguiu recuperar uma⁵. Por sua vez, em 23 de Setembro de 1535, uma embarcação quase homónima da anterior, o navio *Conceição*, sai do porto de Pinda, na foz do rio Congo. A 26, aproveitando a escuridão da noite, “lançaram-se ao mar duas peças”. No dia seguinte, o escrivão contabiliza outra baixa. Dois dias depois, “se deitou um escravo ao mar por sua vontade” e, a 1 de Outubro, mais dois fazem o mesmo. Entretanto o navio começa a meter água e, em risco de ir ao fundo, transfere “metade da armação” para uma embarcação com que se cruza. No meio da confusão, uma dezena de escravizados atira-se ao mar⁶.

Em muitas das ocorrências deste tipo, não é provável que os seus protagonistas pensassem em salvar-se a nado pois a maior parte de tais acontecimentos tinha lugar longe da costa e os mestres dos navios costumavam aprisionar os escravos do sexo masculino, enquanto à vista de terra. O suicídio era o resultado do desespero e, eventualmente, de crenças mais profundas, nomeadamente da convicção de que, por esse meio, era possível, como já foi dito, voltar à sua terra e para junto do seu povo.

Para os Bakongo e os Mbundu (ou Angolas), a que pertencia grande parte dos escravos levados para São Tomé, o mar (*kalunga* em Kimbundu) era simultaneamente um lugar ameaçador e benfazejo, sendo considerado um dos espaços onde habitavam os espíritos dos antepassados.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa [AHU], *S. Tomé*, Caixa 5, doc. 74, Carta do governador Serafim Teixeira Sarmento de Sá ao rei, 30 de Agosto de 1730.

⁵ Torre do Tombo, Lisboa [TT], *Corpo Cronológico*, II-102-20, Livro da armação do navio *Santa Maria da Conceição*, 1522.

⁶ Livro da armação do navio *Conceição*, 21 de Julho de 1535 (*Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, pp. 124 ss.).

Segundo Robert Slenes, citando Mary Karasch, “escravos que abandonavam a esperança de voltar à África ainda nesta vida, frequentemente recorriam ao suicídio através do afogamento, ou seja, da imersão na água, numa espécie de “baptismo” que libertasse a alma para a travessia para a África”⁷. Paradoxalmente, a morte no mar podia, assim, ser entendida como a fuga ao mundo dos mortos (o mundo dos brancos, uma vez que a cor branca representava a morte) e o regresso ao passado e à África natal. Embora sem uma carga simbólica tão forte, o mesmo poderia aplicar-se, por analogia, a qualquer forma de suicídio praticada pelos africanos na sua vontade de se libertarem do pesadelo da distância e do cativoiro.

2. Outra forma de regressar a África era reconstruir a África no lugar de exílio, criando um mundo sem brancos nas margens do espaço que os brancos dominavam. Na ilha de São Tomé, a geografia física e a ocupação histórica do território propiciaram condições particularmente favoráveis à fuga de escravos e à formação de “mocambos”⁸ nas zonas mais inacessíveis.

A ilha caracteriza-se por um relevo acidentado e vigoroso em que se passa, num curto espaço, do nível do mar a grandes altitudes: o pico de São Tomé atinge 2024 metros e dez outros picos têm altitudes muito acima ou próximas dos 900 metros. É, além disso, coberta por uma densíssima floresta: os primeiros relatos de europeus mostram a ilha sob um manto de vegetação exuberante desde a praia até às serranias mais altas⁹, e, nas décadas seguintes, só foi arroteada uma faixa que acompanhava, sobre-

⁷ Robert W. Slenes, *Malungu, ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*, Luanda, Museu Nacional da Escravatura, 1995, pp. 10-11.

⁸ O vocábulo *mocambo* é, aparentemente, um termo Kimbundu que significa cumeeira da casa, por extensão, a própria casa e, por analogia, ponto alto, nível superior de uma habitação ou de um lugar. O termo, depois de hesitações iniciais, fixou-se em português para designar uma comunidade de escravos fugidos, habitando em lugares pouco acessíveis. Talvez tenha sido de São Tomé que o vocábulo passou ao Brasil, onde será usado a par de *quilombo*, acabando, pelo menos na terminologia histórica, por ser preterido por este.

⁹ “Quase no meio desta ilha, existe um monte grandíssimo, cujo cume sobe a muitas milhas de altura, todo coberto de árvores altíssimas, muito verdes e de troncos muito direitos. Estas são tão grossas e tão densas, e o caminho tão íngreme, que só com extrema dificuldade se pode ali subir”. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé* (c. 1540), Introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 113-114.

tudo, o litoral nordeste, onde se desenvolveram as roças do açúcar, deixando quase virgem o restante território. Um único núcleo urbano, primeiro chamado, por antonomásia, Povoação e, depois de 1535, Cidade de S. Tomé, acolhia toda a máquina administrativa e a residência principal das elites e das respectivas clientelas. No espaço urbano e na área agricultada, concentra-se-ia uma enorme massa de escravos, desproporcionada em relação à população europeia ou euro-descendente, população que, não só era limitada no número, como disporia, ao longo do tempo, de meios de coerção muito reduzidos.

Numa ilha em que a mata tropical chegava às portas da cidade e envolvia os terrenos agricultados das fazendas, a floresta era, além de uma realidade física omnipresente, a metáfora da zona sem lei nem ordem. Onde a vegetação começava a adensar-se livremente, terminava o território sob controlo oficial, a *ordem*, para dar lugar à *desordem*, a terra onde deixava de contar a letra da lei.

Praticamente desde o início da colonização que temos notícias de fugas de escravos para as zonas mais arborizadas¹⁰, onde se mantinha quase intacta a floresta tropical original, a que os africanos chamaram *ôbô* e os europeus, simplesmente, *mato*. As fugas para o mato aumentaram a partir de 1520, quando foi introduzida na ilha a produção industrial de açúcar, com as grandes roças de plantação e os respectivos engenhos a exigirem um ritmo de trabalho que, ao contrário do que acontecia até aí nas “fazendas de mantimento”, já nada tinha a ver com a divisão do trabalho e o ritmo tradicional da agricultura africana.

Inicia-se então uma guerra sem quartel entre os colonizadores, apoiados em exércitos de escravos, convém dizê-lo, e o grupo sempre em crescimento de “fujões”¹¹, guerra que será paga a meias pelos moradores e pela Coroa e que ficará conhecida como “guerra do mato”¹². É uma guerra sem vencedores, através da qual os proprietários procuram sobretudo

¹⁰ Desde o tempo do capitão-donatário Álvaro de Caminha (1493-1499) que há notícia de vários escravos fugidos para os matos e que “levemente se não podem haver” (Testamento..., *cit.*, p. 73).

¹¹ Usamos aqui o termo que se tornará comum no Brasil, embora só raramente seja utilizado em São Tomé.

¹² Ver o nosso artigo: “Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha de São Tomé (sécs. XVI-XVIII)”, *Africana Studia*, nº 7, Porto, 2004, pp. 101-136.

recuperar o maior número possível de “cabeças” e afastar os intrusos das suas fazendas. Paulatinamente, ir-se-ão formando nos cumes e no alto das encostas de vários dos “picos” mais elevados da ilha, comunidades de escravos, agora homens livres, que tentam refazer, nesses espaços inexplorados, um mundo irremediavelmente perdido.

Enquanto, numa primeira fase, esses santuários de resistência, cujos habitantes viriam a ser chamados “angolas” ou “angolares”, foram um forte pólo de atracção para os escravos da roças, o fascínio foi-se perdendo com o tempo. Isto por razões várias, que têm a ver com a introdução nas roças de um tipo de trabalho menos violento à medida que se vai encerrando o ciclo açucareiro, com uma muito menor rotação na renovação dos plantéis e com mudanças nas áreas de origem dos escravos, já quase todos “minas”. Segundo o capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, em 1771: “Dizem os moradores da ilha [de São Tomé] que os ditos angolas lhes são muito úteis na terra, pela razão que tendo os seus escravos receio deles não fogem para muito longe”¹³.

Fustigados, de vez em quando, pela tropa dos fazendeiros, que não lhes perdoavam a capacidade de resistência e os ataques pontuais que fazem às roças à cata de armas, de ferramentas e de... mulheres, alguns dos núcleos principais de fugitivos conseguiram manter-se organizados e, pelo menos um deles, sobreviver até ao final do século XVIII, data em que, sob a pressão da fome e das doenças, negociou com as autoridades coloniais a descida dos montes e a instalação consentida numa área do litoral sueste, onde os angolares mantiveram, até hoje, uma forte identidade cultural.

Sabemos muito pouco do seu estilo de vida e das suas formas de organização, na fase de quilombo, a não ser por inferências a partir de vagas alusões documentais ou através de projecções retrospectivas do que se conhece dos angolares contemporâneos. Podemos, assim, deduzir que o modelo implantado não se afastaria substancialmente do modelo dos reinos coevos do continente africano, com uma economia baseada na recollecção e na agricultura de enxada, um poder político centralizado, de cariz monárquico, e uma divisão sexual do trabalho em que cabiam à mulher a

¹³ AHU, *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe Vicente Gomes Ferreira, para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Fevereiro de 1771.

maior parte das tarefas agrícolas, incluindo alguns trabalhos pesados, além da totalidade das funções domésticas. Parece seguro que a sobrevivência quotidiana era difícil e que não se tratava de nenhum paraíso igualitário, ao contrário do que alguma historiografia tende a imaginar neste tipo de quilombos. Estava-se, de qualquer forma, mais próximo de África do que na cidade colonial ou nas plantações e nos engenhos de açúcar.

Aliás, na cosmogonia tradicional dos povos da África Centro-Occidental, vivida, por certo, de forma mais apelativa nos escravos de primeira geração, a floresta, como o mar, era um lugar de presença dos antepassados e os que nela se refugiavam esperavam recuperar, assim, o seu passado, as suas tradições e também a sua energia vital, de que se procuravam apoderar pela violência aqueles que os tinham comprado como escravos¹⁴.

3. O regresso efectivo, físico, a África foi, naturalmente, um sonho alimentado por todas as gerações de escravos. Esse sonho havia de surgir logo nos navios de transporte e manter-se-ia durante todo o cativeiro. Seria um sonho impossível? Será que podia ser viável, não apenas no delírio imaginativo desperto pelas inenarráveis condições de transporte nos porões dos navios negreiros, fazer com que a sinistra embarcação alterasse a sua rota e devolvesse à terra natal os escravos que lá tinha ido recolher? E seria possível, para quem labutava já nas plantações e nos engenhos de São Tomé ou do Príncipe, obter um barco, grande ou pequeno, de qualquer forma suficientemente sólido, para zarpar das ilhas e assim regressar à terra dos antepassados ou pelo menos a algum lugar menos hostil?

Embora não sejam os aspectos mais conhecidos da história da escravidão, a verdade é que ambas as situações aconteceram algumas vezes nos mares do golfo da Guiné. Se os resultados nem sempre foram tão felizes como os seus promotores podiam imaginar isso já é outra questão.

Vejamos o primeiro caso que conhecemos.

Em 1532, o caravelão *Misericórdia*, de que era capitão Cristóvão Carreiro e piloto Bartolomeu Gomes, saiu de São Tomé para a Mina com uma carga de oitenta escravos, homens e mulheres, cuidadosamente esco-

¹⁴ Martin Lienhard, *Le Discours des Esclaves de l'Afrique à l'Amérique Latine*, Paris, L'Harmattan, 2001, pp. 21 e 79.

lhidos, como era norma nesta “carreira”¹⁵. O caravelão era um navio de pequeno porte (40 a 50 tonéis) e, apesar do que estabelecia o Regimento do trato de 1519¹⁶, os que eram utilizados no comércio de escravos a partir de São Tomé não tinham normalmente coberta¹⁷, o que também devia acontecer com este.

Estando o *Misericórdia* já à vista de terra e da feitoria que era o seu destino, houve um levantamento dos cativos. Tomaram conta da maior parte do navio, nomeadamente dos paióis onde se transportavam as armas, os mantimentos e a água, e mataram quase toda a tripulação. As vítimas identificadas eram todos brancos: o capitão, o mestre e três marinheiros. Depois de alguma luta que terá durado, garante uma testemunha, vários dias, só o piloto, três outros marinheiros, pelo menos um deles negro, e alguns grumetes, seguramente negros, provavelmente escravos, conseguiram salvar-se no batel da embarcação, indo ter à Mina malferidos e apenas com a roupa do corpo.

Que acontecera entretanto ao caravelão dos insurrectos? As testemunhas da inquirição que nos tem servido de fonte não sabiam dizer nada sobre o assunto. Soube-se depois, porém, que dois canhões de pequeno calibre (berços) pertencentes ao navio estavam na posse do rei do Benim, o que levou a concluir que o navio se despedaçara nessas costas. A ser assim, os escravos que se salvaram tinham regressado à região, pelo menos aproximada, onde tinham sido embarcados. Isso significava que puderam voltar às suas terras e refazer a vida como homens livres? Nada o leva a supor, pelo menos para a maioria. Logo nesse ano, dois navios, um da ilha do Príncipe e outro de São Tomé, foram fazer armação ao rio dos Forcados e ambos adquiriram alguns escravos com a marca do rei de Portugal e que tinham feito parte dos “alevantados” do *Misericórdia*. O estatuto de escravidão, anterior à compra pelos europeus, permanecera para lá da aventura libertadora¹⁸.

¹⁵ Regimento do trato de São Tomé, 8 de Fevereiro de 1519 (*Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV, pp. 124-133).

¹⁶ “Tragam os navios que andarem na carreira suas pontes soalhadas de pau branco, que lá há muito, para virem os escravos bem guardados do frio e chuva” (*Ibid.*,). p. 129).

¹⁷ Carta de António Monteiro Maciel, capitão da ilha de São Tomé, 12 de Agosto de 1582 (*Archivo dos Açores*, vol. II, 1880, pp. 102-103).

¹⁸ TT, *Corpo Cronológico*, II-181-78, Inquirição de 21 de Fevereiro de 1533; *Ibid.*, *Chancelaria de D. João III*, Livro 19, fol. 107 v., Carta régia de 23 de Abril de 1533.

Em data próxima da revolta anteriormente citada, provavelmente no ano seguinte (1533), dá-se um acontecimento semelhante ao do navio *Misericórdia*. A caravela *Santiago*, de que era piloto Nicolau de Sousa, fizera armação na Costa dos Ambos¹⁹ e descia ao longo do litoral, em direcção a São Tomé, fazendo viagem com uma outra caravela portuguesa, esta de Tavira. Uma noite, estando as duas embarcações ancoradas lado a lado, tão perto que as tripulações podiam conversar entre si, à vista de terra, nas proximidades do Cabo das Esteiras²⁰, os escravos que se amontoavam na coberta da *Santiago* revoltaram-se.

Não se percebe como se conseguiram libertar dos grilhões que os prendiam (“aprisionamento” que várias testemunhas pretendem ter comprovado) nem como tomaram tão facilmente um grande número azagaias que, também não se sabe porquê, iam a bordo. Haveria cumplicidade dos grumetes da tripulação, também eles escravos? O certo é que a primeira vítima foi um outro escravo, de nome Joane, que ia a bordo como língua. E que a ele se seguiram vários marinheiros, brancos e pretos, bem como grumetes negros que pretenderam resistir aos alevantados.

Da tripulação só escaparam, depois de terem combatido toda a noite na popa do navio, o piloto e alguns marinheiros que se lançaram à água, mais ou menos maltratados, tendo sido recolhidos pela barca da caravela de Tavira. Com eles, salvaram-se também duas escravas da armação, que não quiseram ir com os outros companheiros e se atiraram ao mar. Entretanto, de bordo da caravela algarvia, disparavam-se bombardas e tiros de besta e de espingarda que faziam baixas nos insurrectos. Sem resultado. Os escravos revoltados cortaram as amarras do navio, fizeram-se à vela e não demorou que fossem encalhar em terra. A *Santiago* partiu-se em bocados, os escravos que o conseguiram nadaram para a praia e, com algumas almadias vindas de terra, ajudaram depois a saquear, entre os destroços, todas as mercadorias que puderam²¹. Desta vez, o destino dos escravos libertados (provisoriamente?), desembarcando longe do seu

¹⁹ Hoje *Ambas Bay*, no Sudoeste dos Camarões, frente à face norte da ilha de Bioko.

²⁰ Cabo das Esteiras (*Cap Esterias*), no Gabão, a norte de Libreville, no limite meridional da Baía do Corisco.

²¹ TT, *Corpo Cronológico*, II - 187-50, Inquirição de 27 de Janeiro de 1534.

porto de origem, escapa-nos completamente. Talvez tenham tido mais sorte do que os seus companheiros do Benim.

De uma revolta do mesmo tipo, que terá acontecido já na segunda metade do século XVIII, sabemos muito poucos pormenores. Cerca de 1775, zarpou da ilha do Príncipe uma corveta francesa, carregada de “escravos novos”, em direcção à América. Os escravos ter-se-ão revoltado pouco depois da saída e eliminaram a tripulação. Sem piloto nem marinheiros, a corveta que deveria dirigir-se para Sul, para aproveitar os aliseos que a levassem ao continente americano, foi arrastada para Norte, ao sabor da corrente. Acabou por ir embater na ilha de Fernando Pó e desfazer-se em pedaços numa das suas praias, onde, cinco anos depois, uma missão espanhola foi encontrar casualmente os seus destroços²². Dos ocupantes, não sabemos nada mas podemos supor que os que sobreviveram se tenham juntado a outros seus companheiros que, como veremos de seguida, tinham feito de Fernando Pó, deliberadamente ou não, o seu refúgio.

Para os escravos que habitavam as ilhas de S. Tomé e do Príncipe, a fuga por mar não era uma impossibilidade. Várias condições favoráveis confluíam nesse sentido. Primeiro que tudo, a proximidade em relação à costa africana (300 km para o Príncipe, um pouco mais para São Tomé) e a vizinhança de outras ilhas, nomeadamente Ano Bom²³ e Fernando Pó²⁴. Mas também o facto de muitos dos escravos serem provenientes das bacias dos grandes rios, tendo alguns, por certo, experiência de navegação.

²² AHU, *S. Tomé*, Caixa 18, doc. 4, Carta de 8 de Fevereiro de 1780.

²³ Ano Bom, (hoje *Annobón*, Guiné Equatorial), a menos de 200 km. de São Tomé, podia ser considerado também um espaço de liberdade, uma vez que a população africana da ilha tinha ganho total autonomia a partir do século XVII (ver o nosso artigo “Uma ilha quase desconhecida. Notas para a história de Ano Bom”, *Studia Africana – Revista Interuniversitária d’Estudis Africans*, 17, 2006, pp. 99-109). No entanto, como trataremos a seguir, a viagem de São Tomé para Ano Bom era difícil devido ao regime de correntes e de ventos nessa região.

²⁴ Ilha da baía do Biafra (Golfo da Guiné), com uma área de mais de 2000 km² de superfície, hoje designada por *Bioko* e fazendo parte integrante da Guiné Equatorial. Situada apenas a 18 milhas da costa, era, entre as ilhas do golfo da Guiné, a única habitada à data da chegada dos portugueses. Segundo João de Barros, a ilha terá sido descoberta durante o contrato de Fernão Gomes (1469-1475) pelo navegador que acabou por dar-lhe o nome, Fernando Pó ou Fernão do Pó. Pelo facto de ser habitada por populações aguerridas (os *bubi*), pela proximidade da costa ou por outras razões, Portugal nunca mostrou interesse particular pela colonização da ilha.

Além disso, em São Tomé, as actividades piscatórias podiam ter lugar a considerável distância²⁵ e a ligação entre a maior parte das roças e entre as roças e a cidade fazia-se por mar, como era feita, obviamente, por mar a ligação entre São Tomé e o Príncipe. Tudo condições que familiarizavam alguns escravos com o mar e a marinaria. Em 1533, por exemplo, a feitoria da ilha de São Tomé enviou, da cidade, às fazendas da Praia Preta, exploradas directamente pela Fazenda Real, um batel em busca de mantimentos. Como o navio apanhou ventos contrários e acabou por naufragar, conhecemos, pelos autos, a respectiva tripulação: quer o arrais quer os seis marinheiros eram todos negros escravos²⁶.

Da convivência com o mar à ideia de partida podia ir, naturalmente, um pequeno passo.

As fontes “oficiais” são, em geral, reservadas em relação a esse tipo de fugas (que significavam o corte radical com o universo colonial e as suas normas de propriedade) e preferem identificá-las com uma forma de suicídio. Assim, segundo o cônego Manuel do Rosário Pinto, no seguimento de uma insurreição sufocada em 1709, os principais cabecilhas “fugiram em canoas para o mar com os roubos que fizeram; querendo obviar o ficarem mais cativos, voluntariamente morreram afogados”²⁷. E o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá, lamentando, em 1730, a situação deplorável em que se achavam sujeitos muitos escravos da ilha, alega que “alguns, por não poderem conseguir a liberdade e vexados muitas vezes extraordinariamente, se precipitam aos mares em canoas adonde se afogam”²⁸.

Não temos a certeza de que fosse sempre a morte o destino deste tipo de fugitivos. Já no testamento de Álvaro de Caminha, de 1499, se fala de cinco escravos que fugiram num barco que conseguiram desviar²⁹ e, na pri-

²⁵ Cerca de 1540, o chamado “piloto anónimo” diz que os habitantes de São Tomé iam habitualmente pescar à ilha de Ano Bom (*Viagens ...*, cit, p. 103).

²⁶ TT, *Corpo Cronológico*, II - 184 - 47, Carta de 20 Julho de 1533.

²⁷ Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*, Fixação do texto, introdução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2005, pp. 164-165.

²⁸ AHU, S. Tomé, Caixa 5, doc. 74, Carta do governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá ao rei, 30 de Agosto de 1730.

²⁹ Testamento..., cit., p. 72.

meira metade do século XVII, fontes holandesas referem que os fazendeiros são-tomenses preferiam os escravos de Adra (Daomé) aos do rio Calabar, pois estes fugiam muitas vezes, incluindo em canoas para o mar³⁰.

Um episódio curioso envolve, em 1679, o governador Julião de Campos Barreto, que é acusado de ter ido à ilha do Corisco, na costa do Gabão³¹, e ter capturado alguns naturais que tinham ido inadvertidamente a bordo. Quando perceberam a intenção do governador, muitos lançaram-se ao mar e ele só conseguira reter “o rei gentio” mais “dois pagens”, que levava a São Tomé, fazendo deles escravos, «donde lhe fugiram em uma canoa para a sua terra»³². Neste caso, e atendendo à sua especificidade, não é impossível que algumas cumplicidades locais tenham contribuído para o desfecho aparentemente feliz.

Da ilha do Príncipe, vem, em 1719, a notícia de um insucesso que é sinal de um projecto que, planeado nos mesmos moldes, terá sido provavelmente bem sucedido com muitos outros protagonistas: um grupo de negros, de mais de um proprietário, fugiram numa canoa. Depois de enfrentarem “muitos riscos no mar”, vieram ter outra vez à ilha e encalharam na costa, de onde decidiram ir pedir perdão aos seus senhores, o que eles concederam³³. Algumas décadas depois, em 1772, mostrando que não se tratara de um caso isolado, o sargento-mor do Príncipe e governador interino Manuel Gomes da Silva, que pretendia combater com determinação a fuga de mão-de-obra cativa, denunciava, entre outras práticas, a de os escravos “se quererem ausentar em canoas como é constante”³⁴.

A prova provada da frequência das fugas por mar e do sucesso de algumas delas chega-nos da ilha de Fernando Pó. O capitão-de-fragata

³⁰ Gerhard Seibert, “A questão da origem dos angolares de São Tomé”, in *Brief Papers*, nº 5, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 1998, p. 7 (WEB, 15 de Novembro de 2011).

³¹ A ilha de Corisco, ou *Mandj*, faz hoje parte da Guiné Equatorial.

³² AHU, *S. Tomé*, Caixa 3, doc. 50, Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679.

³³ *Actas da Câmara de Santo António da ilha do Príncipe: 1672-1777*, Introd. e notas por Fernando Castelo Branco, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, vol I, p. 231.

³⁴ AHU, Cód. 1492, fl. 78v., apud Filomena Coelho de Sousa, *A voz dos poderes: gestão da Ordem na Ilha do Príncipe, 1753-1778*, Dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras, 2002, p. 157.

espanhol D. José Varella y Ulloa, que, em 1778, esteve na ilha, refere que o número de habitantes ascendia a 3 ou 4 mil, “sin contar una gran porción de esclavos fugitivos de Principe y Santo Tomé, que se han establecido en la parte meridional”³⁵. E o mesmo observador, num outro relatório, concretizava: “Se sabe tambien que la parte meridional de Fernando Po esta habitada por un gran numero de esclavos profugos del Principe y San Tomé. Estos infelices a quienes trataban con un rigor excesivo los Portugueses, gozan oy de una entera libertad, y viven en una especie de Republica que se gobierna por leyes particulares y sin dependencia alguna de las gentes del pais”³⁶.

Progressivamente ir-se-á dando a integração dos fugitivos e seus descendentes na população e no modo de vida bubí dominantes na ilha, mas, no século XIX, os autóctones ainda distinguíam entre os Bubí genuínos e os *Potugi* (os Portugueses), os descendentes dos antigos cativos do Príncipe e de São Tomé, embora estes tivessem já assimilado a cultura bubí³⁷.

Em relação ao Príncipe, o Sul da ilha de Fernando Pó fica a uma distância que é sensivelmente a mesma da costa continental. Já no que diz respeito a São Tomé a distância à ilha é quase o dobro da do litoral mais próximo. Porquê a ida para Fernando Pó e a sua fixação aí? Pelo receio de que, chegando ao continente, pudessem voltar a ser vendidos como escravos como acontecera com alguns (ou todos) dos insurrectos do navio *Misericórdia* em 1532? Ou será apenas um problema de fontes e faltam-nos informações da chegada bem sucedida a outros portos do litoral africano?

A ida para Fernando Pó talvez tenha sido deliberada pois era possível garantir, nesse quilombo muito especial, um refúgio seguro e a eventual solidariedade de trãnsfugas chegados anteriormente. Mas a verdade é que

³⁵ Apud Mariano L. de Castro e M^a Luísa de la Calle, *Origen de la Colonización Española en Guinea Ecuatorial (1777-1860)*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1992, p. 25, n. 34.

³⁶ “Descripción de la Isla de Fernando Poo hecha por el Capitán de Fragata y de la Marina Real Española Dn. José Varela, año 1780”, in Dolores García Cantús, *Fernando Poo: una aventura colonial española*, Vic (Barcelona), CEIBA/Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial, 2006, p. 630.

³⁷ Ibrahim K. Sundiata, *From Slaving to Neoslavery: The Bight of Biafra and Fernando Po in the Era of Abolition, 1827-1930*, Chicago, Univ. of Wisconsin, 1996, p. 18.

essas eram informações de que dificilmente poderia dispor a maioria dos escravos das ilhas do açúcar.

Assim sendo, é provável que o objectivo dos africanos que se lançavam ao mar em canoas, como dos que desviavam navios negreiros, fosse atingir o continente, que sabiam não estar longe. Se muitos foram aportar ao Sudoeste da ilha de Fernando Pó isso deve-se, podemos supô-lo, às circunstâncias de navegação na zona. Navios totalmente desequipados, sem piloto e sem marinheiros experientes ficavam à mercê do regime das correntes e também dos ventos, no caso de terem vela para levantar.

Os ventos de superfície dominantes, embora variando com as estações do ano e modificando-se muito nas proximidades da costa, sopram, em geral, de SE ou SW. Mais decisiva, porém, vinha a ser a acção das correntes sobre as canoas monóxilas movidas a remos, que eram o meio de navegação mais frequente com que se lançavam ao mar os escravos fugitivos. A mais influente, neste caso, é a chamada “corrente equatorial” que se desloca de Sul para Norte ao longo da costa de Angola e do Congo. Uma parte dessa corrente dirige-se para Noroeste, enquanto outra parte, mais próxima da costa, entra no golfo do Biafra entre o cabo de Lopo Gonçalves (*cape Lopez*) e as ilhas de Ano Bom e São Tomé, dirigindo-se para o fundo do golfo³⁸. Da mesma forma que pequenos botes largados de Ano Bom atingiam São Tomé sem dificuldade, também as canoas saídas de São Tomé ou do Príncipe levavam quase obrigatoriamente os seus passageiros para Fernando Pó³⁹. Assim não lhes faltassem a água e os mantimentos necessários e fossem capazes de resistir a alguma tempestade mais traiçoeira.

³⁸ J. C. de Brito Capello, *Guia para o uso das cartas dos ventos e correntes do Golfo de Guiné*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 27-28.

³⁹ Em 1975, um jovem navegador solitário de nacionalidade portuguesa, Jorge Trabulo Marques, foi largado numa pequena canoa à vela, com equipamento mais do que rudimentar, a sul de São Tomé, perto da ilha de Ano Bom. Pensava ser possível, aproveitando as correntes e ventos do Equador, atingir as costas do Brasil. Massacrado por tempestades, andou completamente à deriva no mar alto, durante 38 dias, tendo sido arrastado por fim, já no limite da sobrevivência, para a ilha de Fernando Pó (Bioko). WEB: “São Tomé - Odisseias nos Mares dos Tornados e Tubarões”, 15 de Novembro de 2011. Posteriormente, numa troca de mensagens pessoais, que agradeço, o navegador informou-me ter aportado a uma praia da região de Bococo, não longe de Luba, no Sudoeste da ilha. Talvez também tivesse sido esse o destino de muitos escravos fugitivos.

Os escravos que queriam atingir o continente africano e acabavam por aportar à ilha de Fernando Pó, embora conquistando a liberdade, talvez sentissem a desilusão de não ter conseguido voltar a casa. Ou talvez já soubessem, como outros companheiros seus, antes e depois deles, que esse regresso era irrealizável.

Ao longo de três séculos, muitos foram os escravizados que tentaram subverter a direcção da viagem dos navios negreiros ou abandonar as ilhas de São Tomé e do Príncipe. Centenas ou milhares deles mostraram ser capazes de fugir aos grilhões dos mestres dos navios, ao barço do feitor das roças e a um quotidiano indigno. Para quase todos, porém, o regresso ao espaço onde tinham nascido e à convivência dos antigos familiares dificilmente passou de um sonho improvável, só exequível na geografia dos sentimentos.

Tribunal de mucanos: slavery and freedom in Angola (17-19th centuries)

ROQUINALDO FERREIRA*

1. Introduction

The scholarship on Angola has been mostly devoted to the evolution of the slave trade (Angola was the largest supplier of slaves to the Americas), the ties that Angola held with the America (particularly Brazil) during the era of the slave trade, and the relationship between Portuguese power in Luanda and the Ambundo kingdoms (particularly Matamba and Casanje) in the Luanda hinterland.¹ Generally speaking, trade and politics (emphasizing kingdoms and rulers) dominate this historiography.² Much more is known about top merchants (particularly from Luanda and Benguela) and African rulers than about the social and cultural landscapes of Portuguese Angola. Only recently scholars have begun analyzing how ordinary Africans, particularly those who lived in regions under Portuguese control

* University of Virginia, Charlottesville
rf2n@virginia.edu

1 José Curto, *Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550–1830* (Leiden: Brill Academic Publishers, 2004); Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830* (Madison: University of Wisconsin Press, 1988).

2 David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbors under the Influence of the Portuguese, 1483–1790* (Oxford: Clarendon Press, 1966); Joseph Miller, "The Imbangala and the Chronology of Early Central African History," *Journal of African History*, 13, 4, 1972, 549–74; Joseph Miller, "Nzinga of Matamba in a New Perspective," *Journal of African History*, 16, 2, 201–26; John Thornton, "Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624–1663," *Journal of African History*, 32, 1, 25–40; Thornton, "Firearms, Diplomacy, and Conquest in Angola," 167–91; Jan Vansina, *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa Before 1600* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2004).

in the Luanda hinterland and Benguela, related to the Portuguese power in Luanda and nearby regions.³

This article broadens the scholarship on Angola by focusing on the judicial mechanism known as *tribunal de mucanos*. It firstly develops an in-depth examination of the structure of these courts and then seeks to understand the relationship between the *tribunal de mucanos* and slaving and resistance to slaving in Angola. This article is inspired by studies about legal systems elsewhere in the Atlantic world, which have demonstrated that native peoples and enslaved groups used litigation as a tool to defend their social and financial interests against enslavement and colonial practices.⁴ In addition to showing that African customary law was central to the legal system of Portuguese Angola, the *tribunal de mucanos* demonstrate that the coastal Angolan societies that emerged from interactions between Africans, Brazilians, and Europeans were far from being rigidly hierarchical colonial societies and that legal pluralism was a central feature among these societies.

3 José Curto, "The Story of Nbena, 1817–1820: Unlawful Enslavement and the Concept of 'Original Freedom' in Angola," in Paul Lovejoy and David Trotman (eds.), *Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora* (London: Continuum, 2003), 43–63; José Curto, "Struggling against Enslavement: The Case of José Manuel in Benguela, 1816–1820," *Canadian Journal of African Studies*, 39: 1, 2005, 96–122; Mariana Candido, "African Freedom Suits and Portuguese Vassal Status: Legal Mechanisms for Fighting Enslavement in Benguela, Angola, 1800–1830," *Slavery and Abolition*, 32, 3, 2011, 447–59.

4 Carlos Aguirre, "Working the System: Black Slaves and the Courts in Lima, Peru, 1821–1854," in Darlene Clark Hine and Jacqueline McLeod (eds.), *Crossing Boundaries: Comparative History of Black People in Diaspora* (Bloomington: Indiana University Press, 1999), 202–21; Sergio Serulnikov, *Subverting Colonial Authority: Challenges to Spanish Rule in Eighteenth-Century Southern Andes* (Durham: Duke University Press, 2003); Alejandro de la Fuente, "La Esclavitud, la Ley y la Reclamación de Derechos en Cuba: Repensando el Debate de Tannenbaum," *Debate y Perspectivas*, 4, 2004, 37–68; Sherwin K. Bryant, "Enslaved Rebels, Fugitives, and Litigants: The Resistance Continuum in Colonial Quito," *Colonial Latin American Review*, 13, 1, 2004, 7–46; Manuel Barcia, "Fighting with the Enemy's Weapons: The Usage of the Colonial Legal Framework by Nineteenth-Century Cuban Slaves," *Atlantic Studies*, 3, 2, 2006, 159–81; Lyman Johnson, "A Lack of Legitimate Obedience and Respect: Slaves and Masters in the Courts of Late Colonial Buenos Aires," *HAHR*, 87, 4, 2007, 631–58; Alejandro de la Fuente, "Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: Coartación and Papel," *HAHR*, 87, 4 2007, 659–92; Brian Owensby, "Legal Personality and the Processes of Slave Liberty in Early-Modern New Spain," *European Review of History*, 16, 2009, 365–82.

2. *Mucanos*

The *tribunal de mucanos* was an African institution that had been incorporated into the Portuguese legal system by the middle of the seventeenth century and epitomized the interwoven nature of customs, power, and law in Portuguese Angola. In the Quimbundo language, *mucano* means litigation. In addition to the legal proceedings that pertained to the status of enslaved Africans, the *tribunal de mucanos* also judged “every civil and criminal lawsuit,” including “diverse cases such as a fire ruining houses and loss or destruction of houses.”⁵ In Benguela, despite the use of the term *mucano* by the Portuguese, the local expression was *olimbo*. As governor of Angola Miguel Antonio de Mello explained in the end of the eighteenth century, “*Mucano* is the generic name in the Quimbundo language and *olimbo* is the same in Benguela. Thus the peoples of Benguela say *olimbo muquiti* to refer to violent murder; *olimbo bihuanga* to refer to witchcraft; *olimbo biofuca* to refer to debts; *olimbo buimuni* to refer to robbery and finally *olimbo biombaro* when they want compensation due to an injury.”⁶

The term *mucano* was also used to designate compensations that Africans would pay to each other due to acts deemed transgressive or criminal. Thus, “the black woman Esperança, also known as Mulupa, resident in Dombe Grande [near the city of Benguela], petitions against the black man Muhululu for forcing her to pay *mucanos* several times.”⁷ “The black man Mahori, a resident of Dombe Grande, requested that the regent of that district not force him to pay to the petitioner one *mucano* of sorcery since it was up to the Africans [to judge the matter].”⁸ “The black man Quime of the Dombe Grande petitioned to be heard by the Governor [of Benguela] with the black man Jongo about a *mucano* that the latter unjustly forced him to pay in the amount of thirty cattle and one head [prime slave].”⁹ Quicuto, resident in Catumbela, turned to the Benguela

5 “Carta do Governador de Angola” on April 30, 1798, AHA, cx. 2841. See also Maria Emilia Madeira Santos, *Nos Caminhos da África: Serventia e Posse, Angola, Século XIX* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998), 10, 95.

6 “Carta do Governador de Angola” on April 30, 1798, AHA, cx. 2841.

7 “Despacho do Requerimento de Mulupa” on January 29, 1824, AHA, cx. 138, fl. 61.

8 “Requerimento de Mahori” on September 1826, AHA, cód. 7182, fl. 16v.

9 “Requerimento de Quime” on October 25, 1827, AHA, cód. 7182, fl. 69v.

administration after paying three *réis* and two bottles of rum to Manoel but still being targeted for further compensation by the latter.¹⁰

Yet the so-called appeals for freedom were by far the most important matters judged by *mucano* tribunals, as demonstrated by the fact that these courts were also known as *tribunal da liberdade* (tribunal of liberty). As governor Mello stated, “*Mucano* is the proper name of the freedom court cases. Nevertheless, due to usage and the strength of the Quimbundo language, generally all criminal and civil cases are called *mucano*, being necessary to add another term to recognize the specific cause.”¹¹ In the Portuguese language, the act of challenging slavery was known as *apelidar liberdade* (plea for freedom). While these cases were underway, the person accused of denying freedom would have to provide for the person bringing the action. “The royal seal [which certified that taxes had been paid and the enslaved African was ready to be shipped to Brazil] would be given only after certainty about slavery is entirely established.”¹²

Among Africans, *mucano* cases were judged by African chiefs (*sobas*), but as the Portuguese carved out a zone of influence in the Luanda hinterland, *capitães mores* began playing a role similar to that of the *sobas*. Thus, “those [*mucanos*] that take place in districts and *presídios* of the *sertão* are handled by *capitães mores*.” In the seventeenth century, the system was overhauled and a court of appeals created in Luanda. This change reflected the fact that many of the enslaved Africans brought to Luanda were in fact African vassals working under temporary arrangements known as pawnship. As discussed in chapter 2, they had been sold as slaves to *pumbeiros* and *sertanejos* by deeply indebted African communities. To counter this problem, the Portuguese crown decided that Africans condemned to slavery by sentences issued in the Angolan *sertões* by *capitães mores* would be allowed to appeal their sentences to governors of Angola: “They [*mucano* cases] are brought before the governor [of Angola] in case of appeal.”¹³

10 “Requerimento de Quicutto” on January 10, 1829, AHA, cód. 7182, fl. 124v.

11 “Carta do Governador de Angola” on April 30, 1798, AHA, cx. 2841.

12 “Ofício do Governador de Angola” on January 25, 1792, AHU, cód. 1633, fls. 49-53v.

13 “Carta do Governador de Angola” on February 4, 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 80. See also Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, 374-381.

Crucially, although the *mucanos* tribunal provided a venue to challenge enslavement, they were also an essential part of the highly decentralized machinery of enslavement in Angola. It was in these courts that many Africans saw their claimed status as free individuals challenged, often due to questions regarding the status of relatives. As explained by governor of Angola Gonçalo da Costa Menezes, “Sometimes up to fifty or sixty people are enslaved.”¹⁴ Such numbers could include, for instance, all the offspring of a given black woman who had been pronounced by a judge to be a slave. “These people are put in shackles with the alleged slave. Sometimes the lawsuits involve Africans who claim that a certain African woman [had been] a slave of their grandfather, great-grandfather or great-great-grandfather. Such lawsuits are also filed by white people against black people.”¹⁵

Further insight into the relationship between the *tribunal de mucanos* and enslavement, as well as the key role that kinship might play in defense against enslavement through these courts, is provided by the arrest of the brothers Pedro Miguel and João Corrêa, who lived in Muxima and had been put in jail on the request of the “black Paulo José and his brothers” in 1814. The two brothers were taken to Luanda, where they pleaded for their freedom [*apelidaram liberdade*] to governor of Angola José de Oliveira Barboza and were “reputed free as nephews of the free black man Luis António and his brother Vivêncio, who obtained a verdict in their favor in this *tribunal* [de *mucano*].”¹⁶

At first, Africans seeking to use the *tribunal de mucanos* would plead their cases orally. By the end of the seventeenth century, however, the Luanda administration decided to formalize the procedure and stipulated that *mucano* sentences would be officially recorded, which effectively created a civil claims office. The decision was a response to long-term disputes that often involved the same litigants. “In the past, they [*mucanos*] were conducted verbally, but because the same disputes were brought again to different governors by those who had been penalized, the procedure was framed as a judicial one, like any other [legal] dispute, with juridical

14 “Carta do Governador de Angola” on February 4, 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 80.

15 “Carta do Governador de Angola” on February 4, 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 80.

16 “Carta do Governador de Angola” on August 17, 1814, AHA, cód. 104, fls. 40-40v.

terminology and the creation of the *cartório*. In this *cartório*, there are records of long-standing disputes . . . among the black people from this kingdom.”¹⁷

By the end of the seventeenth century, the *tribunal de mucanos* underwent significant revision as the Portuguese crown stripped power from the governors of Angola—who had previously been the sole appeals judges in Luanda—and transferred this task to the *junta das missões*.¹⁸ The *junta* had been created in 1681 to promote missionary work in Angola, and it was composed of the governor of Angola, the bishop of Angola, a Lisbon-appointed judge (*ouvidor geral*), and the *provedor geral* of Angola.¹⁹ As appeals judges of *mucano* cases, governors had been able to overturn or endorse sentences issued by *capitães mores* in the Angolan *sertões*. Since the early seventeenth century, however, they had openly and unscrupulously benefited from slaving in Angola through warfare and large-scale trade in internal markets (*feiras*).²⁰ Therefore, by transferring responsibility for *mucano* trials to the *junta das missões*, the crown indirectly recognized that governors could easily abuse their prerogatives and enslave freeborn Africans during the *mucano* trials they presided over in Luanda.

In addition to stripping the governors of their roles as the sole appeals judges in the *tribunal de mucanos* in Luanda, the Portuguese crown also began to regulate the role that *capitães mores* played as judges in *mucano* trials in the Angolan *sertões*. In the late seventeenth century, the crown issued a royal decree that stated that the reason why *capitães mores* had

17 “Carta do Governador de Angola” on February 4, 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 80.

18 “Carta Régia” on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

19 For the creation of the *junta das missões*, see “Carta Régia ao Governador de Angola” March 7, 1681, in “Resposta que deu a Carta dos Jesuítas o Governador Aires de Meneses e Sousa” on November 2, 1678, in Brásio (ed.), *Monumenta Missionária Africana*, vol. XIII, 515. See Louis Jadin, “Rapport sur les Recherches aux Archives d’Angola du 4 Juillet au 7 September 1952,” *Bulletin des Sciences* (Institut Royal Colonial Belge), 24, 1953, 163. See also Marcia Eliane Alves de Souza e Mello, “Pela Propagação da Fé e Conservação das Conquistas Portuguesas: As Juntas das Missões—Séculos XVII-XVIII,” PhD Dissertation, Universidade do Porto, 2002, 129-137.

20 “Carta de Baltazar Rebelo de Araújo” in 1618, Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. VI 332-336; “Relação de Antonio Bezerra Fajardo” on February 24, 1624, in Brásio (ed.), *Monumenta Missionária Africana*, vol. VII, 205-213. See also Linda Heywood and John Thornton, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660* (New York: Cambridge University Press, 2007), chapter 2.

in early times been allowed to act as judges of *mucano* hearings was so African plaintiffs would not need to travel to Luanda to file these lawsuits. According to authorities, freedom suits would not be pursued without *capitães mores*' participation.²¹

Like governors of Angola, however, *capitães mores* were usually deeply indebted to merchants in Luanda and sometimes even Brazil and Portugal. Unsurprisingly, they abused their roles as *mucano* judges to enslave Africans and thereby pay their creditors. Accusations against *capitães mores* surfaced as early as 1631, when former governor of Angola Fernão de Souza stated that *mucano* cases "should be judged by the *ouvidor geral*, a literate official, and settlers and *capitães [mores]* should not judge [*mucano* cases], because when they do it, it results in many great injustices." In the words of the governor Fernão de Souza, *capitães mores* "judged according to African law [*leis gentílicas*] and not according to political [civilized] laws."²²

To eliminate abuses, Lisbon sought to regulate *capitães mores*' role as judge of *mucanos*. "When the slave proclaim freedom, the *capitão mor* will immediately call the notary and chaplain of the *presídio*, the owner of the slave, and the witnesses appointed by the plaintiff and by the defendant."²³ Depositions and sentences would be recorded and numbered by a scribe [*escrivão*] in a registry [*livro branco*] that would eventually have to be signed by the oldest judge in the Luanda city council.²⁴ Sentences that led to the enslavement of Africans would be automatically appealed in Luanda and would not be enforced until ratified by *junta das missões*. "I have expressed to the same judges that the sentences [against Africans] will not be executed without being confirmed by the *junta das missões* and to avoid any burden to the miserable blacks, slaves will have full freedom to choose where to file appeals; and if they want to come to this city instead of having their appeals filed in a *presídio*, this will be

21 "Carta Régia" on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

22 "Informação de Fernão de Souza" on December 7, 1631, in Brásio (ed.), *Monumenta Missionária Africana*, vol. VIII, 97.

23 "Carta Régia" on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

24 "Carta Régia" on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

permitted and the sentences will not be executed without confirmation in this city [of Luanda].”²⁵

Despite Lisbon’s attempt to establish a more structured system for *mucano* hearings, these courts clearly lacked a set of unified rules. For example, although Lisbon ordered the creation of a civil registry office in the late seventeenth century, this might never have happened. As late as 1784, governor José de Almeida e Vasconcelos asserted that “sentences were oral, nothing was written, except for [a] short record of the decision, after hearing a long speech in Quimbundo by the parties.”²⁶ In Benguela, the tribunal de mucanos had a set of unique features, despite claims by governor of Angola Inocêncio de Souza Coutinho that it had to have “the same and identical” rules as the Luanda tribunal.²⁷ There, defendants had to pay a fee to present cases to Benguela governors, who were the only judges in the tribunal. As stated by authorities, “When their litigations, which they call *mucanos*, are of lesser importance, they were judged by aides to African chiefs [*macotas*]; and they come to the governor for an oral appeal, for which they pay a cow. If the case is of importance, and they are sentenced in his [governor’s] presence, they pay him [the governor] a female or male young slave.”²⁸

In the eighteenth century, the basic structure of the court had the governor of Angola as the sole appeal judge of sentences issued in the Luanda hinterland: “The governor of Angola, in addition to regular duties, as in any other *conquistas*, has the responsibility of judging *mucanos*, that is, the original freedom suits that are appealed before him, as any other magistrate.”²⁹ Once Africans appealed their status as slaves, governors would generally request information from colonial officials in the *sertões*

25 “Carta Régia” on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

26 “Apontamento do Barão de Mossamedes,” undated but around 1784. AHU, cx. 68, doc. 29.

27 Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, *Memória do Reino de Angola*, in Maria Emilia Madeira Santos (ed.), *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 44.

28 “Ofício do Governador de Benguela” on July 20, 1781, AHU, cx. 64, doc. 35; “Cópia do Regimento do Governo de Benguela” on April 3, 1796, AHU, cód. 1633, fls. 59-64. See also Candido, “African Freedom Suits and Portuguese Vassal Status”, 447-459.

29 “Informação Breve Cidades, Vilas, Distritos, Presídios, Governo Civil e Militar [de Angola]” in 1793, AHU, Angola, cx. 79.

before reaching a verdict. Thus, after an African complained that both he and his brother had been sold as slaves when they were in fact freeborn individuals, governor Nicolau de Abreu Castelo Branco issued orders to lieutenant João Manoel de Torres to prove they were his slaves. According to the governo, “It is necessary that you send me the name of the person [from whom] you bought these slaves and the place where the transaction occurred, as well as the name of the person who [later] bought the slave so that I can order a proper investigation.”³⁰

After favorable sentences in the *tribunal de mucanos*, Africans might receive a written document that stated their status as free individuals. In 1826, for instance, Sebastião Antônio was sent to Luanda as a slave due to a “betrayal” by “João André, to whom he owned some thousands of réis.” In Luanda, Antônio *apelidou liberdade* and was ruled a free person by governor of Angola Nicolau de Abreu Castelo Branco, who ordered the arrest of the people involved in his enslavement and ordered that the debt Antônio owed his enslaver, André, be cancelled. The governor then issued the following document: “The black man Sebastião Antônio, resident in the lands of the *soba* Mugunde, was sold but *apelidou liberdade*. And since [Sebastião Antônio] claims that the sale was schemed by his creditor, the black man João André, the debtor will not suffer any other action [of enslavement] related to the said debt, as a compensation for the inconvenience of spending time in prison and for a sale that was plotted with the most terrible falsity and unfairness.”³¹

By the end of the eighteenth century, there were proposals to transfer the authority of governors of Angola to judge *mucanos* to the highest judicial authority in Angola—the *ouvidor geral* of Angola.³² The tribunals had by then undergone significant transformation. As explained by governor of Angola Miguel Antonio de Mello, “*Mucanos*, or freedom cases,

30 “Carta do Governador de Angola” on June 25, 1825, AHA, cód. 157, fs. 158-158v. One of the two enslaved Africans had already been sold to Brazil. Although Torres produced documentation to prove that he had legally bought the two men, the governor eventually sided with the plaintiff, even stating that he should not have been sold in the first place. See “Carta do Governador de Angola” on June 26, 1825, AHA, cód. 157, fl. 158v.

31 “Carta do Governador de Angola” on February 27, 1826, AHA, cód. 96, fs. 26v-27.

32 “Apontamento sobre Diversos Objectos da Administração Pública de Angola” on April 30, 1798, AHA, cód. 5, fs. 92v-115.

have also undergone some changes from the [usual] practice or mode of processing.”³³ Due to Africans’ constant use of these courts, Mello suggested that the *ouvidor* of Angola be appointed as an aide to the courts to assist in handling the volume of cases. Mello also advocated the creation of rules “to serve as guidelines as to the legitimacy or illegitimacy of the cases, or pleas for liberty, so as to create a body of law and practice to administer constant and unquestionable justice.” According to Mello, these measures would eliminate the long periods that litigants were held in custody, and the “very grave inconveniences and losses that they often feel and experience.”³⁴

3. An imperfect system

The odds of using the *tribunal de mucanos* successfully were heavily skewed against Africans from regions outside Portuguese influence. Many of these Africans “did not know how to make the case for freedom because they were unaware of the rules of the *mucano* system in Luanda. Those few who came to do it were not successful because they could not prove that they were free, since they only were known in the far interior, where they came from.”³⁵ Despite the availability of interpreters, individuals who did not have some knowledge of Portuguese were much less likely to mount effective cases to regain their freedom. In 1825, for example, there were complaints about difficulties in understanding Quicongo-speaking individuals who had arrived in Luanda and tried to appeal for their freedom.³⁶

The *tribunais de mucanos* had several other deficiencies. While they waited for the judgment of their suits, enslaved Africans who *apelidavam liberdade* were held in the Luanda public jail, where they were often not properly fed by their owners (violating the procedures of the *tribunal de mucanos*). They had then to be fed by the administration.³⁷ According to governor of Angola Miguel Antonio de Mello, slaveholders often punished

33 “Carta do Governador de Angola” on March 29, 1800, AHU, cx. 94, doc. 47.

34 “Carta do Governador de Angola” on March 29, 1800, AHU, cx. 94, doc. 47.

35 “Parecer de João José de Lima e Membros da Junta de Fazenda” on June 10, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 53.

36 “Carta do Governador de Angola” on November 14, 1825, AHA, cód. 157, fl. 220.

37 “Carta do Governador de Angola” on April 23, 1792, AHU, cód. 1628.

slaves who *apelidavam liberdade* with imprisonment, also refusing to feed them while they waited for their *mucano* trial at the jail.³⁸ In the *sertões*, *capitães mores* who did not speak African languages had to rely on “dishonest [*espertos*] and rapacious [*velhacos*]” interpreters.³⁹ In Benguela, *inquiridores das liberdades* who did not speak African languages were assisted by José Nunes Romão, an officer of the *Henriques* battalion who was fluent in local languages but might have used the *tribunal* to his advantage. In 1812, for example, he was described as a thirty-four-year-old man who had been in the battalion for thirteen years and, more importantly, “earned a living doing business.”⁴⁰

Even in places closer to the center of Portuguese authority such as Luanda, the tribunals were far from perfect, as demonstrated by the murder of João in 1826, after seeking help from Governor Nicolau de Abreu Castelo Branco upon being held in custody by the brothers Pedro João and Caetano, who claimed that João belonged to their mother, Tereza. Although João claimed that Tereza had freed him, he did not have documents to prove his status as a free man. Later, Tereza confirmed that João was not a slave anymore, but her two sons continued challenging João’s status, even after one of the brothers was arrested on the charge of illegal enslavement. The dispute became so impassioned that the two brothers murdered João and they were eventually flogged and incarcerated in the Fort of São Miguel.⁴¹

Yet the main problem stemmed from *capitães mores*’ participation in *mucanos* hearings in the *sertões*. In 1719, authorities acknowledged that “many *capitães mores* are [so] invested in their [commercial] interests that they do not deliver justice and thus many freeborn African wound up in

38 “Carta do Governador de Angola” on March 29, 1800, AHU, cx. 94, doc. 47; “Carta do Governador de Angola” on August 28, 1801, AHA, cód. 152, fls. 64v.-65.

39 “Apontamento do Barão de Mossamedes,” undated but around 1784. AHU, cx. 68, doc. 29.

40 “Ofício do Governador de Benguela” on April 16, 1812, AHU, Angola, cx. 124, doc. 87. Later, when Romão’s daughter married the son of a Brazilian slave dealer, she was said to be the heir of a large inheritance. See “Ofício do Governo Provisório de Benguela” on May 27, 1822, AHA, cód. 448, fls. 22v.-23.

41 “Carta do Governador de Angola” on January 12, 1826, AHA, cód. 157, fls. 246-247.

slavery.”⁴² Despite the fact that investigations were conducted at the end of *capitães mores*’ tenures, specially with regards to their role as judges of *mucanos*, there were still many abuses.⁴³ In 1794, governor of Angola Manoel de Almeida e Vasconcelos accused *capitães mores* of deliberately “confounding free people with slaves, also persecuting the miserable [blacks].”⁴⁴

As stated by Luanda officials, *capitães mores* and other officials held Africans in juridical limbo due to “simple lawsuits filed by anyone.”⁴⁵ In 1796, Governor Vasconcelos stated that he had “ordered the retention of blacks sent as slaves by a colonial official [*alferes*] for shipment and there is a lot to be said about this case, because the procedures undertaken are highly suspicious and the order and general rule in cases like these is always to appeal to the superior tribunal of liberties.”⁴⁶ To address these abuses, Vasconcelos urged separation between “punishments that *capitães mores* executed in their capacity as military officials and their role as judges in *mucano* hearings.”⁴⁷ Despite this proposal, the regent of Dombe Grande was accused of using *mucano* trials to enslave free individuals in 1827.⁴⁸

The case of Izabel provides further insight into the chronic mismanagement of *mucano* tribunals by colonial officials in the *sertões*. In 1827, Izabel was enslaved in Golungo with her children and grandchildren, yet she *apelidou liberdade* [filed a freedom case] once she arrived to Luanda. According to Izabel, even though she had been a slave in the past, she had been granted freedom by her owner after becoming his concubine. As she explained to Governor Nicolau de Abreu Castelo Branco, her children and grandchildren were also free as they were the offspring of her late partner/master. As Castelo Branco pointed out, Izabel’s family had been enslaved with the collusion of the local colonial official (*regente*), who

42 “Carta Régia” on March 4, 1719, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

43 “Carta Régia” on March 15, 1698, AHU, Angola, cx. 70, doc. 6.

44 “Ofício do Governador de Angola” on October 10, 1794, AHU, cód. 1632.

45 “Carta do Governador de Angola” on July 6, 1826, AHA, cód. 96, fl. 45v.

46 “Carta do Governador de Angola” on November 5, 1796, AHU, cód. 1632.

47 “Carta do Governador de Angola” on April 30, 1798, AHA, cx. 2841.

48 “Ofício do Governador de Benguela” on July 20, 1827, AHA, cód. 520, fl. 163.

“easily agreed with the request to do it.”⁴⁹ In fact, Izabel had already tried to evade slavery in Golungo, yet when she sought help from the local *capitão mor* and judge of *mucanos*, she was put in jail for five months.⁵⁰

4. Working the system

Despite the many imperfections noted above, the *tribunal de mucanos* became central to freeborn Africans’ strategies to evade enslavement and regain their freedom. This is demonstrated by several accounts by governors of Angola. As early as 1692, while suggesting that the number of *mucano* appeals in Luanda was overwhelming, governor of Angola Gonçalo da Costa Menezes stated, “There is not enough time to finish analyzing so many cases.”⁵¹ As governor Antonio da Cunha stated in the middle of the eighteenth century, “Every day infinite numbers of free blacks” were being brought to Luanda, and for “this reason the cases in the tribunal of liberties [*tribunal de mucanos*], of which the governor is the judge, were innumerable.”⁵² By the end of the eighteenth century, according to governor Miguel Antonio de Mello, the number of Africans who were able to regain their freedom was so great that “several commercial houses [in Luanda] had almost gone bankrupt because the number of slaves that they were able to purchase was reduced and many of these would end up being reputed free individuals by the judge of freedom [tribunal of *mucanos*].”⁵³

One such case involved two free-mixed race sisters, Antonia Filgueira and Marta João, who came under the threat of enslavement due to the actions of Manoel Soares, who was a resident of Lisbon. In a lawsuit to collect the estate of his late wife, filed in Portugal several decades earlier, the widower Soares argued that Antônia and Marta were the descendants of slaves that his wife, Jacinta, had inherited from her late father, a merchant named Thomaz Filgueira Bultran Mouto. Jacinta’s mother had

49 “Carta do Governador de Angola” on October 26, 1827, AHA, cód. 96, fls. 141v.-142.

50 “Carta do Governador de Angola” on October 3, 1827, AHA, cód. 96, fls. 145v.-146.

51 “Carta do Governador de Angola” on February 4, 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 80.

52 “Ofício do Governador de Angola” on October 29, 1753, AHU, Angola, cx. 38, doc. 82.

53 “Apontamento sobre Diversos Objetos da Administração Pública de Angola” on April 30, 1798, AHA, cód. 5, fls. 92v.-115.

probably been one of Mouto's slaves, which was why Jacinta had been granted freedom—and slaves—by her father.⁵⁴ This case is striking on two levels. First, it involved actions by courts and individuals in Luanda and Lisbon. Secondly, Manoel Soares, the individual seeking to enslave Antônia and Marta, was himself a slave.

Jacinta had met Soares after she was sent to Lisbon, after her father's family discovered that he had not only fathered a child (Jacinta) with a slave but had also freed and given slaves to this illegitimate daughter. In Lisbon Jacinta married Manoel Soares, who worked for the Royal Treasury. After Jacinta died in 1717, Soares filed a lawsuit seeking to collect her estate in Luanda, including Antonia Filgueira and Marta João. After the Lisbon court ruled in his favor, Soares hired Manoel da Costa Valle, one of the most powerful merchants in Luanda, as his legal representative. Antonia and Marta then resorted to the *tribunal de mucanos* in Luanda, and eventually were deemed legally free (*libertas*) on the grounds that the donation of slaves that Jacinta had received several decades earlier had been revoked and that Soares' lawsuit was thus groundless.⁵⁵

By the early nineteenth century, the jurisdiction of the *tribunal de mucanos* had undergone significant expansion, as Africans had begun using these courts not only to challenge enslavement but also to seek punishment against individuals who had attempted to enslave them. This is richly illustrated by numerous examples. In 1824, a black woman named Sofia filed a petition against Francisco Vieira, who had branded her even though she was not a slave.⁵⁶ João Aqua, "resident at Dombe Grande, filed a lawsuit against Marcos Gonçalves for trying to enslave him and keep him in shackles at Luiz Antonio's house."⁵⁷ Another resident of Dombe Grande, Nguerepete, filed suit against another black man, Caluri, asserting that Caluri had sold him to José Joaquim Domingues. Nguerepete was ransomed by a man named Gunvuro in exchange for three enslaved men.

54 "Carta do Secretário de Estado Azevedo Coutinho" on January 30, 1749, AHA, cód. 2, fl. 35.

55 "Resposta a Carta de Azevedo Coutinho" on September 30, 1750, AHA, cód. 2, fls. 35v.-36.

56 "Requerimento de Sofia" on July 29, 1824, AHA, cx. 138, fl. 78v.

57 "Requerimento de Sofia" on July 29, 1824, AHA, cx. 138, fl. 78v.; "Requerimento de João Aqua" on January 3, 1826, AHA, cx. 138, fl. 169.

The accusation prompted the Benguela Government to order the arrest of both Caluri and Domingues.⁵⁸ Later, “the free black Francisco Languenda petitioned against Francisco Quissengi for kidnapping and selling him,” and a man named Soma sued a man named Quigangeganga for trying to enslave him.⁵⁹

In petitions sent to the Luand and Benguela administrations, it becomes clear that kinship was a key factor motivating Africans to seek punishment against enslavers. In 1824, for instance, Cassule was held by Dionísio Gomes de Arruda to pay “for the scheme of his brother [then dead], who had sold [to Arruda] a slave who later was able to prove his freedom” in Massangano. Arruda eventually set Cassule free but took revenge by kidnapping one of Cassule’s relatives (probably his wife) and selling her in Quissama. Because Cassule filed a petition with the Luanda administration, Arruda was forced to buy the African woman back and release her. As stated by the Luanda administration, Arruda “did not have the right to arrest a free person who had nothing to do with the debt, and sell her away from her relatives.”⁶⁰

In 1841, Izabel Catumbo “petitioned [twice] against João Agostinho for selling his brother Hiume.”⁶¹ Quixuca requested an audience with the governor of Benguela to discuss the sale of his brother by Domingos Caetano da Silva, who would have to attend the meeting as well.⁶² In addition to using the *mucano* courts to seek punishment for enslavers, Africans also turned to it to prosecute people who bought individuals who had been irregularly enslaved. This is demonstrated by a petition in which Antônio Francisco Ferreira “requested to be heard by the governor together with Marcos Vaz da Conceição, who had bought a free slave who was a brother of the petitioner.”⁶³

58 “Requerimento de Nguerepete” on June 22, 1839, AHA, cx. 1602.

59 “Requerimento de Francisco Languenda” on February 13, 1841, AHA, cx. 1602; “Requerimento de Soma” on July 22, 1842, AHA, cx. 1602.

60 “Carta do Governador de Angola” on December 3, 1824, AHA, cód. 95, fls. 126.

61 “Requerimento de Izabel Catumbo” on June 21, 1841, AHA, cx. 1602; “Requerimento de Izabel Catumba” on June 25, 1841, AHA, cx. 1602.

62 “Requerimento de Quixuca” on April 26, 1827. AHA, cód. 7182, fl. 46v.

63 “Requerimento de António Francisco” on November 28, 1826, AHA, cód. 7182, fl. 29.

The frequency with which Africans used the legal system to assist relatives to escape enslavement is further demonstrated by other cases. In a petition to the Benguela administration, Florência da Costa argued that her son Joaquim had “escaped” home some time ago and was boarded as a slave on a ship, causing the administration to board the ship and release her son.⁶⁴ In 1829, Domingas, a black woman also known as Cadingo, petitioned to be allowed to ransom her daughter Custódia.⁶⁵ In 1841, Maria “petitioned against the black men Quimbala and Salava for attempting to sell her grandson.” According to Maria, her grandson was being held in shackles at the house of José Joaquim Teixeira, a slave dealer with close connections to Brazil.⁶⁶ In 1847, Francisco Antonio Pacheco wrote a letter to the Luanda administration requesting freedom for his son, who had had been sent to Luanda as a slave four years earlier by his stepfather, who was a colonial official.⁶⁷

These cases illustrate the significant expansion that the jurisdiction of the *tribunal de mucanos* had undergone by the early nineteenth century. From a legal mechanism that allowed freeborn Africans to challenge enslavement, these courts had become a venue for Africans to seek reparations and punishment against enslavers. In addition, they were also used by enslaved Africans seeking to achieve manumission and even to remain as slaves but be sold to other owners. In 1827, for instance, an enslaved woman named Florinda filed a petition with the *tribunal de mucanos* in Benguela accusing her owner of beating her. Florinda requested to be either sold to someone else or to be allowed to purchase her freedom.⁶⁸

The *tribunal de mucanos*' transformation begs further analysis. As the *ouvidor* of Angola Francisco Xavier de Lobão Machado Peçanha explained in 1785, the original authority of the tribunal included only cases pertaining to Africans who had been born free or Africans who had been able to purchase their freedom and subsequently found themselves

64 “Requerimento de Florência da Costa” on January 17, 1826, AHA. Cx. 138, fl. 161.

65 “Requerimento de Domingas [Cadingo]” on July 18, 1829, AHA, cód. 7182, fl. 153v.

66 “Requerimento de Maria” on February 3, 1841, AHA, cx. 1602.

67 “Ofício do Secretário Geral da Provincia de Angola” on May 19, 1847, AHA, cód. 325, fl. 157.

68 “Requerimento de Florinda” on October 18, 1828, AHA, cód. 7182, fl. 114.

under the threat of enslavement. In the words of the *ouvidor*, the *tribunal de mucanos* “hears only cases in which the litigants . . . argue that they were *ingênuos*, born of free womb and are under undue threat of slavery. Or when they were slaves and acquired their freedom, and with the possession and exercise of it [freedom] there is someone who intends to put them back in captivity.”⁶⁹ What forces caused the jurisdiction of *mucano* courts to widen?

By the end of the eighteenth century, governor of Angola Manoel de Almeida e Vasconcelos enforced several measures to prevent the enslavement of African vassals during his tenure in the 1790s, including ensuring that African vassals could challenge enslavement in the *tribunal de mucanos*. The hypothesis that the *mucano* courts gained a wider scope as a result of Vasconcelos’ policies is tantalizing, yet the evidence suggests that Africans’ understanding of the Portuguese legal system also contributed to this transformation. Joaquim Victorino is a case in point. In 1777, Victorino had been manumitted by his late master due to his “good services.” Three years later, however, he found himself waging a judicial battle to maintain his status as a free man. In a petition to the Portuguese crown, Vitorino explained that he had been arrested in Luanda by one of the city’s judges (*juiz de fora*), Anacleto José da Motta, on the grounds that his letter of freedom was “invalid due to [outstanding] debts” by his former owner. To counter this decision, Victorino claimed that he had become free prior to the “takeover [of the assets of his former owner] and that he should not lose his freedom through extraordinary means because once freedom is given, it cannot be revoked.”⁷⁰

To bolster his case, Victorino went to a Luanda notary to validate his letter of freedom, which he then sent to Lisbon. As the letter indicated, Vitorino would be entitled to “enjoy his freedom entirely, becoming master of himself as if he had been born free, without any possibility of his freedom being revoked by myself or another person.”⁷¹ Although Vitorino did not turn to the *tribunal de mucanos*, choosing instead to send a petition to the king of Portugal, another case shows how Africans might have reshaped

69 “Carta do Ouvidor de Angola” on June 17, 1785, AHU, Angola, cx. 70, doc. 19.

70 “Petição de Joaquim Victorino” on August 2, 1783, AHU, Angola, cx. 67, doc. 48.

71 “Cópia de Carta de Alforria” on March 20, 1780, AHU, Angola, cx. 67, doc. 48.

the *mucano* courts. In 1785, an enslaved man named Pedro Cozinheiro requested the right of manumitting himself in the judge of orphans [*juízo de orfãos*]. As *ouvidor* Peçanha explained, “Not so long ago a case came to the judge of orphans in which the slave Pedro Cozinheiro requested freedom, offering the price that had been assessed, due to the passing of his master Dona Maria Simões, the wife of Tomé Couceiro.” Both Tomé Couceiro and his children, however, opposed Cozinheiro’s attempts to purchase his freedom.⁷² To the dismay of Peçanha, the enslaved man ended up being allowed to purchase his freedom by a ruling by the *mucano* court, which sparked a high-profile controversy in Luanda and prompted Peçanha to remark that the case lacked “ground and judicial reason.”⁷³

Cozinheiro’s case set a precedent that was followed by an unnamed woman who turned to the *tribunal de mucanos* after relatives of her deceased owner refused to fulfill the promise that she would be manumitted after the death of her owner. Despite the promise of freedom, the owner died without a testament and the woman ended up being claimed as part of the assets seized to settle his outstanding debts, something she avoided by gaining the right to purchase her freedom in the *mucano* court. This decision prompted scathing criticism by *ouvidor* Peçanha, who claimed that the entire *mucano* procedure was handled by subaltern officials who applied lenient standards. As a result, “*mucano* appeals remained ineffective or were decided incompletely.” According to Peçanha, it was beyond the purview of the *tribunal de mucanos* “to decide the said manumission.”⁷⁴

5. Conclusion

Angola’s economy was entirely dependent on the slave trade. More captives were shipped from Luanda than any other African region, and Benguela ranks among one of the main slave ports in Africa. However, the *tribunal de mucanos* demonstrate that African vassals (African rulers and subjects who were allies of the Portuguese by way of significant treaties of vassal-

72 In fact, they would have been able to challenge Cozinheiro even if he had received an actual letter of freedom from his owner. See “Carta do Governador de Angola” on August 25, 1801, AHA, cód. 8, fl. 37.

73 “Carta do Ouvidor de Angola” on June 17, 1785, AHU, Angola, cx. 70, doc. 19.

74 “Carta do Ouvidor de Angola” on June 17, 1785, AHU, Angola, cx. 70, doc. 19.

age) could not only participate in the management of the colony but also mount serious – and sometimes effective – challenges to enslavement. By focusing on the *tribunal de mucanos*, this article has demonstrated that the legal architecture of Portuguese Angola was based on elements of African customary law. These courts should be understood as part of the broader apparatus of local governance that Portuguese authorities used to manage everyday social relationships in regions of Angola under Portuguese control. This apparatus of governance included not only the *tribunal of mucanos* but also the so-called treaties of vassalage, which organized commercial and political relations between Portuguese authorities and their African vassals.

Notas preliminares sobre punição de escravos em Luanda (século XIX)

VANESSA S. OLIVEIRA*

1. Introdução

Do momento da captura ao processo de adaptação à nova sociedade – na África ou fora dela – os africanos escravizados sofriam diferentes tipos de violência. A maior parte dos cativos eram capturados em guerras e ataques realizados por bandos dedicados a esse tipo de atividade. Todavia, o sequestro e a escravização de indivíduos como pagamento por débitos e punição por prática de magia, adultério e roubos se tornaram comuns com a crescente demanda por escravos nas Américas.¹ A violência da captura era sucedida pela dura caminhada até a costa, onde os cativos sobreviventes aguardavam o momento do embarque em barracões úmidos e superlotados. O passo seguinte era a viagem através do Oceano Atlântico a bordo de embarcações também lotadas e com limitada disponibilidade de água e alimentos.² Ao final da viagem o africano sofria o impacto da adaptação ao novo habitat.

Porém, nem todos os cativos eram exportados através do Atlântico. A visão idílica de uma África igualitária contribuiu durante muito tempo para a negação da existência de estratificação e exploração nas sociedades

* Harriet Tubman Institute – York University.
osvanessa@hotmail.com

Agradeço a José C. Curto (York University) pelas sugestões feitas a esse trabalho.

1 Lovejoy, Paul E. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, Cambridge, New York, Cambridge University Press, 2000.

2 Sobre o percurso dos cativos do continente africano para as Américas através do Oceano Atlântico ver Klein, Herbert S. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton, N.: Princeton University Press, 1978.

africanas. A comparação com os sistemas escravistas americanos, por outro lado, alimentou a ideia de uma escravidão benigna praticada pelos africanos.³ A discussão acadêmica acerca da definição da escravidão praticada na África transcendeu os estudos que ignoravam ou idealizavam a realidade africana de modo que atualmente parece haver um consenso de que várias sociedades africanas produziram, comercializaram e utilizaram escravos.⁴ O uso de coerção através de violência era parte desse processo dos dois lados do Atlântico.

A punição física era algo comum nas sociedades escravocratas, às vezes realizada em público e às vezes em privado. Porém, registros dos excessos cometidos pelos senhores ao castigar seus escravos são raros. Esse trabalho analisa os limites impostos à punição de escravos em Luanda, capital da colônia portuguesa de Angola, na segunda metade do século XIX. Baseado nas notícias do *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*⁵ (BOA), esse estudo evidencia que, apesar dos esforços da administração colonial na pessoa do Governador da Província Visconde de Pinheiro no sentido de controlar a aplicação de castigos, alguns senhores continuaram a vitimizar seus escravos. Contudo, o mesmo sistema colonial que assegurava a escravização permitiu aos escravos a possibilidade de denunciar seus algozes junto à burocracia portuguesa.

O uso abusivo da força pelos senhores de escravos tem chamado a atenção de pesquisadores nas Américas e Caribe.⁶ Todavia, pouco tem

3 Como um exemplo, ver a introdução de Miers, Suzanne and Kopytoff. Igor. eds., *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

4 Para observar as mudanças na definição da escravidão africana, ver por exemplo Miers and Kopytoff. *Slavery in Africa*; Lovejoy, *Transformations in Slavery*; Meillassoux, Claude. *The anthropology of slavery: the womb of iron and gold*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

5 O *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola* (BOA) foi a primeira gazeta publicada em Angola. Com edições semanais, o *Boletim* teve seu primeiro número publicado em Luanda em 13 de setembro de 1845. Usei a sigla BOA quando me referir a essa gazeta no corpo do texto ou nas notas de rodapé.

6 No caso do Brasil, ver: Lara, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Goulart, José Alípio. *De Palmatória ao Patíbulo. Castigos de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1971; Ramos, Arthur. "Castigos de Escravos," *RAMSP*, Vol. 47, 1938, pp. 79-104; Queiroz, Suely R. Reis de. *A Escravidão Negra em São Paulo – Um Estudo das*

sido discutido sobre esse tema no contexto africano.⁷ Assim, o presente estudo pretende contribuir para essa discussão chamando atenção para os abusos na punição de escravos em Luanda num momento de expansão da escravidão em que as autoridades coloniais tentavam regulamentar a ação dos senhores. Mais que discutir a crueldade da escravidão, esse artigo pretende oferecer evidências de que os escravos fizeram uso das brechas da legislação colonial para denunciar os abusos a eles impostos pelo regime escravista.

2. O fim do tráfico e as mudanças na vida socio-econômica de Luanda

Desde o trabalho pioneiro de Philip Curtin em 1969, a África Centro-Occidental tem sido reconhecida como o principal centro abastecedor de cativos para o tráfico Trans-Atlântico de escravos.⁸ Luanda figurou como o mais importante porto de saída de escravos para o Atlântico até o fim do tráfico em meados do século XIX. Aproximadamente 1.2 milhões de

Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Bresciani, Maria Stella e Araújo, Heloisa Archero de. "Condições de vida do Escravo na Província de São Paulo no século XIX," *RAMSP*, Vol. 192, 1979, pp. 9-95. Para o Caribe, ver: Barcia, Manuel. "Fighting with the Enemy's Weapons: The usage of the colonial legal framework by nineteenth-century Cuban slaves," *Atlantic Studies*, Vol. 3, No. 2, October 2006, pp. 159-181; Beckles, Hilary McD. *Centering Women: gender relations in Caribbean slave society*. Jamaica: Ian Randle Publishers, 1999; *Ibid*, *White Servitude and Black Slavery in Barbados, 1627-1715*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1989; Hall, Douglas (ed) *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood in Jamaica, 1750-1786*. Barbados: University of West Indies Press, 1999.

7 Alguns trabalhos com foco em leis que promoveram uma considerável melhoria na condição dos escravos antes da abolição da escravatura tem surgido no contexto africano, especialmente considerando a chamada *British Amelioration Law* aplicada na África do Sul a partir de 1823. Ver por exemplo: Mason, John. *Social Death and Resurrection: Slavery and Emancipation in South Africa*. Charlottesville and London: University of Virginia Press, 2003; Dooling, Wayne. "Slavery and Amelioration in the Graaff-Reinet District, 1823-1830," *South African Historical Journal*, Vol. 27, No. 1, 1992, pp. 75-94. Alguns comentários sobre a forma como escravos eram tratados em sociedades africanas específicas podem ser encontrados nas seguintes obras: Cooper, Frederick. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven: Yale University Press, 1977; Wright, Marcia, ed. *Strategies of Slaves & Women: Life-Stories from East Central Africa*. London: J. Currey, 1993.

8 Curtin, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

africanos escravizados foram embarcados no porto da capital de Angola entre 1710 e 1830.⁹ A maior parte deles foi enviada para as Américas, especialmente para o Brasil.¹⁰ Escravos representavam 90 por cento das exportações no porto luandense, enquanto a maior parte das importações estava ligada à aquisição dos mesmos.¹¹ Consequentemente, a abolição do tráfico teria um grande impacto na vida sócio-econômica da cidade.

Durante o século XIX Luanda assistiu ao fim do tráfico de escravos e à transição para o “comércio lícito”¹² em produtos como marfim, cera, óleo de palma e amendoim, borracha, café e tabaco entre outros. O combate ao comércio de escravos teve início em 1808, quando a Grã-Bretanha promoveu o fim do tráfico em suas colônias. Ao mesmo tempo, os abolicionistas britânicos deram início à campanha pela abolição junto a outras nações europeias e americanas. Como resultado, o tráfico passou a ser considerado ilegal ao norte do Equador em 1815. Sob pressão britânica, somente em 1836 Lisboa declarou a ilegalidade do tráfico a partir de suas colônias; em sequência navios portugueses e ingleses começaram a policiar a costa da África Centro-Occidental em busca de embarcações envolvidas no comércio ilegal de escravos. Consequentemente, em meados dos anos 1840 o tráfico havia perdido a importância de outrora em Luanda. Porém, sua comunidade de negociantes continuava a organizar o tráfico ilegal, principalmente para o Brasil e Cuba, concentrado mais ao norte, ao longo do

9 Curto, José C. “A Quantitative Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda, Angola, 1710-1830,” *African Economic History* 20 (1992), 1-25.

10 *The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages* <http://www.slavevoyages.org>.

11 Miller, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, 1988; Ferreira, Roquinaldo “Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800,” Ph D dissertation, University of California at Los Angeles, 2003; Curto, José C. *Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550 1830*. Leiden and Boston: Brill Academic Publishers, 2004.

12 O termo “Comércio lícito” tem sido objeto de críticas devido seu eurocentrismo (o tráfico de escravos era inicialmente legal e mesmo após a abolição permaneceu legítimo nas sociedades africanas, apesar de ilegal para os europeus), e por negligenciar o fato de que outras mercadorias além de escravos eram exportadas pelos africanos, a exemplo do óleo de palma, mesmo antes da abolição do tráfico. Visto que, apesar das críticas, o termo continua a ser extensamente utilizado, eu decidi fazer o uso do termo entre aspas (“comércio lícito”). Para maiores detalhes, ver: Law, Robin ed. *From Slave Trade to ‘Legitimate’ Commerce: The Commercial Transition in Nineteenth-Century West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

rio Congo e portos menores ao sul, tais como Novo Redondo, Quicombo, Lobito, Bahia Farta e outros ao sul de Mossâmedes.¹³ Com o fim do tráfico, os escravos que outrora seriam embarcados para as Américas passaram a ser utilizados em terras africanas de forma mais intensa.

No final da primeira metade do século XIX, a capital de Angola presenciou uma explosão demográfica relacionada com o fim do tráfico de escravos e o desenvolvimento do comércio de produtos “lícitos”. De acordo com José C. Curto de 1844 a 1850, a população de Luanda assistiu a um aumento populacional de mais do dobro, passando de 5,605 para 12,565 habitantes, portanto uma adição de aproximadamente 7,000 indivíduos.¹⁴ Esse crescimento se deu exclusivamente entre pretos e mulatos que juntos viram sua representação crescer de 71,5 para 90 por cento da população total da cidade contando com 11,325 indivíduos. A população branca, por sua vez, sofreu um decréscimo de 22,5 por cento, passando de 1,601 para 1,240 indivíduos. Curto mostra ainda que a divisão da população por sexo também sofreu alterações, visto que o número de homens dobrou de 3,104 para 5,425 enquanto o de mulheres quase triplicou passando de 2,501 para 7,140. Mesmo no interior da população escrava esse crescimento foi largamente representado por indivíduos do sexo feminino que representavam 63,5 por cento do número total de escravos. Assim, a população de Luanda se tornava majoritariamente feminina e de cor.¹⁵

Para atender às demandas de uma população em pleno crescimento bem como das atividades econômicas impulsionadas pelo comércio, a cidade requeria então um número maior de mão-de-obra. O setor de exportações necessitava de mais trabalhadores para comercializar o volume crescente de mercadorias, tais quais caxeiros, carregadores, estivadores, e barqueiros. Mão-de-obra adicional era também requerida em setores impulsionados pelos lucros do comércio, tais como construção, comércio à varejo, serviços domésticos e em oficinas de barbeiros, sapateiros, carpinteiros,

13 Ferreira, Roquinaldo. “Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860,” Unpublished M. A. Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996; Karasch, Mary C. “The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851,” Unpublished M. A. Thesis, University of Wisconsin, 1967.

14 Curto, José C. “The anatomy of a demographic explosion: Luanda, 1844-1850” *International Journal of African Historical Studies*. Vol. 32, 1999, pp. 381-405.

15 *Ibid.*

alfaiates entre outros.¹⁶ Todos esses serviços visavam atender às demandas da crescente população bem como às necessidades da elite local, cujos membros eram portugueses, brasileiros e luso-africanos.

Tracionalmente uma cidade escravocrata, Luanda encontrou parte da mão-de-obra necessária na incorporação à sua população de cativos que antes teriam seguido viagem através do Atlântico. Como mostra Curto, entre os anos de 1844 e 1849, um total de 2,833 escravos foram trazidos legalmente do interior para trabalhar em Luanda.¹⁷ Apesar do aumento demográfico ter sido mais pronunciado no interior da população livre que contava em 1850 com 6,545 indivíduos (52.1% da população), os escravos representavam uma proporção importante da mão-de-obra destinada a essas ocupações representando um total de 6,020 indivíduos (47.9% da população).¹⁸ Consequentemente, a economia de Luanda tornou-se ainda mais dependente do trabalho escravo. O aumento no número de escravos empregados na cidade parece ter estimulado uma preocupação maior das autoridades no sentido de regular a relação senhor-escravo.

3. Novas regras para a punição de escravos

Em 10 outubro de 1841, o alemão Georg Tams chegou a costa angolana acompanhando como médico a expedição comercial do Cônsul Geral português em Altona, na Alemanha, José Ribeiro dos Santos.¹⁹ A expedição era composta por seis navios carregados com mercadorias europeias com o objetivo de explorar as possibilidades comerciais da região.²⁰ De sua estadia de quatros meses e meio na região ele deixou relatos que, entre outros aspectos, oferecem informações acerca do comércio local e do tratamento dispensado aos escravos. A expedição chegou a Luanda em 4 de novem-

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*, p. 398.

¹⁸ *Ibid.*, p. 492.

¹⁹ Heintze, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954). Apropriações etno-gráficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*, Tradução do alemão por Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, Berlin, 2010, www.frobenius-institut.de, acessado em 10 de fevereiro de 2012. p. 391-394. Birmingham, David "Slave City: Luanda through German Eyes," *Portuguese Studies Review*, Vol. 19, 2011, pp. 77-92.

²⁰ Georg Tams, *Visita às possessões portuguesas na costa ocidental d'África*. Porto: Typographia da Revista 1850, Vol 1, p. 37.

bro do mesmo ano, depois de ter passado por Benguela, Mossâmedes e Novo Redondo. Na capital angolana Tams foi convidado pelo cirurgião geral, homem de origem espanhola, para se estabelecer em sua casa ao que aquele prontamente aceitou, visto não haver na cidade hotéis ou pousadas.²¹ Enquanto hóspede na dita residência, Tams relata ter ouvido sons de escravos sendo punidos constantemente:

Teria apenas decorrido uma hora que eu me achava de posse do novo alojamento, entretenendo-me a dispor os meus arranjos, quando o som de pancadas repetidas com intervalos regulares, attrahio inesperadamente minha atenção (...) e, sem demora me dirigi a senhora da casa (...) Inquirindo-a eu acerca do roído das pancadas que ainda continuava, ella me respondeu, sorrindo-se, que uma das suas costureiras estava recebendo por sua ordem seis dúzias de palmatoadas, por não ter feito a sua costura com perfeição.²²

E continua ele

... tive depois, com tudo, frequentes oportunidades de ver as mãos dos pobres escravos muito inchadas, pisadas, e até vertendo sangue, por effeito destes castigos que eram usuaes por toda a costa d'Angola. Por requinte de crueldade, a minha hospedadora obrigava as suas castigadas a voltarem immediatamente ao trabalho.²³

A senhora a qual Tams se refere era a espanhola D. Catharina, esposa do seu anfitrião. Segundo o viajante alemão, essa senhora castigava diariamente seus escravos, de modo que em Luanda todos preferiam comprar os cativos por ela disciplinados. A forma como D. Catharina tratava seus escravos deve ter impressionado Tams, de modo que o mesmo afirma que os europeus raramente tratavam seus escravos com benevolência, ao contrário dos senhores locais, que, de acordo com ele, não usavam de crueldade. Como exemplo, ele cita D. Anna Ubertali, e diz que “nenhum dos seus numerosos escravos mostrava em suas costas vestígios de have-

21 Birmingham, *Slave City*, p. 78-79.

22 Georg Tams, *Visita ás possessões portuguezas*, p. 212-213.

23 *Ibid*, p. 213-214.

rem supportado barbaros castigos”, visto que ela preferia vendê-los a puni-los.²⁴

A “benigna senhora da terra” a quem Tams se refere como sendo uma ex-escrava,²⁵ era D. Anna Francisca Ubertali de Miranda, que veio a ser uma das mulheres mais prósperas de Luanda na primeira metade do século XIX. Entre os seus bens constavam terras, casas, gado, escravos, e jóias de prata e ouro entre outros.²⁶ D. Anna Ubertali era parte da elite local, que não somente era adepta do cristianismo e falava português, como se vestia à europeia e residia em casas cuja arquitetura, decoração e hábitos alimentares eram uma adaptação daqueles adotados na metrópole.²⁷ As mulheres da elite colonial recebiam o título honorífico de origem portuguesa de *Dona*. Algumas dessas *Donas* eram proprietárias ou sócias de casas comerciais ligadas ao comércio regional e mesmo internacional.²⁸ A elite luso-africana de Luanda possuía escravos e dependentes de ambos os sexos. Os escravos faziam todos os tipos de atividades e sua posse liberava os senhores do exercício do trabalho manual ao mesmo tempo que lhes garantia lucros a partir do monopólio de alguns serviços na cidade.

Tams chegou a Angola em outubro de 1841 e partiu em fevereiro do ano seguinte.²⁹ Caso sua visita a Luanda tivesse acontecido três anos

24 *Ibid*, 215.

25 De acordo com Tams, D. Anna Ubertali teria nascido no interior da África e havia sido trazida como escrava para Luanda, onde vivia então com pompa, manejando um próspero negócio de escravatura. *Ibid*.

26 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), BOA, n. 150, 12 de agosto de 1848, p. 4.

27 Mariana P. Candido, “Dona Aguida Gonçalves marchange à Benguela à la fin du XVIII siècle,” *Brésil(s).Sciences humaines et sociales*, 1 (2012): 33-54; *Ibid*, “Marriage, Concubinage, and Slavery in Benguela, ca. 1750-1850” in Nadine Hunt and Olatunji Ojo, *Slavery and Africa and the Caribbean: A History of Enslavement and Identity since the 18th century*. London/New York: I.B. Tauris, 2012.

28 Sobre as *Donas* de Luanda, ver: Cardoso, Carlos Alberto Lopes. “Ana Joaquina dos Santos Silva, Industrial Angolana da segunda metade do Século XIX,” *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda* 32 (1972), 5-14; Lopo, Júlio de Castro. “Uma Rica Dona de Luanda,” *Portucale* 3 (1948), 129-138; Wheeler, Douglas L. “Angolan Woman of Means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant-Capitalist of Luanda,” *Santa Bárbara Portuguese Studies Review* 3 (1996), 284-297; Selma Pantoja, “Donas de ‘Arimos’: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX),” In *Entre Áfricas e Brasís*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 2001, pp. 35-49.

29 Heintze, *Exploradores alemães em Angola*, p. 391.

depois, o médico alemão teria tido a oportunidade de ler o Boletim Oficial. A leitura das páginas da gazeta angolana provavelmente teria mudado sua opinião acerca da benevolência com que os proprietários locais supostamente tratavam seus escravos.

Nas seções da gazeta dedicadas à Junta de Justiça e ao Juízo de Direito eram recorrentes as sentenças contra indivíduos que respondiam por maus-tratos aos seus escravos. Provavelmente os casos que aparecem na gazeta não eram os únicos; outros casos de uso abusivo da força no castigo de escravos devem ter acontecido sem que chegassem ao conhecimento das autoridades coloniais, seja por falta de testemunhas ou porque as vítimas temessem represálias. Os réus eram homens e mulheres de origem europeia, luso-africana e africana, que vitimizavam escravos de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias. Os crimes incluíam desde espancamentos a assassinatos com tentativa de ocultamento de cadáver.

Apesar da imagem benevolente passada por Tams acerca dos proprietários de escravos locais, a maior parte dos denunciados eram “filhos da terra”. Uma dessas vítimas foi uma escrava pertencente a Manuel João, cujo nome não fora identificado. Em maio de 1845, Manuel João era acusado de ter espancando sua escrava, a qual foi vendida por ele alguns dias depois. A notícia não informa o motivo que teria levado Manuel João a espancar sua escrava. Sob posse do novo dono a escrava foi conduzida ao hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde veio a falecer. Manuel João foi detido, mas em junho de 1846 o Tribunal da Junta de Justiça julgou não provado que o castigo fosse a causa imediata da morte da escrava, e assim ordenou que o mesmo fosse solto, dando por expiada a culpa com o tempo em que ele passou na prisão e condenado-o às custas dos autos.³⁰

Crianças também eram vítimas da fúria dos seus proprietários. Em fevereiro de 1848, Manuel José Marques era acusado pelo Ministério Público de ter “barbaramente castigado” o seu *moleque*³¹ João Grande “bastante débil e fraco”. O motivo para tal castigo não foi mencionado. Manoel Marques foi sentenciado pela Polícia Correccional ao pagamento

30 AHU, BOA n. 41, 20 de junho 1846, p. 2.

31 De acordo com Adriano Parreira, o termo *moleque* é um designativo de escravo com menos de 8 anos de idade. Parreira, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVII*. Imprensa Universitaria, Editorial Estampa. n. 79, Lisboa, 1990, p. 76.

de multa no valor de 30\$000 rs.³² Em março do mesmo ano, o preto Filipe Bernardo, do Distrito do Dande, foi acusado do estupro de uma *mole-quinha* de 6 anos de idade. O réu foi condenado a ser castigado corporalmente no lugar do crime por ele cometido e em presença da estuprada, seus parentes e o povo da vizinhança.³³

De fato, Luanda era uma cidade violenta e com policiamento deficiente,³⁴ o que contribuía para que os habitantes fizessem justiça com as próprias mãos. Europeus e africanos, brancos e pretos, livres e escravos eram vítimas da insegurança da cidade. Porém, os escravos eram mais suscetíveis a sofrer violência devido a sua própria condição de subordinados a *outrem*. Contudo, a década seguinte assistiria à imposição de limites na relação senhor-escravo.

Em 7 de outubro de 1853, uma Portaria foi passada pelo Visconde de Pinheiro, Brigadeiro do Exército e Governador Geral da Província de Angola e suas dependências, proibindo aos senhores aplicar arbitrariamente castigos físicos aos seus escravos.³⁵ Assim, esperava-se “acabar de uma vez para sempre a barbara e deshumana pratica de applicarem a seu arbitrio, os Senhores ou donos de escravos, rigorosos e talvez immerecidos castigos a estes infelizes...”. A Portaria aconselhava os proprietários a tratar seus escravos com “humanidade e carinho para de certo modo suavizar o estado penoso de escravidão a que se acham reduzidos sem com tudo (sic) animar, pela impunidade a tendência geral que os negros manifestam pela inacção e pelo roubo, por serem eles de natureza indolente e ainda pouco civilizados”. A partir de então ficava estabelecido o modo como os castigos deviam ser aplicados, quando provada a falta cometida pelo escravo, bem como as multas e penas em que incorriam os senhores caso desobedecessem à ordem.

O regulamento que acompanhava a Portaria estabelecia que somente a autoridade administrativa na pessoa do Governador ou do Chefe de

32 AHU, BOA, n. 129, 26 de fevereiro de 1848, p. 1.

33 AHU, BOA, n. 130, 4 de março de 1848, p. 1.

34 Com o objetivo de prover a segurança da população, em 1848 a força policial da cidade sofreu um acréscimo de 15 indivíduos, passando de 45 para 60 praças. Curto, *The Anatomy*, p. 400. Levando-se em consideração o número de habitantes (12,565), cada policial era responsável por garantir a segurança de uma média de 209 habitantes.

35 AHU, BOA, n. 419, 8 de outubro de 1853, p. 1-2.

Polícia poderia mandar aplicar o castigo que deveria ser proporcional à falta cometida, após provada a culpa através de arguição feita ao escravo. Os castigos seriam aplicados no pelourinho público – lugar de punição nas cidades sob controle português. A ocasião deveria ainda contar com a presença de tantos escravos quanto possível “para que lhes sirva de exemplo”. O regulamento também baniu o uso de instrumentos de ferro para castigar os escravos, com excessão da manilha que poderia ser utilizada pelo senhor em escravos reincidentes, mas sem uso de corrente. Os demais instrumentos somente poderiam ser utilizados por ordem do Governo contra escravos empregados em trabalhos públicos para pagamento de pena. A desobediência à lei poderia levar a várias penalidades, podendo o proprietário pagar multas,³⁶ ou responder processo judicial com perda do escravo que seria realocado nas obras públicas como liberto do governo.

Logo, a regulamentação não questionava o castigo, ao contrário, reafirmava que o castigo devia ser administrado, mas com a intervenção da autoridade colonial “para que nem levemente se disvirtue, a autoridade que o Senhor deve ter sobre os seus escravos, afim de poder contel-os (sic) na devida linha de respeito e obediência”. Por outro lado, as novas regras desafiavam a autoridade dos senhores, uma vez que os mesmos deveriam provar a falta cometida pelo escravo antes de requisitar sua punição. Caso os senhores infringissem o regulamento seriam devidamente punidos.

A Portaria e o regulamento foram publicados no BOA de 8 de outubro de 1853, de modo que ambos deviam ser de conhecimento das pessoas alfabetizadas que tinham acesso a gazeta. Provavelmente, muito senhores foram informados acerca da nova legislação através da gazeta. Quanto aos escravos, é possível que a maior parte deles tenha obtido informação acerca da nova lei indiretamente, ao ouvir comentários da parte dos seus senhores ou nas ruas da cidade. É também possível que, numa sociedade crioula como era a Luanda de então, alguns escravos soubessem ler português, especialmente aqueles cujos senhores eram portugueses ou luso-afri-

36 Punições eram previstas para os proprietários que desobedecessem a determinação: inicialmente, lhes caberia a multa de 4 mil reis; em caso de reincidência, o valor passava a 8 mil reis; havendo uma terceira ocorrência, a multa seria de 20 mil reis, sob pena de perder o escravo vítima dos castigos, cujo destino seria ir para as obras públicas como liberto do governo.

canos.³⁷ O certo é que escravos tinham algum grau de informação sobre a legislação vigente, como mostram os casos de indivíduos que questionaram sua escravização junto à burocracia portuguesa em Angola.³⁸

Medidas visando a melhoria das condições dos escravos foram implementadas dos dois lados do Atlântico num contexto de intenso criticismo à escravidão. Manuel Barcia, por exemplo, analisa as leis coloniais e como elas eram usadas pelos escravos que tinham conhecimento dos seus direitos em Cuba. O Império Espanhol estabeleceu em 1789 um código de lei que foi passo inicial na garantia de melhores condições para os escravos. No caso cubano, o código foi complementado por leis locais no ano de 1842 que garantiam aos escravos o direito ao casamento, compra de liberdade e até mesmo o direito a encontrar um novo dono quando sofressem abusos por parte dos seus senhores. Barcia mostra que os escravos, especialmente aqueles que viviam na zona urbana e tinham acesso à informação, usaram das leis para denunciar os abusos cometidos pelos seus senhores.³⁹

No contexto africano a legislação escrava tem sido foco de alguns estudos, especialmente no caso da África do Sul, onde a *Somerset's Proclamation* de março de 1823 e a *Ordinance 19* passada em 1826 promoveram algumas melhorias na condição escrava. Ambas as leis faziam parte da política do governo britânico, garantindo aos escravos da Cidade do Cabo entre outros o direito ao casamento, comida e roupa ao mesmo tempo que proibia a separação de famílias escravas para venda, limitava o

37 Sobre a cultura crioula que emergiu do contato entre elementos africanos e lusitanos em Angola, ver: Heywood, Linda M. "Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures," in *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. London: Cambridge University Press. 2002, pp. 91-114.

38 Curto, José C. "The Story of Nbena, 1817-1820. Unlawful Enslavement and the Concept of 'Original Freedom' in Angola," in: Lovejoy, Paul E. e Trotman, David V., orgs, *Trans-Atlantic Dimension of Ethnicity in the African Diaspora*, London/New York: Continuum, 2003, pp. 43-64; *ibid*, "Struggling Against Enslavement: José Manuel in Benguela, 1816-1820," *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 39, No. 1, 2005, pp. 96-122; Candido, Mariana P. "African Freedom Suits and Portuguese Vassal Status: Legal Mechanisms for Fighting Enslavement in Benguela, Angola, 1800-1830," *Slavery & Abolition*, Vol. 32, No. 3, 2011, pp. 447-459.

39 Barcia, *Fighting with the Enemy's Weapons*.

número de horas de trabalho e regulamentava a punição.⁴⁰ Como observa John Mason, “enquanto essas medidas não implicavam em igualdade legal ou social, a lei limitava a violência que os senhores poderiam usar contra seus escravos e o grau de alienação que eles poderiam lhes impor”.⁴¹

No caso de Luanda, apesar da tentativa da administração pública de limitar o uso da força pelos senhores, nem todos parecem ter aderido às novas normas. Mesmo com os esforços dos proprietários para esconder as marcas da infração da lei, alguns casos de espancamentos e assassinatos se tornaram públicos. As denúncias eram encorajadas pela nova legislação, visto que os denunciates receberiam parte da multa paga pelo proprietário agressor. Assim, em agosto de 1855, José Gomes Chaves foi citado pelo Ministério Público pelo assassinato do seu escravo de nome Catraio. O réu alegou que o dito escravo era fujão e mal comportado. A situação teria chegado ao limite quando o escravo deixou cair a *maxila*⁴² em que conduzia seu senhor, provocando-lhe um ferimento; este, por conseguinte, se exasperou e “perdeu a cabeça”. José Gomes foi condenado à pena máxima de prisão correccional e multa de 200 reis por dia.⁴³

4. Correção, espancamento e abandono

A partir de 15 de agosto de 1857 a Repartição de Polícia de Luanda publicou semanalmente no BOA o número de indivíduos apreendidos na cidade. Entre estes constavam escravos recolhidos para correção, abandonados e vítimas de espancamentos pelos seus senhores. Para propósito de amostragem, consideremos as ocorrências entre agosto de 1857 e dezembro de 1859.⁴⁴

40 Dooling, *Slavery and Amelioration*.

41 Mason, *Social Death and Resurrection*.

42 De acordo com o ex-secretário da Comissão Mista Luso-britânica de Angola Francisco Travassos Valdez, *Maxilla* ou *Machila* era um tipo de rede acolchoada com palha ou lã, com capota vermelha ou azul. Continha em seu interior uma larga almofada, na qual a pessoa transportada se inclinava. A Maxilla era suspensa por bambus, sendo carregada nos ombros de dois carregadores. Valdez, Francisco Travassos. *Six Years of a Traveller's Life in Western Africa* (London: Hurst & Blackett, 1861), Vol. 2, p. 264-5.

43 AHU, BOA, n. 521, 22 de setembro 1855, p. 4.

44 Para efeitos de amostragem foram coletados apenas os dados envolvendo escravos como vítimas.

Repartição de Polícia de Luanda

Ocorrências	2º. Semestre 1857	Ano de 1858	Ano de 1859
Escravos enviados para Correção	202	313	378
Escravos Abandonos	1	72	5
Escravos Espancados	1	1	2
Escravos Assassinados	-	1	1

Fonte: Boletim Oficial de Angola 1857, 1858, 1859.

De acordo com as informações fornecidas pela Repartição de Polícia, a regulamentação dos castigos aplicados aos escravos parece ter sortido efeito, visto que o BOA registra um número relevante e crescente de escravos enviados pelos seus senhores para correção. Os escravos eram encaminhados pelos senhores à Junta de Polícia que aplicava a dita correção. Em 25 de setembro de 1854, a Repartição de Polícia anunciava no BOA que a Câmara Municipal se comprometia a sustentar 10 escravos enviados pelos seus senhores para correção, com 50 reis por dia, empregando-os na limpeza da cidade.⁴⁵ Assim, é possível que os escravos enviados para correção fossem contratados por particulares ou pelo Governo para trabalhar nas obras e limpeza da cidade. Muitos deles devem ter sido também açoitados no pelourinho público, a depender da gravidade da falta cometida. O dinheiro oferecido pela Câmara era provavelmente utilizado para pagamento da alimentação dos mesmos.

Todavia, ainda que a quantidade não seja relevante se comparada com aqueles senhores que encaminhavam seus escravos para correção, havia quem preferisse fazer valer sua autoridade através do uso da violência. Mulheres e crianças parecem ter sido alvo fácil da violência dos seus senhores. Um exemplo disso é o caso do *moleque* Pedro, que em dezembro de 1857 foi remetido ao hospital da Santa Casa de Misericórdia por ter as mãos queimadas. Segundo confessou Pedro, quem o tinha posto naquele estado fora seu próprio senhor, Pascoal Domingos João. O caso foi levado ao conhecimento da Junta de Justiça e da Junta Protetora dos Escravos e

45 AHU, BOA, n. 470, de 30 de setembro 1854, p. 4.

Libertos,⁴⁶ criada em 1854 para garantir a proteção de escravos e libertos mas que só iniciou suas atividades em setembro de 1855.⁴⁷ Notícias posteriores acerca de Pedro e Pascoal não foram encontradas. Provavelmente, muitos casos não chegavam a gerar processos-crimes, sendo finalizados com simples acordos entre senhor e escravo intermediado pelo Juiz de Direito.

As escravas eram objeto de agressão física e sexual por parte dos seus senhores, especialmente aquelas que realizavam serviços domésticos, pois passavam mais tempo sob o olhar atento dos senhores. Em dezembro 1857, João José do Valle – um próspero senhor de escravos em Luanda – era acusado do assassinato de sua escrava Ingracia enquanto António Pedro e Martinho Manoel Fuchi foram também indiciados por ocultamento do crime.⁴⁸ Apesar de Ingracia ter sido assassinada dentro da propriedade do seu senhor, sua morte permaneceu um mistério, visto que João José do Valle foi absolvido por falta de provas. As agressões às escravas empregadas em serviços domésticos eram frequentes, como mostram os castigos aplicados pela espanhola D. Catharina em suas costureiras.

Os senhores não somente negligenciavam a lei quando puniam os escravos sem o conhecimento das autoridades públicas, mas também ao fazerem uso dos instrumentos de ferro proibidos, a exemplo de Francisco José Ribeiro Guimarães que em agosto de 1858 foi denunciado por uma de suas escravas ao Juízo de Direito por mandar-lhe apertar os dedos com *anjinhos*.⁴⁹

Em alguns casos a agressão levava a vítima à morte, fosse ela intensional ou não. Em outubro de 1858 a espanhola D. Maria Joanna Rodrigues de Bastos Barboza era acusada pelo Ministério Público pelo assassinato de um escravo de sua propriedade. O Juiz de Direito ordenou a condução

46 AHU, BOA, n. 636, 5 de dezembro de 1857, p. 6.

47 Coghe, Samuel. “Apprenticeship and the Negotiation of Freedom. The Liberated Africans of the Anglo-Portuguese Mixed Commission in Luanda (1844-1870),” *Africana Studia*, 2010, 14, pp. 255-273.

48 AHU, BOA, n. 639, 26 de dezembro de 1857, p. 10.

49 AHU, BOA, BOA, n. 647, 28 de agosto de 1858, p. 8. Os *anjinhos* eram instrumentos de suplício que prendiam os dedos dos polegares das vítimas em dois anéis que comprimiam gradualmente por intermédio de uma pequena chave ou parafuso. Neves, Maria de Fátima Rodrigues das, 1996. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 91.

de D. Maria Joanna à cadeia.⁵⁰ Todavia, notícias acerca da sentença final imposta a D. Maria Joanna não foram encontradas. Muitos outros casos de agressão seguida de morte devem ter acontecido sem que nunca tenham sido descobertos, visto que aqueles que decidiam usar de crueldade certamente tomavam todos os cuidados para que o crime não se tornasse público. Esse foi o caso, por exemplo, de D. Joanna Maria da Conceição Bastos que em maio de 1859 foi capturada pela polícia sob a acusação de ter assassinado um dos seus escravos, o qual teria mandado enterrar no *mosseque* (residência de campo) em que habitava para ocultar o crime. D. Joanna Maria foi recolhida à **cadeia** pública por ordem do Juiz, depois de realizado o corpo de delito e confirmada a denúncia recebida contra ela.⁵¹ Não sabemos quanto tempo a mesma permaneceu na cadeia. Como os casos envolvendo D. Maria Joanna Rodrigues de Bastos Barboza e D. Joanna Maria da Conceição Bastos mostram, as mulheres faziam uso de violência para manter o controle sob os seus escravos tanto quanto seus pais, maridos e filhos. Elas eram perfeitamente capazes de disciplinar seus escravos, principalmente quando estes eram mulheres e crianças.

Provavelmente, todos esses casos chegaram ao conhecimento das autoridades competentes através de denúncias. Alguns senhores devem ter sido denunciados pelas próprias vítimas, quando estas sobreviviam às agressões, como foi o caso da escrava que denunciou Francisco José Ribeiro Guimarães por lhe mandar apertar os dedos. De outro modo, a denúncia era feita à Repartição de Polícia por alguém que tivesse testemunhado o ocorrido. A identidade dos denunciantes não foi revelada na maior parte dos casos em questão. Uma exceção foi a denúncia feita em setembro de 1859 contra o cortador de carne António de Albuquerque por ter ferido na face um escravo. O acontecido chegou ao conhecimento do Juiz de Direito através do alferes António Gomes Serrão. O Juiz, por sua vez, solicitou a apresentação do escravo ferido e das testemunhas que presenciaram o facto.⁵² Informações posteriores acerca desse caso não foram encontradas.

O hospital da Santa Casa de Misericórdia também parece ter tido um papel importante na denúncia dos excessos cometidos pelos proprietários

50 AHU, BOA, n. 680, 23 de outubro de 1858, p. 3.

51 AHU, BOA, n. 711, de 14 de maio 1859, p. 4.

52 AHU, BOA, n. 727, 10 de setembro de 1859, p. 8.

bem como no tratamento das vítimas. De acordo com as novas regras estabelecidas em 1853 pelo Governador Visconde de Pinheiro, o denunciante receberia metade da multa paga pelo proprietário e a outra metade iria para o hospital. Consequentemente, essa instituição deve ter tido grande interesse na denúncia de castigos realizados ilegalmente pelos proprietários ao mesmo tempo em que deve ter encorajado escravos a fazê-lo. Francisco Luiz, por exemplo, foi denunciado ao Juiz de Direito e à Junta Protetora dos Escravos e Libertos em abril de 1859, por ter “barbaramente espancado e ferido” um preto seu escravo. Assim como em outros casos, a vítima foi encaminhada ao hospital da Santa Casa de Misericórdia para receber os devidos tratamentos.⁵³

Outra faceta da vida de um escravo podia ser o abandono. As referências a escravos abandonados nas ruas da cidade eram frequentes na seção dedicada à Repartição de Polícia. De acordo com as descrições, eles divagavam pelas ruas da cidade onde mendigavam e roubavam para obter o alimento necessário a sua sobrevivência, conhecendo-se pela sua nudez e magreza que efectivamente andavam abandonados. Não se sabe ao certo a razão que levava os proprietários a abandonar seus escravos. Através das informações declaradas pela Repartição de Polícia é possível inferir que os escravos abandonados eram de ambos os sexos, e muito provavelmente considerados improdutivos pelos seus senhores, a exemplo de idosos, crianças e doentes. Em março de 1858, a Repartição de Polícia noticiava que havia sido recolhido ao hospital da Santa Casa um escravo abandonado que divagava pela cidade tendo uma grande ferida em um dos pés.⁵⁴ O fato de ter uma “grande ferida” no pé certamente dificultava a realização de qualquer atividade que necessitasse de mobilidade por parte do dito escravo, de modo que seu proprietário deve ter preferido deixá-lo ao abandono uma vez que ele havia se tornado inútil como mão-de-obra. Em alguns casos o proprietário do escravo era identificado, a exemplo de Maria de Castro, mulher branca, que em novembro de 1857 era acusada de ter dado ordem para que fosse abandonado na praia um *moleque* muito doente, o qual ali faleceu. A notícia não revela o nome do denunciante, mas informa que a dita senhora foi remetida pela polícia à justiça para

53 AHU, BOA, n. 709, 30 de abril de 1859, p. 9.

54 AHU, BOA, n. 650, 13 de março, p. 5.

apuração da acusação.⁵⁵ Ao abandonar escravos doentes os senhores se livravam do pagamento de despesas com o tratamento e dos encargos para um enterro cristão em caso de falecimento.

O que era comum a todos as notícias de escravos abandonos era a magreza e a debilitação física. Os escravos abandonados eram remetidos pelo Chefe de Polícia à Junta Protetora dos Escravos e Libertos e, quando muito debilitados, eram encaminhados ao hospital da Santa Casa de Misericórdia. Se o escravo não fosse reclamado pelo proprietário no prazo de 15 dias com pagamento de todas as despesas junto à Junta Protetora, o mesmo passava a ser considerado liberto. Todavia, a condição de liberto não garantia ao ex-escravo todos os direitos e privilégios de uma pessoa livre. Os libertos passavam por um período de 7 anos de “aprendizagem”, durante o qual deveriam ser educados e civilizados antes de adquirir liberdade completa. Durante o período de aprendizagem, o liberto era contratado por particulares ou instituições públicas em Luanda com o objetivo de aprender uma profissão que lhe garantisse o sustento quando se tornasse livre.⁵⁶

6.Considerações finais

Visto que alguns dos homens e mulheres denunciados representavam a elite da sociedade colonial, o pagamento dos crimes por eles cometidos provavelmente nunca passou de uma multa. A impunidade deve ter sido recorrente, principalmente nos casos de espancamentos. O assassinato de escravos, por outro lado, parece ter sido punido com maior rigor, pelos menos quando o acusado não era absolvido por falta de provas, a exemplo dos casos envolvendo João José do Vale e Manuel João, ambos suspeitos de terem causado a morte de suas escravas. Como os dados aqui utilizados evidenciam, entre agosto de 1857 e dezembro de 1859 uma quantidade significativa de senhores recorreu às autoridades coloniais para disciplinar seus escravos. Contudo, as notícias do BOA revelam que alguns deles preferiam administrar os castigos com as próprias mãos.

55 AHU, BOA, n. 634, 21 de novembro de 1857, p. 4.

56 Coghe, 2010.

Apesar de Luanda permanecer economicamente dependente do trabalho escravo, alguns senhores continuavam a castigar severamente ou abandonar seus escravos, mesmo após a Portaria de 1853. A administração colonial aconselhava os proprietários a tratar os escravos com “humanidade e carinho para de certo modo suavizar o estado penoso de escravidão”. A intenção parece clara: cortar os excessos, sem entretanto afetar o poder dos senhores nem extinguir a escravidão. Os casos citados aqui mostram a vulnerabilidade dos escravos ao mesmo tempo que evidenciam que os mesmos, quando possível, fizeram uso do sistema judicial para defender seus direitos denunciando seus senhores.

As denúncias publicadas pelo BOA representam somente uma pequena parcela dos senhores que infringiram a Portaria passada em 1853. Outros casos devem ter acontecido sem que nunca tenham se tornado públicos por falta de testemunhas, realização de acordos ou por ameaças feitas às vítimas. Pesquisas futuras baseadas nessas e noutras fontes podem analisar quão eficiente foi a administração colonial e a recém-criada Junta Protetora dos Escravos e Libertos na proteção dos escravos.

Referências bibliográficas

- BARCIA, Manuel (2006), Fighting with the Enemy’s Weapons: The usage of the colonial legal framework by nineteenth-century Cuban slaves, *Atlantic Studies*, vol. 3, n. 2, págs. 159-181.
- BECKLES, Hilary McD (1999), *Centering Women: gender relations in Caribbean slave Society*, Jamaica: Ian Randle Publishers.
- (1989), *White Servitude and Black Slavery in Barbados, 1627-1715*, Knoxville: University of Tennessee Press.
- BIRMINGHAM, David (2011), Slave City: Luanda through German Eyes, *Portuguese Studies Review*, vol. 19, págs. 77-92.
- BRESCIANI, Maria Stella e Araújo, Heloísa Archero de (1979), Condições de vida do Escravo na Província de São Paulo no século XIX, *RAMSP*, vol. 192, págs. 9-95.
- CANDIDO, Mariana P. (2011), African Freedom Suits and Portuguese Vassal Status: Legal Mechanisms for Fighting Enslavement in Benguela, Angola, 1800-1830, *Slavery & Abolition*, vol. 32, n. 3, págs. 447-459.

- (2012), Dona Aguida Gonçalves marchante à Benguela à la fin du XVIII siècle, *Brésil(s).Sciences humaines et sociales*, n. 1, págs 33-54.
- (2012), Marriage, Concubinage, and Slavery in Benguela, ca. 1750-1850, *in*, Nadine Hunt and Olatunji Ojo, orgs, *Slavery and Africa and the Caribbean: A History of Enslavement and Identity since the 18th century*. London/New York: I.B. Tauris.
- CARDOSO, Carlos Alberto Lopes (1972), Ana Joaquina dos Santos Silva, Industrial Angolana da segunda metade do Século XIX, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, vol. 32, págs. 5-14.
- COGHE, Samuel (2010), Apprenticeship and the Negotiation of Freedom. The Liberated Africans of the Anglo-Portuguese Mixed Commission in Luanda (1844-1870), *Africana Studia*, vol. 14, págs. 255-273.
- COOPER, Frederick (1977), *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*, New Haven: Yale University Press.
- CURTIN, Philip (1969), *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison: University of Wisconsin Press.
- CURTO, José C. (1992), A Quantitative Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda, Angola, 1710-1830, *African Economic History*, vol. 20, págs. 1-25.
- (1999), The anatomy of a demographic explosion: Luanda, 1844-1850, *International Journal of African Historical Studies*, vol. 32, págs. 381-405.
- (2003), The Story of Nbená, 1817-1820. Unlawful Enslavement and the Concept of 'Original Freedom' in Angola, *in*, Lovejoy, Paul E. and Trotman, David V., orgs, *Trans-Atlantic Dimension of Ethnicity in the African Diaspora*, London/ New York: Continuum, págs. 43-64.
- (2004), *Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550 -1830*, Leiden and Boston: Brill Academic Publishers.
- (2005), Struggling Against Enslavement: José Manuel in Benguela, 1816-1820, *Canadian Journal of African Studies*, vol. 39, n. 1, págs. 96 -122.
- DOOLING, Wayne (1992), Slavery and Amelioration in the Graaff-Reinet District, 1823-1830, *South African Historical Journal*, vol. 27, págs. 75-94.
- FERREIRA, Roquinaldo (1996), *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*, Unpublished M. A. Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- (2003), *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*, Ph. D. dissertation, University of California at Los Angeles.
- GOULART, José Alípio (1971), *De Palmatória ao Patíbulo. Castigos de Escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista/INL.
- HALL, Douglas, ed, (1999), *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood in Jamaica, 1750-1786*. Barbados: University of West Indies Press.
- HEINTZE, Beatrix (2010), *Exploradores alemães em Angola (1611-1954). Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*, Tradução do alemão por Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, Berlin. www.frobeniusinstitut.de, acessado em 10 de fevereiro de 2012.
- HEYWOOD, Linda M. (2002), Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures, in, *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, London: Cambridge University Press, págs. 91-114.
- KARASCH, Mary C. (1967), *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*, Unpublished M. A. Thesis, University of Wisconsin.
- KLEIN, Herbert S. (1978), *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*, Princeton, N.: Princeton University Press.
- LARA, Silvia Hunold (1988), *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAW, Robin, ed (1995), *From Slave Trade to 'Legitimate' Commerce: The Commercial Transition in Nineteenth-Century West Africa*, Cambridge: Cambridge University Press.
- LOPO, Júlio de Castro (1948), Uma Rica Dona de Luanda, *Portucale*, vol. 3, 1948, págs. 129-138.
- LOVEJOY, Paul E. (2000), *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.
- MASON, John (2003), *Social Death and Resurrection: Slavery and Emancipation in South Africa*, Charlottesville and London: University of Virginia Press.
- MEILLASSOUX, Claude (1991), *The anthropology of slavery: the womb of iron and gold*, Chicago: University of Chicago Press.

- MIERS, Suzanne and KOPYTOFF, Igor, eds., (1977), *Slavery in Africa: historical and anthropological Perspectives*, Madison: University of Wisconsin Press.
- MILLER, Joseph (1988), *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison.
- NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das (1996), *Documentos sobre a escravidão no Brasil*, São Paulo: Contexto.
- PANTOJA, Selma (2001), Donas de “Arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX), in, *Entre Áfricas e Brasis*, Brasília: Paralelo 15 Editores, págs. 35-49.
- QUEIROZ, Suely R. Reis de (1977), *A Escravidão Negra em São Paulo – Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- RAMOS, Arthur (1938), Castigos de Escravos, *RAMSP*, vol. 47, págs. 79-104.
- TAMS, Georg (1850), *Visita ás possessões portuguezas na costa occidental d’Africa*, Porto: Typographia da Revista, vol 1.
- VALDEZ, Francisco Travassos (1861), *Six Years of a Traveller’s Life in Western Africa*, London: Hurst & Blackett, vol. 2.
- WHEELER, Douglas L. (1963), *The Portuguese in Angola 1836-1891: A Study in Expansion and Administration*, Ph. D. dissertation, Boston University.
- (1996), Angolan Woman of Means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant-Capitalist of Luanda, *Santa Bárbara Portuguese Studies Review*, vol. 3, págs. 284-297.
- WRIGHT, Marcia, ed (1993), *Strategies of Slaves & Women: Life-Stories from East Central Africa*. London: J. Currey.

The “Mine of Wealth at the Doors of Loanda”: agricultural production and gender in the Bengo

TRACY LOPES*

Introduction

When Joachim Monteiro visited Luanda in the mid 19th century he described the port town as a place where “nothing can grow.”¹ Upon arriving in the Bengo, “just outside the doors of Loanda”, however, he found a “mine of wealth” where “all kinds of fruit and vegetables grow luxuriantly.”² The Bengo is described in travelogues and primary accounts, particularly those by David Livingstone, Carlos José Caldeira, Gustav Tams, and Francisco Travassos Valdez. Yet historians have not fully explored it or its relationship to Luanda. According to Joseph C. Miller, Luso-Africans owned and operated agricultural properties along the lower Bengo which produced food for ships departing across the Atlantic, and for consumption.³ After the Portuguese colonial administration abolished the export slave trade in 1836, Luanda slowly transitioned from a port town geared towards the exportation of slaves, to one engaged in supplying Europe with raw materials. José C. Curto notes that its population more than doubled between 1844 and 1850, from 5,600 to 12,500 individuals, with part of the population that would have gone through the Atlantic slave trade being retained

* York University.

tracylo@yorku.ca.

I would like to thank José C. Curto for his suggestions.

¹ Joachim Monteiro, *Angola and the River Congo* (London: Macmillan and Co., 1875), II, 16.

² *Ibid.*, 15, 16.

³ Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830* (Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988), 251.

locally.⁴ During this period of demographic growth slave-worked plantations also expanded to sustain the booming urban population.

This paper examines slavery during the transition to ‘legitimate’ trade in the mid 19th century, focusing on the emergence of plantations in the area around the Bengo River (which includes Barra do Bengo and Icollo e Bengo). The population in this region engaged predominantly in agricultural production which compels a gender analysis since women ‘traditionally’ did much of the agricultural work. By examining English and Portuguese travelogues, the *Boletim Oficial de Angola* (a weekly gazette published in Luanda from September 1845 onwards), the 1844 and 1850 censuses,⁵ and the 1855 slave register from Barra do Bengo,⁶ I will argue that the Bengo offers an illustration of plantation slavery, thus contributing to an emerging body of scholarship that explores the development of plantations in 19th century Africa.⁷ The significance of this region is often undercut by analyses of Luanda: however, the proximity of the two regions, when added to Luanda’s reliance on imports from the Bengo, imbues them with shared history and dependencies.

There are limitations with this analysis. European travelogues are imbedded with cultural assumptions and biases: however they are remarkably consistent in their descriptions of the region. Also, the *Boletim Oficial de Angola* was compiled by the colonial administration, not slaves. Nevertheless, in the *anuncios* (announcements) section of the gazette there is information on runaways that provides insight into resistance. Finally, the slave registers are more problematic. While Sá de Bandeira introduced legislation stipulating that all slaves had to be registered with the state, and that non-registered

⁴ José C. Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850,” *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 32, No. 2/3 (1999), 382.

⁵ These are most readily available, respectively in: José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio Sobre A Statistica das Possessões Portuguezas, Parte 1* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1844), 4-A; and *Almanak Statistico da Provincia d’Angola* (Loanda: Imprensa do Governo, 1851), 8.

⁶ Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA), Códice 2508, Barra do Bengo, Governo-Geral, Registro de Escravos, 1855.

⁷ The most recent example of which is Mohammed Bashir Salau, *The West African Slave Plantation* (New York: Palgrave MacMillan, 2011).

slaves were automatically freed,⁸ this paper draws upon the only such register known to exist for the Barra do Bengo during the years immediately after registration began: that of 1855. This unique source provides data only on a small and unknown percentage of the slave-owners and slave population of the region. The 1855 slave register contains information on the gender, age, 'ethnic identity'⁹, and occupation of 1,041 slaves, as well as the names and place of residence of 206 slave-owners. Thus my intention here is not to offer an exhaustive study, but rather to provide a snapshot of plantation slavery.

Map of the Region in the 19th century



Source: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretária de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direcção Geral do Ultramar (DGU), Caixa 41.

Abolition and the Growth of Plantations

The Bengo is significant because it sustained the population in Luanda and, consequently, much of the history and development of Angola's colonial capital is connected to this region. In 1836, under the initiative of Premier Sá de Bandeira, the Portuguese colonial administration officially

⁸ José C. Curto, "Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876," *Afro-Ásia* Vol. 32 (2005), 83.

⁹ 'Ethnicity' is a problematic concept that is beyond the scope of this paper to discuss.

abolished the exportation of slaves overseas and began to replace the economy of Angola with 'legitimate' commerce and agriculture.¹⁰ However, the slave trade in Africa was "too well-entrenched"¹¹ and the transition from a slave export economy to 'legitimate' trade became characterized by the increased use of slaves within Angola.¹² Slaves were sent to work on plantations and by the middle of the 19th century each of the major Angolan ports had a hinterland of plantations.¹³ Portuguese agents claimed this was necessary to maintain production and that Africans were too 'rebellious' to work on their own.¹⁴ Governor General Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes argued that the state of agriculture in Angola was "deplorable" and blamed this on "laziness."¹⁵

Primary accounts attest to the importance of the Bengo region in this period. As early as 1814, Governor Antonio de Saldanha da Gama compared the banks of the Bengo River to the fertile margins of the Nile River.¹⁶ This view was corroborated by Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes in 1847 who observed that the Bengo sustained Luanda during the summer when vegetables were "scarce"¹⁷. From this region, small canoes transported manioc, corn, peas, potatoes, onions, and lettuce to the colonial capital.¹⁸ When, in 1854, Livingstone arrived in town, he described "the plains adjacent to Loanda [as] somewhat elevated and com-

¹⁰ Douglas L. Wheeler, *The Portuguese in Angola, 1836-1891: A Study in Expansion and Administration* (Unpublished PhD dissertation, Boston University, 1963), 12.

¹¹ *Ibid.*, 14.

¹² See: Paul E. Lovejoy, *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

¹³ Malyn Newitt, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years* (London: C. Hurst & Co, 1981), 157.

¹⁴ Mariana P. Candido, "Living Under Enslavement: Slaves' Origins, Occupations and Life Conditions in Benguela's Hinterland, 1780-1850" (Unpublished PhD dissertation, York University), 9.

¹⁵ Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Provincia de Angola* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1861), 17, 19.

¹⁶ Antonio de Saldanha da Gama, *Memoria Sobre as Colonias de Portugal Situadas na Costa Occidental D'Africa* (Paris: Casimir, 1839), 72.

¹⁷ J. A. de Carvalho e Menezes, *Demonstração Geographica e Politica do Território Portuguez na Guiné Inferior* (Rio de Janeiro: Typ. Classica de F.A. de Almeida, 1848), 135.

¹⁸ *Ibid.*

paratively sterile,"¹⁹ and noted that "the population [along the Bengo] was entirely occupied in raising food and fruits for exportation to Loanda by means of canoe."²⁰ Later, in 1861, Valdez observed that "the banks of the... Bengo [were] divided into *arimos*, or farms and gardens, which are well cultivated" and that "daily supplies of life... as well as grain, fruit and vegetables...are sent overland and by sea to Loanda." He also found "a great variety of shell-fish"²¹ in Barra do Bengo where the region's natural salt-pits "[enabled] the inhabitants to preserve a quantity of fish at little cost."²² According to Tams, aside from food, Luanda also received timber from the Bengo.²³ During the 1844-1850 period of demographic growth, which saw an expansion in housing and public works throughout the port town,²⁴ this timber was likely used in construction.

Following the mid-1800s, sugar-cane plantations flourished in the Bengo to supply internal African markets with cane brandy. According to Caldeira, Africans transported sugar-cane on a daily basis from the Bengo and Dande regions to Luanda.²⁵ These sugar plantations were extremely labour intensive and, as elsewhere, relied heavily on slaves.²⁶ For instance, Livingstone described "the flat alluvial lands... [of the Bengo] as well adapted for raising sugar-cane,"²⁷ and noted after visiting one of its sugar plantations owned by Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva that she "had a surprising number of slaves."²⁸ When Valdez later visited Dona Ana

¹⁹ David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa* (London: John Murray, 1857), 398.

²⁰ *Ibid.*

²¹ Francisco Travassos Valdez, *Six Years of a Traveller's Life in Western Africa* (London: Hurst and Blackett, 1861), II, 272, 277.

²² *Ibid.*

²³ Georg Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa* (London, T.C. Newby, 1845), II, 105.

²⁴ Curto, "The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850," 397.

²⁵ Carlos José Caldeira, *Apontamentos D'uma Viagem De Lisboa à China e Da China a Lisboa* (Lisboa: G.M Martins, 1852), 211.

²⁶ See: Philip D. Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998).

²⁷ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 398.

²⁸ *Ibid.* Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva was a major trader and merchant based in Luanda.

Joaquina dos Santos e Silva's plantation in Icollo e Bengo he stated that the plantation overseer was "at the head of a large number of slaves,"²⁹ and estimated that there were 1,400 slaves on this property alone.

During the mid 19th century, Luanda was divided into two parts. While the upper part contained the governor's palace, and other government offices, the lower part was home to the commercial district with its "large merchant houses."³⁰ Consumable goods arriving from the Bengo were sold by *quitandeiras* (vendors who sold agricultural produce and other consumables in markets and streets) in the commercial section of the city. While there were consumable goods arriving from various parts of the colony, much of the fruits and vegetables arrived from the Bengo.³¹ As can be seen in Table I, 18% of beans, 36% of corn and 10% of flour that arrived in Luanda between September 1850 and August 1851 originated from this particular region.

Table I: Consumables Arriving in Luanda between 1.9.1850 and 30.8.1851
Unit: Arrobas (1 Arroba=32 Pounds)

Region	Flour	Beans	Corn
Icollo e Bengo	11,800	4,950	6,680
Dande	29,980	8,890	11,832
Calumbo	3,683	44	22
Golungo Alto	3,836	592	980
Zenza	12,784	2,482	5,635
Dembos	280	_____	_____
Subúrbios (Suburbs)	4,987	842	883
Other locations	5,980	847	870
S. Tomé e Rio	24,453	_____	_____
Total	97,783	26,908	18,647

Source: Freudenthal, *Arimos e Fazendas: A Transição Agrária em Angola 1850-1880*, 105.

²⁹ Valdez, *Six Years of a Traveller's life in Western Africa*, II, 277.

³⁰ Miller, *Way of Death*, 290.

³¹ For a description of these markets see: Gustav Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, II, 29.

The "cotton famine" brought on by the civil war in the United States, induced Angola's colonial government to invest in cotton production.³² In 1852, Caldeira found cotton growing in Massangano, Cambambe, Ambaca, Dande and Calumbo,³³ and when Livingstone sojourned in Angola in 1854 he observed women spinning and men weaving cotton.³⁴ Despite these accounts, Calheiros e Menezes argued that cotton production was relatively small. In 1858 and 1859 Luanda exported merely 2,323 *arrobas* of raw cotton compared to 15,032 *arrobas* of coffee.³⁵ However, according to Monteiro, "large-scale" production of cotton had occurred especially in the areas behind Benguela and Moçamedes,³⁶ where "a great many slaves were employed in picking orchilla-weed."³⁷ But the Bengo also became increasingly important. An 1862 report exploring solutions to the 'cotton famine' found that the "valleys" around Barra do Bengo, as well as Moçamedes were ideal for cotton production.³⁸ In 1870, these regions were the largest producers of raw cotton, along with Bumbo, Novo Redondo and Catumbella. As Table II shows, the Barra do Bengo alone then produced 1,028,150 kilos of cotton.

Table II: Top Five Cotton Producing Regions in 1870 (in kilos)

Region	Quantity
Barra do Bengo	1,028,150
Mossamedes	144,113
Bumbo	96,555
Novo Redondo	82,860
Catumbella	45,315

Source: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretária de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direção Geral do Ultramar (DGU), Caixa 40.

³² Allen Isaacman and Richard Roberts, *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa* (Portsmouth, N.H: Heinemann, 1995).

³³ Caldeira, *Apontamentos D'uma Viagem de Lisboa à China e Da China à Lisboa*, 211.

³⁴ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 399.

³⁵ Calheiros e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Província de Angola*, 18.

³⁶ Monteiro, *Angola and the River Congo*, II, 184.

³⁷ Ibid.

³⁸ *Cultura do Algodão: Notícia Sobre Esta Cultura e Modo de Trazer o Seu Produto ao Comércio* (Lisboa: Imprensa Nacional 1862), 38.

The Urbanization of Luanda and Demographic Changes in the Bengo

Because of their economic interconnections, it should come as no surprise that demographic change in Luanda impacted the Bengo. After the slave export trade was banned, Luanda emerged into a veritable urban centre. Between 1844 and 1850, according to Curto, its population rose from 5,605 to 12,565 individuals, or an increase of 224%. The slave population, in particular, grew from 2,733 to 5,900 persons, or by 216%. But demographic growth was especially pronounced among the free population: its numbers rose from 2,856 to 6,545 souls, or by 229%, as greater opportunities for wage employment created by Luanda's expanding urban economy attracted more and more free people. Plantations in the Bengo underwent a simultaneous expansion to sustain this growing urban population. And this, in turn, resulted in the increased demand for slave labour throughout this rural region. This can be clearly seen from the data presented in Table III. In 1844, there were some 8,500 people living in the Barra do Bengo and in Icollo e Bengo of whom only 1,400 were slaves (600 males and 800 females). By 1850, however, the population had almost doubled to over 15,000 individuals, with the greatest increase occurring among the enslaved, who now numbered almost 6,000 souls.

Table III: The Population the Barra do Bengo and in Icollo e Bengo, 1844 and 1850

Year	Total Population	Slave Population
1844	8,526	1,400
1850	15,156	5,906

Sources: Lopes de Lima 1841, Parte 1, 4-A; *Almanak Statístico da Provincia d'Angola*, 8.

Such an increased demand for slave labour just could not have been met through natural reproduction. Of the 1,042 slaves listed in the 1855 Barra do Bengo register, for example, only 294 or 28% were from the region. The small number of children found therein further suggests that

the slave population in the Bengo had difficulties in reproducing itself. Only 174 of the 1,042 slaves or 17% are listed as being between the ages of 0 and 9: and, of these, just 83 or 48% were born between 1844 and 1850. The remaining 83% of slaves listed in this register were brought in from other parts of Angola, as their ethnic identifiers indicate: Of these, 174 or nearly half were Congo folk, 76 or 7% were Ngolla, 71 or almost 7% were Ambaca, and 61 or 6% were Cassange. Apart from meeting the necessary labour requirements, there were strategic reasons for procuring slaves from the interior. Calheiros de Menezes argued that bringing slaves from "the outside," prevented revolts since slaves could not easily communicate with each other.³⁹

Mariana Candido, who has examined the process of enslavement in Benguella, notes the large influx of people coming from different regions led to "cultural exchanges and reshaping of ethnicity, resulting in creolisation within Africa rather than exclusively in the Americas."⁴⁰ Beyond the ethnic identifiers listed above, colonial officials also described customs in the Bengo as "diverse,"⁴¹ and noted, for example, that while there was a large church on the Santo Antonio plantation, many residents were however not baptized and followed "superstitions."⁴² As Paul E. Lovejoy has argued, characteristics of ethnicity can also be visual distinctions, including scarification, tattooing, piercing, hair styles, dress, jewelry and cosmetics.⁴³ This diversity was reflected in the 1855 Barra do Bengo register where 166 individuals or 16% of the slaves had their teeth filed and 119 or 11% had some form of scarification on their chest, arm, or back.

³⁹ Calheiros e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Provincia de Angola*, 84.

⁴⁰ Candido, "Living Under Enslavement: Slaves' Origins, Occupations and Life Conditions in Benguela's Hinterland, 1780-1850," 9.

⁴¹ AHU, SEMU, DGU, Angola, Caixa 25-1.

⁴² *Ibid.*

⁴³ See: Paul E. Lovejoy. "Scarification and the Loss of History in the African Diaspora" in Andrew Apter and Lauren Derry, eds., *Activating the Past Historical Memory in the Black Atlantic* (Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009), 99-138.

Agriculture and the Female Slave Population

Traditionally women dominated agricultural production. According to Monteiro⁴⁴ “a male slave cannot be made by his master to cultivate the ground, which is women’s work.” Women are “restricted to cultivating the ground and preparing the food” and “their simple agricultural operations are all performed with one implement, a single-handed hoe.”⁴⁵ He compared the African woman to a slave stating that “the mistress and her slaves till the ground together.”⁴⁶ These comments vilified African men to justify forced labour and colonization. For instance, Caldeira stated that African women performed virtually all of the agricultural work because African men were ‘lazy,’ and sat around “smoking and dancing.”⁴⁷ Nonetheless, historians have argued that women did much of the agricultural work. According to Claire C. Robertson and Martin Klein, more men were exported across the Transatlantic Slave Trade while women were absorbed in the internal market for their productive and reproductive capacities.⁴⁸ Also, there was a perception among slave-owners that females were easier to control. João Guilherme Perreira Barloza, the *chefe* of Cazengo and a major plantation-owner in the 19th century, stated in December of 1846 that women should be used in agriculture because adult men were ‘rebellious’ and averse to labour.⁴⁹

The Lopes de Lima census of 1844 indicates that the number of male slaves was only slightly lower than that of female slaves, suggesting that the expansion of plantations, and labour requirements, modified ‘traditional’ gender roles. However, females proportionally comprised the overwhelming majority of the slave population in the Bengo. Consequently, Luanda’s subsistence relied largely on the labour of women. In Lopes de Lima’s 1844 census, 600 of the 3,870 men (15%) were enslaved and 800 of the 4, 656 (17%) of the women were within the same legal condition.

⁴⁴ Monteiro, *Angola and the River Congo*, I, 58.

⁴⁵ Monteiro, *Angola and the River Congo*, I, 285.

⁴⁶ *Ibid.*, 58.

⁴⁷ Caldeira, *Apontamentos D’uma Viagem de Lisboa à China e Da China à Lisboa* 221, 222.

⁴⁸ See Claire C. Robertson and Martin Klein, *Women and Slavery in Africa* (Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1983).

⁴⁹ Boletim Oficial de Angola (BOA), n.º 67, 19 de Dezembro de 1846.

By 1850, the male population numbered 10,580, with 2,718 or 26% being enslaved. The female population was significantly less at 5,352: however, 3,188 or 60% of females were now slaves. Moreover, the number of free women decreased while that of free men increased. In 1844, there were 3,270 free males and 3,856 free women. By 1850, however, the number of free men increased to 7, 862 or by 140%, while that of free females decreased to 2,164 or by 44%. These free men were likely involved in 'legitimate' trade. Finally, the majority of slaves in the 1855 Barra do Bongo register were within the "productive age"⁵⁰ (ages 10-29), which suggests that they were required for plantation labour. Of the 447 female slaves that had their ages listed, 214 or 48% fell within this age group; however, age had less to do with gender than with the labour demands on plantations since the majority of male slaves also happened to be between 10 and 29 years old.

Table IV-A: The Bongo's Male Slave Population, 1844 and 1850

Year	Male Population	Male Slaves	%
1844	3,870	600	15%
1850	10,580	2,718	26%

Sources: Lopes de Lima 1841, Parte 1, 4-A; Almanak Statistico da Provincia d'Angola 1850, 1851, pg. 8

Table IV-B: The Bongo's Female Slave Population, 1844 and 1850

Year	Female Population	Female Slaves	%
1844	4,656	800	17%
1850	5,352	3,188	60%

Sources: Lopes de Lima 1841, Parte 1, 4-A; Almanak Statistico da Provincia d'Angola 1850, 1851, pg. 8

⁵⁰ The term "productive age" was borrowed from an unpublished paper by Roquinaldo Ferreira, "Slave Demography in Luanda and Icolo Bongo in the Aftermath of the Atlantic Slave Trade (1846-1859)" (unpublished).

The Bengo Slave-Owners and Plantation Overseers

Angola was a colony of foreign men, primarily exiled convicts (or ‘degradados’), military personnel, or voluntary immigrants lured by incentives to colonize lands in the interior. This gender imbalance led to the emergence of non-consensual or sporadic relationships between foreign males and local African women, as well as long-term relationships with female captives or free women.⁵¹ When these foreign men died they “left their mulatto and black female partners... [the] worldly possessions they were able to secure, which eventually trickled down to their Luso-African sons and daughters.”⁵² These Luso-Africans became part of the colonial elite, and adopted aspects of the Lusophone culture including the Portuguese language, Christianity, and European clothing.

Historians have argued that abolition and the transition to ‘legitimate’ trade weakened the power of the ‘old’ elite which had relied on profits from the slave trade.⁵³ However, Luso-Africans weathered the transition to ‘legitimate’ trade by setting up plantations, and they comprise the overwhelming majority of the slave-owning group. The 1844 census lists 12 ‘white’ people out of 8,526. While the population had almost doubled to 15,146 by 1855, the number of ‘whites’ in Barra do Bengo and Icollo e Bengo rose to only 19 people. The remainder (apart from the slaves) were free ‘pardos’ (people of mixed descent) or free blacks. Also, all of the 206 slave-owners in the 1855 Barra do Bengo register have Portuguese names, which suggests a level of acculturation into colonial society. Many inherited plantations; however some purchased them with capital that had been invested in the slave trade or in legitimate trading.⁵⁴ In not a few cases, slaves were bound to the plantations. For instance, on September 10, 1847, the plantation *Fonseca* and its 250 slaves appeared for sale in

⁵¹ Vanessa Oliveira, “What Else Were They Doing?’ Women of Means in Nineteenth Century Luanda” (paper presented at the Canadian Association of African Studies, Ottawa, Carleton University, 5-7 May 2010), 13.

⁵² José C. Curto, “As If From a Free Womb’: Baptismal Manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807,” *Portuguese Studies Review*, Vol. 10, 1, 36.

⁵³ See for example: Robin Law, ed. *From Slave Trade to ‘Legitimate’ Commerce: The Commercial Transition in Nineteenth-Century West Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995).

⁵⁴ Newitt, *Portugal in Africa*, 157.

the *Boletim Oficial de Angola*.⁵⁵ On August 10, 1861, it was the turn of the plantation *Quipunguri* and 300 slaves in Icollo e Bengo.⁵⁶

Slave-owners in this region tended to reside within urban areas which affected how they managed their plantations. In the 1855 Barra do Bengo register there are 206 slave-owners listed, owning a total of 1,041 captives, and yet only 32 or 16% actually lived in Barra do Bengo. The majority were absentee owners: 84 or 41% resided in Mallengues and another 30 or 15% in Luanda. Consequently, slave-owners left their plantations in the hands of overseers. After visiting Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva's sugar-plantation in Icollo e Bengo, Valdez met with the *feitor* (or overseer), who was in charge of a "large number of slaves."⁵⁷ These *feitores* could be free individuals or slaves. Carvalho e Menezes complained that plantations along the Bengo River were poorly maintained because they were managed by slaves, who had a 'rudimentary' understanding of agricultural development.⁵⁸ The use of enslaved Africans as *feitores* complicates the relationship between slaves and slave-owners since they meted out punishments and settled disputes. In his account, Valdez described an incident where two slaves boarded a canoe and were attacked and killed by a crocodile in the Bengo River. Slaves that saw the incident went to the *feitor* and "requested permission to avenge [their] death."⁵⁹ His response was fittingly brutal under the circumstances: "the [crocodile] is mine, and I ordered him expressly to kill every one whom he met, until the bridge I ordered you to build was completed."⁶⁰

More than Agricultural Workers: Women and Slave-Owning

Until the 1980s, historians largely neglected the diverse roles that women played in African history.⁶¹ However, as Philip Havik has shown in his

⁵⁵ BOA, n 68, 26 de Dezembro de 1846.

⁵⁶ BOA, n 827, 10 de Agosto de 1861.

⁵⁷ Valdez, *Six Years of a Traveller's life in Western Africa*, II, 277.

⁵⁸ J. A. de Carvalho e Menezes, *Demonstração Geographica e Politica do Território Portuguez na Guiné Inferior* (Rio de Janeiro: Typ. Classica de F.A. de Almeida, 1848), 136.

⁵⁹ Valdez, *Six Years of a Traveller's life in Western Africa*, II, 278.

⁶⁰ *Ibid.*, 279.

⁶¹ See: Margaret J. Hays, "Queens, Prostitutes and Peasants Historical Perspectives on African Women, 1971-1986," *Canadian Journal of African History*, Vol. 24 (1983): 431-447.

work on Guinea, women along the Atlantic coast also participated in local, regional and international trade.⁶² They derived commercial opportunities from their relationships with European men and acted as cultural intermediaries between Europeans and their African societies. Selma Pantoja has focused on women traders in Angola, particularly *donas* (the equivalent of Lady.) *Donas* were predominately locally born women, “socially respectable regardless of their color,” and had a reputation for being wealthy.⁶³ Pantoja notes that many women inherited plantations along the Kwanza, Bengo and Dande rivers from their husbands: by the 18th century the majority of female traders had investments in the Bengo.⁶⁴

Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva was one. Although from Luanda, she was known as the “Queen of Bengo,”⁶⁵ where, using profits derived from the slave trade, she had set up plantations. In 1846 she established a sugar mill on her Capele plantation in the Bengo and four years later opened another on her Sant’Ana plantation. While her Capele plantation had 400 slaves producing sugar-cane,⁶⁶ her sugar-cane plantation near Icollo e Bengo held 1,400.⁶⁷ Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva was well-known in European circles. When Valdez visited the *chefe* of Bengo’s mansion he described Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva as follows: “The greatest attraction however, was the fair lady who presided over this mansion...La Reine de Bengo, or the Queen of Bengo.”⁶⁸ He noted that she had “amiable manners” and displayed “great hospital-

⁶² See: Philip J. Havik, “From Pariahs to Patriots: Women Slaves in Nineteenth-Century Portuguese Guinea,” in Gwyn Campbell, Suzanne Miers, and Joseph C. Miller eds., *Women and Slavery: Africa, the Indian Ocean World, and the Medieval North Atlantic* (Athens: Ohio University Press, 2007), 309-333.

⁶³ Curto, “As If From a Free Womb’: Baptismal Manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807,” 50.

⁶⁴ Selma Pantoja, “Donas de `Arimos:’ Um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX),” in Selma Pantoja, ed. *Entre Áfricas e Brasís*. Brasília: Paralelo 15, 2001, 43.

⁶⁵ Valdez, *Six Years of a Traveller’s life in Western Africa*, II, 273.

⁶⁶ Valdez, *Six Years of a Traveller’s life in Western Africa*, II, 273. See also: Freudenthal, *Arimos e Fazendas: A Transição Agrária em Angola 1850-1880*, 234.

⁶⁷ Douglas L. Wheeler, “Angolan Woman of Means: Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant-Capitalist of Luanda,” *Santa Barbara Portuguese Studies Review* 3 (1996), 284-288.

⁶⁸ Valdez, *Six Years of a Traveller’s life in Western Africa*, II, 273.

ity...to those who were so fortunate as to be her guests.”⁶⁹ Livingstone also mentioned her: however he did so within a critique of slavery, stating that while she “...had a surprising number of slaves” her plantation “was far from being in a flourishing condition.”⁷⁰ He contrasted this with the free-labour establishments of the Mauritius where “with not one tenth of the number of hands, or such good soil, a man of color, had in one year, cleared 5,000 by a single crop, that I quote the fact, in hopes it may meet the eye of [Dona Ana].”⁷¹

Most of the literature has focused on Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva.⁷² But she was not the only slave-owning woman in this region. In the Barra do Bengo register, 77 of the 206 slave-owners or 37% were women: together, they owned 209 slaves or 20% of the total. Of these, eight were *donas*, with the wealthiest, Dona Justina Nunes Tavares, owning 11 slaves. Although female slave-owners were a privileged group, it is important to note that the bulk of slave-owners in this region were men, which appears to reflect deeper or pre-existing gender inequalities. While the wealthiest woman in the Barra do Bengo register, Victoria Francisco, owned 14 slaves, the wealthiest man, Constantino Vieira Braga, owned 101.

Constantino Vieira Braga’s active social life and penchant for hosting lavish parties set him apart from the typical male slave-owner. He became the *chefe* and *capitão* of Barra do Bengo in November of 1842 and was a member of the social and economic elite.⁷³ His name appears frequently in the *Boletim Oficial de Angola*. He was active in an exclusive social circle and expressed regret on December 19, 1857, that he would not be able to host a Christmas party due to an illness.⁷⁴ He may have also had connections with Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva. When Valdez arrived, he visited the “present residence of the chief” which was the “most spacious one, having

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 398.

⁷¹ Ibid.

⁷² Oliveira, “What Else Were They Doing?” 3; See also: Wheeler, “Angolan Woman of Means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant-Capitalist of Luanda;” Júlio de Castro Lopo, “Uma Rica Dona de Luanda,” *Portucale*, Vol. 3 (1948), 129-138.

⁷³ AHU, SEMU, DGU, Angola, Caixa, 112.

⁷⁴ BOA, n 638, 19 de Dezembro de 1857.

two ranges of apartments in front, containing five rooms on each story, and windows to correspond.”⁷⁵ This mansion was “presided by the...Queen of Bengo.” Valdez then states “Here, Mr. Constantine...has a splendid garden which may inappropriately be called a Botanic garden.”⁷⁶ It is uncertain whether Mr. Constantine is Constantino Vieira Braga; however, since the *Boletim Oficial de Angola* lists Constantino Vieira Braga as the *chefe* in this period, it is quite probable that Mr. Constantine and Constantino Vieira Braga are the same person. Their relationship furthers the notion that Constantino Vieira Braga was an active socialite, but also leaves room for further research into the elite social networks in this region.

Table V: Top Slave-Owners in the Bengo by Gender

Male Owners	Number of Slaves	Female Owners	Number of Slaves
Constantino Viera Braga	101	Victoria Francisco	14
Joaquim Dias dos Santos	83	D. Justina Nunes Tavares	11
José Antonio do Valle	40	Magdalena Domingos	11

Source: AHNA, Códice 2508, Barra do Bengo, Administração. Registro de Escravos, 1855.

Slaves and Skilled Labour

Apart from agriculture, slaves could be skilled in a variety of professions. When Valdez visited Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva’s plantation in the Bengo he said that the slaves were “employed in various [vocations], some in field labour, some as boatmen, calkers, carpenters, quarrymen, stonecutters, potters, herds[men], fishermen.”⁷⁷ Out of 1,041 slaves in the

⁷⁵ Valdez, *Six Years of a Traveller’s life in Western Africa*, II, 273.

⁷⁶ *Ibid.*, 273, 274.

⁷⁷ Valdez, *Six Years of a Traveller’s life in Western Africa*, II, 277.

1855 Barra do Bengo register, 132 individuals or 13% had an occupation listed next to their name. Men constituted the vast majority of these at 80%: women were mostly listed as unskilled. On September 5, 1857, the *chefe* Constantino Vieira Braga addressed the lack of skilled labour in an announcement to the *Boletim Oficial de Angola*, offering to trade a *jardineiro* or gardener who was a *ladino*, meaning he was well acculturated, for a skilled worker.⁷⁸ However, the professions listed in the Barra do Bengo register reflect the needs of the region and its role in sustaining Luanda. Slave men worked in trades such as fishermen and mariners, and were likely responsible for transporting goods to Luanda via the Bengo River. Women mainly worked in domestic activities like cooking, sewing and washing clothing. As elsewhere in Angola, these occupations afforded slaves greater opportunities to establish contacts with individuals outside of the slaveholding household, opportunities to acquire wages, and possibilities for upward mobility.⁷⁹

Table VI-A: Top Male Professions in the 1855 Barra do Bengo Register

Profession	Number of Men
Mariners	25
Fishermen	25
Herdsmen	15
Cooks	12
Masons	11

NB: The remaining 23 individuals were barbers, caulkers, carpenters, tailors, and shoemakers
Source: AHNA, Códice 2508, Barra do Bengo, Administração. Registro de Escravos, 1855;

⁷⁸ BOA, n 623, 5 de Setembro de 1857.

⁷⁹ Mariana P. Candido, "Strategies for Social Mobility: Liaisons between Foreign Men and Slave Women in Benguela, C. 1770-1850," in Gwyn Campbell and Elizabeth Elbourne, eds., *Sex, Power and Slavery* (Athens: Ohio University Press, 2009), 20.

Table VI-B: Top Female Professions in the 1855 Barra do Bengo Register

Profession	Number of women
Washerwomen	14
Seamstress (apprentice)	2
Women with more than one profession	5
Total	21

NB: The women with more than one profession were a combination of washerwomen, seamstresses, and cooks.

Source: AHNA, Códice 2508, Barra do Bengo, Administração. Registro de Escravos, 1855;

The Environment and Disease in the Bengo, and its impact on Luanda

Angola was notoriously unhealthy. When Livingstone visited, he stated that the humidity in the air following the rainy season in October and November, known as the *carneirada*, caused “considerable disease among the natives” and that “natives were slaughtered like sheep.”⁸⁰ Later Monteiro noted that during the cooler months known as *cacimbo* (between June and October), “natives [suffered] from respiratory diseases... [and] by far the greater part of blacks [died] from this cause.”⁸¹ According to an 18th century report by Dr. José Pinto Azeredo, the Bengo was also unhealthy,⁸² and later Tams remarked that virtually his entire expedition fell ill after visiting the region in 1841.⁸³ Historians have explored the impact that the environment had on Portuguese territorial expansion within this context. For instance, Miller argued that disease in the region prevented and limited Portuguese expansion and that “the campaigns of conquest died away ...when governors exhibited a growing respect for the notoriously

⁸⁰ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 417, 418.

⁸¹ Monteiro, *Angola and the River Congo*, II, 256.

⁸² José Pinto de Azeredo, *Ensaio Sobre Algumas Enfermidades D'Angola, Dedicados ao Serenissimo Senhor D. João Principe do Brazil* (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1799), 48.

⁸³ Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, II, 76.

unhealthy valleys of the Bengo... [which forced the Portuguese] to abandon the interior to locally born Portuguese or [people of] African descent."⁸⁴ However, the environment and disease need to be explored in light of the interaction between the Bengo and Luanda.

The Bengo River, which connected the two regions by providing transport, food, and drinking water, also transmitted disease. According to Michael Bulfin the lack of water in Luanda "has a long history which can be traced back to the earliest days of Portuguese colonialism over 400 years ago."⁸⁵ Water had to be drawn from the Bengo River, and carried in canoes until it reached Luanda. When the Dutch invaded in 1645, they began a project to construct a canal from the Bengo River to Luanda, but the project was never completed.⁸⁶ Water continued to arrive by canoe until 1889 which facilitated the transmission of disease. Dr. Azeredo stated that people in Luanda developed kidney and liver problems after drinking the water.⁸⁷ Also, Sir Richard Burton stated "the mosquito-haunted stream [of the Bengo]...supplies the capital of Angola with drinking water and dysentery,"⁸⁸ and that people looked "very sickly."⁸⁹ Livingstone noted that "nearly all the water consumed in Loanda is brought from the River Bengo by means of launches."⁹⁰ However, the water was muddy, and "such rivers have many more mosquitoes than those which have clear water."⁹¹

Drought brought disease which wreaked havoc for plantations both in loss of human life and agricultural production. Colonial officials complained that when plantations in the Bengo suffered from lack of rain food

⁸⁴ Joseph C. Miller, "The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa," *The Journal of African History*, Vol. 23, 1, (1982), 24.

⁸⁵ Michael Patrick Bulfin, "Bursting at the Seams: Water Access and Housing in Luanda," *Ufahamu: A Journal of African Studies*, Vol. 35, 1, (2009), 1.

⁸⁶ *Ibid.*, 1-3.

⁸⁷ Azeredo, *Ensaio Sobre Algumas Enfermidades D'Angola, Dedicados ao Serenissimo Senhor D. João Principe do Brazil*, 38.

⁸⁸ Sir Richard Francis Burton, *Two Trips to Gorilla Land and the Cataracts of the Congo, II* (London: Sampson, 1876), 23.

⁸⁹ *Ibid.*, 23.

⁹⁰ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 395.

⁹¹ Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 398.

had to arrive from deep in the interior.⁹² Also, periods of drought were usually followed by years of “high pluviosity,”⁹³ resulting in floods, which destroyed newly planted crops.⁹⁴ One official complained that heavy rainfall “paralyzed everything.”⁹⁵ In May of 1875, the Governor General of Luanda noted that heavy rains in Icollo e Bengo had made communication between the two regions extremely difficult and halted trade. These environmental concerns impacted food production, which could have dire consequences for the population in Luanda and the Bengo. Jill Dias noted that prolonged hunger led to lower resistance to disease and that by the 19th century, malarial fevers, diseases of the digestive tract, and respiratory diseases including bronchitis, pneumonia and tuberculosis were common.⁹⁶ The 1855 Barra do Bengo register evidences this process: 18 out of the 1,041 slaves enumerated therein either had smallpox or are listed with *bexigas* (pock marks); a further 81 captives listed (most under 30) had died by the time the enumeration took place. Since slaves from this region transported agricultural goods and water to Luanda, it is quite possible that they also carried diseases. Miller alludes to this transmission, noting that slaves bringing goods from the interior often arrived in Luanda with visible skin sores.⁹⁷

Slave Resistance: Flight from the Bengo

Tams argued that locally-born slave-owners treated their slaves better than European slave-owners. He provided the example of D. Catharina, a Spanish expatriate, who punished her slaves on a daily basis and contrasts it with the locally born D. Ana Oberthaly, who preferred to sell off disobedient slaves rather than punish them.⁹⁸ Monteiro painted a similar

⁹² BOA, N 701, 5 de Março 1859, AHU, SEMU, DGU, Angola, Caixas, 45, 46.

⁹³ *Ibid.*, 353.

⁹⁴ Azeredo, *Ensaio Sobre Algumas Enfermidades D'Angola, Dedicados ao Serenissimo Senhor D. João Príncipe do Brazil*, 47.

⁹⁵ AHU, SEMU, DGU, Angola, Caixa 46.

⁹⁶ Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930,” 357.

⁹⁷ Miller, “The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa,” 29.

⁹⁸ Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, I, 254-256.

picture and described slavery in Africa and the relationship between slave and master as benevolent:

There is something patriarchal in the state of bondage among the negroes, if we look at it from an African point of view... The free man, or owner, and his wife, have to supply their slaves with proper food and clothing, to tend them in sickness as their own children, to get them husbands or wives, as the case may be... There is consequently no cruelty or hardship attending the state of slavery... So little apparent difference is there between the master and slave.⁹⁹

Historians have not found many documented cases of slave revolts and consequently the perception that slavery in Africa was benign has, until recently, permeated the scholarship. According to Igor Kopytoff and Suzanne Miers unlike the plantation slavery of the New World, African slavery was social in origin, domestic in character, and marginal to their societies.¹⁰⁰

However, Lovejoy argues that flight was one of the many ways that slaves resisted ownership and asserted their identities as human beings. Flight was an effective means for slaves to thwart their master's ability to realize the full value of their 'property,' since "escape represented a complete loss of property."¹⁰¹ According to Lovejoy, historians have neglected the topic because they "have sought out the highly visible revolts and revolutions, not the less-spectacular forms of resistance.... [since] these actions are more difficult to document."¹⁰² Curto, on the other hand, has argued that the scholarship on resistance has focussed on the American context, and that Africanist historians have paid little attention to flight.¹⁰³

⁹⁹ Monteiro, *Angola and the River Congo*, I, 57.

¹⁰⁰Paul E. Lovejoy, "Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate," *In Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History*. Ed. By Gary Y. Okihiro (Amherst: University of Massachusetts, 1986), 91. See: Igor Kopytoff and Suzanne Miers, *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison: University of Wisconsin Press, 1977).

¹⁰¹ Lovejoy, "Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate," 91.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ See: José C. Curto "Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876," *Afro-Ásia*, 33, (2005), 67-86.

Flight offers insight into resistance within Africa. It is possible to document flight since the names of runaway and recaptured slaves appear in the *Boletim Oficial de Angola*. On December 12, 1857, a posting therein listed João José as a runaway slave from the Bengo. José had allegedly stolen money from his owner, Manoel Antonio Botelho de Vasconcelho, before fleeing with a female slave named Tondella.¹⁰⁴ Tondella belonged to a different owner, which could suggest that they knew each other beforehand. In some cases slaves organized and fled in groups. On July 13, 1858, eight slaves allegedly stole earrings and gold before fleeing from Álvaro Gonçalves do Nascimento e Castro in Icollo e Bengo.¹⁰⁵ Curto has brought to light other groups in flight, arguing in the process that they occurred during moments of crisis, when masters or mistresses were too vulnerable to prevent escape, which was often the case in corporate or family groups when disagreements arose. For example, after Dona Ana Joaquina dos Santos Silva died in 1859 and her inheritors fought over her estate, 400 slaves fled from her Bengo plantation.¹⁰⁶

According to Freudenthal flight was common on plantations, because of their relative isolation to the slave-owning household.¹⁰⁷ This is reflected in the 1855 Barra do Bengo register, which lists 85 slaves out of the 1,143 as *fugidos* (runaways).¹⁰⁸ Historians have argued, furthermore, that men fled in higher numbers since women often lived and worked in closer proximity to the slaveholding household and were under greater surveillance. Some also had children which affected their ability to flee.¹⁰⁹ This too seems to be borne out by the Barra do Bengo register: women therein account for only 16 or 19% of all runaway cases. Slaves of nearly all ages

¹⁰⁴ BOA, n 637, 12 de Dezembro de 1857.

¹⁰⁵ BOA, n 642, 23 de Janeiro de 1858.

¹⁰⁶ Curto, "Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876," 81.

¹⁰⁷ Freudenthal, *Arimos e Fazenda: A Transição Agrária em Angola 1850-75*, 245.

¹⁰⁸ See: Lovejoy, "Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate;" Curto, "Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876."

¹⁰⁹ Joseph C. Miller, "Women as Slaves and Owners of Slaves: Experiences from Africa, the Indian Ocean World, and the Early Atlantic," in Gwyn Campbell, Suzanne Miers, and Joseph C. Miller, eds., *Women and Slavery: Africa, the Indian Ocean World, and the Medieval North Atlantic* (Athens: Ohio University Press, 2007), 7.

seem to have runaway. The youngest, for example, was but nine years old. The eldest, on the other hand, was 45. Still, the 40 *fugidos* who had their ages listed averaged 21 years of age. Slave flight clearly favored young, adult males.

The number of *fugidos* also provides insight into the world of the slave-owner. In 1853, the colonial administration introduced laws to reduce the abuse that slave-owners inflicted on their slaves. However, this was not sufficient and slave-owners "irrespective of gender...continued to victimize their human property beyond what was legally sanctioned."¹¹⁰ Some travelers that visited Angola in the 19th century claimed that female slave-owners treated their slaves better than male slave-owners. For example, Tams said that Dona Ana Oberthaly,

Practice[d] no wanton cruelty, but, on the contrary, treat[ed] her dependents with great humanity. None of her numerous slaves bore upon their backs any traces of having suffered punishment; and whenever a grievous fault was committed, she endeavoured to sell the culprit rather than inflict a severe chastisement. Notwithstanding this mild treatment, her people were well trained, and very skilful in all domestic duties.¹¹¹

Although this statement may reflect her status as a *dona* and the fact that she was a prominent figure in Luanda society, it highlights a perception that female slave-owners were somehow less cruel than their male counterparts. However, in Caldeira's account he noted that Dona Anna Joaquina dos Santos Silva owned many slaves that had fled.¹¹² Although the reasons for fleeing are unclear, there were owners that had a disproportionate number of slaves fleeing. Of the 85 slaves listed as *fugidos*, 18 belonged to João Coelho Moreira Bastos. This represented a significant loss since he owned 32 slaves in total. In other words, Moreira Beatriz lost

¹¹⁰ Vanessa S. Oliveira, "Denouncing their owners' cruelty: The voices of punished slaves in nineteenth-century Luanda," (paper presented at the Instituto de Investigação Científica Tropical, Seminário Internacional Novos Rumos da Historiografia dos Palop, Lisbon, Portugal, June 21-22, 2011), 3.

¹¹¹ Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, I, 256-257.

¹¹² Caldeira, *Apontamentos D'uma Viagem de Lisboa à China e Da China à Lisboa*, 192.

56% of his 'property,' possibly suggesting that he was a particularly cruel slave-owner.

Conclusion and the Relevance of the Bengo

Using traveller accounts, censuses, the *Boletim Oficial de Angola*, and the slave register from Barra do Bengo, this paper has provided a snapshot of plantation slavery during the transition to 'legitimate' trade. The Bengo Region sustained the population of Luanda through slave labour on its plantations, and yet it has been virtually unexplored by historians. Between 1844 and 1850 Luanda's population doubled, and with this increase there was an expansion of plantations in the interior. Although the Portuguese administration abolished the slave trade in 1836, slavery continued and expanded internally. This paper has also infused a gender analysis to explore the sexual division of labour in this region. While the number of male slaves to female slaves was fairly equal, the majority of women living in the Bengo Region were slaves. Nonetheless, there were also many women traders and slave-owners.

Luanda was not isolated, and interacted with its hinterland. It could not have emerged into an urban centre without places in the interior like the Bengo to sustain it with food and water. Beyond logistical interconnections, disease, people and ideas also moved between these regions. In essence, the history of Luanda, or any other region, is obscured without understanding the intricacies of its supply lines. After Brazil became independent in 1822, Angola became the jewel of the Portuguese empire; Luanda may have been the heart, but the Bengo was its veins.

Bibliography

Archival Collections

Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA) Códice 2508, Barra do Bengo, Governo-Geral, Registro de Escravos, 1855.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretária de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Angola.

Published Primary Sources:

Almanak Statístico da Provincia d'Angola (1851), Loanda: Imprensa do Governo.

Annaes Do Conselho Ultramarino (1860), *Parte Não Oficial, Janeiro de 1859 à Dezembro de 1861*.

Boletim Oficial de Angola (1845-1861).

BURTON, Sir Richard Francis (1876), *Two Trips to Gorilla Land and the Cataracts of the Congo*, Vol. II, London: Sampson.

CALDEIRA, Carlos José (1852), *Apontamentos D'uma Viagem De Lisboa à China e Da China à Lisboa*, Lisboa: G.M Martins.

Cultura do Algodão: Notícia Sobre Esta Cultura e Modo de Trazer o Seu Produto ao Commércio (1862), Lisboa: Imprensa Nacional.

DA GAMA, Antonio De Saldanha (1839), *Memoria Sobre as Colonias De Portugal Situadas Na Costa Occidental D'Africa*, Pariz: Casimir.

DE AZEREDO, José Pinto (1799), *Ensaio Sobre Algumas Enfermidades D'Angola, Dedicados Ao Serenissimo Senhor D. João Principe Do Brazil*, Lisboa: Regia Officina Typografica.

DE CALHEIROS E MENEZES, Sebastião Lopes (1861), *Relatório Do Governador Geral Da Provincia De Angola*, Lisboa: Imprensa Nacional.

DE CARVALHO E MENEZES, J. A. (1848), *Demonstração Geographica E Politica Do Território Portuguez Na Guiné Inferior*, Rio De Janeiro: Typ. Classica De F.A. De Almeida.

- DE SÁ DA BANDEIRA, Marquez (1874), *A Emancipação Dos Libertos*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DE SARMENTO, Alfredo (1880), *Os Serto s D'Africa (Apontamentos De Viagem)*, Lisboa: Typographia De J.H. Verde.
- LIVINGSTONE, David (1857), *Missionary Travels and Researches in South Africa*, London: John Murray.
- LOPES DE LIMA, José Joaquim (1844), *Ensaíos Sobre A Statistica das Possessões Portuguezas, Parte 1*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MONTEIRO, Joachim (1875), *Angola and the River Congo*, Vol. I, II, London: Macmillan.
- PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia E Estatistica Geral De Portugal E Colonias Com Um Atlas*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- TAMS, Georg (1845), *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, Vol. I, II London: T. C. Newby.
- UK PARLIAMENT. *ACCOUNTS AND PAPERS: THIRTY-EIGHT VOLUMES, Vol. 33 Slave Trade, Session: 6 February-7 August 1862*. Vol. LXI. 1862.
- VALDEZ, Francisco Travassos (1861), *Six Years of a Traveller's Life in Western Africa*, Vol. II, London: Hurst and Blackett.

Secondary Sources:

- BALL, Jeremy Robert (2003), *"The Colossal Lie": the Sociedade Agrícola Do Cassequel and Portuguese Colonial Labor Policy in Angola, 1899-1977*, Los Angeles: University of California.
- BENDER, Gerald J. (1978), *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality*, Berkeley: University of California.
- BIRMINGHAM, David (1978), "The Coffee Barons of Cazengo," *The Journal of African History*, Vol. 19, 4, 523-38.
- BIRMINGHAM, David (1965), *The Portuguese Conquest of Angola*, London: Oxford UP.
- BULFIN, Michael Patrick (2009), "Bursting at the Seams: Water Access and Housing in Luanda," *Ufahamu: A Journal of African Studies*, Vol. 35, 1, 1-18.

- CANDIDO, Mariana P. (2005), "Living under Enslavement: Slaves' Origins, Occupations and Life Conditions in Benguela's Hinterland, 1780-1850," *Mémoire Croisées: Esclavage et Diaspora Africaine/ Crossing Memories: Slavery and African Diaspora*, Université Laval, Québec: 1-34.
- CANDIDO, Mariana P. (2009), "Strategies for Social Mobility: Liaisons between Foreign Men and Slave Women in Benguela, C. 1770-1850," in Gwyn Campbell and Elizabeth Elbourne, eds., *Sex, Power and Slavery*, Athens: Ohio UP.
- CARDOSO, Carlos Alberto Lopes (1972), "Dona Ana Joaquina Dos Santos Silva Industrial Angolana Da Segunda Metade Do Seculo XIX," *Boletim Cultural Da Câmara Municipal De Luanda*, 37, 4-14.
- CURTIN, Philip D. (1998), *The Rise and Fall of the Plantation Complex Essays in Atlantic History*, New York: Cambridge UP.
- CURTO, José C. (2002), "As If From a Free Womb?: Baptismal Manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807," *Portuguese Studies Review*, Vol. 10, 1: 26-57.
- CURTO, José C. (2005), "Resistência à Escravidão na África: O Caso dos Escravos Fugitivos Recapturados em Angola, 1846-1876," *Afro-Ásia*, Vol. 32, 67-86.
- CURTO, José C. (1998), "The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844- 1850," *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 32, 2/3, 381-405.
- DE AMARAL, Ilidio (1984), "Luanda Em Meados Do Século XIX, Revelada Num Texto De 1848," *Serie Da Geografia*, Vol. 9, 1/2, 1-16.
- DE CASTRO LOPO, Júlio (1948), "Uma Rica Dona de Luanda," *Portucale*, Vol. 3, 129-138.
- DIAS, Jill R. (1976), "Black Chiefs, White Traders and Colonial Policy Near the Kwanza: Kabuku Kambilo and the Portuguese, 1873-1896," *The Journal of African History*, Vol. 17, 2, 245-65.
- DIAS, Jill R. (1981), "Famine and Disease in the History of Angola, C. 1830-1930," *The Journal of African History*, Vol. 22, 3, 349-78.
- FREUDENTHAL, Aida (2005), *Arimos e Fazendas: A Transição Agrária Em Angola 1850- 1880*, Luanda: Caxinde.

- HAVIK, Philip J. (2007), "From Pariahs to Patriots: Women Slaves in Nineteenth-Century 'Portuguese Guinea,'" in Gwyn Campbell, Suzanne Miers, and Joseph C. Miller eds., *Women and Slavery: Africa, the Indian Ocean World, and the Medieval North Atlantic*, Athens: Ohio UP, 309-333.
- HAYS, Margaret J. (1988), "Queens, Prostitutes and Peasants Historical Perspectives on African Women, 1971-1986," *Canadian Journal of African History*, Vol. 22, 3, 431-47.
- HEINTZE, Beatrix (2004), *Pioneiros Africanos: Caravanas De Carregadores Na África Centro-Occidental: Entre 1850 e 1890*, Lisboa: Caminho.
- ISAACMAN, Allen, and Richard Roberts (1995), *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*, Portsmouth, N.H: Heinemann.
- LAW, Robin, ed. (1995), *From Slave Trade to Legitimate Commerce: The Commercial Transition in Nineteenth-Century West Africa*, Cambridge: Cambridge UP.
- LOVEJOY, Paul E. (1986), "Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate," in Gary Y. Okihiro, ed., *In Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History*, Amherst: University of Massachusetts, 71-95.
- LOVEJOY, Paul E. (2009), "Scarification and the Loss of History in the African Diaspora," in Andrew Apter and Lauren Derry, eds., *Activating the Past Historical Memory in the Black Atlantic*, Newcastle: Cambridge Scholarly Publishing, 99-138.
- LOVEJOY, Paul E. (2000), *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MIERS, Suzanne, and Igor Kopytoff (1977), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*, Madison: University of Wisconsin.
- MILLER, Joseph C. (1989), "The Confrontation on the Kwango: Kasanje and the Portuguese, 1836-1858," in Maria Emilia Madeira Santos ed., *I Reunião De História De Africa. Relação Europa-África No 3º Quartel Do Século XIX*, I, Lisboa: Centro De Estudos De Historia E Cartografia Antiga, 535-71.
- MILLER, Joseph C. (1982) "The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa," *The Journal of African History*, Vol. 23, 1, 17-61.

- MILLER, Joseph C. (1988), *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison, WI: University of Wisconsin.
- MILLER, Joseph C. (2007), "Women as Slaves and Owners of Slaves: Experiences from Africa, the Indian Ocean World, and the Early Atlantic," in Gwyn Campbell, Suzanne Miers, and Joseph C. Miller, eds., *Women and Slavery: Africa, the Indian Ocean World, and the Medieval North Atlantic*, Athens: Ohio UP, 1-40.
- NEWITT, Malyn (1981), *Portugal in Africa: the Last Hundred Years*, London: Hurst.
- OLIVEIRA, Vanessa (2011), "Denouncing Their Owners' Cruelty: The Voices of Punished Slaves in Nineteenth-century Luanda," *Paper Presented at the Instituto De Investigação Científica Tropical, Seminário Internacional Novos Rumos Da Historiografia Dos Palop*, Lisbon, Portugal, 1-8.
- OLIVEIRA, Vanessa (2010), "What Else Were They Doing? Women of Means in Nineteenth Century Luanda," *Paper Presented at the Canadian Association of African Studies*, Ottawa, Carleton University, 1-31.
- PANTOJA, Selma (2001), "Donas de 'Arimos': Um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX)," in Selma Pantoja, ed., *Entre Áfricas e Brasis*, Brasília: Paralelo 15, 35-49.
- ROBERTSON, Claire C., and Martin A. Klein, eds. (1983), *Women and Slavery in Africa*, Madison: University of Wisconsin.
- SALAU, Mohammed Bashir (2011), *The West African Slave Plantation*, New York: Palgrave MacMillan.
- WHEELER, Douglas L., and René Pélissier (1971), *Angola*, New York: Praeger.
- WHEELER, Douglas L. (1963), *The Portuguese in Angola: 1836-1891: A Study in Expansion and Administration*, PhD Diss., Boston University.
- WHEELER, Douglas L. (1996), "Angolan Woman of Means: Dona Ana Joaquina Dos Santos E Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant-Capitalist of Luanda," *Santa Barbara Portuguese Studies Review* 3, 284-97.

Dangerous simplifications, suspicious elements and prolonged silence: canadian protestants and the pide on the Benguela plateau

FRANK LUCE*

1. Introduction

In 1973 a strike at the Artistic Woodworks plant outside of Toronto led to the arrest of 108 picketers, including Rev. Murray MacInnes, the pastor at St. Paul – Avenue Road United Church in downtown Toronto. Curiously, St. Paul's was also the home of TCLPAC¹, a NGO that provided political and material support to liberation movements in Portuguese Africa, including the MPLA, the Angola liberation movement that had earned the sympathy of Rev. MacInnes after ten years as a Protestant missionary on the Benguela (central) plateau. While in Angola, the PIDE² found Murray to be a “suspicious element,” a point of view that was quite justified in the inverted logic of the colonial world in which a “good” missionary remained silent while a “bad” missionary protested the injustice of colonial rule.³ For Murray, it seems, religion, labour rights and anti-colonialism were related concepts.

Murray's relation with the MPLA was counter-intuitive because UNITA's support was grounded among the Umbundu people of the Benguela plateau and many UNITA leaders, including Jonas Savimbi, were educated by Murray's missionary colleagues. However, in analyzing the trifurcation of Angola's independence movement, it is a “dangerous sim-

* University of Virginia, Charlottesville
frankl@surenet.net

1 Toronto Committee for the Liberation of Portuguese African Colonies, later known as TCLSAC (Toronto Committee for the Liberation of Southern African Colonies)

2 Policia Internacional da Defesa do Estado

3 Sid Gilchrist, *Angola Awake* (The Ryerson Press, Toronto 1968) 84

plification”, Benedict Schubert cautioned, to equate ethnicity and religious domination with a particular liberation movement, in the manner suggested by these equations:

Bakongo= Baptists = FNLA

Kimbundu=Methodists = MPLA

Ovimbundu = Congregationalists = UNITA⁴

While this implied relation between Christian missionaries and independence movements may have been universal in colonial Africa,⁵ here we are concerned with the specific relation between UNITA and the Congregationalists, that is, *Igreja Evangelica Congregacionalista de Angola* (IECA). The IECA has its origin in the mission with which Murray served, originally the West Central African Mission (WCAM) of the American Board of Commissioners for Foreign Missions,⁶ the missionary branch of the Congregationalist Church in the United States. The WCAM was founded in 1879 and was joined by the Canadian Congregational Foreign Mission Society (CCFMS) in 1883. After Congregationalist, Methodist and Presbyterian churches merged in Canada (1925) to form the United Church of Canada (UCC), the UCC established an independent Canadian mission (1927); while the UCC mission was administered in Canada by

4 Benjamin Schubert, *A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991* (P. Schlettwein Publishing, Switzerland, 2000) 141

5 Didier Péclard, “Religion and Politics in Angola: The Church, the Colonial State and the emergence of Angolan Nationalism, 1940-1961” (*Journal of Religion in Africa*, Vol. 28, fasc. 2, May 1998) 163

6 The American Board of Commissioners for Foreign Missions was founded in 1810 as an inter-denominational society, including Presbyterian and Reformed churches, besides its core of Congregationalists. After some secessions due to the slavery issue and the formation by the Presbyterian Church of its own foreign mission board, the ABCFM was left as a Congregationalist body after 1870. Woman’s Boards of Missions were organized in association with the ABCFM in 1868 to promote work with women in the mission field. These continued as separate organizations until 1936. The ABCFM incorporated the Foreign Department of the Christian Church following the merger with that denomination in 1930. In 1957, the Congregational Christian Churches merged with the Evangelical and Reformed Church to form the United Church of Christ. On 29 June 1961 the ABCFM was formally concluded, becoming part of the United Church Board for World Ministries (UCBWM), (in the United States). On 1 July 2000, the UCBWM became Wider Church Ministries.

its Board of Overseas Missions (later Board of World Mission), in Angola it continued to work with the WCAM as a joint mission. In 1956 the churches founded by this joint mission were formally constituted as a national church known as the CIEAC (*Conselho das Igrejas Evangélicas de Angola Central*), which after independence became the IECA.

The paper begins by expanding on the history of the joint mission, showing that this history is one of contradiction between the mission and the colonial state, despite the imagined “civilizing mission” shared by the church and state.⁷ While witnessing firsthand the exploitative and repressive practices of colonial rule, including the abuse of forced labour, the missionaries maintained silence in order to avoid expulsion. This silence was prolonged until 1968 when it proved to be counter-productive since its effect was an implied consent to colonial rule.⁸

The paper then moves to the period of armed struggle, beginning with the events of March 15, 1961 and their impact on the joint mission and the CIEAC. Relying (with extreme caution) on the documentation produced by the PIDE and its informers, the paper shows that several of the missionaries provided material assistance to sympathizers of the MPLA and the UPA both before and after March 15, and then to UNITA after its attack on Teixeira de Sousa (now Luau) on December 25, 1966. The PIDE documents, despite their questionable reliability, also confirm the systemic relation between the mission system of education and the notion of independence that was generally shared by the catechists and pastors of the CIEAC.

The reason why I refer to the PIDE documents only “with extreme caution” and why I challenge their reliability is that they contain information and statements that may be presumed in most cases to be either obtained through the use of torture or to be self-serving or both; by self-

7 For the historical transformation of the Canadian churches in their world mission, see Ruth Compton Brouwer, “When Missions Became Development: Ironies of ‘NGOization’ in Mainstream Canadian Churches in the 1960s” (*The Canadian Historical Review*, Volume 91, Number 4, December 2010, 263)

8 Gilchrist, *Angola Awake* 108. Unlike those from the Congregationalists and the United Church of Canada, the Baptist and Methodist missionaries had become vocal critics of the colonial regime after 1961. For example, see Malcolm McVeigh (an American Methodist who left Angola in 1961): “The Bullets of Civilization” (*Africa Today*, Vol. 8, No. 7, Sept. 1961 5)

serving I mean to serve either the interests of the informant or the interests of PIDE or both, in building a case against a perceived enemy of Portuguese sovereignty.

Using the missionary career of Rev. Murray MacInnes as a case study, the paper then shows that the PIDE was justified in suspecting that some of the “bad” missionaries were actively engaged in providing indirect support to the independence movements through the pastors and catechists of the CIEAC. The case study again relies, with caution, on PIDE documentation and it also incorporates documentation found in the archives of the United Church of Canada. This paper represents an early phase of a larger study of the relation between the joint mission and the abolition of forced labour in Angola.⁹

2. A brief history of the joint mission

The initiative to establish the WCAM was led by Dr. John Means whose motives included a concern over the continuing slave trade off the Benguela coast. As a first step, The American Board sent out three missionaries in March 1881: William Bagster, William Saunders and Samuel Miller. Among the three, Samuel Miller stands out because his parents had been enslaved in the United States and his African heritage allowed him to identify more closely with the Umbundu population than could his white colleagues, who apparently resented this quality and had him sent back.¹⁰

The original goal of the American Board was to establish a mission station in the Kingdom of Bie. Instead they set up their first station in the Kingdom of Bailundo, under the unreliable protection of King Ekyikui who at the time was in conflict with King Omutukevela of Bié. Walter Currie was sent by the Canadian Congregational Church in 1886. After serving a two year apprenticeship at Bailundo, Currie established the first Canadian mission station at Chissambo, in the Kingdom of Bié, near the

9 For the role of the International Labour Organization in attacking forced labour in Angola, see Frank Luce, “Armed struggle, the ILO and the Labor Institute: Suppressing Forced Labor in Angola” (proceedings of “Slavery, migration and contemporary bondage in Africa” conference, Wilberforce Institute, Hull, 2009) (forthcoming).

10 Todd Cleveland, “Samuel Miller”, in *Africa and the Americas: Culture, Politics, and History*, Volume 1 (Richard M. Juang, ed., Noelle Morrissette) 763

Portuguese outpost of Silva Porto. Soon after the Portuguese consolidated their sovereignty over the Benguela plateau (1904) when they defeated the Umbundu kingdoms which in 1902 had revolted against the abuse of forced labour.

The Portuguese victory in fact created a power vacuum which Currie turned to his advantage. Currie “purchased” land from the Portuguese and established a mission station which he called the “The Christian Commonwealth of Chissamba”¹¹. “Chief Currie,” as he quickly became known, dominated the mission station and provided material incentives for Umbundu converts to take up residence under the rules that he established. In effect, Currie provided an alternative economy in which his Umbundu converts were transformed from traders into agriculturalists, with the hope that they could escape the exploitative trade and labour practices of the Portuguese colonizer.¹²

While on a furlough in 1902-03, Currie traveled the traditional Mbali (as Umbundu traders were sometimes known) trade route from the plateau into the interior, as far as Lake Niassa. His trip along this slave trade route foreshadowed that of Henry Nevinson in 1906, through which Nevinson exposed the continuing slave trade to São Tomé e Príncipe.¹³ Through Nevinson, Cadbury and their successors, Protestant missionaries gave voice to their concern over the colonizer’s abuse of forced labour.

By the time Currie left Angola due to ill health in 1910 his station model was becoming outdated. The next generation of Canadian missionaries was led by John T. Tucker who succeeded Currie in Chissamba in 1913.¹⁴

11 Fola Soremekun, “A History of the American Board Missions in Angola 1880-1940” (unpublished PhD dissertation, Northwestern University, 1965) 102. For a history of the Chissamba mission under Currie, see John C. Butcher, “Canadian Missionaries and the Ovimbundu of Angola 1885-1915 (unpublished MA thesis, Dalhousie University, 1975). For a history of the Canadian mission up to 1961, see Paul C. Byam, “New Wine in a Very Old Bottle: Canadian Protestant Missionaries as Facilitators of Development in Central Angola 1886-1961 (unpublished PhD dissertation, University of Ottawa, 1997)

12 While Currie’s complaint about labour practices was over slavery and forced labour, his objected to Portuguese trading practices was that they traded *aguardente* for rubber. Currie set up a trading post at the mission that offered calico instead.

13 Henry W. Nevinson, “A Modern Slavery”, reprinted in *Slavery in Portuguese Africa* (Northbrook, Metro Books, 1972)

14 According to Soremekun, Chissamba station had fallen into a state of decadence by 1924. It seems that whoever was left in charge of the Chissamba mission was more interested in trade

Tucker's ambitions went beyond the mission station, and only 15 months after his arrival he moved to Dondi where he became the first director of a new school that was based on Currie's recommendation. The Dondi location soon evolved into the "Central Institutions at Dondi" which included the original boys school (1914), a girls' school (1916), a printing press (1921), a hospital (1921), and a seminary (1935), all of which operated as autonomous institutions under the control of the joint mission. Although the boys school was originally given an African name, after Currie's death in 1915 the name was changed to the Currie Institute; perhaps as a concession to the American Board, the girls' school was named after Dr. John means; the seminary was given the biblical name of Emanuel.¹⁵

The Dondi site had been established under the protection of Norton de Matos. With the construction of the Benguela railway, Norton de Matos was interested in opening up the plateau to colonization, going so far as to designate Nova Lisboa (now Huambo) to replace Luanda as Angola's capital. Since Tucker's proposal for Dondi conformed to this vision, Norton de Matos granted the joint mission a concession of 10,000 acres at a nominal price. With Dondi as an institutional base, the mission was able to expand under the protection of the Portuguese republic and by 1924 it had established eight stations, including one in Elende (1906) where Rev. MacInnes later served.

Parallel to the development of the Dondi site, the mission began a formal bifurcation of its evangelical and developmental functions. In keeping with the Congregationalist tradition, individual church congregations were to have local autonomy, but this concept was adapted to the colonial context. In 1913 the mission's various churches were regrouped into the *Associação das Igrejas Umbundu*,¹⁶ an organization that was dominated by the missionaries but included advisors from among the Umbundu con-

than in evangelizing, causing the WCAM to establish a special Board of Inquiry to investigate and propose reform. Soremekun, "A History of the American Board Missions" 210

¹⁵ The original name of the Currie Institute was Kachivungo, the name of the village where it was located and from which the Umbubdu had been expelled in 1902. The area around Kachivungo was called Dondi, which had been ruled by Chief Chimbundu, who had converted to Christianity.

¹⁶ Lawrence W. Henderson, *A Igreja em Angola* (Editorial Alem-Mar, Lisboa, 1990) 232

verts. The CIEAC later evolved out of this association into an Angolan national church, formally in 1956.

The presence of Protestant missionaries, including foreigners, in Angola was legitimized by Norton de Matos in 1921 with the enactment of Decree 77.¹⁷ However, de Matos insisted that the mission schools use Portuguese as the language of instruction, whereas previously the joint mission used Umbundu and English and taught English (rather than Portuguese) to its students. In addition, Decree 77 restricted the use of local languages such as Umbundu; while Umbundu could continue as a language of evangelization, its use in education was limited to the period of a student's transition from home to school. The mission relied on African converts for evangelizing, and under Decree 77 these were awarded the formal status as catechists; a catechist required a state license, which was granted only on the condition that they spoke Portuguese.

Tucker accepted the conditions imposed by Decree 77 and set out to convert the mission education system from English to Portuguese, while at the same time he and others bolstered the use of Umbundu in evangelization. While already alienated from the Portuguese administration, traders and settlers because of their nationality, let alone their views on trade and labour, the missionaries were further alienated over these language issues for the remainder of the colonial era.

In addition to the simmering issues of nationality and language, the continued abuse of forced labour was a constant irritant in the mission's relation with the colonial state. Although Norton de Matos was opposed to the abuse of forced labour he promoted the use of contract labour for both public and private purposes, despite the prevalence of obvious abuse. In response to a litany of complaints on this issue, the American Board and other mission groups sponsored the study in 1924 by an American sociologist that became known as the infamous Ross Report.¹⁸ Ross not only used rather undiplomatic language to condemn the labour practices of the colonizer, but in addition he contrasted the bad Portuguese approach to colonization to the good approach of the Protestant missionaries. The blowback

17 Decreto 77 de 9 de Dezembro de 1921

18 Edward A. Ross, *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa* (New York, The Abbott Press, 1925)

to the joint mission from the Ross Report was both intense and violent, with the result that the missionaries were intimidated into four decades of prolonged public silence over the forced labour issue. This incident also brought the mission's initial period of expansion to an abrupt end as no more stations were authorized until the CIEAC was established in 1956.

For his part, Tucker attempted to distance himself and the mission from the Ross Report, despite the involvement of the American Board. In an effort to improve relations with the colonizer, Tucker went on something of a diplomatic offensive. However, the situation did not much improve, and religious discrimination against the Protestant missions was formalized after Salazar came to power in 1928. In alliance with the hierarchy of the Roman Catholic Church, Salazar's colonial policy ensured that "every possible distinction was blurred...between 'christianization' of the 'natives', their 'Portugalization' or 'nationalization' and Portugal's 'civilizing mission'." ¹⁹ As foreign nationals (in the perspective of the colonizer) the Protestant missionaries were less privileged than their Catholic counterparts and tension sometimes arose between these two branches of Christianity, with the colonial state on the side of the Catholics. In response to this state of affairs, particularly after Salazar's concordat with Rome in 1940²⁰, Tucker instigated the founding of the *Aliança Evangélica de Angola* (1948) in Luanda, which he headed. In 1951 he moved to Lisbon as head of the *Liga Evangélica*, lobbying on behalf of Protestant missions throughout the Portuguese empire, until his death in 1954.

While the issue of forced labour was not brought to a head before the ILO until 1961, prior to that both Tucker and his wife Mabel had protested its abuse within diplomatic and church circles. However, it required a delegation of Angolan pastors to bring the issue directly to United Church officials in Canada. As the PIDE became aware, Jesse Chiula Chipenda, the founding Secretary-General of the CIEAC, and his colleague Frederico Calombo Mussili from Nova Lisboa, visited Toronto for several months in 1950. In their report to Board of Overseas Missions of the United

19 Didier Péclard, "Religion and Politics in Angola" 167

20 As Péclard pointed out, in addition to the Concordat, Salazar and Rome signed a Missionary Accord, and Salazar enacted implementing legislation, all of which gave the Roman church a privileged position throughout the empire when compared to that of the Protestant churches.

Church of Canada they highlighted the continuing abuse of forced labour on the Benguela plateau. To their misfortune, this misstep was used against them, as we will see later, when they were arrested and interrogated by the PIDE.²¹

The prohibition on establishing new mission stations that resulted from the Ross Report was compensated by the establishment of a network of sub-stations, through the evangelizing work of the catechists. By sending catechists into the villages, the mission was able to spread the faith outwards and establish many small congregations, in contrast to Currie's model of drawing converts into his station. In 1929 the *Associação das Igrejas Umbundu* began to ordain Umbundu pastors for its new congregations from among the catechists,²² and after 1935 many catechists could be trained in the Emanuel Seminary.

With the Umbundu church expanding through this network of stations and sub-stations, the mission also expanded its developmental function along similar lines so in a station or sub-station you could expect to find a church, a health post and one or more schools, while a station may also house a hospital with a missionary doctor. The mission school system included three types of schools: a primary school, which was co-educational; an "*escola da vida rural*", which trained male catechists in evangelization, the building trades, and modern agriculture; and a domestic school that trained girls over 15 (often the wives of the catechists) in domestic skills.²³ The colonizer discouraged the Protestants from establishing any institutions of higher education, so instead the mission provided bursaries for its more promising students to study at the *Liceu Nacional de Nova Lisboa*, while others went to a Catholic *liceu*, including one in Silva Porto. The mission also provided bursaries for study in Portugal, prior to the events of March 15, 1961.

Although the general structure of the joint mission and the church may be imagined as a patriarchal hierarchy, with white males at the top, this image is complicated by at least three factors.

21 ANTT (Arquivo Nacional Torre de Tombo) PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-G NT1988 132

22 Henderson, *A Igreja em Angola* 132

23 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/80

First, although the American Board was dominated by whites, the Congregational Church in the United States was not an exclusively white institution, as we saw through the experience of Samuel Millar. By 1922 the Negro Congregational Churches in the United States were demanding to send their own missionaries to Angola, a demand which the ACAM accommodated by opening a new station at Galangue which was staffed by African American missionaries. Inspired by Marcus Garvey and the Negritude movement, white missionaries had also begun to re-think their role and the role of Christianity in Africa. The Galangue experiment provided a testing ground for Africanization,²⁴ while Tucker urged more generally that “the church must speak African.”²⁵

The second complicating factor is the important contribution of the Canadian Congregational Women’s Board of Missions. Within the patriarchal hierarchy, the role of women was sometimes reduced to that of the missionary’s helpmate; even Innes MacInnes, a strong feminist by any measure, was described in a reference letter as “... all that a Minister needs in a helpmate and fellow worker”.²⁶ This attitude seems to have been prevalent even among Canadian church women; for example, the secretary of the Women’s Board, Miss L.S. Wilcox, had proposed the establishment of the Means School as an instrument for teaching domestic skills to Umbundu girls, and indeed the domestic school model spread throughout the entire mission education system. Working within that model, however, progressive women were somehow able to impart the notion of independence, both personal and political, so that an Umbundu woman such as Maria Chela Chikueka was able to become a teacher at Means School and later to join the independence movement after going into exile.²⁷ Although Canadian women were in fact subordinated to the hierarchy through the mission recruitment process, whether as wives or professionals, many

24 Lawrence Henderson, *Galangue: The Unique Story of a Mission Station in Angola Proposed, Supported and Staffed by Black Americans* (United Church Board for World Ministries, 1986)

25 Soremekun, “A History of the American Board Missions” 164

26 UCC (United Church of Canada archive) J. Murray MacInnes fonds # 3277, file 1. Drew letter to Gallagher, February 14, 1953

27 Chela later wrote about her experiences in Angola: Maria Chela Chikueka, *Angola Torchbearers* (Chela Book Group, Toronto, 1999)

wives and many female professionals came to play a leading role such that by 1961 it was not unusual to have a woman as station head or as director of an institution. Some women were among the least silent in protesting mistreatment at the hands of the colonizer. Etta May Snow, for example, then the director of the domestic school in Lutamo, was a vocal critic of the discriminatory travel restrictions to which the Protestant missionaries were subjected. She was known to the PIDE as someone who was “*contrária à política do Governo Português*”. Furthermore:

*É grande a sua influência sobre as massas nativas em especial os catechistas, sendo consideravel [sic] indesejável a sua permanência nesta Província.*²⁸

The third complicating factor was that the CIEAC had begun to function independently of the mission as a national church, even prior to 1961, as we will see in the next section.

3. The CIEAC and the PIDE

While the contradictions between the joint mission and the colonial administration continued to simmer, it was the mission's role in fostering an Umbundu elite that eventually led to direct confrontation. The creation of the CIEC as a national church was a manifestation of the mission's role in elite formation but the colonizer recognized that it was more the mission's system of education that was at fault for creating a disconnect between the Umbundu elite and 'Portugalization'. This historical process of “*desnacionalização*” gave rise to a fear among Portuguese traders and settlers on the Benguela plateau that the Umbundu pastors and catechists were a threat to the privileges that colonization offered to them as members of a white minority, particularly after 1961 when Portuguese sovereignty was at issue.

Despite these contradictions, the colonizer tolerated the continuing presence of the joint mission for two main reasons: first, the mission's developmental function was useful in providing social services to the rural population, a role that would be incumbent on the state in the mission's absence; second, the presence of an organized Protestant church was use-

28 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18D NT 1967 200

ful in preventing the spread of religious cults, many of whose leaders were more radically nationalist than the Protestants, particularly after 1961 when Angolans were prepared to support any organization that held out an alternative to colonial rule.²⁹ Since March 15, 1961, however, Gilchrist suggested that the colonizer “has been applying the technique of a slowly tightening noose to Protestant missions and indigenous Protestant churches in Angola”.³⁰ In this section we will see that this suggestion is born out.

Nationalist tensions on the Benguela plateau began to boil after June 30, 1960 when the Belgian Congo gained its independence. The catechists from the Emanuel Seminary seemed to share in the aspiration for independence, and a Dondi group headed by David Chambassuko Severino protested against a forced display of loyalty to the colonial regime. Over a hundred catechists were arrested, Severino was “apparently executed”, and the Central Institutions of Dondi came under PIDE surveillance.³¹ The situation exploded after the events of March 15, 1961, with colonial administrators, traders and settlers launching a campaign of murder and torture against the Umbundu elite, with CIEAC pastors and catechists as a specific target. The missionaries themselves, of course, enjoyed a degree of immunity, although they certainly fell under suspicion, as we will see later. A close associate of Rev. MacInnes, Dr. Sidney Gilchrist, soon became a focus of PIDE concern as he did little to hide his distaste for Portuguese rule. According to a PIDE informer:

*Além da sua profissão, via-se nele interesse pelos assuntos políticos. Manifestava-se como admirador de todos aqueles que fora do País vão fazendo algo em prol da dita “independência de Angola”.*³²

Gilchrist himself laid bare his sentiments following his departure from Angola when his published memoir broke the silence of the United Church of Canada about the murderous rampage that members of the Portuguese

29 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/94

30 Gilchrist, *Angola Awake* 113

31 John Marcum, *The Angolan Revolution Volume I: The Anatomy of an explosion (1950-1962)* (The M.I.T. Press, Cambridge, Massachusetts, 1969) 110 .

32 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-E NT1987/264

community carried out on the Benguela plateau.³³ Indeed, following his tragic death in 1970, an obituary praised the fact that "...all his life he nurtured the aspiration among Africans that someday their nations would be their own".³⁴

While no one should doubt that the CIEAC harboured a general sentiment in favour of independence, the colonizer was unsure if the entire mission was the enemy or whether only Gilchrist and a few others were at fault. According to a religion teacher at Dondi who later became a PIDE informer, the mission itself remained focused on "*evangelização acompanhada de educação e civilização do povo*", but certain "*missionários desonestos*" indeed promoted the cause of "*desnacionalização*".³⁵ Beyond these few "bad" missionaries, however, the mission education system was suspected of inculcating the independence aspiration into the minds of its students. As Rev. MacInnes himself later suggested: "nationalist ideas were largely planted on seed-beds prepared by mission education".³⁶ The effect of this education system was evident among the students at Dondi. In a special report prepared by the PIDE in October 1964 the Dondi students were decried as "*arrugantes, autoritarios e desrespeitadores para com os europeus, a sua falta de saudação a estes e até a [sic] autoridades, o que demonstra da sua parte um espirito de desnacionalização*".³⁷

Certain missionary teachers were specifically caught out giving lessons that seemed to undermine Portuguese rule. In March 1962, the *administrador* of Bié, J. Carrusca de Castro, reported to his superiors in Luanda that the *Escola de Vida Rural* at the WCAM station in Camundongo was nothing more than "*uma escola de desnacionalização*" and that the American station head, Carl Russel Dille, was "*declaradamente anti-national*". On a surprise visit to one of Dille's classes on the history of Portugal, Carrusca Castro had seen written on the classroom blackboard the following set of questions:

33 Gilchrist, *Angola Awake*

34 Doctor "Sid" Gilchrist, in "Significant Scots" www.electricscotland.com/escgi

35 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-E NT1987/266

36 J. Murray MacInnes, "Anatomy of a Revolution" (1970 *Worldview* vol. 13, No.6, June 1970) 19

37 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/203

1. *Qual foi o erro da Rainha Ginga?*
2. *Diga o que sabe sobre a escravatura em Angola*
3. *Diga quais os principais chefes de ambas as partes que entraram na campanha do Cuamate?*³⁸

Carrusca Castro's report was forwarded to the PIDE for investigation, along with a complaint that, contrary to what had been promised, the PIDE had no one working in its office in Bié, making such activities more difficult to monitor. This situation was rectified in February 1965 when the PIDE sent Mario dos Santos to Silva Porto to facilitate future surveillance.³⁹

Having been exposed by Carrusca Castro, Dille and his family transferred out of harm's way in May 1963 and he was appointed rector of the Emanuel Seminary where, according to a later PIDE report, he was able to "*exercer grande influencia sobre as massas nativas que adiante serão expostos.*"⁴⁰

Although many innocents were killed on the Benguela plateau in the wake of March 15, it would be naïve to suggest that the colonizer had nothing to fear from the CIEAC pastors and catechists. After March 15, 1961, the PIDE became concerned that the mission was using its funds to help its catechists escape detection by sending them abroad to join the UPA or the MPLA, both of which movements seemed by then to have become well known in the region. The mission controlled two funds that could be used for this purpose: a *fundo de emergências* that provided a standard contribution of 1000 escudos to persons in distress, including the families of political prisoners, and a bursary fund that was used to finance its *bolsistas*, that is, students seeking higher education, either at the *liceu* in Nova Lisboa or at a university in Portugal. The most famous *bolsista*, of course, was Jonas Malheiro Savimbi, the son of a Lote Malheiro Savimbi, a CIEAC catechist from the Chilessso station. Jonas Savimbi had studied at Chilessso and at Dondi. Despite the fact that Savimbi later went to the Catholic *liceu* in Silva Porto for part of his secondary schooling, the joint

38 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/88

39 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/86

40 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/199

mission assisted in sending him to Lisbon to study medicine.⁴¹ After the events of March 15, Savimbi and his fellow *bolsistas* were no longer safe in Portugal and Savimbi was sent to Switzerland to continue his studies. Thereafter the *bolsistas* were sent to various countries around the world, but never again to Portugal. At the same time many catechists on the Benguela plateau went underground, seeking the mission's assistance to escape abroad, either as *bolsistas* or otherwise. For the PIDE, to assist a catechist in this circumstance was a serious act of treachery.

The bursary funds were administered by a *Comissão de Bolsas de Estudos das Missões Evangelicas de Angola*, which was controlled by various missionaries at various times. In 1961 its president was a Canadian woman, Frances Muriel (Francisca) Walbridge, and Sydney Gilchrist was its treasurer. Walbridge was later interrogated about her management of the funds but denied any misconduct, while Gilchrist could not escape culpability in the eyes of the PIDE. Although he made no admissions, it seems clear that Gilchrist assisted in several "escapes". The commission also included two African advisors, who in 1961 were Pastor Jesse Chipenda and Pastor Frederico Mussili. As was the case with respect to their sojourn in Toronto in 1961, their involvement in these escapes became a subject of interrogation when they were later arrested.

Among those who had earlier escaped in this manner was Pastor João Capuca Fernando from the CIEAC who was known to the PIDE as a UPA organizer and who escaped to the Congo in 1960. In addition to the further wave of escapes that occurred in 1961, in 1964 Maria Chela and her fiancé Pedro Chicueca escaped the United States where they later married. Chipenda's son José had been a *bolsista* in Portugal and remained with the CIEAC, while his other son Daniel escaped to join the MPLA. We can see that in this period prior to 1966, both the UPA and the MPLA were able to recruit Umbundu militants. In fact, the MPLA was widely listened to on the Benguela plateau through its thrice-weekly radio broadcasts on *Emissora Brazzaville*.⁴²

41 Henderson, *A Igreja em Angola* 197. For a recent biography of Savimbi, see Emídio Fernando, *Jonas Savimbi: No Lado Errado da História* (Publicacoes Dom Quixote, Alfragide, 2012). Savimbi's successor as leader of UNITA, Isaias Samavuka, was educated at Chissamba in the 1950s.

42 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.17-A NT1985/132

The presence of the MPLA was felt closer to home in 1966 when it opened up its Eastern front, under the leadership of Daniel Chipenda. However, the impact of the Eastern front was soon eclipsed by comparison with UNITA's attack on Teixeira de Sousa on December 25, 1966 which brought the war home to the Benguela plateau. A PIDE agent by the name of Castro Bango had already infiltrated the UNITA cell in Nova Lisboa, and in the wake of this attack his information led to the arrest over 600 suspected UNITA militants.⁴³ Two of those arrested were Jesse Chipenda and Frederico Mussili. From later sources it appears likely that Castro Bango identified Mussili as a UNITA militant,⁴⁴ while the PIDE associated Chipenda more closely with the MPLA.⁴⁵ Chipenda was taken at first to Luanda, perhaps because of his high rank in the church, where he was first interned in a psychiatric institution and then later transferred to the São Nicolau prison in the south where he died in the arms of Mussili.⁴⁶ Mussili was questioned about their sojourn in Toronto and about the bursary fund. He "confessed"⁴⁷ (I presume under torture) that he knew Savimbi from his days at Dondi and that he was a follower (*adepto*) of his movement. He also "confessed" to having attended UPA meetings organized by his friend João Capuca and to having tuned into the MPLA broadcasts in Nova Lisboa at the mission's *Residência Acadêmica das Igrejas Evangélicas de Angola Central*, of which Rev. MacInnes had been the director.

4. Rev. Murray MacInnes

Murray MacInnes was just a farm boy from a place called Musquodoboit Harbour, Nova Scotia, when he started to think about becoming a missionary. He thought his calling was to serve in Africa but he was prepared to go wherever the church sent him, as long as he could work in agriculture. For this he became well qualified, and according to a reference letter

43 Fernando, *Jonas Savimbi* 102

44 IBID

45 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.17-A NT1985/28. Chipenda's signed statement, presumably elicited under torture, specifically identifies various prominent individuals as either UNITA or MPLA militants.

46 Henderson, *A Igreja em Angola* 329

47 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.17-A NT1985/ 133ff

from a major producer who was his former employer, “his knowledge of scientific farming and practical agriculture will be of untold benefit in his work in India.”⁴⁸

Murray attended Dalhousie University in nearby Halifax and the United Church of Canada’s Pine Hill Divinity College (now the Atlantic School of Theology). Prior to completing his divinity degree, he moved to Toronto for a year (1949), “to get the labour point of view” before he made a final decision to become a missionary. He became a factory worker at the Massey Harris plant on King Street in downtown Toronto, an experience that later served him well on the Artistic Woodwork picket line. The workers at the Massey plant were also concerned about issues of race; as members of the United Auto Workers, their local had a human rights committee that was instrumental in the struggle against racial discrimination in Ontario.⁴⁹

During his time in Toronto, Murray attended Bloor Street United Church where he met Catherine “Innes” Scherer at a Young People’s Union meeting. Innes was a church activist who, although trained as a dental assistant, was working as a clerk-typist for the Economic Mutual Insurance Company. They had a lot in common. Like Murray, Innes was from a farm community (Ridgetown, Ontario) and of Scottish Presbyterian heritage. More importantly, she was also ready to join Murray in the church’s overseas missions. They were soon married, and Innes bore two children within the first three years of their marriage, before they left Canada.

Before finishing his divinity degree in August 1952, Murray applied to the United Church Board of Overseas Missions, with Innes applying as the minister’s wife. Although the Board’s secretary, David Gallagher, seemed to believe he was following standard procedure, for Murray the process was too slow. When Murray proposed that the church finance a two year graduate programme in agriculture that was available in upstate New York, Gallagher dismissed the proposal and suggested that Murray

48 UCC (United Church of Canada archive) J. Murray MacInnes fonds # 3277, file 1. Rose letter to Gallagher, January 14, 1953

49 For the story of the UAW local’s involvement, see Karen Schucher and Frank Luce, “The right to discriminate’: Kenneth Bell versus Carl McKay and the Ontario Human Rights Commission” (Osgoode Society, Toronto, forthcoming)

instead take the course during a furlough. To express his frustration, Murray wrote:

The impression gleaned from correspondence with you was that you cared not a whit whether I considered overseas service at all.

Gallagher wrote back, switching from his normal salutation of “Dear Murray” to “Dear Mr. MacInnes”:

I trust that the spirit of your letter is not habitual with you.⁵⁰

In any event, the application remained on track, and after considering postings in Japan, India and Northern Rhodesia (now Zambia), Murray accepted a position as director of the mission station in Elende where he, Innes, and their two children arrived in 1954. Before leaving Elende in 1961, Innes bore two more children.

The posting was not entirely related to agriculture, as Murray had hoped, but teaching at Elende’s *Escola da Vida Rural* allowed him to experiment with local crops and to train the catechists in modern techniques of agriculture. Within the mission Murray became known as an advocate for what he referred to as “locally based subsistence agriculture,” while at the same time he was a strong believer in the value of education. For Murray, however, agriculture was the developmental priority for Angola, a thought he held both before and after independence. Later during the period of the civil war he wrote:

...there is no other path for Angola than to develop the countryside. Sane agricultural policy that supports the common good and is recognized as fair by the rural population will certainly be the key to sustain the momentum for peace.⁵¹

50 UCC, J. Murray MacInnes fonds # 3277, file 1. MacInnes letter to Gallagher, January 16, 1952; Gallagher letter to MacInnes, January 18, 1952.

51 Murray MacInnes, “Reconstruting the peasantry”, in Pierre Beaudet, Frank Luce and Murray MacInnes, eds., *Angola 1991: Rebuilding a Country* (CIDMAA, Montreal, n.d. c.1991) 73

Murray's definition of a "sane agricultural policy" did not include the colonial plantation system which continued to rely on the abuse of forced labour until independence. Instead he became a harsh critic of the colonial labour practices that he observed first hand on the Benguela plateau, in particular the forced recruitment of Umbundu labour for the coffee plantations in the Congo region. He later expressed a concern that "[t]he Angolans work as slaves under labour contracts".⁵² When the ILO later suggested that the labour practices of the colonial administration had greatly improved in the years immediately prior to independence,⁵³ Murray countered that the ILO representative had spent little time on the ground in Angola and had relied almost exclusively on information provided by the colonial authorities.⁵⁴ However, despite his strongly held opinions on labour issues, Murray maintained the mission's policy of silence until after his return to Canada.

Elende was an idyllic location in the hills leading down from the plateau to the coast, but nevertheless it was affected by the events of March 15, 1961. It seems that in the wake of March 15, some students from the station schools were observed engaging in unspecified acts of insubordination and began openly to refer to themselves as "*americano*" instead of Portuguese. According to António Gouveia Lopes, the local *chefe de posto*, Murray had instigated this misconduct by teaching his students that they were not Portuguese. Perhaps concerned that the students may push matters further, Gouveia warned Murray that "*se algo acontecesse naquela missão que ferisse a nossa Soberania, lhe seria destinada a primeira bala da sua metralhadora*".⁵⁵

52 Murray MacInnes, "Structure of Underdevelopment" (unpublished manuscript, on file with author. n.d. 1972?)

53 International Labour Organization, "Report by Pierre Juvigny, representative of the Director-General of the International Labour Office, on Direct Contacts with the Government of Portugal Regarding the Implementation of the Abolition of Forced Labour Convention, 1957 (No.105)", in Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations, International Labour Conference (1971), Report III (Part 4A), Volume A: "General Report and Observations concerning Particular Countries".

54 J. Murray MacInnes memorandum to Garth Legge, July 17, 1973 (on file with the author)

55 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-E NT1987249

Up until that point Murray thought that Gouveia had been friendly towards him but now he realized that attitudes had hardened and matters were now in the less friendly hands of the police. Now confronted with the animosity of local officials, Murray and Innes decided to move their family out of harm's way, and to conform with mission policy, Innes returned to Canada with their children in May 1961, only to rejoin Murray later, since the CIEAC was asking the missionaries to stay in the field. In 1962 he was appointed director of the *Residência Académica das Missões Evangelicas de Angola Central*, located near the *Liceu Nacional de Nova Lisboa*, where the mission's *bolsistas* resided while attending secondary school. At the same time he was appointed president of the *Comissão de Bolsas*, replacing Walbridge.

In the PIDE's inverted logic, as the residence director Murray proved himself to be a "*mau moralizador e disciplinador*", as indecency and immorality was said to prevail among the student residents of both sexes. He failed both as a director and as a religious leader, by PIDE standards, to the prejudice of both the Christian faith and the Portuguese nation. He was, a PIDE inspector reported, under suspicion but too clever and cautious to be caught out:

*MacInnes é um individuo que se tourna, de certo modo suspeito, mas é bastante esperto e cautoso, como alias, são na sua generalidade os missionários Protestantes, para se não compremeter.*⁵⁶

Acting on their suspicions, the PIDE kept Murray under constant surveillance and monitored his correspondence. Murray did well to be cautious because by 1964, while again back in North America, his correspondence reveals that he was in contact with MPLA sympathizers in Leopoldville.⁵⁷

In December 1964 Murray applied to the Consul General of Portugal in New York for a re-entry visa. According to the existing procedure, the request was referred to the PIDE delegation in Luanda, which then forwarded the request to the Governor of the District of Huambo in Nova

56 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-D NT1987/201

57 UCC, J. Murray MacInnes fonds # 3277, file 7 passim. August 1964

Lisboa for his opinion. Although there were no specific allegations against him at that time, it appears he may never have received a final official response to his request.

Although the PIDE had found no specific evidence of misconduct on his part, it was reported that Murray “*foi sempre elemento suspeito sob o aspecto politic.*” The PIDE reported that, in his first year as director, 209.000 *escudos* were deviated from the *Residência Acadêmica* accounts and used to assist in the escapes. More evidence against Murray followed in 1966 from a report filed by a PIDE informer known as Teo. Teo was a primary school teacher at Dondi who was questioned by the PIDE in early March 1966. Confronted with unknown pressure, Teo submitted a type-written report “voluntarily” to the PIDE later that month, at the request of the delegation head in Nova Lisboa, Antonio da Luz Costa, to whom he addressed his report in the following terms:

[E]m obediência ao pedido do Excelentíssimo Senhor Inspector da Policia Internacional e de Defesa do Estado de Nova Lisboa...⁵⁸

While requesting anonymity for himself, Teo revealed that his mentor, Gladwin Murray Childs, presented a danger because in his teaching he would alert his Dondi students to world events and speak to them about African leaders from the newly independent states.⁵⁹ He revealed that Childs and his wife Margaret had helped in the escape of Adelia Lucondo Urbano to Switzerland where she had met up with her friend Jonas Savimbi, according to other PIDE sources. Teo implicated several other missionaries, including Murray MacInnes and Sidney Gilchrist, drawing particular attention to their role on the *Comissão de Bolsas* in financing the escapes. With respect to Murray’s role in the escapes, Teo specifically alleged that Murray had assisted two catechists in escaping from Nova Lisboa and two others in escaping to join the independence movements while on a school trip to Mozambique.

58 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18-E NT1987/262

59 Childs did graduate work in anthropology and published a major work on the Umbundu in 1949, reprinted 20 years later after he left Angola: Gladwyn Murray Childs, *Kinship and Character of the Ovimbundu* (Dawsons of Pall Mall, London, 1969)

In an even more serious vein, Teo alleged that on one occasion a group of UPA militants called on Murray at the *Residência Académica* to request his assistance. Murray responded favourably, giving each of them the standard donation of 1000 escudos. Apparently Murray recorded the donations as required in the account books of the emergency fund, but he relied on the identity documents produced by the UPA militants, knowing them to be fraudulent.

Worse still, from the colonizer's perspective, a further PIDE report concerning Murray's activities alleged that:

*É indicado como instigador de africanos à revolta, chegando alguns deles a declararem que o missionário em questão, juntamente com outros, lhes forneceriam armas.*⁶⁰

Even more allegations against Murray were to follow. Jeremias Cussia Chinhundo was arrested as a UNITA militant after the attack on Teixeira de Sousa in December 1966, and during his interrogation he identified Murray as having assisted in his escape and in the escape of several of his UNITA colleagues from Lobito to the Congo.

With their suspicion about Murray now confirmed, Luz Costa (the PIDE inspector) launched a formal investigation against him, Gilchrist, and several other missionaries. The matter was of such significance that Luz Costa saw fit to alert both the Governor General in Luanda and the Minister in Lisbon. However, the investigations were left incomplete or were perhaps deliberately derailed when the chief investigator went on an unexplained leave to Lisbon. Regardless of the truth of these allegations, it was clear that Murray's career as a missionary had come to an end, so he resigned himself to carrying on doing social justice work in the United States and Canada.

5. Epilogue

After returning to Canada, Murray continued his involvement with Angola through his work with the churches, TCLPAC, and later through

60 ANTT, PIDE fonds, Del. A, P.Inf 13.18- E NT1987/244

Programme Angola, a Canadian aid consortium. Murray insisted on linking the anti-colonial struggle to social justice issues in Canada, which explains why, as pastor at St. Paul's -Avenue Road Church he both provided a home for TCLPAC and also provided a location for the Canadian Chemical and Textile Workers Union to hold a victory celebration to mark the end of the Artistic Woodwork strike. His life-long devotion to agriculture led him and Innes to start a cattle farm, in their retirement years, in Maxwell, Ontario. During a lull in Angola's civil war, they abandoned this farm venture temporarily in 1992 to return to work with the IECA in Huambo, but again they were forced out of Angola when the civil war resumed. Murray died on his farm in 1999 and is buried nearby in Dundalk, Ontario.

Murray and Sidney Gilchrist were close associates both in Angola and after their return to Canada. With the support of Garth Legge from the United Church's Board of Foreign Missions, in 1968 Gilchrist broke his prolonged silence about the injustice of the colonial rule in Angola, including the abuse of forced labour. However, by the time the church published his memoir, *Angola Awake*, the mission was verging on collapse as a result of the colonizer's successful policy of deliberate strangulation. The number of Canadian missionaries had dropped from 58 in 1961 to 15, since no new missionaries were allowed to enter Angola and those who left temporarily were allowed to reenter only upon declaring their loyalty to the colonial regime. Unable to travel within the country, and aware that they were under constant surveillance, the spirit of the remaining missionaries neared the breaking point. It seemed the only solution was to bring the colonial regime to an end.

Gilchrist expressed anguish over his prolonged silence, correctly suggesting, however, that had he spoken out it would have guaranteed his expulsion. Now he regretted his silence. For too long, he argued, the missionaries had followed the advice of the pastors and catechists in Angola who urged silence, while now it was time to listen to those outside Angola, the leaders of the independence movement who called on the church to "bear witness". In 1970 Gilchrist was killed in a car accident on an Alberta highway with his wife and daughter.

After the 25th of April 1974, the CIEAC welcomed Savimbi back to Dondi as it would a prodigal son. The church gave UNITA access to the

mission's network of stations and substations, allowing UNITA to set up a provisional state structure with the IECA, as the CIEAC became known, serving as a de facto state church. After the outbreak of civil war, however, in February 1977 the IECA was bifurcated into two churches, one which followed Savimbi into the bush to wage civil war ("*Igreja no mato*"), the other which acknowledged the MPLA government and remained in the towns and cities ("*Igreja das cidades*"). Ironically it was the MPLA this time that made the "dangerous simplification" of equating the IECA with the "*Igreja da UNITA*," with the MPLA government now nationalizing the church and mission assets.⁶¹

The question remains why Murray preferred the politics of the MPLA rather than those of UNITA. Leaving aside his disapproval of UNITA's alliance with the colonial state and later with South Africa, I think that the primary reason was ideological. The MPLA's liberation discourse, regardless of the movement's political practice, found resonance with left intellectuals in Luanda and around the world who aspired to both socialism and democracy. This seemed to many to be the ascendant political aspiration of the day which Murray and many others on the political left identified with the leadership of the MPLA and which, for most Canadians on the political left, did not find expression in what they saw as the more narrow ethnic nationalism of Savimbi and his closest followers. I believe that Murray would still hold to this aspiration were he alive today.

61 The post-independence history is recounted by Schubert in *A Guerra e as Igrejas* at page 151ff

Parte III

Medicina e Circulação de Saberes

Reconsidering indigenous health, medical services and colonial rule in portuguese West Africa

PHILIP J. HAVIK*

1. Health care and empire: comparative perspectives

Published research on disease, health services and indigenous medicine in former Portuguese Africa, is still in an embryonic phase. While the study of medicine, both bio-medical and indigenous, and its various practitioners in tropical regions has steadily grown since the 1980s, 'Lusophone' Africa has tended to remain a peripheral concern for scholars. Undoubtedly, the protracted colonial and civil wars in Angola and Mozambique greatly contributed to impeding significant field research during these conflicts, whereas ongoing conflict and political infighting in Guinea Bissau has also affected continuity in terms of medical research. Indeed, owing to these political upheavals, the main focus of academic research has been predominantly political and economic, associated with these disruptive and violent conflicts and their impact on these countries and their populations.

There are however signs that the situation is changing, i.e. for the better, with the publication of scholarly research on the post-colonial period over the last decade, mainly with regard to Mozambique. The main contribution has come from anthropologists: Tracy Luedke's and Harry West's fieldwork on healers (West, 2005; Luedke & West, 2009), Paulo Granjo's e Paula Meneses' work on indigenous medicine (Granjo, 2009; Meneses, 2006; 2009) and Rachel Chapman's work on women, reproduction and health care (1998; 2009) are a few noteworthy examples. One may specu-

* ICT-IP – Instituto de Investigação Científica Tropical
philip.havik@gmail.com

late on the reasons for this spatial targeting of Mozambique, which could be associated with it being surrounded by Anglophone countries, its proximity to and strong links with South Africa which have been the focus of similar research. Interestingly, these historical linkages have in recent times, i.e. in the context of Mozambique's civil war, been singled out as a negative factor for the development of an effective health care system in the country (Collins, 2006). The period from 1980s to the early 1990s when the war to destabilize the FRELIMO regime was sponsored by the South African minority government has been identified as a major factor in this respect, but also the lack of proper health infrastructures inherited from colonial times and the colonial war itself. The spread of HIV/Aids and the high rates of infection in the country have been linked to the general trend in the southern-African region, with the situation in South-Africa with high HIV infection rates, as well as with long-standing patterns of labour mobility and the large displacement of a significant part of Mozambique's population during the colonial and civil wars to neighbouring countries (Collins, 2006: 7/8). Parallels with Angola are obvious, in view of the colonial and civil war which lasted almost uninterruptedly from 1961 to 2002, and had a highly disruptive impact upon the population's health and the availability of medical services. While registering the disruptive effects of the country's violent past, Lubkemann (2001) also attributes significance to the failure of colonial and post-independence governments to allow for the emergence of civil society organizations (incl. NGO's) providing care, thus alienating local populations that emigrated or relied on local associative life. The question of 'coping with the past' has proved to be particularly relevant in the case of Mozambique and Angola, on a par with other conflict ridden areas, and has led to the emergence of particular discourses on dealing with fear and death, as well as regarding social and cultural responses to witchcraft and (spiritual) healing (Honwana, 2003; Pereira, 2011).

However, one of the main factors contributing to this continued anthropological focus on Mozambican 'ethnic' societies is undoubtedly associated with the pioneering work of anthropologists such as Jorge Dias, who from the 1950s introduced a Boasian approach to ethnographic fieldwork in a Portuguese colonial context, thus shifting the emphasis to the

study of culture and its diffusion. Dias' research in Northern Mozambique (e.g. among the Maconde) was based upon his own fieldwork in his capacity as anthropology professor at the ISCSPU (Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) in Lisbon, within a novel professional framework for ethnographic research in Portugal, which also paid attention to local ritualized concepts of health and cures (Dias, 1964-70)¹. In the case of Angola, the work by Santos stands out, for focusing on local medicine (Santos, 1960) – and more recently that of Bossard (1996) and Melo (2008) – without however at the time being integrated within a broader body of Portuguese ethnography on Angolan populations as was the case for Mozambique.

While these ethnographic overtures were followed up by other scholars after independence, but for a few exceptions, they did not focus their attentions on the colonial period. Whereas the debate on medical knowledge and indigenous/local practice has largely been dominated by anthropologists and ethno-botanists, historians and also medical specialists - such as Michael Gelfand and his work on former British Africa (Gelfand, 1964; 1976; 1985) - figure in the literature on (public) colonial health care in sub-Saharan Africa. Generally speaking, colonial Lusophone Africa has, until very recently, unfortunately, remained on the margins of the debate on medicine in the tropics. This situation was also influenced by the fact that the study of colonial administration only began in earnest in the course of the 1990s, much later than in the British and French case, not in the least as a result of the late decolonization of Portugal's former empire. Thus, the study of bio-medicine and empire which became part of the international academic agenda with David Arnold's pioneering work on India and the British empire in the nineteenth century (Arnold, 1988), only emerged as a research thread during the last decade. The most important contributions to the debate on medicine and empire in a Lusophone context have been made by Cristiana Bastos, an anthropologist who has taken a closer look at the case of Goa and its medical school, as well as the role of Goan trained doctors and the circulation of medical knowledge in empire (Bastos, 2001, 2007; Bastos & Barreto, 2013). The Lusophone context has since become

¹ For a background on anthropology and Portuguese colonialism and Dias's work, see Pereira (1987), Almeida (2008) and Barbosa (2008).

the stage for studies which deal with health and empire in Guinea, Angola and Mozambique (Bastos, 2007; Coghe, 2012; Havik, 2007; 2009; 2013a; Roque, 2009; Varanda, 2004, 2011; Zamparoni, 2011). In recent years, the former School of Tropical Medicine has become the subject of historical research as well as the campaigns for disease control and eradication it carried out in former Portuguese colonies (Abranches, 2004; Amaral, 2008)

At this juncture, it is worth focusing on two studies that deal with illness and cure in colonial Lusophone settings which have so far remained unpublished. The first is Frederick Shapiro's pioneering work on medical care in Portuguese Africa, which was the first attempt to take a comprehensive and comparative look at medical policies and practices in Angola & Mozambique, and to a lesser extent Guinea, in the formative period of medical services from the 1880s onwards and their consolidation from the 1920s & 1930s. Working from the perspective of medicine as a 'tool of empire', i.e. in the service of colonial expansion and penetration as well as in terms of social control, Shapiro also looks at the impact of international institutions and pressures on the introduction of health service reforms and the need for the legitimisation of colonial rule, above all in the post WWII era. Medical contributions to tropical medicine were imbued with a strong colonial ideology that emphasized the protection of settlers against disease on the one hand and the penetration of the vast and largely unknown African interior, until well after WWII when other colonial powers were already preparing the way for decolonization (Shapiro, 1983: 30-32). More recently, a study of the medical services pertaining to the Portuguese diamond mining company DIAMANG in colonial Angola also centred on the use of colonial medicine as a 'tool of empire', or rather as a 'tool of enterprise' in the context of empire (Varanda, 2011). Its emergence from 1917 in North-East Angola, already employing thousands of workers in the 1920s – which would grow to 25.000 in the 1960s – turned it into a major source of demand for African labour provided by the Portuguese administration. It also served as a window on the (private) provision of health care to native populations, contrasting with the lack of efficacy of its public counterpart. In order to maintain significant and consistent levels of productivity, the company used modern biomedicine (incl. medical tests using the Pignet robusticity index in order to ascertain workers' physical aptitude), primary health care and

itinerant services to control its labour pool. Once selected they were resettled together with their families on the concessions of the company, which thus directly intervened in the latter's daily lives². The company's focus on reproductive health establishing maternity wards and nurseries throughout their concessions, illustrates the extent to which care – contrary to that provided to populations living beyond its perimeter – was preventive and highly interventionist, closely monitoring the progress of its future workers and their families (Varanda, 2002: 8).

Both authors make the reader particularly aware of the link between the provision of medical care, public and private policies, local practices and international politics, and how bio-medical discourse shaped the provision of health care. In doing so they take a closer look at what Shapiro calls the “dark side of the force” that medicine exercised on behalf of a colonizing power (Shapiro, 1983: 15) and in the hands of private interests to create “a brave new world” (Varanda, 2002). However, while Shapiro emphasises the weakness of the Portuguese colonial administration which was reflected in its medical services, Varanda looks at a private company which established a well organized system of occupational health care in order to sustain certain economic interests, forming a state within a state. What the two perspectives have in common is their understanding that both public and private entities openly acknowledged their use of medicine as a ‘tool of empire’ and its conscious application to achieve certain socio-political objectives (Shapiro, 1983: 17; Varanda, 2004: 263/4). The question remains however whether despite such claims, health services actually performed the tasks assigned to them in accordance with this notion, or that medical inputs in loco were shaped and/or determined by other circumstances and considerations.

2. Administration, Health services and Indigenous Populations

As a rule, distinctions between colonies were and are still made on the basis of the settlement/extractive dichotomy, which is thought to largely

² On the labour practices in the diamond mines of Angola, see Todd Cleveland's PhD thesis (Cleveland, 2008).

characterize the kind of institutions, their relations with the settler and native population and economic outcomes (Engerman & Sokoloff, 1997; Acemoglu, Johnson. & Robinson, 2001). Administration then, in the case of extractive colonies would be of a more rudimentary nature, primarily centred on the extraction of labour, the collection of direct, native taxes (hut tax, poll tax, etc.), and the production of export crops, or minerals. For centuries, West Africa had been and would continue to be viewed as a hostile environment by Europeans (Curtin, 1960). In the case the 'Portuguese' enclave of Guinea, this negative view held sway throughout the colonial period (Havik, 2007; 2009), in contrast with settler colonies such as Angola and Mozambique. Indeed, Guinea was regarded as 'inappropriate' for colonial settlement and was described in official reports as an '*extractive colony*' (Shapiro, 1983: 33), mainly producing export crops such as peanuts and pine kernels. In this respect it differed from Angola and Mozambique, which would witness a notable increase in European settlement from the end of WWII onwards (Castelo, 2007: 107-62). By the 1950s, Portuguese Guinea (PG) could only boast 2273 residents of European origin on a total population of over 500.000 (Mendy, 1994: 311), compared to almost 80.000 in Angola (1,9% of a total population of just over 4 million) and more than 50.000 in Mozambique. Then again, the number of Cape Verdean residents in Guinea was double that of Europeans, mostly employed in the civil service and to a lesser extent in commerce and agriculture. While the figures for the non-native population would change little in PG until the 1960s, European immigration into Angola and Mozambique would increase significantly during that period, more than doubling the Portuguese presence there, above all in resource rich Angola where it represented 3,6% of the population in 1960 (Castelo, 2007: 143).

The situation in neighbouring French colonies such as Senegal and Guinea showed marked parallels and contrasts: whereas the former was a colony with a significant European settler contingent, the latter was more akin to an extractive colony with a rudimentary export crop based economy until independence in 1958. Whereas in the AOF as a whole the percentage of Europeans to Africans was approx. 5,6% in 1951, the major concentration of non-Africans (35%) in the AOF was found in Dakar, the

capital of the AOF since 1902³. In comparison, the European presence in French Guinea was minute, concentrated in the capital Conakry, evoking parallels with neighbouring Portuguese Guinea, also in terms of the “hierarchisation of spaces” and its particular colonial terminology (Goerg, 2006: 17). One of the arguments used by economic historians in making distinctions between the two types of colonies is related to institution building: the latter would be more accentuated in settler than in extractive colonies, where a more rudimentary bureaucracy was maintained. In addition, the disease environment would also play a role: the less suited to European settlement, the less investment was made in institutions and economic and social development (Acemoglu, Johnson & Robinson, 2001: 1395). While the comparisons between Senegal on the one hand and French Guinea and Portuguese Guinea on the other would bear that out, there were however significant differences between the latter two, mainly by pertaining to different empires. At the same time, differences between Angola, Mozambique and PG were much smaller in terms of administration than they should be if the settler/extractive dichotomy was accurate. Then again, the way in which certain services were – or were not – used as ‘tools’ for the mise en valeur of colonies potential by administrations would also show notable differences between empires, here between Portuguese and French governance. As some scholars have pointed out the role of African populations and their impact on colonial policies is ignored in the economic models used by Acemoglu et al. (Austin, 2008: 1020). The need to recognize endogenous dynamics means understanding the way in which local factors shaped colonial institutions and policies, but also colonial culture which could differ between empires as well as within empires. As a result, one also needs to identify the distinctions between the different apparatuses operating within a colonial or imperial context, which each had particular functions, aims and resources. The present essay holds that attitudes and practices towards African societies differed depending on imperial contexts, agents’ roles in the administrative apparatus, and their origins and training, given that colonial policies principally centred on extraction regardless of whether settler or extractive

³ See *Quelques Données sur les Populations Français d’Outre Mer*, in: *Population*, 13, 1, 1958: 132-6.

colonies were involved (Huillery, 2008: 20). In the case of administrative and medical staff, each boasted particular organizational and professional attitudes and cultures, and exercised distinct functions within colonial institutions while maintaining distinct relations with local communities and colonial subjects. The role and outlook of medical staff in empire differed significantly from that of administrative staff; in addition, there were also notable differences in hierarchical and professional organization, and respective *esprit de corps*. The selection and training of medical and general administrative staff was also set in very different moulds, as were the rules for their circulation within empire and colonies, and between those stationed in urbanised or in rural areas.

In the Portuguese case, the School of Tropical Medicine (*Escola de Medicina Tropical*, rebaptised *Instituto de Medicina Tropical* in 1935) and the Colonial School (*Escola Colonial*, renamed *Escola Superior Colonial* in 1927, which trained civil servants) were founded in Portugal almost at the same time, in 1902 and 1905 respectively. The gradual professionalization of the colonial civil service and medical staff would produce distinct codes, ethics and discourse, working through different institutional channels and hierarchies. In the colonies, the proximity of these actors to native populations also differed, depending on the colonial agent's position on the administrative scale: the civil servants closest to Africans were the *chefes de posto*, many amongst them were not European but of Cape Verdean origin, also holding posts in other colonies such as Angola and Mozambique (Ferreira, 2011). who counted the population, collected taxes, kept public order, decided upon local quarrels, and dealt directly with appointed chiefs (*régulos*) and village heads (*chefes de tabanca*). Like their administrative counterparts medical staff was initially employed in clinical environments such as hospitals in capitals and town centres where they mainly dealt with European civil servants, settlers and military personnel. As colonial penetration advanced, they were assigned posts in the interior where they directly attended locals.

In the case of Angola and PG, de facto colonial occupation took place during the 1910s; in the case of Mozambique this process started earlier, although parts of the colony were administrated by private companies until the 1940s (Newitt, 1995: 356-85). In PG by the 1920s there were 14

administrative districts (i.e. *circunscrições*) and 33 *postos* in the territory in order to administrate about 350.000 people. From 1917 onwards with the introduction of the *Cartas Orgânicas in the Portuguese empire* these officials were increasingly, but not exclusively civilians. Their main brief was to maintain order, collect taxes, administrate justice, appoint native chiefs and village heads, and produce information on their districts. In the case of the health services, medics and pharmacists were generally military men, although some civilian doctors were recruited into the services. In the mid 1920s, there were seven medical doctors (in the late 1920s, ten, and in the mid 1930s, nine) and two pharmacists in Guinea, all based in the capital Bolama or towns such as Bissau or Bafatá. Those responsible for medical care working in close proximity to the African population visited small rudimentary health posts in the interior (*postos sanitários*) where they treated local patients. These posts were generally run by (male) nurses, mostly Cape Verdean but also locally trained Guineans, who were expected to attend to patients and maintain a small pharmacy, dispensing treatment, medicine and inoculations. In addition, assisted by medical staff, they were expected to draw up health and mortality statistics, register smallpox inoculations, and the medication provided, visit native villages and submit an annual report⁴. Local services in the interior also included Guineans who served as nurses and nursing-assistants; in the mid 1920s the health services employed fourteen native (male) nurses; photographs show them administering inoculations and medicine to their fellow countrymen.

Whereas administrative staff operated within their respective administrative districts or *circunscrições administrativas*, medical personnel worked within *circunscrições sanitárias* or health districts which were smaller in number (6 in the 1930s: Bolama, Bubaque, Bissau, Canchungo, Farim and Bafatá) and often covered more than one administrative district, i.e. considerably larger geographical areas. This situation was only altered in the early 1940s when the so called 'sanitary districts' came to overlap with the colony's administrative organization in seven territorial

⁴ Luiz António de Carvalho Viegas, Relatório do Governador da Guiné, 1938; AHU, ISAC, Mç. 544.

units⁵. Whereas in the mid 1920s there was one administrator per 30.000 and one *chefe de posto* per 12.000 native inhabitants, there was only one doctor per 60.000 inhabitants. In comparison, at the time Mozambique which boasted 75 medical staff in the mid 1930s, had one medical doctor per 53.000 native inhabitants, while Angola had the same number of medical staff in the late 1920s but a smaller population, i.e. one per 44.000 (Colónia de Moçambique, 1934: 7; Barata Feio, 1958: 102).

However, rarely would all doctors be on duty at any given time, on account of regular (sick)leaves that allowed them to return to Portugal or Cape Verde in order to recover from the tropical climate (Viegas, 1936: 646). As a result, nursing and auxiliary staff played a key role in terms of the administration of health care, above all in the interior. Generally, the headquarters of these health districts were located in administrative centres, so that medics and administrators were essentially colleagues and neighbours, operating in similar geographical and social spaces. Until the first decades of the twentieth century, the health services which from their inception were shared between Cape Verde and Guinea, were actually controlled by Cape Verdeans; a few Goan doctors also worked as *delegados de saúde* in the colony from the last quarter of the 1800s, as they did in Angola and Mozambique. With the extension of the administration to the whole colony between the 1910s and 1930s, Europeans came to occupy executive functions, while Cape Verdeans staffed the middle and lower ranks, thus becoming subaltern officials. A new influx of European personnel after WWII and the creation of ten *delegacias de saúde* in 1946 extended a more finely meshed network to the organization of medical care to the interior, which however remained insufficient to cater to the needs of local populations.

How then did indigenous societies and native health care fit into these schemes based upon the notion of colonial Africa as "a laboratory for scientific research, development experiments and social engineering" (Tilley, 2011: 27)? On the basis of the Angolan, Mozambican and Guinean experience, one would hesitate to conclusively affirm that in practice, at least until after WWII, there was anything particularly 'scientific' about colonial

⁵ This redrawing of overlapping boundaries had already been implemented in the neighbouring AOF in 1924; see Thompson & Adloff (1957): 559.

rule with regard to health care. Severely understaffed and underfunded, medical services and staff were unable to maintain significant and continuous relations with local populations at all before 1945, possibly with the exception of those Africans resident in urban areas. Despite official claims that services provided “effective sanitary assistance to the indigenous population” (Colónia de Moçambique, 1934: 7), only after WW II would services manage to reach populations on the basis of a ‘scientifically’ planned organization, “without improvisations” (Silva, 1956: 157). As in other colonial contexts in Africa, the emergence of a capacity for medical research and the planning of interventions was directly associated with the campaigns against certain endemic diseases and epidemics, above all with regard to the commissions for the combat against sleeping sickness⁶.

In the case of PG, the first feeble attempts to reach the interior were made in the 1860s, when medics visited a few cash crop plantations or *pontas* located in the North of the territory as a result of a cholera epidemic (Havik, 2007: 248). The emergence of tropical medicine in the 1890s shifted attention to modern bio-medicine in view of the promises it held for treating, curing and eradicating endemic tropical pathologies such as malaria in colonial settings (Havik, 2013a). But little would be in terms of preventive medicine owing to intermittent armed conflict which continued until 1915 when continental Guinea was occupied militarily; the few medics that travelled the interior did so only with the colonial troops, treating mostly European and Cape Verdean officials (Havik, 2007: 246-53). The first published inventory of Guinea’s nosology which appeared in 1929, lifts a tip of the veil by commenting that the refusal of medical staff to serve in Guinea had long been a serious obstacle to their recruitment; as a result, authorities obliged staff from other services than that pertaining to the joint Cape Verde-Guinean medical services to spend part of their overseas commission in the colony (Pinto, 1929: 57/8). This casts serious doubts on the administration’s claim – and ability – to implement a ‘civilising mission’ aiming to “*improve the living conditions, education, well being and health of the natives*” (Correia, 1929: 180), which cannot be substantiated on the basis of colonial practice until after WWII. A report

⁶ See Philip J. Havik, *Public Health and Tropical Modernity: the combat against sleeping sickness in Portuguese Guinea (1945-1974)* (forthcoming, 2013).

by the then *vigário geral*, the head of the Catholic Mission in Guinea, dated 1935, states peremptorily:

“It’s better not to talk about the provision of health care to natives, because it is painful to do so. While our natives praise the way in which they are treated by strangers in neighbouring colonies (i.e. Senegal and French Guinea), there are still areas in Guinea which have never been visited by doctors” .

He proceeded to question the quality of existing services, given that natives sought treatment from missionaries further afoot, because they were loath to seek help at sanitary posts located in their vicinity⁷. Furthermore, he complained that the state did not provide missions with the necessary means to carry out their tasks in this respect, and had in effect left natives to their own devices. Although criticising the Catholic Franciscan Mission for ‘hiding’ in the towns and only dealing with Europeans, colonial authorities did publicly acknowledge the failure of medical services to provide medical care to native inhabitants; the then governor’s comments constitute a straightforward indictment of these services’ ineptitude:

“It is well known that the native African does not adhere to our methods of providing medical assistance, and does not procure its services. [The native] intensely dislikes our normal procedures with regard to treatment and internment, and is afraid of them; and does not even accept the simplest of curatives”.⁸

One of the solutions for the dearth of native health care was thought to be the treatment of indigenous patients in their own environment, their homes and villages. This shift in emphasis was not only the consequence of internal pressures but also directly associated with the broader political and economic situation in the West African region. Forming an enclave in the French AOF, Portuguese Guinea could not afford to ignore policies and

⁷ Relatório do Vigário Geral, Pe. Pedro de Araújo, Bula, 1-6-1935; AHU, DGENS, Mç. 2344, Relatórios dos Prelados Ultramarinos, 1922-46.

⁸ Colónia da Guiné, Assistência aos Indígenas, Instrução e Beneficência, BOGP, 51, 1932 & 56 56, 1933; Separata, 1933: 6.

practices in Senegal and French Guinea with respect to native affairs, not in the least because these colonies had a number of (highly mobile) 'ethnic' populations in common such as the Fulbe, Mande, Diola, Manjaco, Balanta and Biafada. Indeed, new measures taken in Portuguese Guinea, which seemed to indicate a change in medical practice, were broadly inspired by the 'local development model' introduced in the AOF in the 1910s, i.e. the *Sociétés de Prévoyance* which exalted the benefits social assistance and mutual aid in rural areas, and rapidly spread throughout the AOF in the course of the 1930s⁹. As these programmes attracted populations from neighbouring colonies such as Portuguese Guinea, who were provided with land, seeds and tools, as well as medical care, many had emigrated; in fact, the global economic crisis, the steep decline in crop prices, and the widespread practice of forced labour and high tax rates, had contributed to a large population exodus amounting to about 10% in the mid 1930s (Havik, 2008: 42-8). This situation was not limited to Guinea, but was also denounced in other Portuguese colonies in Africa at the time¹⁰.

Thus, the timing of the shift towards providing support and assistance to local communities was by no means accidental and not limited to health care but came in the form of a 'package' which – at least hypothetically - included agricultural and zoo-technical extension. In order to bring medical services closer to native populations, the *Fundo de Assistência Médica Indígena* was set up – almost a carbon copy of a previous project introduced in 1928 - and came with a similar fund for farmers and cattleherders - which was largely paid for by the natives themselves by means of a surcharge ('*adicional*') on the hut tax. Following the example given by the French *Assistance Médicale Indigène* (AMI) – which was to serve as a model for much of Africa (Coghe, 2013) - which operated in the neighbouring AOF from 1905 onwards, natives and their families were to

⁹ See Christian Robequain 'Problèmes de l'économie rurale en AOF' (pt. I-III), in: *Annales de Géographie*, 64, 260, 1937: 137-63. In 1929 there were only 22 in the whole of the AOF but by 1937 their number had grown to 101. Accessed 20-6-2011: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1937_num_46_260_12167?_Prescripts_Search_tabs1=standard&

¹⁰ See Philip J. Havik, *Colonial administration, public accounts and fiscal extraction: policies and revenues in former Portuguese Africa (1900-1960)* (forthcoming, 2014).

receive 'free' medical treatment and medicine, as well as free meals¹¹. The actual starting point for the clinical treatment of these communities in the interior was the inauguration of the first *tabanca-enfermaria* or bush clinic in 1933 (in Bafatá (in the East), followed by Fulacunda (in the South) and Canchungo (in the North-West) in 1934/5. Much akin in terms of style to the circular huts or *palhotas* found throughout the territory, these clinics set in a rectangular perimeter included a pavilion with a dispensary where patients were first attended, an isolation ward and infirmary, and a number of aligned huts equipped with rudimentary beds where they could be interned if need be. These enfermarias, which were modelled on the British and French bush-clinics – and were called *enfermarias-senzalas* in Angola and *enfermarias-palhotas* in Mozambique – were to “*give the native the illusion that he/she never left his hut*”¹², also because patients were allowed to bring along their closest relatives who catered for their basic needs. The said decree held that sanitary services were “*one of the major obligations of the state in relation to the native population*”, which was regarded as “*the most important economic agent*” of the colony. But the medical services at the time acknowledged that the main incentive to introduce these rudimentary bush-clinics, was to save money on the building and maintenance of costly hospitals and infirmaries. They also held that the majority of pathologies affecting native patients did not require classical clinical treatment and internment but rather “*careful vigilance*” that would suffice to change the natives’ ways as they gradually became familiar with modern medicine (Viegas, 1939; 609/10).

3. Native affairs and the politics of public health

Curiously but not coincidentally, the third ethnographic survey was also held in 1934; previous surveys were commissioned in 1918¹³ – but the results were not published; apart from one unpublished report on the

¹¹ Colónia da Guiné, Assistência aos Indígenas, Instrução e Beneficência, BOGP, 51, 1932 & 56 56, 1933: 13/4.

¹² Colónia da Guiné, Assistência aos Indígenas, Instrução e Beneficência, BOGP, 51, 1932 & 56 56, 1933: 7.

¹³ ‘Questionário Etnográfico’, Portaria, 95, 12-4-1918, in: Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, 28-4-1918.

Bijagós, no vestiges were found in the archives¹⁴ – and again in 1927¹⁵, only resulting in two published studies, with reference to the Manjaco in the Costa de Baixo and the Balanta-Brassa in the Mansoa region (Havik, 2005: 60; 64-8). The latter was meant to serve as the basis for the drawing up of a Native Civil and Penal Code, which was never published; apart from the two published reports, none other saw the light of day, some being regarded as lacking in quality, while a number of administrators never submitted reports on their districts. Results of the *Questionário Etnográfico* of 1934 were partially summarised and published in a monography written by the then governor of the colony which included chapters on the ‘indigenous family’ and ‘indigenous populations’ (Viegas, I, 1936: 101-66; II, 1939: 219-391). Again the results were apparently disappointing: for lacking in data, for their inaccuracies, for the contradictions between informants statements and affirmations made, and for diverging from other existing studies on the same ethnic group (Viegas, 1936: 104).

The first attempt at producing an ethnographic study of Guinea’s populations was made by an administrator who published it as *Babel Negra* in 1935 (Simões, 1935). The first anthropological mission to Guinea which took place in 1936, carried out by researchers from the ‘Oporto school’ headed by Mendes Correia as well as a medical doctor stationed in the colony, only produced anthropometric measurements, without providing any further information on their health or traditions (Pires de Lima et al, 1936; Havik, 2013b). Only in 1946 would the then newly appointed governor, Sarmiento Rodrigues – who would later become Colonial Secretary – embark upon a new and comprehensive ethnographic survey. Coordinated by the historian Avelino Teixeira da Mota, it produced a wealth of data, published in monographs and the *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1946-1973), which are still used nowadays as reference works for anthropological data on the territory. The same governor would also initiate a new programme for the construction of health posts in the interior in 1945, which was meant to provide rural populations with access to basic health

¹⁴ See da Mota, Introdução, Inquérito Etnográfico (1946); and also, Espólio Almirante A. Teixeira da Mota, IICT, Pasta 618.

¹⁵ ‘Questionário de Inquérito sobre as Raças da Guiné e seus Carácterés Étnicos’, Portaria, 70, 12-4-1927, in: Boletim Oficial da Guiné Portuguesa, 26-4-1927.

care services which included maternity wards, based upon the notion of a 'civilizing mission' ¹⁶.

Whereas early surveys contained general questions such as "how are diseases treated" or "which remedies are used by healers" and "what is their moral influence over population" (Diniz, 1919: 6), subsequent attempts enquired about 'indigenous medicine', whether they were specialised healers, and which methods they used to cure patients. The thirteen pages of the 1934 questionnaire included a special section on 'health and hygiene', a lot more elaborate than the previous surveys, with questions on healers, their curative methods, surgery, endemic diseases, mortality, and significantly, whether natives sought 'modern' medical assistance in clinics and hospitals, and what the impact was of treatments on their psyche (Caroço, 1934: 12). A few very limited references to native health issues ended up in the few publications mentioned above; little more than general observations on the use of medical plants survive, a few lines occasionally mention them by name, but without any scientific references. Compared to the study of phyto-therapeutic plant species undertaken by a medical doctor pertaining to the joint health services of Guinea and Cape Verde in the 1880s (Havik, 2009), this was a clear retreat.

This state of affairs was not surprising given that none of the authors involved were professional ethnologists. One of the first to set foot on Guinean soil was an Austrian ethnographer – working with a German colleague, Bernhard Struck – in the early 1930s, whose fieldwork mainly focused on the Bijagós isles (Bernatzik, 1933). The same archipelago had a few years earlier been the site for the first attempt to produce a health report on an ethnic group based upon medical observations in the field (Pinto, 1928). This early exercise in 'ethno-medicine' regarded the islanders as "*the least civilised tribes of the colony*" having only embraced modern addictions such as tobacco and alcohol, and were thus wholly unaware of any hygienic considerations, was in all likelihood the main reason for this focus on a primitive, insular society, in the wake of Malinowski's and Radcliffe-Brown's studies of the Trobriand and Andaman islanders respectively. The fact that the Bijagós formed an exception in the region for being a segmentary society as well as being characterised by matrilineal kinship

¹⁶ M.M. Sarmiento Rodrigues, Bissau, 29-7-1946, to Minister of Colonies; AHU, ISAU, 1731.

and uxori-local residence patterns, only added to this ethnological interest, which was further enhanced by the exotic setting of the isles, covered in palm trees and sandy beaches (Havik, 2005: 68). One of the reports resulting from the 1946 ethnographic survey, produced by an administrator, stresses the relevance of the Bijagós isles which offered “the vastest and most ignored terrain for research and the curiosity of the scientist (...) this still semi-wild pearl of the immense necklace of our vast empire” (Moreira, 1946: 69). But in medical terms, the reason for further investigation was related to another ‘modern’ affliction that had rapidly spread in their midst: venereal disease, and above all syphilis¹⁷. This caused the above mentioned administrator-ethnographer who confessed being fascinated by the “*mystery*” surrounding the insular ‘tribe’ and his administration for their “*eccentric way of life*”. (Simões, 1935: 145), to include a few observations on what he perceived as the danger that miscegenation between the Bijagós and other coastal peoples posed to their traditions and well-being. In doing so he quoted a medical report which linked this process of interaction with the dissemination of venereal diseases amongst the islanders and reproduced a pamphlet written in Bijagó which warned the population how to avoid infection and to stop the spread of the disease (Ibid: 152-4). Generally, such information was aimed at residents of urban areas where regular medical checks on prostitutes or ‘*mulheres toleradas*’ were introduced from the 1880s. A passage of the pamphlet is worth quoting here, for showing how authorities directly associated campaigns combating syphilis with local cosmologies:

“The syphilitic Bijagó who does not get treatment, and lets the disease develop, is not liked by the irán (or ancestral spirit), because the irán does not want the disease to be transmitted to others, above all his wives and children, who will fall ill and remain so for the rest of their lives. His wife will have abortions and some children will be born weak or with deformations.” (Simões, 1935:153).

¹⁷ For a background on the Portuguese policies towards the combat of venereal diseases, see Bastos (2011). For more details on venereal diseases in Portuguese Guinea, see Philip J. Havik De ameaça sanitária para flagelo demográfico: perspectivas coloniais em mudança sobre a luta anti-venérea na Guiné, unpubl. conference paper, 3º Encontro Nacional de História das Ciências e da Tecnologia, Universidade de Évora, 26-28 September, 2012.

In one of his reports, the then governor launches a general alert for the possible impact of the problem on the different 'native races' in the colony:

*“Priority needs to be given to the combat against these venereal diseases which cause the progressive weakening, wasting away and degeneration of the race in question, above all in the most populated areas, organized in the form of anti-venereal medical posts.”*¹⁸

In line with the then emerging study of population genetics in the wake of the work by Fisher¹⁹ and others, he added that the spread of these diseases was having a profound effect on the native population of working age who lived on the periphery of the towns. If not countered, its damaging effects would soon reach the rural areas and thus affect the private farms or *pontas*. (Ibid) He considered that as they were migrating in large numbers to the continent, it was imperative to put in place a carefully designed health care strategy – *“uma assistência sabiamente conduzida”* – in order to retain them on the islands and combat venereal diseases and others (he does not mention them, but elephantiasis and leprosy were common on the islands) that affected the islanders from a medical point of view, while also protecting them in a socio-political sense from the negative influence of the 'Christians', locally called Kriston, who had settled the South of the colony (in the Quínara and Catió regions) and recruited Bijagó to work the rice and peanut plantations or *pontas*²⁰.

A passing reference in a report provides the broader background for this dynamic. The same governor admitted in a report to his superiors in Lisbon, that although the general situation with regard to native communities was peaceful, there was a phenomenon that concerned him 'somewhat', i.e. "the emigration of natives from the Bijagós islands which had increased over the last years". The causes were as yet 'unknown', and

¹⁸ Luiz António de Carvalho Viegas, Relatório 1938: 8; AHU, ISAC, 544. The governor underlined the lack of awareness on the part of the islanders and singled out Bijagó women as a health risk in this report for contaminating populations.

¹⁹ See Ronald A. Fischer The Genetical Theory of Natural Selection, Oxford: Clarendon Press, 1930.

²⁰ Luiz António de Carvalho Viegas, Relatório Anual de 1933, Bolama, 20-6-1934; AHU, DGOcd1931-34.

one may speculate on the impact of a German concession on the isles producing palm oil, the lack of protection on the part of the authorities against abusive practices, or the lack of medical and social assistance to the population. The real dimension of the problem becomes clear when he puts a figure on the rate at which the population of the archipelago was fast diminishing: “*We know on the basis of population censuses, that over the last ten years the demographic decrease is approximately 40%*”²¹. Emigration to the mainland was thought to be so significant that reports registering official Portuguese and French concern in the 1920s stated that awarding concessions of entire islands to private interests and forced labour practices were driving inhabitants away (Mendy, 1992: 49/50; Havik, 2007: 176/7)²². Given that total population of the colony censuses were somewhat inaccurate at the time it is impossible to give reliable figures on the exodus. Nevertheless, estimates based on census figures suggest that there was a constant decline of the population of the isles between the late 1920s to the 1950s, particularly in the period 1928-1940 when it amounted to approx 30%²³.

In its crudity the statement by the then governor is quite telling, given the extent of the exodus; however, the lack of a coherent explanation is no less disconcerting. The considerations which follow this statement are also indicative for the ‘hidden transcript’ behind the governor’s admission – made in a strictly confidential report to his superiors – when he refers to the rich natural resources of the islands (i.e. palm trees) and the prospective loss of ‘hands’ to collect and process the oil and kernels. Thus the perceived need for medical assistance was, as in the case of the afore-

²¹ Luiz António de Carvalho Viegas, Relatório do 4º trim. do ano de 1938 (Oct/Dec), Governo da Colónia da Guiné, n.d.: 12; AHU, GM, 2879.

²² Covered in palm trees, the islands offered commercial prospects for the exports of kernels and the production of palm oil. A processing plant under German management was set up on the island of Bubaque which operated until 1941; it obtained concessions which included ten islands affecting almost half of the total population of approx. twenty thousand living in the archipelago. (Havik, 2007: 175).

²³ The estimate given here is based upon census data of 1928 and 1940 for administrative districts; see Carreira (1959): 17. But ethnic census data also reveal a notable decline of the Bijagós population in the colony of approx. 20% during this period, which suggests that a significant number of islanders died of malnutrition, disease, forced labour or emigrated to neighbouring French colonies.

mentioned population exodus to neighbouring French colonies, directly associated with the progressive loss of inhabitants of working age. The report of a medical official who travelled the islands, concluded that the Bijagó “*hate[d] work*”, especially climbing palm trees, which they fell out of, or suffered injuries from animals (esp. snake bites).

However, he failed to mention that since the early 1920s, local authorities and traders had been forcing locals on a large scale to collect and break the nuts in order to extract the kernels which were used as payment for the hut tax (Havik, 2007). These practices had led authorities to order an enquiry in the early 1930s, which concluded that traders and officials had been in cahoots – officials allowing traders to collect state taxes by means of payment in kind (i.e. kernels) – causing great hardship amongst the Bijagó population. Notably, the report of a medical visit to the islands in the mid 1930s, shows that medical staff was quite aware of the reasons for the exodus, implicitly criticizing the colonial administration.

“The wars of occupation, the raids, the destruction of villages and crops, the extortion of cattle, the exaggerated demands on native labour, for public and private ends, all this has strongly contributed to wrecking havoc on native societies, de-stabilising them, and contributing to their diminution, regression or the halting of the race’s development.” (Almeida, 1935: 8)

These references are particularly relevant because the then governor quoted above who had travelled the islands with the author of this medical report on the latter’s ‘sanitary visit’, had already been involved in one particularly violent military campaign against rebellious islanders (in 1933) and would order the fourth and last punitive military intervention against the same isles, and in particular against the inhabitants of the island of Kañabak, in the following year (1936). These expeditions which followed those of 1917/18 and 1925 – were meant to put a stop to the refusal of the inhabitants of the said island to pay taxes and carry out compulsory labour on the roads who defied colonial authority. Having succeeded in chasing all the *chefes de posto* sent there since the early 1920s, often leaving the island ‘unoccupied’ in an administrative sense, the only permanent ‘colonial’ presence tolerated there by the elders since the early

1930s was a Guinean male nurse with kinship ties to the Bijagó. The same nurse, Domingos Alves, was still there almost fifteen years on, doubling as *chefe de posto*, when a high profile Portuguese ethnographer and medic, António de Almeida, visited the islands on a non-routine inspection of the colony in 1948. His report and other texts he wrote allow the reader to gain a better understanding of the populations and its traditions with regard to their kinship traditions, the cultural differences between the islands, their attitudes towards the administration as well as indigenous medical practices. His detailed study of indigenous medical knowledge and phyto-therapeutic methods and practices which was the first of its kind in Guinea and published in the early 1950s (Almeida, 1952) has already been discussed elsewhere (Havik, 2009).

During his visit of the islands he did not come across any medical staff at all, and the islands few sanitary posts (four for about 10.000 inhabitants spread across 19 inhabited islands) only employed nurses, generally of Guinean origin; some had dispensaries, but others did not, or were badly stocked. There was a notorious lack of transport facilities – medical staff on the islands only had one canoe with an outboard motor – which did not permit regular visits to the islands or renew stocks of medicine. Reporting was irregular and incomplete, providing little more than statistical information on diseases and curatives. In addition the bad relations between the *delegado de saúde* and the *administrador* stood in the way of an effective medical assistance to the population²⁴. Meanwhile, as António de Almeida demonstrated, the islanders continued to treat spiritual ('hot') and material ('cold') diseases through their own healers and diviners, just as they had done before the advent of colonial rule (Almeida, 1952: 257).

But a medical report also commented on the practices of Guinean nursing staff, which, in the isolated interior of the colony tended to take recourse to healing practices or '*curandeirismo*'. Owing to insufficient training – what was termed as “deficient scientific preparation” – these interventions would invariably allegedly have disastrous consequences, owing to methods that were often similar but certainly not more effective than the traditional '*mezinhas*' (Almeida, 1935: 17). If the spurious comments

²⁴ Mário Costa, Relatório, Inspecção Administrativa da Colónia da Guiné, 1944-45; AHU, ISAU, Mç. 2245.

and allusions are to be believed, the aforementioned nurse on Kañabak was accused of using witchcraft (“*encobertos malefícios*”), accusations that the anthropologist Almeida unfortunately failed to detail. Two years previous to his visit, administrators had published what amounted to the first colonial ethnographies on the islanders; these reports had emphasised the ‘indolent nature’ of the Bijagó. Attempts to instil the values of work and progress had shipwrecked on their alleged refusal to improve their livelihoods, and their “preference for a free lifestyle” (Moreira, 1946: 74). The Bijago’s “complete lack of personal hygiene” and propensity for contracting diseases such as syphilis, gonorrhoea, yaws, leprosy, tuberculosis and sleeping sickness were mentioned, as well as a yellow fever epidemic in 1938 which took many lives (Moreira, 1946: 80/1). However, these reports admitted that they were “wholly unaware” of the Bijagós notion of health and curative medicine, other than healers’ well known ability to treat snakebites (Moreira, 1946: 98)²⁵. It would take another decade before an Italian anthropologist visited the isles and published a report on Bijagó medicine (Scarpa, 1960). But soon after the nationalist challenge to colonial authority would be transformed into a full scale armed conflict from 1963 onwards, giving rise to parallel services (civil, military, sleeping sickness commission, and the nationalist movement PAIGC’s bush clinics and mobile brigades) whilst creating obstacles for populations’ access to health care in the interior, and causing native populations to rely more than ever on their own medical knowledge and curative methods.

4. Conclusions

The above illustrates that the gaps of knowledge with regard to native health in former Portuguese colonies in Africa are considerable, above all for the period until the end of WWII. At the same time, it becomes clear that the situation regarding health services and policies needs to be put into a broader economic, political, social and cultural context. However, this paper also demonstrates that the study of modern medical services in these colonies needs to take into account not simply colonial rule as such,

²⁵ A notable exception being descriptions of Bijago’s reproductive health, focusing on rituals and practices associated with childbirth (Moreira, 1946: 100/1).

but above all administrative knowledge and culture, how colonial officials looked upon 'their' native subjects, their traditions and behaviour. With the 'administrative occupation' of Portuguese colonies during and after WWI policies regarding health care were formulated, infrastructures built and medical, pharmaceutical and nursing personnel appointed (Coghe, 2013). While providing an increasing body of statistical information on medical services operating in the field, it took medical districts decades to cover most of the populations living in these territories. Like their counterparts in civil administration, reporting by health services was generally of a fragmentary nature and limited to the resident population within certain administrative borders. The overlapping of administrative and health districts in most colonies, should have allowed for the horizontal communication and circulation of information between services but in practice did not, owing to hierarchical factors, thereby only compounding the situation. Only a small part of this highly disperse body of data was actually published during colonial times: while descriptions based upon the data gathered in ethnographic surveys were – at least in part – published, above all after 1945, medical reports were rarely accessible to the wider 'colonial' public. In addition, ethnographic and health reports were largely ignored by decision makers in the colonies and the metropolis.

This then begs the question of the relevance of ethnographic and medical knowledge, how the two related to each other, their respective or joint application in the formulation of colonial policies and practice, and the impact on the treatment of native patients. Owing to a vertical and functionally segmented politico-administrative organization, distinct professional *habitus* and personal idiosyncrasies, the production of knowledge on indigenous societies tends to be incomplete, compartmentalized and fragmented, and non-complementary. More often than not information did not circulate amongst the different officials in the civil administration and medical services, nor between them. The failure of ethnographic surveys, i.e. of those commissioned and carried out until 1946 to produce any significant body of literature clearly demonstrates the lack of enthusiasm of administrative staff for such tasks and their marked disinterest in the populations they administered, while providing a limited amount of superficial information on native health and local medicine. Medical staff,

far outnumbered by their administrative colleagues, faced insurmountable problems to become acquainted with and cover the areas under their jurisdiction with the resources at their disposal. Given that a significant part of (non-specialist) medical and (auxiliary) nursing staff was non-European, i.e. Cape Verdean²⁶ and Guinean, one may only speculate on how – and whether – the information gathered was actually communicated internally, and whether it went beyond the transmission of mere statistics on pre-prepared forms. Indeed, the clinical information gathered by nursing staff was as a rule not regarded as valid in strict bio-medical terms.

In this sense, the administrative organization and culture of the colony – similar to that of Angola and Mozambique – can thus be seen as a serious barrier for the production of knowledge on African societies, its dissemination and circulation. The perfunctory performance of officials faced with obligatory tasks associated with reporting cast doubts upon the actual nature of the data in question, which appear to constitute (ad-hoc) information rather than (systematic) knowledge. At the level of relations between the civil administration and medical services, a distinct hierarchy in the organisation of colonial rule applied, in which doctors were actually subaltern actors and regarded as such by their civil service colleagues. Tensions and rivalries were particularly strong between administrative and medical personnel throughout the colonial period, as they shared overlapping geographical and politico-administrative spaces, infrastructures and logistics (incl. and transport), and, importantly, the same (sparse) financial resources. In effect, the distancing between these hierarchies was also influenced by a certain measure of social tension between civilians and armed forces personnel, as well as between groups pertaining to different social ranks.

The main focus of ‘tool of empire’ approaches that emerged over the last decades has been on colonial rule and governmentality, employing binary categories that placed administration and native societies at either end of the spectrum. The idea that medicine was used as an imperial ‘power tool’ in order to achieve a measure of social control or in order to carry out and consolidate the ‘scientific occupation’ of colonies in a medical sense (Shapiro, 1983: 390), is not borne out by the Guinean experience. The same can be

²⁶ On the role of Cape Verdean medical and pharmaceutical staff in Guinea, see Havik (2007 & 2011).

said for the civilising mission that Portuguese authorities appeared to adopt as a cornerstone of policy from the 1920s. What is clear is that medicine was employed as a means to redress what were regarded as temporary imbalances, usually of a politico-economic order, and serve as a means, amongst others, to reduce tensions in times of crisis, by an administration acting ‘à l’improviste’, without a clearly defined strategy. One of the main factors that determined practice were financial and economic pressures brought to bear by central or metropolitan administrations, as for example during the 1930s, played a role in dictating certain policy changes in terms of ‘native affairs’. Another factor was also predominantly external, i.e. the tendency of governors to attempt to emulate foreign, and above all French, colonial policies and innovations providing ‘their’ colony with a semblance of modernity²⁷. However, the fact that these novel services such as native medical assistance funds and bush clinics were created with considerable delay in Portuguese Guinea long after their introduction in the AOF or British territories, or even for that matter in Angola and Mozambique, shows that the colony seriously lagged behind in terms of ‘modernity’. The establishment in St. Louis of a medical laboratory in 1896 and a medical school in Dakar in 1918 clearly demonstrated this biomedical backlog; the first well equipped laboratory and electrical appliances for diagnostic purposes were only put in place in Bissau from the mid 1930s. At the same time as the bush infirmaries were introduced in Portuguese Guinea, the AOF was actually putting in place mobile health brigades in its colonies in an effort to overcome the reticence of African populations to seek modern medical care. These would only be created in Portuguese Guinea after WWII with the introduction of a programme for the eradication of sleeping sickness, the Commission for Combat of Sleeping Sickness, which extended its treatment to other tropical and non-tropical diseases in the late 1940s²⁸.

²⁷ For a discussion of the notion of modernity and its practical implications in the case of Portuguese Guinea, see Philip J. Havik, *Motorcars and Modernity: pining for progress in Portuguese Guinea (1915-1945)*, in: J.B. Gewald, S. Luning & K. Walraven (eds.), *The Speed of Change: motor-vehicles and people in Africa: 1890-2000*, Leiden: Brill, African Studies Series, 2009: 48-74.

²⁸ For an overview of the Commission’s organization and interventions, see Philip J. Havik, *Public Health and Tropical Modernity: the combat against sleeping sickness in Portuguese Guinea (1945-1974)* (forthcoming, 2013).

The case of the Bijagós islands shows unequivocally that the geo-politics of administration and sanitation and its notable asymmetries need to be addressed, within colonies and across their borders. What is striking about this region is the almost complete lack of (permanent) colonial institutions of any kind, thus casting doubt upon the relevance of certain approaches to colonial economic history based upon the political instrumentalism proposed by Headrick (1981) and Acemoglu et al (2001). As we have seen, the situation on the ground was far more complex than mere 'empire and science', and therefore requires a much more subtle multi-disciplinary and trans-colonial approach. Indeed, the peripheral location of the region, its insular nature and the agency of its inhabitants played a significant role in shaping colonial actions and perceptions. Contrary to the mainland, interaction with other ethnic groups and the impact of administration in neighbouring French colonies on the isles was minimal. Secondly, despite several attempts to do so, the colonial administration failed to effectively occupy the islands, and had great difficulties in subduing its inhabitants (Mendy, 1992). The lack of cooperation of islanders with the collection of taxes and the perceived need for extracting exportable produce (i.e. palm kernels) led to the actual privatization of administration, which was largely exercised by enterprises and traders. This despite the fact that the islands had harboured the capital Bolama since 1879, when PG became administratively autonomous from Cape Verde. Thirdly, not only administrative but 'modern' health services were also largely absent from the islands, at least until the 1950s, when the Commission for the Combat against Sleeping Sickness established a bush-infirmity on the island of Uno. Until then the islanders had to cope with widespread forced labour as well as with epidemics such as yellow fever and syphilis, which they were unable to effectively counter with indigenous medicine. As the region's topography required services with a large measure of mobility, as envisaged in biomedical writing in the 1920s and 1930s (Almeida, 1935: 13), the dearth of such infrastructures was a decisive factor in the developing demographic and social crisis. Thus, the employment of sanitary and health services as a 'tool of empire' or 'enterprise' for social control and engineering was largely inoperative in the case of the islands, and to a greater extent than most of the colony's interior until the mid 1940s. In contrast, the military

campaigns and the privatization of resource extraction showed to what extent the islands functioned as a laboratory, but not in the scientific sense. Particularly scathing in its denunciation of the situation in the archipelago, an inspection report in the 1940s, basing itself on a conversation with the then administrator of the district, inferred a possible correlation between the absence of bio-medical care and the lot of the islanders:

The abandonment to which these isles appear to have been condemned in this respect [i.e. of health care] is simply deplorable, and something must have contributed to their alarming depopulation, as the administrator remarked.²⁹

Bibliography

- ABRANCHES, P. O (2004) *Instituto de Higiene e Medicina Tropical: um século de história 1902-2002*, Lisbon: Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT).
- ACEMOGLU, D., Johnson, S. & Robinson, J.A. (2001) The colonial origins of comparative development: an empirical investigation, in: *The American Economic Review*, 91, 5: 1369-1401.
- ALMEIDA, António de (1952) *Da medicina gentílica dos Bijagós*, in: *II Conferência dos Africanistas Ocidentais*, Lisbon: Junta de Investigações Coloniais: 243-92.
- ALMEIDA, Eurico de (1935) *Da Assistência Médica as Indígenas na Colónia da Guiné Portuguesa*, Bolama: Imprensa Nacional.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2008) Anthropology and ethnography of the Portuguese-speaking empire, in: P. Poddar, R. Patke & L. Jensen, *A Historical Companion to Post-Colonial Literature: continental Europe and its empires*, Edinburgh: Edinburgh University Press: 435-39.
- AMARAL, I. (2008) The emergence of tropical medicine in Portugal: the School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935), in: *Dynamis*, 28: 301-28.
- ARNOLD, David (1988) *Imperial Medicine and Indigenous Societies*, Manchester: Manchester University Press.

²⁹ Nunes de Oliveira, Inspeção Geral aos Serviços Centrais da Colónia da Guiné, Lisbon, 1-8-1942, p. 119; AHU, UM, ISAU.

- AUSTIN, Gareth (2008) The 'Reversal of Fortune' thesis and the compression of history: perspectives from African and economic history, in: *Journal of International Development*, 20: 996-1027.
- BADO, Jean Paul (1996) *Médecine Coloniale et Grands épidémies en Afrique: lèpre, trypanosome humaine et onchoceroze*, Paris: Karthala.
- BANDEIRA, Salomão, F. Gaspar & F.P. Pagula (2001) African Ethnobotany and Healthcare: emphasis on Mozambique, in: *Pharmaceutical Biology*, 39, 1: 70-3
- BARBOSA, Paulo (2008) Saberes antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974, in: *Revista História em Reflexão*, 2, 4: 1-22.
- BASTOS, Cristiana (2001) Doctors for the Empire: the medical school of Goa and its narratives, in: *Identities*, 8, 4: 517-48.
- BASTOS, Cristiana (2007) Medical Hybridisms and Social Boundaries: Aspects of Portuguese Colonialism in Africa and India in the Nineteenth Century, in: *Journal of Southern African Studies*, 33, 4: 767-82.
- BASTOS, Cristiana (2011) *Clínica, Arte e Sociedade: a sífilis no hospital do Desterro e na saúde pública*, Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais (ICS).
- BASTOS, Cristiana & Barreto, Renilda (2013) (eds.) *A Circulação do Conhecimento: medicina, redes e impérios*, Lisbon: Imprensa Ciências Sociais, ICS
- BATALHA, Maria Manuela (1985) Medicina e farmacopeia tradicionais bantu, in: *Muntu*, 3: 69-84.
- BOSSARD, Eric (1996) *La médecine traditionnelle au centre et á l'Ouest de l'Angola*, Lisbon: ICT.
- CARVALHO, J. Peixoto Ponces de (1929) Da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas, in: Guiné, separata, *Boletim da A15-45.gência Geral das Colónias*, 162-93.
- CHAPMAN, Rachel R. (1998) *Prenatal care and the politics of protection: an ethnography of pregnancy and medical pluralism in Central Mozambique*, PhD Diss., Los Angeles: University of California.
- CHAPMAN, Rachel (2010) *Family Secrets: Risking Reproduction in Central Mozambique* Nashville: Vanderbilt University Press, 2010.

- CLEVELAND, Todd. C. (2008) *Rock Solid: African labourers on the diamond mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917-75*, PhD diss., University of Minnesota.
- COGHE, Samuel (2013) *Inter-imperial learning and African health care in Portuguese Angola in the interwar period* (forthcoming)
- COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE, *Serviços de Saúde e Higiene*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1934.
- CONKLIN, Alice L. (1997) *A Mission of Civilize: the republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930*, Stanford: Stanford University Press.
- CURTIN, Philip D. (1960) *The Image of Africa, British ideas and action, 1780-1850*, Madison: University of Wisconsin Press.
- DIAS, A. Jorge; Manuel Viegas Guerreiro & Margot Dias (1964-1970) *Os Macondes de Moçambique*, 4 vols., Lisbon: Junta das investigações Ultramar.
- DIONNE, Jessica (2010) 'It was a state job': Malaria workers in Mozambique in the transition from colonialism to independence, c. 1960-1980, in: *Actas, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, published online as e-book: accessed 9-6-2011 at: http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2399/1/CIEA7_36_DIONNE_%E2%80%98It%20was%20a%20state%20job%E2%80%99.pdf.
- ENGERMAN, S. & Sokoloff, K. (1997) Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World economies: a view from economic historians of the United States, in: S. Haber (ed.) *How Latin America Fell Behind: essays on the economic histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford: Stanford University Press: 260–304.
- FEIO, Francisco Barata (1958) Os Serviços de Saúde da Província de Angola: considerações sobre a nosologia, in: *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, XV, 2: 101-27.
- FERREIRA, Isabel L. (2011) *O Papel dos Caboverdeanos na Administração Pública portuguesa do Ultramar em África – do Pós II Guerra Mundial a 1975*, unpubl. PhD dissertation, Universidade Nova de Lisboa.
- GELFAND, Michael (1964) *Lakeside Pioneers: a socio-medical study of Nyasaland, 1850-1920*, Oxford: Basil Blackwell.
- GELFAND, Michael (1976) *A Service to the Sick: a history of the health service for Africans in Southern Rhodesia*, Gwelo: Mambo Press.

- GELFAND, Michael., Mavi, S., Drummond, R.B. & Ndemera, B. (1985) *The Traditional Medicinal Practitioner in Zimbabwe*, Harare: Mambo Press.
- GOERG, Odile (2006) Domination coloniale, construction de 'la ville' en Afrique et dénomination, in : *Afrique & Histoire*, 5, 15-45.
- GRANJO, Paulo (2009) "Saúde, doença e cura em Moçambique", in E. Lechner (ed.), *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*, Lisboa, ICS: 249-274
- HAVIK, Philip J. (2005) Noirs et 'Blancs' dans l'Ethnographie Coloniale: discours sur le genre en Guinée Portugaise, 1915-1935, in: *Lusotopie*, XII, 1-2: 55-76.
- HAVIK, Philip J. (2007) Boticas e Beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné, in: *Africana Studia*, 10: 235-70.
- HAVIK, Philip J. (2008) Tributos e Impostos: a crise mundial, O Estado Novo e a política fiscal na Guiné, in: *Economia e Sociologia*, 85, 29-55.
- HAVIK, Philip J. (2009) 'Veneráveis representantes da vegetação tropical': médicos, curandeiros e fitoterapias na Guiné-Portuguesa (sécs. XIX-XX), in: *Actas, Actas, Plantas Medicinai e Fitoterapêuticas nos Trópicos*, cd-rom http://www2.iict.pt/archive/doc/P_Havik_wrkshp_plts_medic.pdf
- HAVIK, Philip J. (2013a) Saúde pública, microbiologia e a experiência colonial: o combate a malária na África Ocidental (1850-1915), in: Cristiana Bastos & Renilda Barreto (eds.) *A Circulação do Conhecimento: medicina, redes e impérios* (Lisbon: Imprensa Ciências Sociais, ICS): 317-50.
- HAVIK, Philip J. (2013b) Novos horizontes para o estudo do império: a missão de geografia de Orlando Ribeiro na Guiné, in: *Actas Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: Percursos do saber e da ciência*: <http://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p06c03-philip-havik.pdf>
- HEADRICK, Daniel R. (1981) *The Tools of Empire: technology and European imperialism in the nineteenth century*, Oxford: Oxford University Press.
- HONWANA, Alcinda (2003) Undying past: spirit possession and the memory of war in Southern Mozambique, in: B. Meyer P. Pels, *Magic and Modernity. interfaces of revelation and concealment*, Stanford. Stanford University Press: 60-80
- HUILLERY, Elise (2008) *The Impact of European settlement within French West Africa: did prosperous areas fall behind?*, Paris: Institut de Recherche pour le Développement (IRD).

- JANSEN, P.C.M., Mendes, O., 1990. *Plantas Mediciniais – Seu Uso Tradicional em Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (4 vols.)
- LUBKEMANN, Stephen C. (2001) Rebuilding Local Capacities in Mozambique: the national health system and civil society in: I. Smillie *Patronage or Partnership: local capacity building in humanitarian crises*, Bloomfield: Kumarian Press/ International Development Research Centre (IDRC): 107-30. (E-book: <http://www.idrc.ca/openbooks/944-5/>)
- LUEDKE, Tracy J., Harry G. West (eds.) (2006) *Borders and Healers: brokering therapeutic practices in southeast Africa*, Bloomington: Indiana University Press
- LUEDKE, Tracy (2007) Spirit and Matter: The Materiality of Mozambican Prophet Healing, in: *Journal of Southern African Studies*, 33, 4: 715-31.
- MARTINS, João Vicente (1993) *Crenças, adivinhação e medicina tradicionais dos Tutchokwe do nordeste de Angola*, Lisbon: IICT.
- MELO, Rosa (2008) Crenças, Poder e Práticas Mediciniais Entre os Handa, in R. Melo (ed.), *Para Lá da Manipulação dos Espíritos. Crenças e Práticas de Cura entre os Handa no Sul de Angola*, Dakar, CODESRIA: 1-75.
- MENDY, Peter K. (1994) *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné Bissau*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).
- MENDY, Peter K. (1992) A conquista militar da Guiné: da resistência à “pacificação” dos Arquipélago dos Bijagós, 1917-1936, in: *Soronda*, 13: 41-57.
- MENESES, M. Paula (2007), ‘When there are no problems, we are healthy, no bad luck’: for an emancipatory conception of health and medicines, in: Boaventura de Sousa Santos (ed.) *Another knowledge is possible: Beyond Northern epistemologies*. London: Verso, 352-379.
- MENESES, M. Paula (2010), Traditional doctors, leaders of the Association of Traditional Doctors of Mozambique, in Santos, Boaventura de Sousa (ed.) *Voices of the World*. London: Verso: 257-300.
- MOREIRA, J. Mendes (1946) Breve Ensaio etnográfico acerca dos Bijagós, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, I, 1: 69-115.
- MOTA, A. Teixeira da (1946) *Inquérito etnográfico*, Bissau: Governo da Colónia da Guiné Portuguesa
- NEWITT, Malyn D. (1995) *A History of Mozambique*, Bloomington: Indiana University Press, 1995.

- PEREIRA, Luena Nunes (2011) Families, Churches, the State and the Child Witch in Angola . in: Luís N. Pares & Roger Sansi, *Sorcery in the Black Atlantic*, Chicago & London. Chicago University Press. 187-208.
- PETTERSON, K. David (1974) Disease and Medicine in African History: a bibliographical essay, in: *History in Africa*, 1: 141-8.
- PINTO, José Vitorino (1928) *Relatório sobre uma visita sanitária feita aos Bijagós*, Bolama: Imprensa Nacional da Guiné.
- PINTO, José Vitorino (1929) Algumas notas sobre a nosologia da Guiné, in: Guiné, separata, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 44: 57-98.
- PIRES DE LIMA, J. A., C. Mascarenhas & J. Santana Barreto, *Contribuição para o Estudo Antropológico da Guiné Portuguesa*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RODRIGUES, Eugénia (2005) Alimentação, saúde e império: o físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos, in: *Arquipélago História*, 2ª série, IX: 617-56.
- ROQUE, Ana (2009) Entre Médicos e Curandeiros: partilha ou marginalização de saberes em Moçambique nos finais do século XIX, in: *Actas, Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos*: cd-rom.
- SANTOS, Eduardo dos (1960) *Sobre a 'medicina' e magia entre os Quiocos*, Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar.
- SCARPA., Antonio (1960) Pratiche mediche di alcuni tribu della Guinea Portoghese, in: *Estudos sobre o Ultramar Portugues*, Vol. I, Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar: 157-81.
- SCHUMAKER, Lyn, Dana Jeater & Tracy Luedke (eds.) (2007) Introduction. Histories of Healing: Past and Present Medical Practices in Africa and the Diaspora, *Journal of Southern African Studies*, 33, 4: 707-14
- SHAPIRO, Martin Frederick (1983) *Medicine in the Service of Colonialism: medical care in Portuguese Africa, 1885-1974*, PhD Diss., Los Angeles: University of California.
- SIMÕES, Landerset A. (1935) *Babel Negra*, Oporto: Author's Edition.
- SOUSA, Alexandra Oliveira de & Dominique Waltisperger (1995) *La Maternité chez les Bijagó de Guinée Bissau: une analyse épidémiologique et son context*

- ethnologique*, Paris: Centre français sur la population et le développement (CEPED). (Les Études du CEPED, no. 9)
- THOMAZ, Omar R. (2005) The Good-Hearted Portuguese People: anthropology of nation, anthropology of empire, in: B. de L'Estoile, F. Neiburg & L. Sigaud *Empires, Nations and Natives: anthropology and state making*, Durham & London: Duke University Press: 58-87.
- THOMPSON, Virginia & Adloff, Richard, *French West Africa*, Stanford. Stanford University Press, 1957.
- TILLEY, H. (2011) *Africa as a Living Laboratory: empire, development and the problems of scientific knowledge (1870-1950)*, Chicago: University of Chicago Press.
- VARANDA, Jorge (2004) A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola: in: *Manguinhos: História, Ciências, Saúde*, 11, 1: 261-68.
- VARANDA, Jorge (2011) A asa protectora de outros: as relações transcoloniais dos serviços de saúde da DIAMANG, in: Cristiana Bastos & Renilda Barreto (eds.) *A Circulação do Conhecimento: medicina, redes e impérios* (Lisbon: Imprensa Ciências Sociais, ICS): 339-72.
- VAUGHN, Megan (1991/2004) *Curing their Ills: colonial power and African illness*, London; Polity Press.
- VIEGAS, Luiz António de Carvalho (1936) *Guiné Portuguesa*, vol. I, Lisbon: Severo, Freitas, Mega & Cia.
- VIEGAS, Luiz António de Carvalho (1939) *Guiné Portuguesa*, vol. II, Lisbon: Severo, Freitas, Mega & Cia. .
- WALT, G. & J. Cliff (1986) The dynamics of health policies in Mozambique 1975–85, in: *Health Policy and Planning*, 1, 2: 148-57.
- WEST, Harry (2005) *Kupilikula: governance and the invisible realm in Mozambique*, Chicago: University of Chicago Press.
- ZAMPARONI, Valdemir D. (2011) *Práticas de curas africanas e medicina ocidental: encontros, desencontros e confrontos. Os Casos de Angola e Moçambique* (conference paper, May 2011).

‘Mischief’ and ‘magic’: midwives, *curandeiras* and the health service of São Tomé and Príncipe, 1850-1926

RAFAELA JOBBITT*

The present article¹ examines the practices of African midwives and female healers in the context of “folk” or “popular” medicine in São Tomé and Príncipe, a small former Portuguese colony located in the Gulf of Guinea, from the second half of the nineteenth century until the early part of the twentieth century. Moreover, it discusses the attempts made by the Portuguese colonial authorities to control and to limit the ability of these women to practice their craft. In addition to being scarce, the sources containing descriptions of women and their healing practices for this period were, for the most part, written by Portuguese men who expressed very negative opinions about them. This makes it imperative for anyone researching this topic to treat the sources judiciously. It is also necessary to be able to “read between the lines,” and to use every fragment of information available in order to piece together a credible account of the lives of these women and of the healing practices they employed. Using primarily information drawn from several published manuscripts, as well as information contained in newspapers, journals and in archival sources, the article begins by examining some of the descriptions of female heal-

* York University, Toronto, Canada
jobbitt@yorku.ca

1 The archival work that I conducted in Lisbon in 2010 and 2011, the results of which are evident in this article, was made possible, in large part, due to a grant that I was fortunate to receive from the Gulbenkian Foundation. I would, therefore, like to extend a word of gratitude to the Foundation for the financial assistance it grants to scholars who need to conduct research in Portugal.

ing practices in São Tomé and Príncipe. It also attempts to situate these kinds of descriptions pertaining to female healers and midwives in a wider context of denigration of African women by Portuguese commentators. Furthermore, it argues that this denigration was somehow also connected with the concern, expressed by the Portuguese, with the “natural increase” of the African labourers who worked in the cocoa and coffee plantations or *roças* of São Tomé and Príncipe. The last part of the article analyzes some of the proposals put forward by the colonial medical authorities designed to restrict and to eliminate the ability of African healers and midwives to pursue their work. Finally, it also suggests some reasons why the colonial authorities might have been unsuccessful in achieving some of these objectives.

The Portuguese depicted the female healers or *curandeiras* of São Tomé and Príncipe in overwhelmingly disparaging terms. In a report written in 1854, Dr. José Correia Nunes, a doctor of the Health Service of São Tomé and Príncipe then stationed on the island of Príncipe, called the *curandeiras* of Príncipe “miserable impostors” who merely “pretended to know” about diseases and their cures by examining a person’s urine.² In addition, Nunes maintained that they prescribed *mesinhas* (folk remedies) made of herbs and juices obtained from various “unknown plants,” most of which had no medicinal value whatsoever in his opinion. To add insult to injury, he claimed that they charged exorbitant prices for their services. Finally, Nunes remarked that he had treated several patients who, “after having ingested everything that the *curandeiras* had given them,” had finally sought his advice, often in a severely weakened and moribund state.³ The sources also contain references linking women with the production of medications. In a work entitled *História Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, António Lobo de Almada Negreiros (1895) wrote that “old” African women on the plantations of São Tomé and Príncipe made medications called *milongos*. The Portuguese historian of medicine, Luís de Pina (1940), argued that women in Angola made *milongos*, some of which

2 Arquivo Histórico Ultramarino (henceforth AHU), Serviço de Saúde, S.Tomé e Príncipe, cod 587, *Considerações Acerca da Salubridade da Ilha do Príncipe, das Principais Causas de Suas Doenças e da Sua Mortalidade Feito Pelo Dr. José Correia Nunes, Cirurgião de 1ª Classe da Província de S. Thomé e Príncipe*, 30 August 1854.

3 *Ibid.*

were used to treat diseases and conditions that were specific to women, including pregnancy and childbirth. It is relevant that Negreiros (1895) mentioned *milongos* in connection with the plantations of São Tomé and Príncipe, since most of the slaves and, later, *serviçais* (contracted labourers), who were brought into the colony to work on the plantations during the second half of the nineteenth century originated from Angola.

Negreiros' (1895) work is also particularly useful because it contains a glossary of the medicinal plants of São Tomé and Príncipe. He followed each entry in the glossary with a brief description of the uses of that particular plant or herb. When surveying the glossary, one notices that it presents several plants that were employed in the treatment of women's conditions, in particular those related to pregnancy and childbirth. For example, women who had given birth normally drank certain teas in order to recover, including an infusion made from the ivy called *muandji muéla*. In another entry, women who were suffering from puerperal fever were given a concoction extracted from the *libó*, a small bush, while *cebola cêncê*, a tuber, was known to induce labour. Finally, Negreiros' glossary references plants that were deemed to cause abortion, such as a fruit known as *jácá* and the root of the coffee plant.

Apart from producing and prescribing medications that were designed to treat various ailments, women were also apparently adept at making use of rather more "mysterious" substances, such as aphrodisiacs. Out of a total of 144 plants presented by Almada Negreiros (1895) in the glossary of his *História Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, eight were described as aphrodisiacs. He claimed that it was common for women to initially use "spells" (*feitiços*) to "turn a man's heart," but when these did not work, women employed aphrodisiacs such as one obtained from a leaf known alternatively as *placella*, *companheira* or *parceira*. The leaf was first mashed and then mixed with the "hearts of swallows," to produce a mixture that was placed in the desired man's food. Women's knowledge of local plant-based substances, including several obscure and unknown ones, drew heavy criticism from some Portuguese commentators, who saw this ability as potentially dangerous. António Maria de Jesus Castro e Moraes (1901) noted that women's "extensive knowledge of medicinal

plants” meant that they had the power to “exterminate” the Europeans in São Tomé and Príncipe if they wished to.

As was the case with female healers, the Portuguese were very critical of the African midwives of São Tomé and Príncipe and often portrayed them as incompetent, brutish, women. Castro e Moraes (1901) claimed that it was customary for midwives to use brooms to “hit” the bellies of pregnant women who were experiencing difficulties in giving birth. In addition, the practices of midwives were also connected with “witchcraft” and superstition. Almada Negreiros (1895) wrote that midwives administered blows to babies’ bodies in order to “remove spells,” especially if the child in question had been born after the death of his or her father. In another somewhat similar reference, the writer Vicente de Melo e Almada (1884) argued that the habit of striking newborns was aimed at removing “bad blood” from the child.

As the sources also indicate, the work performed by midwives was not limited to assisting births, but extended beyond the event itself. According to Almada Negreiros (1895), during the first week following the birth, the midwife kept a sort of vigil designed to keep the baby safe from the predations of “witches.” In contrast, the mother comes across as someone who was not involved in caring for the infant at this time.⁴ The concern with the dangers posed by “witches” also explains certain practices, such as the placing of a necklace made of bits of wood and leaves from various trees and plants (including *cáta grande*, *succupira* and *pau féde*) around the infant’s neck. Moreover, leaving a pan with olive oil under the infant’s bed and a vessel containing water at the entrance of the dwelling was meant to give the “witches” something other than the infant’s blood to drink. Furthermore, according to Ernesto de Vasconcelos (1918), midwives would “hit the walls and furniture of the hut to ward off spells.” The week-long vigil ended with festivities, involving eating, drinking and dancing the “semba,” after which the midwife circled the dwelling three times while holding the infant, before finally handing the child over to the mother.

4 Negreiros states that, because of fears that the mother’s “first” milk might pass “evil” onto the baby, it was customary for a neighbour to nurse the infant during the few days after the birth. In addition, for similar reasons as those described above, the mother would not lie down next to the infant in the few days after the birth.

Despite the negative portrayal of midwives and female healers, there is evidence to suggest that they were in fact very popular and that their services were sought after, even by Portuguese residents in the colony. Almada Negreiros (1895) admitted that many Europeans in São Tomé and Príncipe routinely sought the services of healers and that many believed in the efficiency of the “the remedies of the land.” This view was echoed by Castro e Moraes (1901), who mentioned being “surprised” by the number of Europeans who used the services provided by local healers in São Tomé and Príncipe. This was also true for midwives. Despite being critical of the work they performed, Almada Negreiros (1895) stated that some Europeans in the colony recognized the value of the knowledge that these women possessed.

The negative portrayal of female healers and midwives by the Portuguese can be understood in the context of the disparaging remarks they made about African women in general. As Karol Weaver (2004) argues, “the stereotype of the enslaved woman as a malicious, malevolent and depraved creature was a deep-seated European image of the African woman.” The stereotypical view of the highly sexual “indigenous” woman is pervasive in Almada Negreiros’ (1895) *História Ethnografica da Ilha de S. Thomé*. In the book, he portrayed Santomean women as “loud, passionate,” their clothing as somewhat indecent and their manner of walking as provocative.

Portuguese doctors who lived in São Tomé and Príncipe during the late nineteenth and early twentieth centuries also voiced negative opinions about the indigenous population, and stated bluntly that they were to be blamed for contracting diseases due to their lack of morality, knowledge, or care when it came to leading responsible lives. Specifically in the case of women, doctors often characterized them as “promiscuous” or “irresponsible,” and argued that one of the reasons why they suffered extensively from “women’s conditions,” was due to the fact that they rejected the medical advice of Portuguese physicians. Manuel Ferreira Ribeiro (1895), one of the doctors of the Health Service of São Tomé and Príncipe during the second half of the nineteenth century, stated that women in the colony “suffered greatly from diseases of the uterus,” but that, in spite of this, they never went to the hospital to seek treatment for such afflictions.

Another physician of the Health Service, José Correia Nunes, cited “suppressed menstruation” as a condition that affected women and argued that this was a direct result of the “abuses” they committed in their daily lives.⁵ As Valérie Fournier (2002) argues, “the idea that women’s destiny is to suffer, an unfortunate fate to which they are doomed by their weak bodies (and minds) has a long history in medical, Christian and popular discourses, and has been captured by various representations of women’s bodies as sick or in pain (...).” In the case of São Tomé and Príncipe, the portrayal of African women as “sufferers” was frequently accompanied by the attempt to attribute this to their “immoral” lifestyle, and to the fact that they shied away from the medical advice offered by Portuguese doctors. In contrast with white women in the colony, who were described as weak and sickly, but “virtuous,” African women were in effect blamed for suffering from a host of diseases, which, these doctors argued, they had brought on themselves due to their lack of morality.

If women were seen as irresponsible individuals, they could hardly be trusted as midwives or mothers for that matter. In effect, both were blamed for the high infant mortality rates that existed in São Tomé and Príncipe. António Castro e Moraes (1901), for example, describes a number of practices, which, in his opinion, contributed to such a high infant mortality rate, including the habit of swaddling newborns. He argued that this was “dangerous” because of the pressure that it placed on the infant’s body. In addition, he mentions that midwives did not always know how to properly take care of newborns’ protruding bellybuttons. Finally, he regarded the custom of feeding infants solid food when they reached the age of four months as an additional contributing factor to the high death rates, because he argued that babies of that age were incapable of digesting food properly. As for Almada Negreiros (1895), he labeled the festivities that were normally held following the birth of a child “irresponsible” because they might contribute to the infant’s death, particularly the practice of passing infants from “lap to lap” during the celebrations. Furthermore,

5 AHU, Serviço de Saúde, S.Tomé e Príncipe, cod 587, *Considerações Acerca da Salubridade da Ilha do Príncipe, das Principais Causas de Suas Doenças e da Sua Mortalidade Feito Pelo Dr. José Correia Nunes, Cirurgião de 1ª Classe da Provincia de S.Thomé e Príncipe*, 30 August 1854.

he maintained that mothers on the plantations who went back to work in the fields with their newborns strapped to their backs “against the advice of the planters” showed an obvious lack of judgment, since, in his opinion, this could contribute to the frequent incidents of infant mortality that occurred on the *roças*.

In São Tomé and Príncipe of the late nineteenth and early twentieth century, it is evident that the planters were interested in the “natural increase” of their labour force. The sources show that planters often complained about the difficulties they experienced in hiring labourers.⁶ One of the pro-natalist measures they adopted was to encourage marriage between the *serviçais*. Almada Negreiros (1895) remarked that marriage between *serviçais* was “highly desirable,” and noted that one of the reasons for this was that it prevented mostly male workers from “leaving” the plantations. Vicente de Melo e Almada (1884), wrote how on a plantation called “Nova Moka,” prizes were awarded to labourers for “hard work,” as well as to those who “built a hut and married.”

Despite the greater emphasis that was placed on “natural increase,” birth rates in fact remained low on the plantations of São Tomé and Príncipe. Interestingly enough, William Cadbury, the English chocolate-maker who spearheaded an international campaign designed to discredit the Santomean planters during the first decade of the twentieth century. Cadbury in fact visited São Tomé in 1908 in order to see the labour situation on the plantations for himself. In the report that he subsequently wrote entitled *Labour in Portuguese West Africa*, Cadbury (1910) voiced the opinion that children represented perhaps less than 25% of the total adult population on the plantations at that time. He also estimated that this meant that there was the equivalent of one child for every two couples. In response to the accusations of slave labour made by the British chocolate-makers directed against them, Santomean planters were eager to show that the *roças* had facilities such as nurseries, hospitals and maternity wards, which were evidence of their concern for the health and wellbeing of their labourers, particularly that of mothers and children. In addition,

6 Although I have chosen to use the term *labourer* as a translation for the Portuguese term *serviçal*, the latter only came into use to describe Africans who were brought into the colony to work on the plantations after slavery was declared abolished in 1875.

Portuguese commentators often drew attention to the measures and regulations that had been put in place to improve the food rations, clothing, as well as the living and working conditions of the *serviçais* on the plantations. One of the planters of São Tomé and Príncipe, Francisco Mantero, attempted to refute the British accusations in a work he wrote entitled *A Mão d'Obra em S. Thomé e Príncipe* (1910), where he pointed to a decree that was approved in Portugal in 1903, designed to regulate the recruitment and working conditions of plantation labourers in São Tomé and Príncipe. When it came to female plantation workers, the decree stipulated that those who were pregnant had to be given at least ten days off work before giving birth, as well as a minimum of twenty days after they had given birth. In addition, mothers who were nursing their infants would be excused from doing field work and would do “light” or “moderate” duties in the plantation’s buildings or yards instead. Furthermore, *roças* with children younger than seven years of age had to have *crèches* or nurseries, which were normally run by “African nurses.” These sorts of regulations, when examined together with the interest in the “natural increase” of the labour force and the negative depictions of African women, mean that there was a desire on the part of the Portuguese to exercise a greater control over the reproductive lives of African women and over their role as mothers. What the sources do not show is how women reacted to these kinds of measures. Neither do they contain information pointing to how midwives and their practices might have been impacted by such measures and initiatives.

Although it is difficult to ascertain the effect that these regulatory measures had on the lives of women on the plantations of São Tomé and Príncipe, it is clear that Portuguese doctors had a somewhat limited presence on the *roças*. The assistant Director of the Health Service of São Tomé and Príncipe, Alberto de Sousa Leitão, noted in a report that there were few plantation doctors in the colony, which explains why they normally serviced various plantations. In his opinion, this meant that they were frequently absent when labourers became seriously ill.⁷ Moreover, he also claimed that people who lived in the smaller towns in the colony often

7 Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (henceforth AHSTP), Repartição de Saúde, São Tomé e Príncipe, Cx 320, 29 January 1903.

did not have access to a doctor at all.⁸ The limited reach of the Portuguese medical services raises questions about the nature of medical care in the colony. The sources suggest that the local inhabitants often rejected the advice of Portuguese doctors. It would be interesting to determine if this was more prevalent amongst local women. As mentioned before in this article, Manuel Ferreira Ribeiro (1895) claimed that women rarely went to the hospital of São Tomé. One possible reason for this was that the hospital had no female nurses at the time Ribeiro wrote this account. In addition, most of the medical aides and nurses in the hospital were men, many of whom had been recruited from the “convict depot.” Another reason could be that the hospital had a very bad reputation as far as cleanliness and efficiency were concerned. However, given that Portuguese doctors were all male and that they had a very poor opinion of “indigenous” women, it seems plausible that women would be more inclined to choose the services of midwives and *curandeiras*, particularly when it came to treating “women’s conditions,” and dealing with pregnancy and childbirth. After all, giving birth at home and not in a hospital was the norm. Finally, as we have seen, midwives provided assistance to women during the time following the birth, and it seems highly unlikely that Portuguese male physicians would be able to compete with this sort of care and assistance even if they wished to do so.

The popularity of local healers and the recognition of the deficiencies of the Portuguese medical service in São Tomé and Príncipe did not prevent the doctors of the service from making recommendations aimed at reducing the influence of the healers in the colony. Manuel Ferreira Ribeiro (1869) wrote in one of his earlier reports that one of his most important goals as a member of the Health Service was to “put an end to the abuses committed by the indigenous healers.” He argued that it was important to convince the planters to close down their own plantation hospitals and infirmaries and to subsidize the construction of common hospitals designed exclusively for the treatment of plantation labourers. Furthermore, he also called for the creation of what he called “health councils” in each of the municipalities of São Tomé and Príncipe. These would essentially function as health delegations, which would be accountable to the more centralized

8 *Ibid.*

Sanitary Board (*Junta de Saúde*), whose headquarters were located in the capital. Each of these delegations would, ideally, have a certain number of doctors responsible for overseeing all the medical services that fell within their particular zones, including monitoring the care on the plantations. Given that the influence of healers and of midwives was probably greatest outside the capital, São Tomé, these recommendations, if implemented, might certainly have limited and restricted their ability to pursue their practices.

In 1910, a set of regulations for the Health Service of São Tomé and Príncipe was drafted and approved. Among the far-reaching measures that the regulations proposed, was the stipulation of fines and imprisonment for local healers.⁹ However, the criminalization of healers was not new to São Tomé and Príncipe.¹⁰ In 1871, the writer of a report originating from the office of the Governor of Príncipe, complained that the “law” that was applicable to healers was irrelevant and ineffective because they simply “ignored it.”¹¹ Furthermore, he also maintained that one of the reasons why healers on Príncipe were able to continue to act with “impunity” was because they were protected by the local population.¹² In a different report, also dated 1871 and pertaining to the island of Príncipe, António Joaquim da Fonseca, the Governor of the island at the time, called for investigations to be carried out on the bodies of all those who had died without having been seen by a doctor.¹³ Although impractical given the lack of Portuguese doctors in the colony, this recommendation is indicative of the intent to criminalize the practices of healers.

It is clear that, as far as the healers of São Tomé and Príncipe were concerned, the intention of the Portuguese authorities was to criminalize and to punish, with the ultimate goal of preventing them from continu-

9 AHSTP, Repartição de Saúde, São Tomé and Príncipe, Cx 412, *Regulamento dos Serviços Sanitários de S. Thomé e Príncipe*, 1910.

10 In his *História Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, Almada Negreiros (1895) refers to the sentencing of a woman called Ana Martins in 1694 in S. Tomé. According to Negreiros, she was accused of being able to use “words” and “leaves” in order to cure all sorts of diseases, in addition to being able to perform exorcisms.

11 AHSTP, Governo da Ilha do Príncipe, Cx 47, 25 April 1871.

12 *Ibid.*

13 AHU, Governo da Ilha do Príncipe, Cx 26, 1 March 1871.

ing to exercise their work. In the case of midwives, the objective was to recruit, to train and to license mostly young local women, while at the same time preventing those who had no training or licenses from practicing midwifery in the colony. However, the authorities probably faced an uphill battle when enforcing this legislation. Legislation approved as late as 1919 reiterated that it was the responsibility of the colony's Council of Health and Public Hygiene not only to oversee the qualifications of all the medical staff of the colony, which included doctors, pharmacists, nurses and *nurse-midwives*, but that it was also its job to prohibit those who were not licensed to practice from continuing to do so.¹⁴ This means that similar laws that had been approved earlier with similar objectives in mind had not been successfully enforced.

Furthermore, regulations put in place in 1919 also foresaw the creation of a nursing school in the Central Hospital of S. Tomé, where nurses (both female and male) and nurse-midwives would receive their training. It was determined that, since the Curator's office (*Curadoria*) was the government department in charge of supervising the plantations and their labourers, this office had to provide the medical authorities with a list of the nurses and midwives who existed on the plantations and who were not legally licensed to practice. In accordance with the legislation, unlicensed midwives and other medical assistants, such as nurses, were to be given the opportunity to take an exam in the nursing school. Those who passed the exam would be issued a license, while those who failed it would be prohibited from pursuing their work. Apart from the obvious issues concerning licensing, it is also clear that the goal of the Portuguese was to recruit younger, more pliable, African women and to train them as future nurse-midwives. According to article 33 (a) in chapter 6 of the regulations, students who were to be admitted into the nursing school had to be between 18 and 35 years of age, have no criminal record and present a certificate of primary education.¹⁵ In line with this requirement, it is

14 "Regulamento Geral dos Serviços de Saúde da Província de São Tomé e Príncipe de Harmonia com as Bases do Decreto nº 5:727 de 10 de Março de 1919," in *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe*, 1 (Jan 8, 1920) 1.

15 "Regulamento e Programa do Curso de Enfermeiros, Enfermeiras e Efermeiras-Parteiras da Província de São Tomé e Príncipe," in *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe*, 33 (Aug 14, 1920) 328.

obvious that older African women who were the “traditional” midwives of São Tomé and Príncipe would be excluded from admission into the school. Although the Portuguese gave practicing but unlicensed midwives the possibility of taking a midwifery exam, it seems unlikely that older women would have been able to take the test if they did not know how to read and write in Portuguese. Furthermore, one has to look at intent here. Practicing midwives might have seen no benefit at all in taking the exam, if they were aware that the Portuguese authorities lacked the resources and the means to prevent them from continuing to practice midwifery.

The Portuguese were well aware that midwifery was a difficult field for male doctors to venture into. Nevertheless, the effort to train and license young women as midwives was indicative of a desire on their part to exercise a greater measure of control and influence in this sphere of medical care. Although he was not referring specifically to São Tomé and Príncipe, José Firmino Santana (1923), a professor of the Lisbon School of Tropical Medicine, argued that Portuguese doctors faced “the greatest obstacles” with regard to their clinical work in Africa when being confronted with childbirth, because this was an area where they had the “greatest difficulties in exercising their influence.” Santana’s solution was for Portuguese physicians to work “via African nurse-midwives,” recruited from a pool of “semi-civilized” young women who had received primary education, and who would receive further training in special schools set up near the hospitals.

As the sources demonstrate, the Portuguese never succeeded in banning the practices of healers in São Tomé and Príncipe. It is also unlikely that they were successful when it came to preventing unlicensed midwives from working. It must be said that virtually everywhere in Africa during the colonial period, Western medicine was not a system that succeeded in imposing itself without resorting to mediation and negotiation. According to Karen Flint (2008), African nurses, medical assistants and midwives often acted as “cultural brokers,” in effect making Western medicine “more palatable” to Africans. This was certainly the case of those medical assistants, including midwives, who were trained in São Tomé and Príncipe. However, the goal of this article was to focus on the practices of midwives and of female healers who were unlicensed, who lacked any formal train-

ing and who were therefore persecuted and criminalized by the Portuguese medical and colonial authorities. I would argue that perhaps because they remained on the “fringes” of a system that had few resources to achieve its goals, and due to the fact that they were part of a feminine “subaltern, world,” these women were well-positioned to resist the efforts of the all-male Portuguese medical apparatus to restrict and control their practices.

Bibliography:

- ALMADA, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e (1884), *As Ilhas de S. Thomé e Príncipe. Notas de uma Administração Colonial*, Lisboa: Academia Real das Ciências.
- CADBURY, William A. (1969), *Labour in Portuguese West Africa*, 2ª edição, Nova Iorque: Negro University Press.
- FLINT, Karen (2008), *Healing Traditions: African Medicine, Cultural Exchange, and Competition in South Africa, 1820-1948*, Athens, Ohio: Ohio University Press.
- FOURNIER, Valérie (2002), *Fleshing Out Gender Identity on Women's Bodies, Body & Society*, nº 8 (2), págs. 55-77.
- MANTERO, Francisco (1910), *La Main-d'Oeuvre à San Thomé et à Île du Prince*, Lisboa: Imprimerie de L'Annuaire Commercial.
- MORAES, António Maria de Jesus Castro e (1901), *Um Breve Esboço dos Costumes de S. Thomé*, Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça.
- NEGREIROS, António Lobo de Almada (1895), *História Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, Lisboa: José Bastos.
- PINA, Luís de (1940), A Medicina Indígena da África Portuguesa, in, *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. XIV, nº 1, Lisboa: Secção dos Congressos.
- SANTANA, José Firmino (1923), *O Problema da Assistência Médico-Sanitária ao Indígena em África*, *Revista Médica de Angola*, nº 2 (4), págs. 73-178.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1895), *Saneamento da Cidade de S. Thomé*, Lisboa: Typographia de Vicente da Silva & C^a.

- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1877), *A Província de S.Thomé e Príncipe e suas Dependências ou a Salubridade e Insalubridade Relativa das Províncias do Brazil, das Colónias de Portugal e de Outras Nações da Europa*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1871), *Relatório Acerca do Serviço de Saúde Pública da Província de S.Thomé e Príncipe no Anno de 1869*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, Ernesto J. de C. e (1918), *Colónias Portuguesas III. São Tomé e Príncipe. Estudo Elementar de Geografia Física, Economia e Política*, Lisboa: Tip. da Cooperativa Militar.
- WEAVER, Karol K. (2004), 'She Crushed the Child's Fragile Skull': Disease, Infanticide, and Enslaved Women in Eighteenth-Century Saint-Domingue, *French Colonial History*, n° 5, págs. 93-110.

Plantas medicinais e saberes tradicionais versus ciência em Cabo Verde e Moçambique na viragem do século XIX

ANA CRISTINA ROQUE E MARIA MANUEL TORRÃO*

1. Enquadramento

Nos últimos anos, o crescente interesse pela recuperação e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, e consequentemente a validação da sua importância atual, tem impulsionado o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e recolha de informação que evidenciam a natureza múltipla e transversal destes saberes. Assim, a sua abordagem pode ser feita em termos pluridisciplinares privilegiando uma ou mais áreas de conhecimento mas, preferencialmente, preservando sempre essa transversalidade intrínseca que os caracteriza.

O conhecimento tradicional ligado ao reconhecimento e uso de plantas medicinais emerge, neste contexto, como um domínio do saber resultante da relação e interação específicas das comunidades humanas com o meio ambiente. Pressupondo a progressiva aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de práticas particulares que com eles se relacionam e os concretizam, estes saberes constituem parte integrante da matriz cultural própria de cada comunidade e da sua história. O seu reconhecimento e recuperação viabiliza o estabelecimento de uma ponte para a modernidade, por via da validação científica das propriedades medicinais de plantas secularmente utilizadas, e um novo enquadramento das práticas fitoterapêuticas a elas associadas.

* ICT-IP – Instituto de Investigação Científica Tropical
ana.roque@iict.pt; mmanueltorrao@hotmail.com

Neste sentido, a informação histórica sobre estes saberes constitui um aspeto particularmente importante não só no que respeita à recuperação e salvaguarda do património histórico e cultural das sociedades humanas, como ao reconhecimento da sua importância num quotidiano onde se torna cada vez mais premente encontrar alternativas para ultrapassar ou minimizar dificuldades e problemas, designadamente ao nível dos cuidados básicos de saúde.

Partindo destas premissas, apresentaremos alguns aspectos dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos com base na documentação sobre Cabo Verde e Moçambique, de finais do século XIX¹, com o objetivo de sublinhar quer a importância da informação histórica sobre o conhecimento, identificação e distribuição regional de plantas medicinais nestas duas regiões, e por consequência também dos saberes e práticas tradicionais a elas associados, quer a possibilidade de organização de um corpus documental de referência que reúna informações sobre as regiões e povos descritos, e sobre a relação destes povos com essas regiões do ponto de vista dos usos e aproveitamento dos recursos nelas disponíveis. Esta informação permitirá uma melhor compreensão da situação atual, contribuindo para a recuperação e preservação de saberes e práticas que podem hoje vir a ter um papel fundamental no equilíbrio e na gestão de aspetos particulares do quotidiano das populações.

Entre os meados do século XIX e o início do século XX, muito dificilmente estes aspetos constituíam preocupações ou objetivos de quem, com ou sem incumbência específica, recolhia e/ou informava sobre as muitas espécies vegetais, de eventuais virtudes medicinais, existentes nos Trópicos. No entanto, para este período, vários são os documentos portugueses que atestam o interesse e apetência tanto pela recolha de plantas medicinais como pelo registo do modo como eram aplicadas, incluindo todo um conjunto de práticas associadas à sua utilização.

1 Este trabalho constitui uma primeira abordagem a esta temática no quadro do projecto *Conhecimento e reconhecimento nas áreas de influência portuguesa – Registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia* (Prof. FCT HC0075/2009). No que respeita especificamente à informação histórica sobre as plantas medicinais, o projecto visa o estudo e a divulgação dos saberes e práticas fitoterapêuticas tradicionais, bem como o reconhecimento da sua importância actual.

Ao informar sobre expedições científicas ou coletores botânicos individuais, esses documentos - relatórios, notas de campo, coleções de herbário, fotografias - fornecem, de facto, um conjunto significativo de dados sobre plantas medicinais e sobre as práticas fitoterapêuticas tradicionais a elas associadas. Daí que aqui se pretenda salientar a importância do resultado das recolhas e registos efetuados.

A opção de escolha por estas duas regiões – Cabo Verde e Moçambique – não foi aleatória, pretendendo-se também chamar a atenção para os antecedentes históricos de cada uma delas e a forma como estes tiveram um papel determinante tanto na atuação das diferentes missões científicas relativamente à flora medicinal e às práticas fitoterapêuticas locais, quanto na própria posição das autoridades oficiais e dos moradores face a esta questão.

2. Ilhas de Cabo Verde

O facto das ilhas de Cabo Verde terem sido um espaço ocupado e colonizado por portugueses sem que aí houvesse, anteriormente, qualquer presença humana, condicionou a evolução de múltiplas realidades que aí se vieram a manifestar².

Ao invés do que sucedeu em regiões como a Guiné, Angola, Moçambique e mesmo com o Brasil, que eram áreas geográficas já previamente habitadas à chegada dos portugueses, nas ilhas de Cabo Verde como nas de São Tomé (entre outros casos que seria possível referenciar) foram os portugueses que promoveram a entrada, nestas ilhas, de africanos procedentes da costa da Guiné. Aí, particularmente na ilha de Santiago, estabeleceu-se o primeiro espaço de ocupação de europeus nos Trópicos. Dado que esta colonização se processou através da ocupação das ilhas com homens da Europa e outros de África, num espaço natural desconhecido para todos, a apropriação de conhecimentos acerca do meio natural desta região revelou-se um longo processo de aprendizagem.

² Uma das sínteses mais recente sobre história do arquipélago de Cabo Verde dos séculos XV a XVIII é *História Geral de Cabo Verde* (1991-2002), 3 vols. Lisboa, 3 volumes, bem como o volume III, tomo 2, *Nova História da Expansão Portuguesa – A Colonização Atlântica*, (coord. de Matos, A.T. de), 2005, Lisboa, Editorial Estampa. No entanto, a obra de Senna Barcellos, C.J. (1899-1905) *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Partes I-VI, Lisboa, Academia Real das Ciências, embora antiga é sempre de indispensável consulta.

Uns e outros estavam perante uma região geográfica, hidrográfica, geológica e botânica totalmente nova, não havia *kwon-how* acumulado nem previamente experimentado. O solo apresentava uma cobertura vegetal diversificada e totalmente distinta da europeia e mesmo da africana e, por isso, os novos ocupantes das ilhas desconheciam como utilizá-la. Acresce a esta situação que, o facto de se tratar de uma sociedade assente numa estrutura marcadamente escravocrata dificultou, ainda mais, nos primeiros séculos de colonização, a troca de informações e de experiências entre brancos e negros, entre senhores e escravos. A atitude de superioridade pessoal e cultural dos primeiros face aos segundos e a desconfiança e ressentimento destes face ao grupo que os dominava política, económica e socialmente, invalidava, na maior parte dos casos, qualquer forma entrosamento de experiências.

Uma das primeiras preocupações com que se depararam os povoadores portugueses que iniciaram o processo de ocupação das ilhas de Cabo Verde, nomeadamente a de Santiago, foi a chamada “doença da terra”. Embora esta moléstia seja referida amiudadamente em vários documentos, logo desde o século XV e XVI, na maior parte das vezes, as suas manifestações não eram especificadas de modo muito exacto. Febres e indisposições, que atacavam sobretudo os ocupantes de origem europeia, são das poucas informações que se conseguem recolher nas fontes da época. Um medo imenso de contraírem esta enfermidade assaltava principalmente os Europeus, dado que, nos primeiros séculos de colonização das ilhas, as formas de cura utilizadas para tratar estes achaques pareciam nem existir e quem adoecia pouco mais fazia do que entregar-se nas “mãos da divina providência”³. A falta de saúde que acometia muitos dos que aceitavam servir o Rei naquelas terras era matéria a que as autoridades de Lisboa não eram alheias. É interessante mencionar que o facto de esta terra ser considerada “muito trabalhosa e doentia”⁴ era um argumento utilizado amiudadamente por todos quantos queriam voltar para o Reino ou pretendiam

3 Logo numa carta de 1504, enviada pelo inquiridor régio Lopo Rodrigues ao rei este oficial expressa claramente esta ideia de que quem sobrevivia à “doença da terra” era por intervenção divina. Cf. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental* (1988): p.138.

4 A este respeito cite-se o caso do sargento-mor Bernardo Botelho que em 27 de Novembro de 1645 para ser provido também no ofício de feitor e recebedor da fazenda afirmava que já estivera muitas vezes enfermo na ilha, tendo sido sangrado 77 vezes. AHU, *Avulsos de Cabo Verde*, Cx. 3, doc. 52.

aumento de ordenado ou acréscimo de mercês. Estava indiscutivelmente inerente ao discurso escrito da grande maioria dos europeus residentes nas ilhas, a incapacidade demonstrada por muitos de se acostumarem a serem tratados com os “remédios da terra” o que levava a recorrentes pedidos para serem despachadas, do Reino para Cabo Verde, boticas e medicamentos específicos para acudir às mais variadas necessidades.

Contudo, com a evolução histórica desta sociedade insular, em que por um lado se foram necessariamente acumulando conhecimentos locais provenientes da vivência quotidiana nesta terra do Trópico de Câncer e, por outro lado se foi matizando, embora não desaparecendo, a clivagem social branco/negro e senhor/escravo, começou-se a recorrer com cada vez maior frequência à utilização de certas plantas locais para amenizar os estados mais graves da “doença da terra” e também como auxiliares na sua convalescença.

A par destas realidades, é importante não esquecer dois outros fatores históricos, igualmente importantes, e que condicionaram definitivamente este esforço por conhecer as plantas medicinais locais, quer fossem endémicas (Gomes *et al.*, 1953), quer importadas, e posteriormente incorporar este saber no quotidiano da cura das doenças.

Primeiro, uma condicionante de ordem local: o isolamento a que as ilhas de Cabo Verde foram sendo votadas, desde o final do século XVII e ao longo da centúria seguinte, devido ao afastamento progressivo de todas as rotas comerciais do espaço geográfico insular. Nos tempos em que aportavam nas ilhas navios de vários portos da Europa e em que as comunicações com o Reino eram regulares, a população de origem europeia aí residente podia ter um acesso relativamente fácil a vários remédios provenientes do chamado “velho mundo”; contudo o abrandamento e, nalguns casos, o corte absoluto destas ligações, conduziu à necessidade imperiosa de tentar curar as doenças com o recurso a soluções locais, ou melhor dizendo com utilização de plantas medicinais (Torrão e Soares, 2008).

Segundo, uma condicionante de cariz mais geral: os tempos do iluminismo. Por todo o mundo europeu e também em Portugal, no último terço do século XVIII, os reformismos pombalino e mariano, sob a influência de estrangeiros e estrangeirados impulsionaram a renovação das ciências exatas e naturais em instituições como a revitalizada universidade de Coimbra,

a Real Academia das Ciências de Lisboa e o Real Gabinete de História do Jardim Botânico da Ajuda; sob a égide científica dos naturalistas, como Domenico Vandelli e Júlio Mattiazzi, e o apoio político dos ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu um ambicioso projeto de descrição do mundo natural ultramarino, em que se combinava, não sem contradições, política e conhecimento, poder e saber, utilitarismo económico e ciência.

Embora os ecos científicos deste movimento tenham chegado de forma esparsa a Cabo Verde, é possível compilar um conjunto de textos, redigidos entre o final do século XVIII e ao longo do século seguinte, onde estão presentes referências às plantas medicinais e à sua utilização. Estas obras, escritas por autores portugueses e estrangeiros, residentes em Cabo Verde ou simplesmente de passagem pelas ilhas com destino a outros espaços do Império, constituem um importante corpus textual que, até agora, não tem sido aproveitado de forma sistemática para esclarecer esta temática. Importa, desde já, esclarecer que não se trata de trabalhos sistemáticos ou de estudos de botânicos, mas de ensaios, relatos e descrições que procurando abarcar a realidade geográfica, política, social, económica e cultural das ilhas de Cabo Verde, têm o cuidado e o interesse em registar aspetos da flora insular, procurando identificar as plantas locais e o aproveitamento que a população insular delas fazia (Torrão e Soares, 2008).

Efetivamente, a partir de segunda metade do século XVIII, a documentação histórica começa a mencionar, embora de forma esporádica, as plantas medicinais e os seus usos pelas populações locais. Uma lista de plantas, utilizadas na botica do Padre João Marques, foi enviada num anexo de uma carta do Governador de Cabo Verde, Bento Gomez Coelho, para o Rei em Outubro de 1736⁵, bem como uma relação dos caixotes, plantas vivas, sementes e outros produtos naturais foi remetida por Marcelino António Basto, também Governador das Ilhas de Cabo Verde a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 12 Março de 1798⁶.

A par destes registos, aqueles que nos foram legados por botânicos como João da Silva Feijó, Welwitsch, Bowdich, entre outros, marcam o

5 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Avulsos de Cabo Verde, Cx. 16, Doc.45.

6 AHU, Avulsos de Cabo Verde, Cx.51, Doc.31.

início de uma nova forma de olhar para a diversidade botânica das ilhas de Cabo Verde (Duarte, 1998 e Grandvaux Barbosa, 1961) e das eventuais formas de aproveitamento das espécies vegetais aí existentes, donde se destaca a sua utilização medicinal.

Para apresentar perspetivas diferentes das dos botânicos sobre as plantas medicinais existentes nas ilhas de Cabo Verde, escolhemos os textos de três autores oitocentistas: José Chelmick (1841), José Joaquim Lopes de Lima (1844) e Francisco Travassos Valdez (1864) que, em simultâneo, nos permitem perceber a forma como cada um via e avaliava a realidade cabo-verdiana. Por exemplo, enquanto J. Chelmick manifesta um total descrédito pelos resultados do uso das plantas medicinais, afirmando: “Os habitantes geralmente são muito mezinheiros, presumem conhecer as propriedades das muitas plantas medicinais que a natureza espalhou n’estas ilhas com muita munificência, e com sua falsa aplicação aumentam geralmente os males que alias um facultativo atalharia bem depressa” (Chelmick, 184:304), Lopes de Lima, considera que o conhecimento que a população tinha destas plantas era fundamental para suprir a falta dos remédios europeus convencionais, mencionando-o da seguinte forma: “Toda esta gente é muito mezinheira: conhecem a virtude de muitas plantas e raízes do seu solo, e com ela suprem a falta de boticas e facultativos” (Lopes Lima, 1844, Livro I, Parte I, :110).

Acreditando ou não nas potencialidades da flora medicinal local, o certo é que, todos estes indivíduos deixaram assinaladas, nas suas obras, várias utilizações medicinais possíveis para algumas plantas, de que se enumeram, em seguida, algumas:

- a resina do Dragoeiro (*Dracaena draco* L.)⁷, que dissolvida em aguardente era um excelente remédio para as quedas (Chelmick, 1841:392);
- a raiz da figueira-brava (*Fycus gnaghalocarpa* (Miq.))⁸, que após ser cortada extraía-se dela uma água que constituía um excelente remédio contra a icterícia (Travassos Valdez, 1864: 244 e Chelmick, 1841: 393);

7 Planta espontânea, aparece nas ilhas de relevo mais acidentado, nas encostas e escarpados virados para o mar. Dela se extrai uma espécie de resina – sangue de drago - que misturada com grogue combate as dores. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p. 74.

8 Planta espontânea que aparece em quase todas as ilhas. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.76.

- o fruto da calabaceira (*Adansonia digitata* L.)⁹ que usado como limonada curava dissenterias e febres inflamatórias, além de ter propriedades calmantes (Chelmichi, 1841:394-5);
- o óleo das sementes da purgueira (*Jahropha curcas* L.)¹⁰ e a raiz da batata de porco usados como activos purgantes com propriedades semelhantes às da japala (*Convolvulus japala* L.)¹¹ (Chelmichi, 1841:395 e 402; Travassos Valdez, 1864: 24 e Lopes Lima, 1844, Livro I, Parte I: 17);
- as sementes da bombardeirinha (*Calotropis syriaca* (S.G.Gmel))¹² que, postas de infusão em aguardente, eram remédio para quedas ou para hemorragias pela boca (Chelmichi, 1841: 403);
- a tinta de vaca¹³ (*Echium stenosphon* Webb) usada em suadouros e para curar as febres (Chelmichi, 1841: 403);
- a palha-fede¹⁴ (*Datura stramonium* L.) planta usada para curar chagas (Chelmichi, 1841:403);
- o sene (*Cassia itálica* (Mill.))¹⁵ e a glandulosa considerados excelentes antidotos contra as escrófulas¹⁶. (Travassos Valdez, 1864:126)

9 Também chamada em Santo Antão de Imbondeiro; aparece em também em São Nicolau. Usada como planta medicinal e para fazer bebidas refrescantes. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.63.

10 Planta oleaginosa cultivada e mais bem adaptada no arquipélago de Cabo Verde, surgindo frequentemente em Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau e Sal tendo um uso medicinal. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.79.

11 Segundo uma carta do ouvidor José Ferreira da silva, datada de 31 de Maio de 1786, a Jalapa era abundante na ilha da Boavista. AHU, Avulsos de Cabo Verde, Cx. 43, doc.19.

12 Arbusto de 1 a 2 metros das regiões baixas e áridas e principalmente nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Sal. O suco é acre e leitoso e é empregue nas doenças cutâneas e como calmante para as dores. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.68.

13 Refere-se à língua de vaca e não tinta de vaca.

14 Também designada como “figueira do inferno”. Planta medicinal usada principalmente como narcótico, calmante e anti-espasmódica e que aparece sobretudo em Santo Antão. As folhas piladas são usadas para curar chagas. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.73

15 Planta espontânea. Aparece nas pastagens áridas e desérticas do litoral das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Sal. As folhas são purgativas e tem uso medicinal. Grandvaux Barbosa, L.A. (1961), p.69.

16 Escrófulas é uma doença que consiste num ingurgitamento das glândulas linfáticas. Morais Silva, 1952, vol. IV, p. 679.

Interessa aqui assinalar que nas obras dos três autores não há quaisquer contradições quanto ao uso medicinal dado a cada uma das plantas, parecendo ser, portanto, indiscutível o emprego dado pelas populações de Cabo Verde a cada uma destas plantas. Era já um saber perfeitamente fixado entre os insulares, não existindo contradições ou indefinições quanto à utilização medicinal de certas plantas. O desconhecimento face à flora local, endêmica (Gomes *et al.*, 1953), ou introduzida, que caracterizara o primeiro século e meio da ocupação destas ilhas, fora substituído por um saber empírico, mas perfeitamente firmado, sobre a natureza que rodeava os homens estabelecidos neste espaço geográfico. O passar dos séculos ensinara-os a conhecer e a lidar com as plantas e a delas se socorrerem para tentar curar os males físicos que os afligiam.

Se esta realidade era válida para a maioria dos habitantes deste arquipélago, já os que aí estavam de passagem, vindos da Europa, tinham muito mais dificuldade em lidar e acreditar nas reais propriedades curativas das plantas medicinais, como o atestam as palavras deixadas nos trabalhos dos três indivíduos que escolhemos para ilustrar este trabalho.

Embora José Chelmick, Lopes de Lima e Travassos Valdez tenham tido o cuidado de registarem nas suas obras as virtudes medicinais de certas espécies botânicas, não deixaram de manifestar desconfiança nos poderes curativos das mesmas. Desconfiança bem expressa por Travassos Valdez que, apesar de não contestar o seu uso por parte dos locais, ao sentir-se febril, no regresso a uma expedição ao interior da ilha de Santiago, recorreu sem hesitar à toma de quinino, não tendo tido sequer a mínima intenção de experimentar um tratamento com recurso às plantas medicinais que acabara de observar na sua jornada

Na volta para a cidade da Praia, sentimo-nos atacados da febre, talvez pela excitação da jornada, pela diferença da comida, frutas ou mesmo por todas estas causas combinadas. Pareceu-nos logo realizarem-se as aterradoras notícias que d'aquelle paiz geralmente correm em Portugal; mas bem depressa conhecemos quanto são exageradas, porque bastou tomarmos uma pequena dose de quinino para nos restabelecermos prontamente (Travassos Valdez, 1864: 248-249).

3. Moçambique

No que respeita a Moçambique, a área aqui abordada corresponde, grosso modo, ao litoral e ilhas da zona centro de Moçambique, entre os rios Pungué e Save para a qual as primeiras referências escritas¹⁷ evidenciam, desde logo, duas das suas principais características: por um lado, as alterações geo-climáticas permanentes, com expressão na alteração constante do perfil da costa devido à combinação secular dos ciclos de seca e cheia, erosão marítima e assoreamento da baía, leito e barra do rio, e por outro lado, a grande mobilidade e capacidade de adaptação das populações a estas alterações.

Ao longo do tempo estas foram, de facto, duas das principais preocupações, tanto das populações locais como das que ali se vieram estabelecer; como foi o caso dos Portugueses a partir do século XVI. Em qualquer dos casos, conhecimento e capacidade de adaptação foram decisivos; sendo que, para os Portugueses, a permanência na região dependeria ainda da sua possível aceitação por parte das comunidades locais (Roque, 2012).

Longe do reino, o estabelecimento de relações de amizade com estas comunidades constituía a única garantia de acesso às redes de abastecimento local e ao conhecimento dos recursos e potencialidades regionais. E se inicialmente os portugueses mostraram grande relutância em aceitar as soluções locais para resolver os problemas do seu quotidiano – basicamente, alimentação e saúde – rapidamente reconheceram que, no plano da saúde/doença, os “remédios da terra” eram bem mais eficazes para os manterem vivos e saudáveis, que qualquer botica vinda do reino. A consciência desta situação foi o primeiro passo para uma melhor perceção da região; sendo que um dos resultados imediatos foi o reconhecimento e a identificação das plantas e ervas medicinais locais a par da aprendizagem da sua aplicação.

A partir de finais do século XVI, são já de uso comum alguns “remédios da terra”, como os óleos de coco (*Cocos nocifera*) e de ricino (*Ricinus communis*), as raízes de Abutua (*Cissampelos pareira*) e as de Calumba (*Jateorhiza palmata*), de comprovada eficácia no tratamento de feridas,

17 Os textos árabes de Al-Mas'udi (c.915) e de Buzurg ibn Shahriyar (c.922) constituem as primeiras referências escritas para esta região. Ambos os textos estão parcialmente transcritos e traduzidos em Freeman-Greenville, 1975.

diarreias e problemas gastrointestinais a que acrescia o consumo de laranjas, frescas ou em compota, consideradas fundamentais no tratamento do chamado “mal de Luanda” (escorbuto).

Comercializados nos portos de Moçambique e do Índico desde finais do século XVII¹⁸, estes “remédios” passaram no século XVIII, a integrar as farmacopeias ocidentais e as boticas portuguesas enviadas para os outros territórios do Império (Roque, 2001). Embora estes nunca tenham tido o impacto de determinadas drogas brasileiras ou indianas, não deixaram de constituir um incentivo para se prosseguir com o reconhecimento e identificação de ervas e plantas medicinais locais, e tentar perceber o modo como eram tradicionalmente utilizadas.

As regiões de Sofala, do Arquipélago de Bazaruto e do Vale do Zambeze, foram as primeiras a ser alvo de reconhecimento. A procura das minas e do melhor acesso aos centros mineiros, forçou o reconhecimento da região, resultando daí um melhor conhecimento dos seus recursos. Por sua vez, a falta de apoio do reino estimulou o relacionamento e a interação com as comunidades locais de que resultou, já nos finais do século XVI, a integração de muitos dos portugueses. Esta integração facilitou-lhes o conhecimento de práticas que se revelaram fundamentais para a sua sobrevivência na região, e sublinhou a importância dos saberes de quem vivia na região, de quem conhecia as suas potencialidades e sabia como usá-las para promover o bem-estar e o equilíbrio necessários ao quotidiano.

A este saber empírico juntou-se, no século XVIII, um conhecimento mais sistemático que orientou a realização de expedições científicas em todos os territórios sob domínio português. Como parte integrante do Império Português, a África Oriental integrou, no século XVIII, o extenso e ambicioso programa de “Expedições Filosóficas” já anteriormente referidos. No seu programa preconizava-se a identificação dos recursos naturais e incentivava-se a recolha de amostras de vegetais, animais e minerais, tendo em vista a avaliação da importância destes recursos e seu potencial estudo científico. E, no caso das plantas medicinais, a possibilidade de validação científica das suas propriedades terapêuticas tendo em vista a eventual integração nas novas farmacopeias ocidentais. Por isso, a credibilidade da recolha de amostras e informações dependeria dos “espe-

18 Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Moçambique, AHU Moç. Cxs. 87, 88, 89 e 92

cialistas em botânica”¹⁹, ou seja, de pessoas com formação específica que garantissem a correção da recolha, armazenamento e acondicionamento de forma a serem encaminhadas para Lisboa e integrar o Gabinete Real da Ajuda, que se constituía como embrião de um futuro Museu de História Natural²⁰.

No entanto, mais do que uma necessidade do poder Português para satisfazer as exigências da ciência moderna, o reconhecimento e identificação da flora medicinal local em Moçambique foi, sobretudo, o resultado de um longo processo de aprendizagem que teve por base a aceitação e integração de Portugueses, a nível individual, pelas e nas comunidades locais e não tanto o produto final de expedições científicas especificamente organizadas para esse fim.

Ainda que dispersos pela documentação dos séculos XVIII e XIX, os conhecimentos e as informações resultantes desta interacção permitem a constituição de um corpus documental de referência histórica para o conhecimento e uso das plantas e ervas medicinais ocorrentes nesta região. Um corpus que não pode nem deve ser secundarizado face a informações oficiais contraditórias. Estas, supostamente de base credível e científica, ora explicitam que “da hervaria só no sertão se encontra e a não ser os cafres, mais ninguém aqui lhe conhece as virtudes”²¹, ora enunciam listas de espécimes recolhidos e enviados para Lisboa pelo naturalista Manoel Galvão da Silva (Botelho, 1927), experiências pioneiras de herborização levadas a cabo pelo Pe. João de Loureiro na Ilha de Moçambique ou dados provenientes de inquéritos etnográficos levados a cabo pelos representantes da administração Portuguesa, em Sofala nos finais do século XVIII (Liesegang, 1966).

A partir do último quartel do século XIX, a documentação evidencia uma preocupação pela importância e diversidade dos recursos naturais e a necessidade do seu reconhecimento. Neste contexto, as recolhas de

19 *Instruções sobre o envio de sementes e cebolas*, Palácio de Queluz, 11 de Outubro de 1802, AHU Moçambique Cx. 94, Doc.119

20 *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional*. Lisboa, 1781.

21 *Ofício do Governador de Sena, Francisco de Mello e Castro*, Moçambique, 7 de Junho de 1784. Biblioteca da Ajuda, Maço 46.

espécimes botânicos efetuadas pelas expedições de Rodrigues de Carvalho em 1886 (Henriques, 1888) e de Serpa Pinto e Augusto Cardoso em 1884/1886,²² as informações de Ezequiel da Silva (Silva, 1883 e 1884; Roque, 2001) e os relatórios do Serviço de Saúde do Distrito de Sofala de meados do século XIX, são porventura algumas das melhores fontes sobre esta matéria.

Sem deixarem de se referir à ausência de uma farmacopeia no sentido ocidental ou à dificuldade da recolha de receituários pela ausência de dosagens pré-estabelecidas, esta documentação testemunha a combinação de métodos de recolha e registo científicos com os procedimentos tradicionais relativos ao diagnóstico, receituários e tratamentos. Acrescendo, em algumas situações, a experiência e prática, como no caso de Ezequiel da Silva.

Homem da terra, residente e professor primário em Chiloane, Ezequiel da Silva aprendeu a reconhecer os “remédios da terra”, a conhecer as suas virtudes e formas de aplicação com os curandeiros locais, tendo procedido, de forma metódica e sistemática, à compilação de toda a informação disponível que permitisse a eventual validação científica das suas propriedades, uma vez que, em sua opinião, da maioria destes medicamentos “...são pela mor parte de tão boas virtudes que é lastimoso o não serem devidamente aproveitados pelas nossas artes e sciencias do século actual” (Silva, 1884, fl.9).

O estudo e validação das suas potencialidades, poderia mesmo contribuir para ultrapassar as dificuldades de um sistema de saúde que se revelava ineficaz em Sofala e noutras áreas sob domínio português; este último aspeto é particularmente significativo porquanto se conheciam situações problemáticas, noutras regiões, que poderiam eventualmente ser minoradas com a introdução e uso de algumas espécies que nelas eram desconhecidas. Tal é o caso da “Durura” e da “Chicarafunda” que, ocorrendo na ilha de Sofala e em Chiloane, poderiam contribuir para diminuir a taxa de mortalidade neonatal (Silva, 1883, fl.25) noutras áreas, como por exemplo

22 Conhecida por *Expedição Pinheiro Chagas*, esta expedição foi, de facto, a primeira missão científica organizada pela Comissão de Cartografia nos territórios ultramarinos. Apesar de não se tratar de uma missão botânica, Serpa Pinto e Augusto Cardoso recolheram um pequeno herbário composto por 11 espécimes botânicos recolhidos no Niassa e em Cabo Delgado, que integra as coleções do Herbário do Jardim Botânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

em Inhambane, ou da “Gambacamba” e do “Mutivari” que, crescendo nos arredores de Sofala, poderiam constituir uma alternativa local ao uso da raiz de alteia (*Althaea officinalis*) ou do extrato de alcaçuz (*Glycyrrhiza glabra*).

A vivência e aprendizagem locais permitiram sublinhar não só a especificidade de cada *habitat* e da sua influência na ocorrência ou ausência das várias espécies, como perceber a relação entre as práticas fitoterapêuticas e a biodiversidade regional patente nos processos de cura, sublinhando que o uso de uma planta no tratamento específico de uma doença é parte integrante do património de cada comunidade, decorre do conhecimento que cada uma tem dos recursos locais disponíveis e da capacidade de os usar para suprir as suas necessidades básicas e tem, no curandeiro, o depositário do saber ancestral que valida a sua utilização.

Neste contexto, o trabalho de Ezequiel da Silva permite, por si só, elaborar o esboço de um mapa da distribuição regional das ervas e plantas medicinais usadas em Sofala em finais do século XIX e identificar 74 variedades distribuídas por 7 tipos de ambientes e habitat específicos e usadas no tratamento de 71 situações de patologia identificadas (Roque, 2001). Infelizmente, o desaparecimento das amostras que Ezequiel da Silva diz ter enviado para Lisboa, acompanhadas das respetivas fichas descritivas, não permitiu a identificação de todos os espécimes. Apenas 14, destas 74, estão hoje identificadas e cientificamente validadas.

Se, para o mesmo período, considerarmos ainda os relatórios dos médicos da Delegação dos Serviços de Saúde de Sofala, teremos um total de 80 plantas medicinais referenciadas para esta região, referindo-se para cada uma, a parte ou partes da planta a usar, as formas de aplicação em função do resultado pretendido e o cuidado a ter na sua preparação e aplicação.

4. Considerações finais

Importa talvez sublinhar que, de acordo com os últimos inventários de espécies vegetais, existem cerca 5.500 espécies em Moçambique, 10% das quais usadas na medicina tradicional (WCMC, 1992), e mais de 900 espécies em Cabo Verde, das quais 100 são consideradas medicinais (Biodiversity and Conservation, 2008), sendo que algumas delas têm a sua primeira referência e descrição na documentação portuguesa dos séculos XVIII e XIX.

Esta mesma documentação informa ainda, por vezes com grande detalhe e precisão, sobre a frequência das doenças mais comuns e a sua relação com circunstâncias ambientais específicas e com determinados períodos do ano, em particular as febres sazonais, com destaque para a malária, e os diferentes tipos de diarreias, com picos de maior ocorrência na estação das chuvas.

Na viragem do século XIX, as principais doenças que afetavam as populações eram, tal como hoje, a malária, vários tipos de diarreia e doenças do foro respiratório e sexual a que acresciam vários problemas decorrentes de má nutrição e deficientes condições sanitárias, a par das inflamações e feridas de natureza variada, por vezes associadas a fraturas.

A informação veiculada por esta documentação testemunha que a maioria destas doenças era tratada pela medicina tradicional e que, em algumas situações, as práticas fitoterapêuticas apresentavam excelentes resultados, como no caso da malária. Resistente aos muitos tratamentos ensaiados pelos europeus desde o século XVI, a malária era tratada pelos curandeiros africanos com uma combinação de várias plantas que visavam o tratamento particular de cada uma das manifestações específicas da doença – febre, suores, delírio, dores no corpo, fraqueza... – e, deste modo, atuavam no sentido de criar condições para uma melhoria significativa do estado geral do paciente, o que *de per se*, facilitaria o seu tratamento. De acordo com Ezequiel da Silva, estes preparados visavam acalmar as dores e refrescar o corpo, minimizando os efeitos colaterais dos tratamentos com base na administração regular de quinino ou de outros compostos, podendo, por isso, constituir excelentes alternativas terapêuticas.

Este tipo de informação, articulada com a experiência e conhecimento dos médicos e fitoterapeutas tradicionais atuais contribui deste modo para a constituição de bases de dados sobre a flora medicinal e pode constituir um suporte para o desenvolvimento da pesquisa científica com vista à sua validação.

Por sua vez, a informação histórica sobre as plantas medicinais e a sua distribuição geográfica constitui um importante registo sobre como cada comunidade se organiza num determinado espaço e usufrui dos recursos nele disponíveis e, neste sentido, tem vindo a ser oficialmente reconhecida a sua importância.

Em Moçambique, por exemplo, o programa do Conselho Científico de Etnobotânica/COCIE criado em Maio de 2006 junto do Ministério da Ciência e Tecnologia²³, e o do recente Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica na Namaacha, refletem claramente esta perspectiva ao incluir nos seus objetivos a criação de bases de dados de registo e uso local dos recursos vegetais, de par com a inventariação e mapeamento da distribuição das diversas espécies nas diferentes regiões do país.

Deste modo, possibilitando um melhor conhecimento e identificação dos saberes e práticas fitoterapêuticas tradicionais, em articulação com o quotidiano das populações e com as disponibilidades regionais das espécies utilizadas, a recuperação e análise da informação histórica permite uma melhor perceção das mudanças e adaptações, cria condições que facilitam a compreensão da situação atual e contribui para a definição de políticas racionais visando a melhoria das condições de vida e de saúde das populações.

5. Referências bibliográficas

Documentação de Arquivo

Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos de Moçambique – AHU Caixas 87, 88, 89 e 92.

Arquivo Histórico Ultramarino. Cabo Verde – AHU CAIXA 16, doc. 45 e Caixa51, doc. 31.

Instruções sobre o envio de sementes e cebolas, Palácio de Queluz, 11 de Outubro de 1802, AHU Moçambique Cx. 94, Doc.119.

Ofício do Governador de Sena, Francisco de Mello e Castro, Moçambique, 7 de Junho de 1784. Biblioteca da Ajuda, Secção Ultramarina, Maço 46.

SILVA, H. E. da (1883), *Descrição de várias amostras dos remédios que os povos do sertão de Sofalla empregão nas suas doenças (Chiluuane, 24 de Setembro de 1883)* Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Cod. 2186.

²³ Este programa pode ser consultado em “Conselho Coordenador de Ciência e Tecnologia: Conselho Científico de Etnobotânica e os Desafios para o Desenvolvimento do país”. Documento disponível em: <http://209.85.135.104/search?q=cache:r8Jc7aWkpL8J:www.mct.gov.mz/pls/portal/url/ITEM/547A249EA55101A9E040007F010060C4+Conselho+Cient%C3%ADfico+de+Etnobot%C3%A3nica&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

SILVA, H. E. da (1884), *Breves noções sobre a medicina cafreal do districto de Sofalla (Chilluane, 4 de Março de 1884)* Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), Res.1 – Pasta E – nº22 .

Outras referências

AUGUSTO, G. (s/d), “A world only partly named: knowledge of plants for therapeutic interventions in the early Cape Colony among the free and unfree”. forthcoming chapter in *Freedom: Retrospective & Prospective*, Swithin Wilmot, Editor; University of West Indies Press (cortesia do autor).

Biodiversity and Conservation, 2008, 17:453-466.

Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional. Lisboa, 1781.

CHELMICHI, J.C.C (1841), *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Histórica da Provincia das Ilhas de Cabo-verde e Guiné*. Lisboa: Typ de L.C. da Cunha.

DUARTE, M. C. (1998), *A Vegetação de Santiago (Cabo Verde). Apontamento histórico, composição florística, interpretação ecológica das comunidades*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia.

FREEMAN-GREENVILLE (1975), *The East African Coast*, London, Rex Collins.

GOMES, S., *et al.* (1953), *Plantas endémicas e árvores indígenas de Cabo Verde*, S. Jorge dos Orgãos, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – Departamento Ciências do Ambiente.

GRANDVAUX BARBOSA, L.A. (1961), “Subsídios para um dicionário utilitário e glossário dos nomes vernáculos das plantas do arquipélago de Cabo Verde”, *Garcia de Orta*, Lisboa, vol. 9, nº1: 37-91.

HENRIQUES, J. A. (1888), “Apontamentos sobre a flora da Zambesia – Exploração do médico M. Rodrigues de Carvalho”, *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. VI (1ª série), 1888: 133-144

História geral de cabo verde (1991-2002), 3 vols. Lisboa, IICT.

LIESEGANG, G. (1966), *Resposta das questoens sobre os cafres (1795-1796) ou notícias etnográficas sobre os serptoens de Sofala nos finais do século XVIII*, Lisboa.

- LOPES LIMA, J.J. (1844), *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental; na China, e na Oceania...* Lisboa: Imprensa Nacional.
- MATOS, A. T. de (coord. de) *Nova História da Expansão Portuguesa – A Colonização Atlântica*, (2005), Lisboa, Editorial Estampa, volume III, tomo II.
- MORAIS SILVA, A. de, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1952), 10ª edição, Lisboa, Ed. Confluência, vol. IV.
- ROQUE, A. C. (2001), “Breves Noções sobre a Medicina Cafreal do Districto de Sofala” ou Sobre os conhecimentos que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul-oriental de África na segunda metade do século XIX”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, Lisboa, 2001: 211-272.
- ROQUE, A.C. (2013), *Terras de Sofala: Persistências e mudança. Contribuições para a História da Costa Sul Oriental de África (séculos. XVI-XVIII)*. Textos Universitários. Lisboa, FCT / FCG.
- SENNÁ BARCELLOS, C.J. (1899-1905) *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Partes I-VI, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- TORRÃO, M. M. e Soares, M. J. (2008) “Ervas e Curandeiras. Remédios e Boticários. Formas de Curar em Cabo Verde (Sécs. XVIII– início do XIX)”, *Actas do Workshop Plantas Mediciniais e Práticas Fitoterapêuticas nos Trópicos*, ed. ROQUE, A.C., HAVIK, P., TORRÃO, M. M, ISBN 978-972.672-982-2. Disponível <http://www2.iict.pt/?idc=15&idi=14082> (Acesso Julho de 2011).
- TRAVASSOS VALDEZ, F.(1864), *África Occidental. Noticias e Considerações*. Lisboa; Imprensa Nacional.
- WCMC (1992), *Global Biodiversity Status of the Earth's Living Resources*. London, Chapman & Hall.



Os eixos ideológicos do poder biomédico: o projecto de Manuel Ferreira Ribeiro

HELENA SANT'ANA*

Introdução

Até ao segundo quartel do século XIX os territórios africanos portugueses constituíam pouco mais que feitorias fortificadas construídas em locais de fácil acesso por mar ou por rio, com múltiplas funções: quartel militar, entreposto comercial e centro de saúde. Ao lado das organizações militares da expansão a preocupação constante era “estabelecer a assistência médica traduzida na criação de hospitais com corpus clínico de físicos, cirurgiões, sangradores que para além disso acumulavam o ofício com o de barbeiros e boticários” (Carvalho, 1938: 263).

A substituição das formas mercantilistas por uma integração definitiva das colónias de África e Ásia no sistema capitalista emergente, implicando o desenvolvimento da produção de bens alimentares e de matérias-primas, e a progressiva abolição da escravatura (Inglaterra em 1834; França em 1846; Holanda em 1873), vai ter implicações profundas no processo de colonização efectiva dos territórios africanos pelos portugueses. A verdadeira questão da colonização dos territórios surge com o conflito originado pela conferência internacional de Berlim em 1884-85 que levantou uma importante questão estratégica: a abolição dos direitos históricos e a aprovação da ocupação efectiva dos territórios. A divisão de África pelas potências coloniais não era de forma alguma favorável a Portugal, uma vez que as regras aprovadas na Conferência implicavam que “só a posse de

* CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP-UTL
hmmcs1962@gmail.com

territórios onde forças militares de um determinado país estivessem aptas a fazer respeitar os direitos adquiridos seria reconhecida pelos signatários da conferência”. (Abranches, 2004: 17; Saraiva, 1993)

Portugal sempre deficitário em forças militares e em capital humano lançou-se com o apoio da Sociedade de geografia na euforia das expedições científicas no interior de África, nas campanhas de pacificação e nas missões de reconhecimento de regiões de Angola, Moçambique e Guiné. Porém a migração para um território africano encontrava-se desde o século XVI envolta num misto de terror de perigos desconhecidos como de incapacidades para fazer face às doenças tropicais das quais pouco se conhecia.

Ir para África era um estigma, um desterro, uma espécie de punição, que se engendrou não apenas devido à altíssima mortalidade, cujas “febres, as malditas febres, foram tidas e havidas como responsáveis” (Pacheco, 1936: 92), mas também pelas notícias publicadas pelos jornais, onde se espalhava o boato do horror africano, aliado à posição quase unânime de investigadores, médicos e funcionários quanto à morbidade do clima.

1. A medicina em Portugal no Século XIX

Na segunda metade do século XIX, a medicina exercida em Portugal e no Ultramar seguia diversos métodos terapêuticos. Com muita frequência usava-se o sistema crono-termal que alcança notoriedade em toda a Europa após a publicação dos estudos de Dickson em 1836. A sua base radica na periodicidade do movimento de cada órgão e átomo de todos os seres vivos, na intermitência e unidade de todas as doenças, e na unidade de acção da causa e da cura, envolvendo a mudança de temperatura. Este médico aboliu do seu sistema a prática da sangria, das ventosas e sanguessugas, empregando poucos medicamentos. Os princípios expostos por Dickson foram considerados pelo Colégio de medicina de Filadélfia, como hipocráticos, cujo conceito implicava o “princípio vivo, em harmonia com todas as harmonias da natureza, e sem o reconhecimento do qual nenhum sistema de medicina pode ter aplicação universal (Saldanha, 1858: 80).

Outro sistema terapêutico que perdurou em Portugal foi a hidroterapia (sistema de cura pela água fria), antigo método de utilização das águas minero-medicinais, conhecido pelo menos desde o tempo dos Egípcios. O

sistema foi desenvolvido por Hoffman, que publicou em 1772 uma dissertação subordinada ao tema “De aqua medicina universalis”, onde afirma que todas as doenças podem ser tratadas pelo emprego da água fria. O método era utilizado nos casos de cólera, febres biliosas ardentes, inflamações intestinais e febres agudas e graves. Bernardino António Gomes utilizou este método com bastante frequência na sua prática clínica.

O sistema negativo, criado por Thomam Sydenham em 1624, constituía outra das terapias praticadas em Portugal. Sydenham não empregava remédios farmacológicos, mas tão somente recomendava higiene, água fria e exercícios físicos apropriados a cada doente. O seu sistema surge como reacção à medicina europeia que, tendo abandonado a teoria hipocrática, se lançara na vertente da quimioterapia, “arsenal de polypharmacia esteril, quando não perigosa, recorriam os medicos que attribuiam todas as doenças a fermentos e acidos” (Saldanha, 1858: 89). Segundo esta doutrina as doenças obedecem a um ciclo que, sendo devidamente respeitado e controlado, conduz à cura natural do doente.

No caminho oposto situava-se o método de Raspail¹, cujo sistema positivista derivava da aplicação de métodos e princípios deduzidos de experiências rigorosas... Segundo esta doutrina, grande parte das doenças derivam de causas entomogêneas (25% a 30% das doenças que afligem a humanidade e ocasionadas pela existência de vermes intestinais ou outros). Suprimiu do seu sistema os meios jugulantes, flageladores e martirizantes e a polifarmácia, retirando todas as substâncias tóxicas e métodos intro-sivos, tais como a sangria, os purgativos, os vesicatórios, os cautérios e as ventosas. Raspail publica um manual de saúde que ensinava o público leigo a curar-se a si mesmo, sendo considerado um reformador da medicina de base medievá.

A homeopatia, criada por Hahnemann, teve bastantes adeptos em Portugal, embora muito criticada pela medicina alopática² (classificação dada por Hahnemann para a terapêutica oficial e corporativa, como forma de distinguir o seu método). A homeopatia estabelece o modo de curar as doenças pelo emprego de substâncias capazes de produzir no homem

1 O sistema de Raspail teve bastante influência em Portugal, especialmente através dos *Annaes de Medicina pelo systema de Raspail*, de 1865 a 1867.

2 Termo que significa em grego – dor proveniente de influência estranha.

saudável sintomas artificiais, semelhantes aos que apresenta a doença que se pretende combater.

Segundo a base desta doutrina as doenças não são mais que alterações virtuais e dinâmicas da saúde, onde os medicamentos são eles mesmos modificadores, também virtuais e dinâmicos da doença. Segundo esta teoria os semelhantes curam os semelhantes, embora toda a doença seja um caso individual e não generalizável. Hahnemann classifica os sistemas de matéria médica, mas vê-se rodeado de obstáculos, quase inamovíveis:

- A noção vaga de medicamento que persistia no século XIX;
- A ignorância da correlação dos medicamentos com a doença;
- O desconhecimento das leis da correlação dos medicamentos entre si;
- A subordinação cega e absoluta da terapêutica às especulações da patologia geral.

Após a sua morte a homeopatia espalhou-se por muitos países do mundo, formando-se em Portugal um núcleo de seguidores, entre os quais o próprio Marechal Duque de Saldanha. Muito ridicularizados, os sistemas alternativos, não integrados na medicina ensinada nas Universidades portuguesas, alcançavam fama nas Províncias Ultramarinas. Aí, de forma mais efectiva que no Continente, desenvolveu-se a isopatia, método modificado do sistema homeopático, descoberto por um veterinário de nome Lue. Neste sistema as doenças virais são tratadas com o seu próprio vírus, sendo os catabolitos resultantes das infecções virais muito dinamizados, através do processo de diluição homeopático.

O método foi aplicado no tratamento das bexigas (tratadas com o pus resultante das pústulas) e da tuberculose (com o produto da expectoração). Os seguidores do método homeopático³, perseguidos pelos representantes da medicina instituída, refugiaram-se no Brasil originando uma escola de homeopatia que ainda se encontra actualmente em funcionamento.

3 Os médicos que seguiram o sistema homeopático editaram diversas revistas em Lisboa e Porto, como por exemplo: *Gazeta Homeopática Portuense*, publicada pelo consultório homeopático portuense, que durou de 1853 a 1855; *Gazeta Homeopática Lisbonense*, editada de 1859 a 1860; *Periódico Homeopático*, de 1874; *Boletim de Medicina Homeopática*, editado em 1880.

No entanto, apesar da influência de diversas correntes da medicina e das inovações terapêuticas que singravam por toda a Europa, a ciência médica ensinada nos compêndios universitários continuava baseada na sangria e na polifarmácia. Sobre esse assunto, Saldanha transmite-nos a sua opinião, que reflecte a situação da medicina em Portugal durante a segunda metade do século XIX:

(...) Porque não é uma ciência, mas um mixto informe de ideas inexactas, de observações pueris, de meios illusorios, de formulas tão bisarramente concebidas como fastidiosamente colligidas, não tendo principios fixos, sendo a sua therapeutica apenas uma collecção de hypotheses imaginadas pelos medicos em todos os tempos” (Saldanha, 1858: 144)

Durante o século XVIII e parte do século XIX o sintoma febril constituía em si mesmo a enfermidade. Um elevado número de médicos que escreveram sobre febres englobavam nessa designação todo o tipo de patologias. As doenças encontravam-se classificadas em três tipos principais: febre contínua ou inflamatória, febre remitente e febre intermitente. Dentro destas categorias enquadravam-se as febres nervosas. As febres contínuas eram objecto de maior atenção, uma vez que a sua gravidade era sinal de perigo de morte para o doente. Entendia-se por febre contínua aquela que nunca deixa o padecente em todo o curso da enfermidade, “(...) esta espécie subdivide-se em aguda, lenta e maligna ou podre.” (Buchan, 1825: 84) Este tipo de febre poderia ocorrer em consequência de um qualquer excesso: sol, calor, especiarias, comida, exercício violento, humidade, álcool. Semelhantes febres não apresentavam remissões, “nem são produzidas pelos miasmas das águas encharcadas, mas consistem em remissões e acréscimos pouco sensíveis, elles tem dois paroxismos cada dia” (Buchan, 1825: 84)

As febres contínuas passavam a febres intermitentes quando o espasmo deixava de ser inflamatório. Segundo o conceito médico das patologias febris, as febres transmutavam-se umas nas outras em determinadas fases da doença: “Quando o espasmo não he considerado, mas se augmenta pela doença, as febres intermittentes se mudão em remittentes, e em conti-

nuas, o que parece acontecer na febre intermitente maligna (...)” (Buchan, 1825:92).

As febres inflamatórias também pertenciam à categoria geral das febres contínuas, pois estas poderiam ser do tipo agudo, ardente ou inflamatório. O sintoma febril que designava as diversas patologias encontrava-se associado à pletora. Supunha-se que a enfermidade surgia em pessoas que “(...) vivem regaladas, abundão de sangue, e são de fibras fortes, e elásticas”.(Buchan, 1825:47)

A febre inflamatória caracterizava-se por provocar pulsação forte e rápida, urina de cor escura, delírios e sede intensa. No entanto, nem este tipo de febre nem a febre nervosa eram de imensa gravidade.

“Na febre inflammatoria ha huma causa irritante, que abre no systema arterial, e produz huma constricção ou hum espasmo consideravel, que constitue a diasthese inflammatoria (...) nesta febre o calor he summamente augmentado, o pulso frequente, forte e duro, a ourina vermelha, as funções do sensorio pouco se perturbão.” (Buchan, 1825:86)

A febre nervosa poderia sobrevir por qualquer factor que transtornasse o sistema nervoso, “ou empobrecer o sangue, como a tristeza, o temor, as inquietações, a falta de sono, as meditações profundas, os alimentos de pouca substancia, e demasiadamente aquosos, os frutos verdes (...), (Buchan, 1825: 47) onde se incluíam todos os frutos serosos: melões, melancias e também vegetais como pepinos e vários tipos de cogumelos. O vinho era considerado, nesta doença, o único remédio eficaz (...) porque possui todas as virtudes dos cordeaes (...) (Buchan, 1825:115). Receitavam-se vomitivos e purgantes para produzir transpiração, e contra indicava-se a sangria, sendo os vesicatórios mais apropriados.

As febres intermitentes eram mais fáceis de tratar. Estavam associadas aos locais pantanosos e húmidos, embora também se considerasse a sua ocorrência devido ao efeito de determinados alimentos.

“Tudo o que relaxe os sólidos, diminue a transpiração, e impede a circulação dos vasos capillares, ou pequenos, dispõe o corpo para febres intermitentes” (Buchan, 1825:27)

Já as chamadas febres intermitentes, endémicas nos países tropicais, apresentavam os seguintes sintomas:

“(…) ella reina ordinariamente nos paizes, e estações quentes, algumas vezes he produzida pelo contagio; ataca as pessoas fracas, e que facilmente se molestão com o frio, vem de vagar, e se annuncia por hum sentimento de languor, e de laxidão, e pela falta de appetite. Durão estes symptomas muito tempo, antes que se declare a febre (...) as mais das vezes leva tres a quatro semanas, e em geral se termina sem crise “ (Buchan, 1825: 90)

A febre intermitente foi diferenciada da febre contínua, associando à primeira sintomas de alternância da temperatura basal, acompanhados de dores, náuseas e taquicardia no início do acesso “(...) neste cazo a ourina he muito subida em cor, quando o acesso acaba, e deixa então hum sidiemento, cor de ladrilho.” (Cluton, 1772:3)

Durante as expedições africanas foram comuns as descrições dos efeitos das febras intermitentes, tais como em 1991 fizeram Capelo e Ivens:

“As febres, porém, começaram com energia desesperada, tornando-se verdadeiro martírio (...) a cama era o recurso, seguindo-se depois os vômitos, com securas extraordinárias que só abundante transpiração punha cobro. Mas que dias e noites horríveis então se passavam no meio de atrozes delírios. Triste chega ao extremo de não poder caminhar, as pernas recusam-se, no meio de tão horríveis sofrimentos, cuja ideia faz estremecer.” (Pacheco, 1936:92)

Análoga descrição fazem os missionários da Missão de Boroma:

(...) a santa superiora, irmã João José da natividade, que ainda não tinha um ano de África (...) chegou à noite com princípios de febre. Tendo piorado, mandou-se chamar o medico no dia seguinte, ele declarou logo que era uma febre biliosa que já não havia remédio. Após dois dias de grande sofrimento, a boa superiora entregou alma ao Criador, (Pacheco, 1936:93)

Em 1902 ainda perdurava o conceito de febres para as doenças tropicais em Portugal. Pacheco (1936:92) refere-as sem as distinguir: (...) as febres palustres sob todas as suas formas, desde as mais simples até às

formas mais perniciosas, comatosa, anemia palustre, constituem as enfermidades mais frequentes dos países tropicais, e tanto que (...) nenhum europeu escapa à sua acção “.

Para curar as febres contínuas e intermitentes surgiram inovações durante o século XVIII e XIX. Um dos métodos mais famosos foi implementado por Cluton, cuja obra foi traduzida e editada em português. A partir de meados do século XIX uma nova mentalidade científica, caracterizada por novos métodos de diagnósticos e novos conceitos de doença surgem na Europa. A medicina experimental faz a sua aparição com Claude Bernard, Patrick Manson descobre o modo de transmissão de doenças por insectos voadores em 1879, enquanto Alphonse Laveran, médico das forças armadas francesas na Argélia descobre o protozoário causador da malária (*oscillaria malariae*). No entanto, a noção que persistiu durante as primeiras décadas do século XX foi a dos germes, a origem bacteriana da malária.

2. A tese de Manuel Ferreira Ribeiro

Manuel Ferreira Ribeiro, nasceu no Porto e licenciou-se pela Escola médico-cirúrgica do Porto em 1867. Permanece em África (principalmente em S. Tomé, onde foi chefe de saúde da província) mais de 30 anos, vindo a falecer em Lisboa em 1917. Precursor da medicina preventiva e da profilaxia tropical, não deixou de ser influenciado pelas correntes académicas da medicina do seu tempo. A sua obra de higiene médica colonial oscila entre as práticas médica exercidas em Portugal, as novas práticas da medicina positivista provinda da Europa e a prática empírica que o medico tinha adquirido no contacto diário com os problemas sanitários coloniais.

Totalmente embrenhado no novo espírito de construção do Império em África, dedica uma parte importante da sua extensa obra à aclimação dos colonos, aos princípios da higiene colonial, na esteira de outros autores médicos franceses, e à investigação sobre a influencia da raça e do clima através dos trabalhos de antropometria da escola francesa.

Ribeiro associava a investigação antropométrica às cartas de aclimação que escreveu, às informações estatísticas demográficas obtidas em cada colónia, à reforma hospitalar em direcção a uma racionalidade moderna,

como maquina de ajustamento do capital humano ao empreendimento colonial.

Ribeiro tinha em mente um grandioso projecto colonizador implicando a eugenia das raças. Mas não tinha somente em vista a investigação de possibilidades proveitosas de transporte dos indivíduos brancos para zonas tropicais, adaptando os seus corpos, como refere Ricardo Roque (2001). Acreditava que o contacto entre as duas raças produziria, sem a acção interventiva da ciência da aclimação, resultados de modificação orgânica em ambos os indivíduos, em especial os brancos.

As medições efectuadas aos grupos étnicos tinham em vista uma experiência humana que consistia no condicionamento dos europeus para a construção de uma nova Europa em África e o condicionamento dos africanos aos ritmos de trabalho mental e físico, à sua absorção da cultura europeia e enfim à assimilação do tipo de vida considerada civilizada.

“Para se estudarem as raças, no momento cósmico e social em que se acham os povos que habitam as nossas colónias é necessário estudar ao mesmo tempo o indígena, o instrumento do seu trabalho, o artefacto que produz e as condições do meio em que ele se acha envolvido. E é por esta razão que, conjuntamente com as investigações antropométricas e antropológica as, que se devem fazer-se sempre que for possível – as dos climas e as das tribos (...) (Ribeiro, 1889:45)

Os estudos comparativos a que Ribeiro se referia (entre os brancos e os indígenas) também tinha em mente a futura modificação da raça enquanto corpo e principalmente enquanto mente. Os indígenas só poderiam chegar ao estado de civilização aumentando o volume cerebral, para o que teriam de exercitar o cérebro através de trabalhos intelectuais, próprios dos europeus, e adoptar os costumes evoluídos da raça branca. Se “a capacidade craniana varia com os indivíduos, com os sexos, com a idade e com as raças” (Ribeiro, 1890: 56), então a função da antropometria visava fornecer bases racionais para uma boa higiene do cérebro e para a regular a transformação das suas funções. O tamanho do cérebro (com pelo menos 1000 gramas) era considerado em termos de medições determinação da inteligência, do raciocínio, associação de ideias, memória e imaginação.

Ribeiro ambicionava lançar o seu estudo antropométrico à própria população portuguesa a fim de compreender o desenvolvimento orgânico da família portuguesa. A organização de series antropométricas tinham em vista a dedução das principais leis de aclimação dos colonos, para serem constituídas as Cartas de Aclimação e organizar colónias modelo com bairros de migrantes. Ribeiro considerava diversas variáveis a ter em linha de conta na sua teoria, cuja base residia na correlação entre o ambiente geofísico e a modificação da constituição física e mental dos indivíduos. A lei fundamental da antropometria consistia nos seguintes axiomas:

A circunferência do peito deveria ser maior do que a metade da altura, ao mesmo tempo que o quociente da divisão do peso pela altura deveria ser maior que 33 kilos (Ribeiro:1890).

Mas seria essa lei aplicável a cada uma das colónias? Ribeiro colocou a hipótese de diferenciação empírica.

As regiões de colonização foram categorizadas em função das possibilidades de aclimação. Assim, os locais onde os portugueses não se adaptavam por inerência (Guiné) seriam regiões onde a aclimação se faria com as devidas acções e prudências. Noutros locais a experiência mostrava maiores facilidades na adaptação (Cabo Verde, Planalto de Mossamedes em Angola). O projecto de Ribeiro era a criação de colónias modelo, espécie de escolas práticas de colonização, cujas dependências subsidiadas já se encontravam no planalto de Mossamêdes, com colonos que haviam vivido na ilha da Madeira. Quem deveria pois ser escolhido para colono?

Uma vez que a colonização efectiva tinha em mente a fundação de colónias assentes na agricultura, os colonos deveriam ter idade entre 20 a 45 anos, gozar de boa saúde e serem capazes de grande actividade física. Deveriam igualmente saber ler e escrever, porém os intelectuais eram preteridos. Preferia-se homens práticos, dotados de vontade forte, parcimónia e capacidade de relação com os indígenas. Seriam rejeitados os mais velhos, as crianças pela sua fragilidade de adaptação ao clima, os que sofressem de doenças crónicas, de reumatismo, tuberculose e doenças cardíacas. A selecção para colono constituía uma pratica de darwinismo social, onde somente os mais fortes e mais aptos estriam em condições de prosseguir o projecto colonial.

Roque afirma que “eram os corpos dos colonos que era necessário conhecer e controlar, de modo a torna-los inexpugnáveis e resistentes, porque fisicamente adaptados, ou antes aclimados, ao grande inimigo do império – o meio natural (Roque, 2001: 316). Porém Ribeiro acreditava que não bastava escolher antecipadamente os indivíduos através dos índices obtidos. Uma vez no terreno, o clima e as condições geográficas poderiam alterar e transformar as características ideais dos colonos.

A vigilância deveria pois ser constante – “Os colonos que se deixam topicalizar como os indígenas, perderão a sua força progressiva e ficarão como eles, escravos das influências externas (Ribeiro, 1980: 57).

O meio natural, em especial a influência climática era considerado um factor preponderante na formação do carácter, capaz de modificar a personalidade dos indivíduos em poucos anos. Os indígenas eram para Ribeiro vítimas das influências do meio ambiente, cuja permanência ancestral no território tropical teria afectado a capacidade intelectual, não obstante serem “ricos de capital orgânico – integridade e perfeição dos órgãos e funções vegetativas” (Ribeiro, 1980: 57). O empreendimento colonial justificava-se que mais não fosse perante a necessidade de trazer aos povos atrasados as vantagens do progresso tecnológico e moral do ocidente. Povos que não se moldassem, ou que não conseguissem adaptar-se seriam naturalmente aniquilados. A nova mitologia posta em acção trucidaria as espécies menos aptas, porém Ribeiro no seu projecto apresentava uma certeza quase missionária do objectivo colonial, que ao mesmo tempo legitimava a intervenção dos povos europeus nos territórios tropicais. Nas suas palavras “toda a raça humana se acha empenhada de salvar a raça preta do seu completo aniquilamento.” (Ribeiro, 1890:55). Os povos indígenas eram perspectivados, metaforicamente, como a humanidade caída. Daí o evitamento do modo de vida indígena, como possuindo efeito contaminador.

A recriação da pátria no território colonizado servia mais do que uma muralha de separação física, era uma fronteira simbólica que demarcava os que haviam caído “no estado de atrazo e improgessibilidade se a povoação é formada por indivíduos de uma raça inferior” (Ribeiro: 1890: 210).

3. As variáveis do modelo colonizador de Ribeiro

Considerava Ribeiro que os colonos deveriam ser informados do tipo de doenças e de alguns rudimentos de seu tratamento uma vez que alguns casos estariam muitos km afastados de centros com condições de tratamento médico, e eram esses na sua visão “os precursores da emigração espontânea e os que mais sofrem porque desbravam terrenos, fazem as primeiras culturas, dirigem os primeiros saneamentos e fixam a sua residência, não nos lugares mais apropriados, mas onde se lhes torna preciso acampar, construir uma barraca ou vigiar uma plantação” (1890: 3).

Toda a obra de higiene colonial de Ribeiro tem portanto destinatários específicos: Os colonos (de uma faixa etária dos 20- 50 anos) que migravam para as colónias para se dedicarem à agricultura e criação de gado em áreas ainda inexploradas, por um lado

A sua obra também se dedicava às chefias do processo colonizador. Nas palavras de Ribeiro (...) para os que têm, por dever, dirigir, mandar, ou para os que tem enfim a responsabilidade da saúde dos outros. (1980: pref.2), porque na sua experiencia como medico colonial havia constatado que cidades como Luanda não tinham postos climatológicos ou estações antropológicas. Não existia praticas de desinfecção regulamentadas, nem correcta aplicação sanitária.

O facto é que os primeiros imigrantes que se fixaram em Angola tinham interesse exclusivo no comércio, não procuravam fixação definitiva e portanto não levavam família. Os locais onde se fixavam temporariamente diziam respeito à proximidade portuária. As primeiras construções, tanto em Angola como em Moçambique tiveram em conta a navegação e a facilidade de carga e descarga de produtos provindos do interior, mas não tomavam em linha de conta as condições climatológicas. Por outro lado, as expedições comerciais raramente apresentavam relatórios que explicassem as doenças que a população e os indivíduos sofriam. Apenas na segunda metade do século XIX é iniciada a fase da migração definitiva com a exploração de algumas grandes fazendas nas terras palustres e a abertura de filiais comerciais sediadas na costa para o interior de Angola. Só em 1876 surge a ideia de colonização a partir das famílias dos colonos – iniciando-se o processo em Mossamedes.

O maior problema na aclimação dizia respeito ao meio natural, ao perigo das febres, em especial da malária, “(...) o miasma em plenissima liberdade, ceifa a vida dos mais ousados, e aí a vida torna-se completamente impossível”. Parte da obra de Ribeiro consiste nas formas de prevenção da malária. Embora sejam referidas outras doenças (disenteria, cólera, febre tifóide, pneumonia, tuberculose) é na malária ou febre palustre que o medico se concentra, doença emblemática do contexto sócio-cultural africano.⁴

Primeiro como professor de higiene tropical num curso gratuito, depois através de diversas edições de livros sobre higiene tropical e processos de aclimação Ribeiro, misturando a medicina hipocrática com a medicina racional e científica, destaca em cada obra de higiene os factores naturais e as condições do meio (o ar, a atmosfera, a luz, os ritmos circadianos, a pressão atmosférica, a acção do vento, as chuvas e a humidade, os fenómenos eléctricos) e a sua influencia na saúde humana.

Procurando assentar as suas hipóteses no método científico, apresenta alguns conceitos sobre bromalogia colonial que estariam dependentes das seguintes investigações:

- Análise químico fisiológico dos alimentos, tomando em consideração a sua digestibilidade e assimilação;
- Modificações por que passa o organismo de cada colono, tanto em relação ao peso, como em relação às suas funções digestivas;
- Temperatura fisiológica ou natural dos europeus sob a acção de um novo clima;
- Quantidade de calor orgânico produzido pela alimentação.

A eficácia da aclimação, cerne do projecto de Ribeiro – não dizia apenas respeito a adaptação, mas à retracção de impulsos, à domesticação da vontade sob um determinado padrão ideológico e social. O individuo que não resiste à influencia do clima “regride em termos de espécie, de raça, de

4 O paludismo foi sem duvida uma dos grandes flagelos da colonização, (alias uma doença que condicionou geneticamente individuos nas regiões mais afectadas, terá sido um agente de selecção das espécies, porem em termos da sua influencia na vida social afectou e ainda afecta de forma acutilante sociedades africanas [http://www.news-medical.net/health/Malaria-History-\(Portuguese\)](http://www.news-medical.net/health/Malaria-History-(Portuguese))

humanidade” (Ribeiro, 1890:223). Fazia parte do processo de aclimação evitar a apatia intelectual, a ociosidade intelectual, o esquecimento da língua e da gramática. Como fazia parte a construção e manutenção de uma horta sob moldes europeus, um galinheiro, uma dispensa para aprovisionamento alimentar, um curral para criação e cabras e porcos, providenciar uma farmácia rudimentar.

Ribeiro organiza uma escatologia das doenças: Estas podem ser provocadas por emoções – ” paixões – tristes, intensas, prolongadas” (1890:167); por desregramento “excessos de comidas, de bebidas” (1890:167); por excesso de ociosidade uma vida inactivas, sedentária, ou constante falta de exercício físico” (1890:174); por factores externos (roupa húmida, diferença de temperatura, proximidade de substancias em putrefacção, aguas contaminadas) ou factores internos (raça, sexo, idade, hereditariedade, características físicas e morais dos individuos).

Os preceitos de higiene preconizados condensam as codificações do novo poder social, burguês e elitista, e podem ser sintetizados em regras alimentares, vestuário, delimitação do tempo (trabalho, lazer), tipo de habitação, formato, espaços, e higiene corporal.

A alimentação é considerada um dos factores essenciais a ter em linha de conta no processo de aclimação e no projecto de Ribeiro:

“A lei da sobrevivência dos mais aptos pode muito bem substituir-se pela lei da sobrevivência dos que melhor se alimentam. Não como se esta fazendo entre nós, na metrópole, provocando, pela alimentação a inércia intelectual para trabalhos científicos, para largas industrias, para fecundas culturas, mas como se pode e deve fazer para se evitarem todas as doenças parasitarias (...) para resistir ao micróbio da tísica (...) para se triunfar do micróbio das febres de acesso (...) (1890: 77)

As regras alimentares combinavam-se com os tempos e ritmos do indivíduo. Estas são normalizadas em função dos hábitos do país colonizador, embora Ribeiro combine produtos alimentares locais com importados. A higiene alimentar pressupunha uma rígida demarcação dos tempos, mas alguma flexibilidade nos consumos. Se tomarmos em linha de conta que as práticas alimentares estão inseridas num complexo unitário que por seu

turno se encontra interligado com o sistema social, abrangendo portanto, as relações sociais, de status, económicas e culturais, então as praticas alimentares idealizadas por Ribeiro são, no entanto, menos uniformes para qualquer tipo de família de colonos, que os idealizados pelos médicos franceses. Segundo alguns médicos franceses o menu adequado seria o seguinte:

Quadro n.º 1

Dia da Semana	Alimentos	Quantidades / dia / grs.
<i>Domingo</i>	Carne de vaca fresca	340
	Batatas	280
<i>Segunda</i>	Carne carneiro fresca	340
	Legumes frescos	340
<i>Terça</i>	Carne de vaca fresca	340
	Arroz	220
<i>Quarta</i>	Carne de porco salgada	340
	Sopa de ervilhas	226
<i>Quinta</i>	Carne de carneiro fresca	340
	Batatas	270
<i>Sexta</i>	Carne de vaca fresca	340
	Legumes frescos	340
<i>Sábado</i>	Carne de carneiro fresca	340
	Arroz	270

Fonte: Navarre, P Just (1895) Manuel D'hygiène coloniale, Octave Doin (adaptado)

A Proposta de Manuel Ferreira Ribeiro contém maior variedade alimentar e inclui produtos locais.

Quadro n.º 1	
Primeira Refeição	Quantidades
Café	32
Açúcar	35
Bolacha ou pão	100 125
Almoço	
Farinha de mandioca ou açorda de pão	5 dl/ 126g
Ou Bolacha Feijão ou Arroz	1dl/100/ 125g
Batata doce ou raiz de mandioca ou pirão	1 porção / 125 g
Carne guisada ou peixe salgado cosido ou bacalhau assado	200g
Jantar	
Sopa de pão, de arroz, legumes/ farinha de mandioca	2dl/ 100 g/ 1 porção
Carne cozida/ assada, bife, guisada com batata doce/ guisada com abóbora	200g
Ou Peixe salgado/ bacalhau cozido, guisado	200g
Vinho tinto	3 dl
OBS: Cada pessoa deveria ter por dia mais 250 g de pão	
O peso sopa inclui a quantidade de pão, arroz, etc	

Adaptado (Ribeiro,189:80)

As estatísticas médicas coloniais associavam às causas das doenças inflamatórias os alimentos e os hábitos alimentares: Alimentos alterados, alimentos indigestos, alimentos demasiado quentes ou frios, mastigação irregular ou incompleta, frutas não amadurecidas, bebidas alcoólicas em excesso, irregularidades na horas da comida, águas pantanosas por filtrar, fermentações pútridas ou acudas, bebidas geladas em excesso, jantares copiosos e frequentes.

Os colonos deveriam, portanto, ter especial cuidado com a alimentação. Recomendava Ribeiro dieta rigorosa em caso de sintomas febris e nos primeiros dias de aclimação. Nesta óptica registavam-se uma trilogia de alimentos permitidos, moderados e rejeitados. A galinha constituía o alimento animal mais importante. Eram permitidos todos os produtos animais conhecidos pelos europeus: peixes, moluscos e mariscos e rejeitados o porco que tivesse sido alimentado pelos indígenas, frutas muito maduras ou muito verdes, numa lógica não consciente, de pureza *versus* impureza (Douglas: 1994). Da metrópole importava-se grande parte dos produtos da alimentação dos colonos: farinha de trigo, massas, arroz, açúcar, bacalhau, queijo, azeite, manteiga, carne de porco preparada, vinho e conservas. Produzia-se nas colónias exportava-se entre colónias: farinha de mandioca, azeite de gínguba e palmeira, legumes, batatas, feijão e frutas.

A recriação identitária da terra de origem fazia parte do imaginário colonial. Porém, Ribeiro ia para além da questão identitária. Atribuía motivos físicos a passível transformação biológica do indivíduo. Supunha o médico que os colonos não acautelados contra a acção do sol e dos alimentos locais, em especial os utilizados pelos indígenas conduziria ao escurecimento do homem branco e daí à cafrialização.

“Os colonos que se estabelecem ao lado de indivíduos de raça preta, opõem à transformação da sua cor, as roupas, os alimentos – sempre semelhantes ou equivalentes aos que usavam – as habitações e outros recursos que a industria lhes fornece e a higiene lhes aconselha, mas em pleno país tropical, expõe-se ao sol, ao tempo e a todas as influencias do meio, a cor há-de forçosamente modificar-se, imperceptivelmente. (Ribeiro, 1890: 51)

Manter-se português e branco em África consistia em comer bacalhau com batatas, queijos das diversas regiões, presunto, toda a comida tradicional ... e beber vinho. Porque o vinho mais que uma bebida alcoólica e social, era um medicamento por excelência, constando dos quase todos os manuais de medicina:

“tem curado milhares de doentes (...) é o inimigo declarado da tuberculose, aumenta a longevidade. Tem sido empregado para combater a gripe, a

prisão de ventre, as diarreias, as colites muco-membranosas, as dispepsias, os estados nauseosos e os vômitos, o abcesso de pulmão, a gangrena pulmonar, a pneumonia e broncopneumonia. Os vinhos de média graduação têm sido empregados com êxito no tratamento das avitaminoses, escorbuto, pelagra, e beribéri; nas doenças de origem hídrica, as febras tifóides, a disenteria, a cólera e na convalescença de quase todas as doenças “ (d’Esaguy:1936, 249).

Tal como se reproduziam os hábitos alimentares também a indumentária estava rigidamente estabelecida (número de peças, cor, tipo, momentos de uso) no projecto de Ribeiro. O vestuário era o de um camponês imaginado ou melhor projectado no seu plano, cujo ideal assentava na limpeza da roupa, na sua brancura, na sua diferença face ao indígena despido.

No seu modelo de colonização a construção das habitações também deveria obedecer a princípios basilares: Boa escolha do terreno (nem nas colinas mais elevadas, nem vales profundos); Boa orientação local (entre cada casa, em relação à rua, jardins, praças); Envolvente (espaço para cercado, pátio, jardim, comunicação); Materiais de construção apropriados às condições climáticas locais; Alinhamento dos edifícios de acordo com o tipo de ventos e altura conveniente em relação às ruas, espaço entre as casa, natureza dos terrenos, humidade, bem como disposição das paredes, tectos e aberturas.

Estes princípios tinham em conta a própria experiência de Ribeiro em S. Tomé e Príncipe. Naquelas ilhas enquanto os habitantes negros construía as suas casas sobre estacas de dois metros acima do solo, os primeiros colonos portugueses abriram alicerces como se estivessem em Portugal. A maioria dos colonos não possuía quaisquer conhecimentos sanitários, e como os primeiros colonos não tencionam fixar-se, semelhantes conhecimentos não eram importantes.

Ainda em 1907 a repartição de saúde da província de Moçambique se debatia com a tarefa de vigilância e de policia sanitária para combater o paludismo, com falta de recursos e “a ignorância dos interessados que ofereciam uma resistência passiva (Azevedo, 1908:19) o problema subsistia.

Conclusão

Ribeiro impulsionou os trabalhos de antropometria que associados às cartas de aclimação, às informações demográficas obtidas em cada colónia, à reforma hospitalar nos moldes da racionalidade moderna, tudo isso constituindo a máquina de ajustamento humano ao serviço do empreendimento.

Adverte acerca da incúria dos colonos quanto ao tratamento dos nativos, a força de trabalho. Contra isso escreveu Ribeiro “A verdadeira riqueza das nossas colónias não esta somente nas minas, nas culturas, no comercio, nas industrias ... esta muito principalmente na população indígena e não cuidar dela (...) é não cuidar do que mais interessa à raça branca (...) (1890: 136).

Ribeiro, dedicou-se ao ensino de Higiene Colonial no Real Instituto de Lisboa e na Escola Superior Colonial. Inaugurou e dirigiu, no Ateneu Comercial de Lisboa um gabinete de Antropometria. Mas apesar do esforço persistente deste medico, da quantia de publicações e da relativa atenção com que as autoridades responsáveis pelo Ministério da Marinha e Ultramar o escutaram, o seu projecto não teve continuação. Desentendimentos e querelas diversas entre os seus pares farão com que em 1917, ano da sua morte, fosse preciso à sua viúva pedir dinheiro emprestado para realizar o seu funeral.

Bibliografia

- ABRANCHES, Pedro (2004) *O Instituto de Higiene e medicina tropical: um século de história (1902-2002)*, Lisboa, CELOM, FGG.
- AZEVEDO, José de Oliveira (1908) “Profilaxia anti-palustre em Lourenço Marques” in *Arquivos de higiene e patologia exóticas* Vol III, 1, p.19-58.
- BUCHAN, Guilherme (1825), *Medicina Domestica ou Tractado de prevenir, e curar as enfermidades com o regimento, e medicamentos simples*, Impressão Regia, Lisboa, traduzido por Manoel Joaquim Henriques de Paiva.
- CARVALHO, Augusto da Silva (1937) *La Médecine dans la découverte et la colonisation du Brésil*, (S.I, s n), Centro Tipográfico Colonial, Lisboa.

- CLUTON (1772) *Methodo breve e seguro para curar as febres continuas, inflammatorias (...)*, Porto, Oficina de António Alvares Ribeiro.
- CULLEN, William (1790) *Elementos de Medicina Prática*, Tipografia Nunesiana, Lisboa, 1790.
- DOUGLAS, Mary (1994), *Risk and Blame: essays in cultural theory*, London, Routledge.
- D'ESAGUY, Augusto, 1936, "Higiene e Profilaxia – o vinho refaz o homem", in *África Médica*, 10 p. 249-255.
- NAVARRE, P. Just (1895) *Manuel D'hygiène coloniale*, Paris, Octave Doin.
- PACHECO, António (1936) "Contribuição para o estudo da historia da medicina tropical" *África Medica*, 9, pp. 91-95.
- PAIVA, Manuel. Joaquim Henriques de (1800), *Chave da Prática Medico-Browniana, ou conhecimento do estado estenico e asténico*, Oficina de Simão Tadeo Ferreira, Lisboa.
- PINA, Luis de (1934) *Teses médicas portuenses sobre assuntos coloniais*, Tip. Enciclopédia Portuguesa, Porto
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890), *Regras e preceitos de higiene e medicina tropical*, Tipografia Cristóvão e Rodrigues, Lisboa.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890), *Conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias no ultramar*, Lisboa, Tipografia Cristóvão e Rodrigues.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890), *Princípios elementares de hygiene colonial*, Lisboa, Ministério da Marinha e Ultramar, secção de aclimação, Minerva.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1889), *Principais investigações sobre as raças, climas e a aclimação dos povos contemporâneos que habitam as colónias portuguesas*, Lisboa, Tip da Companhia Nacional Editora
- ROQUE, Ricardo (2001) *Antropologia e Império*, Lisboa, ICS
- SALDANHA, Marechal Duque de, (1858) *Estado da Medicina em 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUSA, Tavares, A. de, (1996), *Curso de História da Medicina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África¹

CRISTIANA BASTOS*

1. Pessimismo e optimismo na década de 1870: a viragem para África

Quem ha dez annos fallasse n'uma travessia realisada no sul d'Africa, feita por portuguezes, ainda mesmo nas condições em que querem a realizasse Serpa Pinto, e asseverasse que ella se efectuaria, ou não seria acreditado, ou por menos não seria attendido, tão profundo era o indifferentismo do publico por esse transcendente problema africano, que a Portugal mais do que a ninguem toca resolver.

As colonias eram para o estado e para o publico um pezo insuportavel. Diz-se até que houvera mais que um ministro que pensara em vendel-as todas ou algumas julgando-as como um fardo pezado que só servia para incommodar a metropole, vivendo como vivia, socegada e feliz n'essa lerda pachorra propria das sociedades decadentes e decrépitas... (In Actualidade 181, 1879)²

* Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
cristiana.bastos@ics.ul.pt

1 Este artigo resulta de investigação executada no âmbito do projecto SOSCSI, “Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea” (FCT/PTDC/CS-ECS/101592/2008), coordenado por Ana Delicado no Instituto de Ciências Sociais, no qual a autora estuda as sociedades científicas históricas, contando com o apoio do bolsheiro de investigação Patrick Figueiredo. Um agradecimento especial à bibliotecária da Sociedade de Geografia de Lisboa, Helena Greco, pelo apoio bibliográfico, e a Ana Delicado pela leitura crítica.

2 Este trecho faz parte de um exaustivo levantamento das notícias de imprensa e comentários críticos a respeito da viagem de Serpa Pinto organizado logo em 1879 por Manuel Ferreira Ribeiro (Ribeiro, 1879: 830-831)

Se o pessimismo, niilismo sarcástico, autoflagelação e outras expressões do sentimento de decadência marcaram a produção literária e intelectual da “geração de setenta”, de Antero, Ramalho, Eça, Oliveira Martins e muitos outros, algo de radicalmente diferente animava um grupo alargado de cidadãos que, também a partir de Lisboa, apostava na ciência e no colonialismo moderno como instrumentos transformadores do devir nacional. As suas expectativas eram optimistas e as suas iniciativas estendiam-se a diversas esferas, da mais alta política às mais cosmopolitas sociedades científicas. Um dos órgãos que deu corpo a esta corrente, mobilizando uma elite urbana crente nos valores do progresso e modernização, foi a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), fundada em 1875 com o propósito explícito de promover o gosto e a prática da geografia, ou seja, o conhecimento científico dos territórios.

Não se tratava já de navegar os mares e desvendar novos continentes, temas usualmente invocados para pintar o passado em tons de glória, pioneirismo e aventura. Tratava-se agora de conhecer com rigor os lugares da terra, cartografar rios e afluentes, arrolar as quedas de água, as montanhas, vales, planícies, desertos, povoações e populações, calcular as latitudes, longitudes, altitudes, descrever as paisagens, escrever os caminhos, inscrever-lhes a política. Os pontos a explorar tanto podiam situar-se nas montanhas do norte de Portugal, como veio a suceder com o Gerês e Serra da Estrela,³ como no ainda relativamente misterioso continente africano, onde se concentraram, por razões que analisaremos, os maiores esforços da SGL.

Não por acaso, outros andavam então envolvidos em travessias de África. Outros que não só não eram portugueses mas, no palco da competição internacional, trabalhavam para a “concorrência”. Trabalhavam por conta de impérios europeus já instalados, como o britânico, ou em vias de o fazer, como o de Leopoldo, rei dos belgas (Pakenham, 1991; Hochschild, 1999). Algo de novo se passava, urgia responder com actos e demonstrações de conhecimento; também os portugueses tinham de se envolver nessa

3 Além das visitas ao Gerês e estudo das suas águas minerais noticiados nos Boletins da Sociedade de Geografia, esta patrocinou em 1881 uma importante expedição científica à Serra da Estrela (Calado, 1994; Cantinho Pereira, 2005).

nova corrida, e também eles tinham de observar, percorrer, medir, calcular, registar, reportar (Guimarães 1992).

É obviamente um etnocentrismo, ou eurocentrismo, referir que o interior de África estava por conhecer. Era conhecido dos africanos, alguns deles em conexão com europeus e árabes. Era conhecido dos mercadores e traficantes árabes. Era conhecido de toda uma panóplia de europeus que se tinham entregue a África: lançados, aviados, pombeiros e outros que, por sua conta e risco, ou por conta de outrem que não os estados nacionais da Europa, conheciam os recantos que lhes interessavam para o comércio, para a caça, para o quotidiano. Mas os seus conhecimentos não eram instrumentalizados pela política, nem eram instrumentalizáveis pelos estados europeus que ambicionavam controlar o continente – o qual vieram a repartir entre si à mesa de Berlim, como se de um repasto se tratasse (Pakenham 1991).

Na década de 1870, porém, já havia quem percorresse África para produzir conhecimento de alcance mais amplo que o mero uso local. Chamavam-se, entre outros, Livingstone, Stanley, Cameron: até hoje são lembrados na memória popular, e ainda recentemente houve um pequeno surto de obras críticas reavaliando os seus percursos, ligações políticas e papel na história global dos impérios (Newman, 2004, 2010; Jeal, 2008, 2012; Dunn, 2003).

Para a Sociedade de Geografia de Lisboa era urgente contrapor-lhes alguém nacional. Havia que enviar exploradores portugueses, marcar posição, e de caminho, também, cartografar os vastos territórios entre a costa do Atlântico e a do Índico. Para a comissão cartográfica do Ministério essa era, também, missão prioritária (Mendes 1982). Convergiam assim os interesses do estado e da iniciativa privada: uma grande expedição portuguesa ao chamado continente negro não poderia tardar muito.

Tal expedição concretizou-se em 1877, liderada pelo oficial do exército Alexandre Serpa Pinto e pelos oficiais da armada Hermenegildo Brito Capelo, regressado do mar da China, e Roberto Ivens, regressado de uma viagem aos Estados Unidos da América. O seu equipamento fora criteriosamente preparado, contando com um extensa parafernália científica destinada a medir, calcular, reportar. Bússolas, sextantes, lentes, óculos, hipsómetros, termómetros, agulhas, tábuas de logaritmos, que se acresciam

dos mantimentos, roupas, armas, pólvora, botica, ferramentas, caixas de música e um largo número de fazendas, lenços coloridos e missangas. Para transportar tudo isso foram necessários grandes contingentes de carregadores africanos, nem sempre fáceis de contratar. Alguns dos que chegaram ao fim da expedição acompanharam os exploradores a Portugal – eram mais uma evidência, um pedaço de realidade a dar autenticidade à narrativa que vieram a contar.

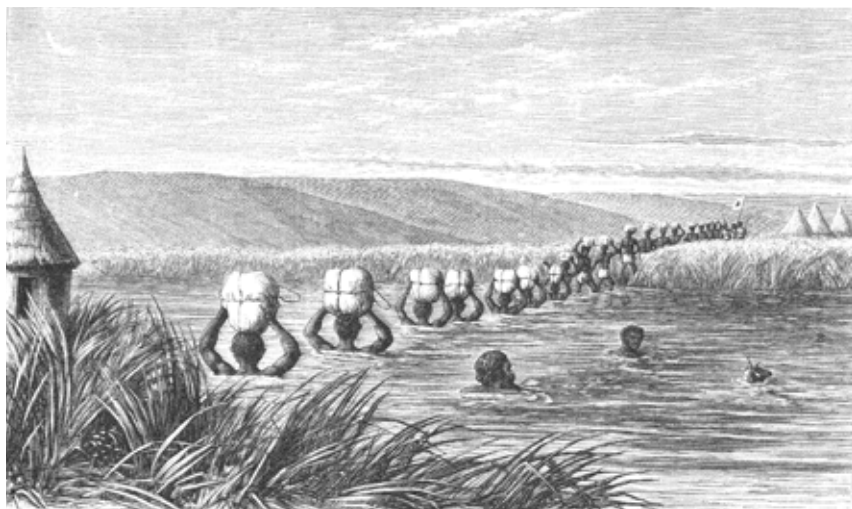


Figura 1. Carregadores de Serpa Pinto (Ilustração de *Como Atravessei a África*, disponível em www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images)

Alexandre Serpa Pinto, Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens voltaram de África e contaram-na ao público europeu em relatos falados e em livros impressos. Foram aplaudidos e aclamados, quais Livingstone e Stanley portugueses. Passaram ao panteão de heróis do imaginário nacional, mesmo que nem todos os que hoje os reconhecem saibam o pormenor dos seus feitos, a letra dos seus textos e a lógica por trás das suas expedições africanas. Mas não nos interessa especular se o desejo de fama e imortalidade estava entre as suas motivações, lado a lado com a aura de abnegados mártires da ciência que arriscavam a vida em prol de patriótica missão; o

que nos interessa é mostrar que estas expedições se tornaram o lado mais visível da Sociedade de Geografia, uma eficiente montra para uma proposta política de colonização de África, mas coexistiam com outros modos de desenvolver o conhecimento operacionalizável para esses fins.

O nosso argumento é simples: se as grandes expedições e travessias de África ganharam um lugar de honra na memória colectiva, não esgotavam as propostas e atitudes da SGL sobre África, nem necessariamente geravam consenso. Pelo contrário, outras tendências coexistiram na SGL a respeito do que deveriam ser a ciência e a política colonial. Os sócios envolveram-se em polémicas e debates; diferentes propostas coexistiram e mobilizaram apoios políticos e redes de cientistas de diferente alcance.

Na presente análise daremos realce a duas linhas que de modos quase opostos articularam conhecimento e poder, ou ciência e política, tendo África como objecto e objectivo: de um lado, os exploradores que praticaram as travessias do continente africano munidos de instrumentos científicos para medir, calcular, avaliar, e relatar; de outro lado, os teóricos e autores de prescrições para uma colonização científica, em que sobressaía o conjunto de recomendações para a boa aclimação dos colonos e as escolhas agrícolas a ter em consideração.

Entre os primeiros, destacam-se os já referidos Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, protagonistas e autores dos apaixonantes relatos de viagem “Como eu atravessei a África” (Serpa Pinto, 1881), “De Benguela às Terras de Iacca” (Capelo & Ivens, 1881)e, mais tarde, “De Angola à Contracosta” (Capelo & Ivens, 1886).

No outro lado está o médico e militar Manuel Ferreira Ribeiro, entusiasta de primeira hora da colonização de África e autor de inúmeras obras as sobre aclimação e manuais de higiene colonial, como o “Regras e Preceitos de Higiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar” (Ribeiro, 1890b). Manuel Ferreira Ribeiro ficaria de certo modo na penumbra da história. Os seus esforços de uma pedagogia para a boa colonização e as suas teorias de aclimação foram-se dissolvendo em preceitos que ora se tornaram obsoletos, ora se tornaram o cânone do bom senso para quem se deslocava para os trópicos. Embora tenha feito diversas missões no terreno e ocasionalmente assegurado a sobrevivência e saúde dos corpos expedicionários,

nada do que fez, apresentou ou escreveu se prestou a espectáculo de massas, como as conferências e obras dos exploradores já referidos. O seu era um lugar mais discreto, sem reconhecimento em vida ou sequer depois da morte (Rita-Martins , 1954; Pina 1959; Cantinho 2008; Bastos 2011).

2. Explorações e travessias: Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens

Duas atitudes confluíam nessa década de 1870 em Portugal: para alguns o declínio era uma inevitabilidade, e a um país velho, que tinha já vivido as pujanças da juventude e algumas glórias da maturidade, restava apenas olhar para o passado e aguentar a decrepitude do presente; para outros, havia esperança – e esta estava em África, onde os portugueses do passado tinham aportado, traficando, constituído pequenas colónias litorais, enviando aventureiros para o interior, mas do qual pouco ou nada sabiam. Se África tinha sido para os europeus um misto de lugar temido, de febres e guerras, e um repositório quase infinito de mão de obra escravizada para as plantações nas Américas, estava agora a transformar-se em novo eldorado de possibilidades e riquezas, de recursos a descobrir, terras a ocupar, comércio a implementar, fortunas a amontoar (Alexandre e Dias, 1998; Alexandre, 2000).

É assim que, enquanto uns teorizavam a decadência, outros fundavam a Sociedade de Geografia de Lisboa e apostavam na colonização e no desenvolvimento. Tinha chegado o tempo de estabelecer bases científicas para um futuro controle político de Portugal sobre África e subsequente aproveitamento económico. Impunha-se contrariar o desinteresse nacional e combater a concorrência internacional no controle de territórios e identificação de recursos – e ainda contrariar as acusações da persistência do tráfico escravo às mãos dos portugueses. As actas e boletins da SGL mostram a constante preocupação com as acusações da persistência do tráfico escravo, com a tensão pelo controle dos espaços africanos por parte de outras nações europeias, com a competição de demonstrações de conhecimento territorial. Serpa Pinto responde directamente às acusações, notando que os traficantes que usavam nomes portugueses nada tinham de português – ou porque tinham deixado de o ser, ou porque nunca sequer o tinham sido, como o famoso José Alves encontrado por Cameron (Serpa Pinto 1891, II).

De interesses convergentes, o governo e a SGL combinaram-se no apoio às expedições africanas de Serpa Pinto, Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo. Enquanto exploradores estrangeiros investigavam as nascentes do Nilo, os lagos, os rios, as cataratas, e também os relevos e caminhos, e porventura mais ainda as jazidas e outras riquezas, os portugueses investigariam as nascentes do Cubango e do Zambeze, o que houvesse de outros rios, lagos, montanhas, possibilidades de caminho, povoações, enfim, lugares, rotas e promessas de riqueza. Não por acaso, a Associação Comercial de Lisboa seguia de perto as expedições; e a Sociedade de Geografia do Porto contou desde a primeira hora com o envolvimento de associações de comerciantes. O conhecimento era passível de instrumentalização imediata para melhorar o comércio e as possibilidades de desenvolvimento de uma economia colonial.

Começara a corrida a África, antecipando a partilha que se formalizou na conferência de Berlim em 1884-5. E se a maioria dos portugueses pouco interesse tinha no assunto, mantendo pelo continente o temor que a fama insalubre gerava e a repulsa que a condição de destino de convictos e bandidos sustentava, outros havia, mais modernos, que ali viam uma promessa de riqueza e um futuro de prosperidade. Tal futuro era para eles uma justa decorrência de um passado pioneiro, em que as explorações marítimas teriam estabelecido em África as marcas, presenças, feitorias, entrepostos portugueses – muito embora tais marcas e presenças se limitassem às zonas costeiras, seguissem em larga medida as linhas do tráfico escravo, se configurassem como postos militares rodeados de zonas não controladas de comércio e mestiçagem, e, sabemo-lo hoje com mais clareza, estivessem frequentemente subordinados a interesses locais que pouco tinham em consideração o querer ou haver de Portugal. Dos portugueses que se aventuravam pelo interior, poucos ou nenhuns o faziam em representação do estado. De forma descontínua e certamente não espetacularizada, vários tinham vindo a percorrer África; na enumeração de Manuel Ferreira Ribeiro, os antecessores de Serpa Pinto incluíam nomes como os de Lacerda, Gamito, Monteiro, Silva Porto, Graça, Magyar, Brochado, etc. (Ribeiro, 1879: 809). Também existia um conhecimento à distância das coisas africanas corporificado nas colecções da Academia das Ciências e do Museu de História Natural. Estes órgãos tinham aliás

promovido os levantamentos e remessas de espécies para a metrópole, por vezes incluindo artefactos e costumes indígenas.⁴

Das explorações de Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens conhecemos a história, sobretudo a que nos narraram e que a imprensa ecoou em larga escala. Sabemos que partiram de Luanda; que se cruzaram com Stanley, encontro imortalizado em imagem e época.



Fig 2. Stanley e Serpa Pinto em África. Fotografia de época, 1877, colecção Everett, disponível em poster comercial e amplamente divulgado na internet

4 Estas iniciativas não eram sistemáticas e tinham escasso apoio do estado, que aparecia quando precisava de compilar dados para exibir em exposições internacionais (Roque, 2001; Bastos, 2004, 2007). O Museu de História Natural, em 1848, emite uma circular para os governadores das províncias ultramarinas a pedir peças e promove a expedição de Welwitsch (Almaça, 1989); em 1862 o director da secção de zoologia, Barbosa du Bocage, escreve “instruções práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter produtos zoológicos para o museu de Lisboa”, dirigida a residentes na metrópole, governadores ultramarinos, cirurgiões da armada, médicos e farmacêuticos nas colónias e colonos em geral (Delicado 2009: 110-111)

Sabemos também que reconsideraram o local da partida e a reiniciaram em Benguela, mais adequada ao propósito de encontrar as bacias hidrográficas em causa. A expedição manteve-se até ao Bié, separando-se temporariamente Serpa Pinto em demanda de carregadores. Em Belmonte, Bié, reencontraram-se e receberam a hospitalidade do sertanejo Silva Porto, há muito acomodado às terras do interior africano, assimilado ao continente, conhecedor de largos espaços e precioso informador de Serpa Pinto. Silva Porto era um singular aventureiro estabelecido no interior de Angola, com notável influência regional. O seu apoio foi fundamental para os exploradores, que o reconhecem múltiplas vezes. Serpa Pinto nota que Silva Porto é uma exceção ao costume dos sertanejos em África, que habitualmente deixavam de ser portugueses (Serpa Pinto, 1881, II:57-8). Mais tarde, quando as forças inglesas ameaçam ocupar os territórios que Portugal pretendia controlar, a SGL lamentava o risco que corre “o *quilombo* do nosso patriota Silva Porto” (SGL, 22/9/1890 – sublinhado nosso).

A partir do Bié seguiriam rotas diferentes: Capelo e Ivens mantiveram-se fieis ao plano de levantamento hidrográfico, o que implicava avanços e retornos que não os aproximariam da costa oriental de África. De facto retornariam à costa ocidental, encerrando, também com sucesso, a expedição de levantamento hidrográfico. Mas Serpa Pinto estava aparentemente mais interessado em chegar à outra costa.

Especulou-se sobre a separação dos expedicionários, falou-se de desentendimentos, mas tudo virá a ser minimizado nos relatos posteriores dos viajantes. Serpa Pinto nega repetidamente que tenham existido divergências de fundo. Não se zangaram mais que quaisquer outros homens sujeitos às privações, mosquitos, pó, febres e outras dificuldades de uma travessia como aquela. Identicamente, Capelo e Ivens negam que tenham existido conflitos; eles cingiram-se ao plano inicialmente traçado: “não se imagine que nós tínhamos o direito de divagar nos sertões, por onde quiséssemos, dirigindo o nosso itinerário para leste ou norte”, afirmam na introdução ao livro *De Benguela às Terras de Jacca* (Capelo e Ivens, 1881: XXV).

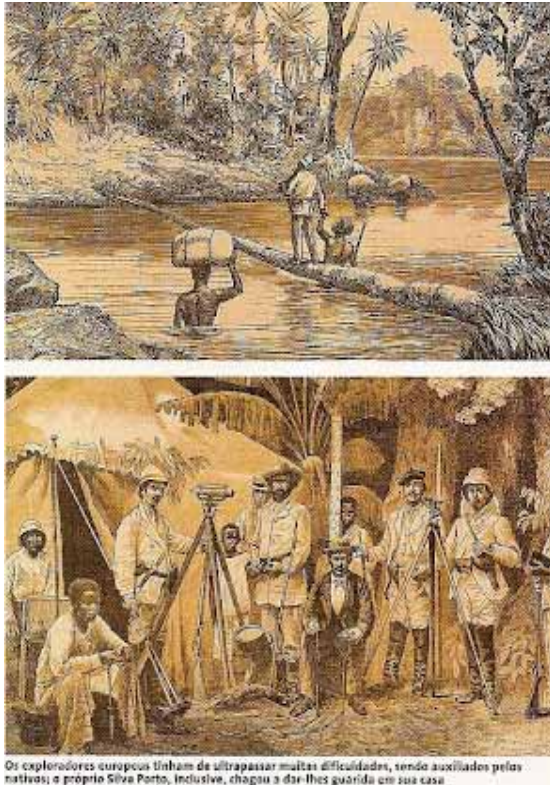


Fig 3. Exploradores com Silva Porto em Belmonte, Bié

É inegável que a tendência apressada de Serpa Pinto se opunha ao compromisso de levantamento sistemático que a missão tinha por incumbência. Ele mesmo se apresenta como tendo tido um papel menos “científico” na primeira parte da expedição, em que os levantamentos estavam a cargo de Brito Capelo. Ele, Serpa Pinto, tinha a cargo a supervisão dos carregadores: “chefe dos pretos”, nas suas palavras. Quando se separaram, Capelo reclamou o *abbas* e alguns outros instrumentos que não tinham par. Serpa Pinto ficou com alguns sextantes, e com equipamento suficiente para cartografar, medir, registrar. Mas tinha a urgência de chegar ao outro lado do continente; e nisso não estava propriamente em ruptura com o

espírito da missão, que tinha o seu quê de pesquisa-espectáculo e de exibição perante a concorrência. Nessa medida, podemos dizer que Serpa Pinto cumpriu uma variante possível da missão – chegar ao outro lado, voltar para contar, fazer o périplo das sociedades europeias -- e Capelo e Ivens cumpriram uma outra variante, a do levantamento das bacias hidrográficas. Analisando as tensões internas da Comissão de Cartografia que opunham José Julio Rodrigues e Luciano Cordeiro, H. Gabriel Mendes sugere que estavam em jogo duas missões diferentes – Capelo e Ivens teriam cumprido a que era apoiada por José Júlio Rodrigues, tal como constava das *Instruções*, e Serpa Pinto deu corpo à expedição idealizada por Luciano Cordeiro (Mendes, 1982:25).



Fig 4. Serpa Pinto e os carregadores no final da viagem (Ilustração de *Como Atravessei a África*, disponível em www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images)

De passo acelerado, usando informações de Silva Porto, de caçadores, de indígenas africanos, apoiado num conjunto de carregadores que lhe eram já íntimos – alguns deles contracenariam no palco da Trindade onde apresentou os resultados ao público lisboeta – o major Serpa Pinto consegue chegar a Pretoria em Março de 1879. De lá envia um telegrama à SGL que enche de regozijo os seus sócios.

O sr. presidente leu o telegrama que ao governo enviara o explorador e consócio sr. major Serpa Pinto, quando chegara a Pretoria. Discursou largamente sobre a travessia de África que o ousado explorador acabava de fazer, congratulando-se por termos chegado a um tempo em que podíamos ter notícias de um facto tão importante, quarenta e oito horas depois dele! Disse que a sociedade devia felicitar-se pelo sr. Serpa Pinto ter conseguido vencer as enormíssimas dificuldades que oferecem as viagens científicas do interior de África, e por os trabalhos do audacioso explorador terem levado o nome de Serpa Pinto à admiração dos séculos, ao lado de nomes ilustres dos modernos lutadores africanos, como Livingstone, Cameron, Stanley e outros. Que o cometimento do nosso intrépido e corajoso consócio havia dado à história do nosso país mais uma página brilhante e honrosa, como aquelas que descreviam as descobertas marítimas dos nossos maiores. Acrescentou que julgava interpretar por estas palavras os sentimentos da sociedade, dando um testemunho de consideração pelo explorador e de satisfação pelo feliz resultado de tão notável empreendimento (SGL, 17/3/1879)

A viagem fora atribulada, como conta com espírito nos dois volumes de *Como eu atravessei a África*. As febres impedem-no de seguir o curso do Zambeze e inflecte para Sul. É assim que, em vez de desembocar em Moçambique, chega a territórios de domínio inglês. De Pretoria segue para Durban, e de lá para Lisboa pelo Índico, Egípto e Mediterrâneo. Estava cumprida a sua missão – não chegara a terras pretensamente portuguesas da costa oriental, mas de certa maneira atravessara o continente. É aguardado em Lisboa com fervor. Há júbilo na sessão de 6 de Junho da SGL; querem esperá-lo triunfalmente, seja em escaleres no Tejo, seja na gare dos comboios, antecipando todas as modalidades de chegada a Lisboa (SGL, 6/6/1879).

Serpa Pinto chega a 9 de junho, é saudado e aclamado. Mal tem tempo de se refazer: febril ainda, debilitado da viagem e das inevitáveis febres contraídas no terreno, apresenta o seu relato da viagem numa sessão extraordinária promovida conjuntamente pela comissão permanente de geografia, órgão governamental, e pela sociedade de geografia de Lisboa. A sessão tem lugar no salão da Trindade, a 16 de Junho de 1879, e conta com a presença da família real, do corpo diplomático, dos membros do governo, académicos, cientistas, letrados, jornalistas, enfim, toda a elite informada. Com Serpa Pinto estavam também os testemunhos humanos da viagem; conforme consta nas actas,

logo que Suas Majestades tomaram os seus lugares, foram-lhes apresentados os pretos que restavam da expedição: Veríssimo, Camutombo, Catraio, Moero, Pepeca e Marianna, os quais, depois de beijar as mãos de El-Rei o senhor D. Luiz e El-Rei o senhor D. Fernando, foram sentar-se adiante do estrado destinado ao explorador. Estavam vestidos segundo o costume africano. Faltava apenas o preto Augusto, que tendo chegado doente havia sido recolhido e ainda se achava no hospital da marinha. (SGL 16/6/1879)

Serpa Pinto é aplaudido apoteoticamente e fala durante duas horas e meia; oferece à Sociedade de Geografia a bandeira que o acompanhara na viagem; é condecorado pelo Rei; disponibiliza-se para responder a questões, expõe os instrumentos que o acompanharam na viagem, os diários, desenhos, cartas.

A 25 do mesmo mês a apresentação é prolongada na Sociedade de Geografia. Aí discute com mais pormenor os seus achados relativos à hidrografia e orografia entre o Quillengue e o Zambeze; conseguira reconhecer que o rio Cubango desagua no Ngami, e que este lado tem uma ligação com o Macaricari. Sobrevivera, medira, observara, mapeara, estava ali para contar a história, contava-a, passava conhecimento, instrumentos, livros de registo, desenhos, anotações, mapas, mesmo que ainda em esboço, disponibilizava-os para correcções e melhoria.

Escassos são os dias que Serpa Pinto passa em Portugal. Ainda na sessão da SGL, comunica aos sócios que “por indicação do governo, partiria brevemente para o estrangeiro” (SGL, 25/6/1879). Segue para Inglaterra e França, onde continua as apresentações e relatos, visando mostrar, em palcos internacionais, e precisamente junto da concorrência, que estavam trilhados certos caminhos, que estavam abertas novas vias de conhecimento, e que ali estava a marca portuguesa. Alguns portugueses ofenderam-se com o despropósito de tão pouco tempo em Portugal e tanta passeata internacional, não realizando que o espectáculo tinha uma audiência externa que politicamente era crucial. Mas Serpa Pinto parecia perceber a importância simbólica que revestia a sua missão, mesmo que a apresentasse com a devida modéstia.

O seu livro, que propõe chamar-se “A Carabina d’El Rey”, mas que o editor transforma em “Como eu Atravessei a África”, é aliás publicado em Inglaterra. Sai em dois volumes, incluindo um texto extra, “A Família Coillard”. Nas suas palavras, seria muito complexa a edição proposta, cheia de imagens e quadros; são os editores ingleses *Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington* que acolhem o projecto. A tipografia londrina teve de fundir tipos novos para corresponder aos sinais gráficos do português. A edição é magnífica, os ilustradores excedem-se na criação de gravuras a partir dos seus esboços. Nos agradecimentos está uma cronologia dos seus apoios: a Comissão Central de Geografia, do governo, com Andrade Corvo, Bernardino Antonio Gomes, Marquês de Souza-Holstein, António Augusto Teixeira de Vasconcellos, Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro, Barbosa du Bocage, Conde de Ficalho, Carlos Testa, Pereira da Silva, Jorge Figaniere, e Francisco da Costa e Silva; a Sociedade de Geografia de Lisboa, de novo Barbosa du Bocage e Luciano Cordeiro, e ainda o Visconde de S. Januário e Rodrigo Pequito. Junta-se o agradecimento aos jornalistas, diplomatas, membros do governo, governadores de Cabo Verde e de Angola; um agradecimento especial ao “nome que n’esse tempo echoava por todas as partes do mundo, e assombrava com as suas façanhas o orbe inteiro: Henrique Moreland Stanley (...) o grande explorador, o ousado viajante, que acabava de fazer a mais prodigiosa viagem dos tempos modernos”; amigo, conselheiro e mestre de Serpa Pinto, nas palavras deste. Do interior de África refere Pereira de Mello, Silva Porto,

Antonio Ferreira Marques, o Tenente Serafim, o farmacêutico Monteiro, Vieira da Silva, Santos Reis, o Tenente Rosa de Quilengues, o dr Bradshaw, a família Coillard, o rei Shoshong Kama e Mme. Taylor. Agradece a Tomás Ribeiro ter enviado reforços de resgate de Moçambique para o interior. A um ror de nomes agradece o apoio em Pretoria -- “primeira terra do mundo civilisado que encontro depois de Benguella” – e nos restantes trechos do caminho de regresso, que incluiu Durban, Lourenço Marques, Zanzibar, Cairo, Alexandria. Em Lisboa agradece ao governo e à Sociedade de Geografia, que “tudo por mim fez”, e ainda à Associação Comercial de Lisboa e do Porto, às Associações Portuguesas no Brasil, aos Soberanos estrangeiros (a Dom Luiz já dedicara o livro); ao monarca belga reserva palavras especiais de apreço: “Illustrado e sabio Rei Leopoldo (...) grande impulsor do movimento geographico Africano moderno”. Finalmente agradece aos muitos que animavam as Sociedades de Geografia de França, da Bélgica e de Inglaterra. Os agradecimentos datam de Dezembro de 1880, em Londres, e o livro vem a público em 1881. É apresentado pelo próprio na Sociedade de Geografia, e o primeiro exemplar saído da gráfica é oferecido à SGL (SGL, 9/5/1881).⁵

Enquanto o livro sai e não sai, várias são as vozes que acolhem, aplaudem ou criticam Serpa Pinto. A que nos parece mais curiosa e digna de assinalar para os propósitos desta análise é a crítica de Manuel Ferreira Ribeiro, sócio da SGL. Ferreira Ribeiro dá-se ao trabalho de compilar, num volume de cerca de 900 páginas que faz sair em edição de autor, todas as súmulas, transcrições estenográficas, notícias de jornal e comentários às conferências de Serpa Pinto (Ribeiro 1879). Três nomes se destacam em análises críticas: o próprio Ferreira Ribeiro, que se distancia do estilo de travessias espectaculares como forma de desenvolver o conhecimento científico necessário ao projecto colonial e, como veremos, propõe o desenvolvimento de estudos científicos de aclimação; Carlos Mello, um outro sócio da SGL; e Jorge Mendonça, desde a primeira hora visto como um pseudónimo.⁶

5 Curiosamente, o exemplar actualmente existente na biblioteca da SGL foi adquirido num leilão, donde se deduz que a cópia oferecida por Serpa Pinto tomou um outro caminho que o das estantes da biblioteca e teve de ser substituída.

6 Procurando na sociedade de geografia encontrámos apenas um Jorge Mendonça autor da versão portuguesa do livro de Stanley “Em terras de escravidão”.

Nem todos se deslumbravam com a aura de herói de Serpa Pinto; nem todos se vergavam perante os seus feitos; nem todos comungavam da excitação geral que atingia alguns círculos intelectuais e arrastava o poder político para uma aposta em África como modo de revitalizar o dever de uma nação que todos reconheciam já ter sido grandiosa e viver agora os dias da decadência. De onde vinham as críticas? Em alguns casos, do simples conservadorismo e desinteresse por África. Mas para outros, como era o caso de Ferreira Ribeiro, o problema era de incorrecta calibragem de informação e conhecimento. As notas de viagem, os mapas, as palestras e os livros de Serpa Pinto eram, para Ribeiro, insuficientes, errados ou inadequados. Urgia promover um conhecimento rigoroso, capaz de dar os elementos necessários para a colonização apropriada do continente africano por europeus.

Como se calcula, a relativa relutância de Ferreira Ribeiro pelo estilo de conhecimento-espectáculo de Serpa Pinto tinha como contrapartida a sua maior apreciações por Capelo e Ivens. Estes não tinham trocado o objectivo científico da missão por uma mostra espectacular de atravessamentos continentais. Como já citámos, estavam comprometidos a conhecer as bacias hidrográficas. Curiosamente, na segunda missão, em que tinham por objectivo cartografar Angola, vêm precisamente a fazer uma viagem espectáculo – De Angola à Contracosta.

3. Manuel Ferreira Ribeiro, crítico e teórico da aclimação e colonização

Manuel Ferreira Ribeiro estava convicto de que o futuro de Portugal passava pela colonização de África. A sua liderança no jornal *As colónias portuguesas* é prova as suas convicções. As suas intervenções nas reuniões da Sociedade de Geografia, os seus escritos e análises, igualmente o provam. Sabia que os direitos simbólicos de Portugal sobre África eram frágeis perante a concorrência europeia. Havia que mobilizar as práticas científicas – e para ele, essa não eram apenas a promoção de expedições aos lugares, mas também a promoção do conhecimento rigoroso sobre quem deveria ser envolvido na colonização. Era imperativo conhecer bem os recursos e características do território, clima, orografia, geologia, vegetação, fauna, grupos étnicos, como mandavam os princípios da geografia;

mas era igualmente imperioso promover o conhecimento sobre as adaptações a fazer pelos implicados na colonização: os colonos.

Ferreira Ribeiro era tão apaixonadamente colonialista e africanista e tão convicto do que deveria ser feito para uma boa colonização que não se satisfazia com o conhecimento produzido por Serpa Pinto. Para o criticar foi ao mais ínfimo detalhe das evidências. Mostrou que alguns rios não eram exactamente como Serpa Pinto os indicava; que tinham outro nome; que já eram conhecidos previamente. Comparou mapas, relatos, reconstituições. Para ele, os conhecimentos que Serpa Pinto pusera a circular estavam muito longe de colmatar as lacunas e de servir de base ao que acreditava ser necessário, que era uma colonização científica, ordenada, orquestrada. Ferreira Ribeiro envolve-se ainda em polémicas sobre o estabelecimento de uma companhia agrícola e comercial na província de Angola, notando que tal proposta visava fazendas agrícolas, não propriamente colónias agrícolas, e elabora longamente sobre o que devem ser colónias em África, fazendo por escrito uma proposta que assina e deixa em acta:

A companhia de exploração agrícola e comercial em Angola propõe-se antes fundar e administrar fazendas agrícolas, para as quais contrata trabalhadores, do que organizar e fundar colónias agrícolas, povoando-as de colonos levados de Portugal ou de qualquer outro país; e a sociedade de geografia de Lisboa, no intuito de concorrer para que as nossas terras de África percam a fama de insalubridade que tão fatal lhes está sendo, chama a atenção do autor do projecto para a imperiosa necessidade de se procurar por todos os meios possíveis a conservação da vida dos trabalhadores, regulando as horas de trabalho segundo as localidades forem ou não palustres, providenciando para que não faltem alimentos aos inválidos, protegendo aqueles que precisarem de se retirar para o seu país natal, e não permitindo em caso nenhum que os doentes sejam tratados por curandeiros, enfermeiros sem pratica, ou qualquer empregado às ordens da companhia e promover colónias. Assinado, Manuel Ferreira Ribeiro (SGL 17/3/1879)

Manuel Ferreira Ribeiro não era propriamente um teórico de gabinete nem apenas um temperamento difícil com o gosto de contrariar consensos.

Tinha conhecimento empírico de África e muita experiência no campo específico da sobrevivência dos europeus em climas africanos. Fora chefe dos serviços de saúde de São Tomé entre 1871 e 1877. Conhecia também Angola em profundidade, tendo integrado em 1877 a missão de estudos para o caminho-de-ferro em Ambaca; a sua meta – cumprida – tinha sido evitar que qualquer um dos seus colegas sucumbisse às febres palustres (Pina, 1959:13; Cantinho, 2008; Bastos, 2011).

Tinha, portanto, um saber de experiências africanas feito – e aí assentava a sua autoridade para formular, criticar e recomendar. A sua atitude, porém, não era muito cordial: ao questionar Serpa Pinto num tempo em que este era aclamado, Ferreira Ribeiro, mesmo apoiado em factos, surge como um contra-herói a quem a história não vai dar lugar de grande destaque (Bastos, 2011).

Olhemos com mais pormenor para o seu pensamento, que tem como nexos centrais o problema da aclimação – que prefere designar por *aclimação*. Em Junho de 1887 tenta influenciar a Sociedade de Geografia a promover estudos de aclimação. Apresenta-se como “chefe da secção de aclimação, material e estatística medica” do Ministério da Marinha e Ultramar; assim diz no frontispício do seu livro “Regras e Preceitos de Higiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar” (Ribeiro 1890b). É pela aclimação que tudo passa: só se pode dominar o continente africano se se conceber um modo científico de lá instalar os colonos europeus; para o fazer há que saber tudo sobre o clima e demais elementos geográficos, mas há que saber também tudo sobre o corpo humano, suas funções e elementos, sua flexibilidade e capacidade de se ajustar a climas diferentes. Mais ainda, há que desenvolver todo um conjunto de recomendações específicas que incluem os preceitos e normas relativos ao vestuário, à alimentação, aos horários de trabalho, à habitação, à limpeza e higiene da casa e do corpo.

Era nessa frente que, para Manuel Ferreira Ribeiro, se jogava a batalha de África, isto é, a afirmação de Portugal perante os seus concorrentes europeus no domínio do continente. Havia que educar e sensibilizar os colonos para que, simplesmente, não sucumbissem às dificuldades de África. Havia que ensiná-los sobre as regras da higiene colonial; e para o fazer, havia que desenvolver esse conhecimento em termos científicos.

Este ponto merece realce: para Manuel Ferreira Ribeiro, a colonização não é um projecto abstracto de dominação política, ou um acto militar de conquista, ou mesmo um acto geográfico de reconhecimento. É um acto amplo de deslocamento de população, é enviar contingentes de migrantes – colonos – para lugares distantes, é ocupá-los, cultivá-los, habitá-los. Essa é a colonização de Ferreira Ribeiro. Não é incompatível com as bravatas dos exploradores, muito pelo contrário, precisa delas, mas precisa de um tipo de explorações que tenham como objectivo o levantamento preciso do terreno, a construção de conhecimento instrumental para a formação de colónias, e não as habituais demonstrações de bravura.

Colónias: para Ferreira Ribeiro, bem como para os seus contemporâneos e discípulos, colónia não equivalia – como mais tarde – a territórios subjugados pelo poder colonial, mas a grupos de migrantes deslocados. Assim se referia a SGL à “colónia portuguesa no Hawaii”⁷, lugar que nunca foi politicamente dominado ou sequer influenciado por Portugal, mas para onde foram, em contratos de trabalho vinculado, vários milhares de ilhéus portugueses na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo se falava na “colónia portuguesa de Paris”.

Numa obra de 1912 intitulada “Ciência da Colonização”, o professor Lourenço Cayolla, da Escola Colonial, define “colónias” como “novas sociedades que caminham para um estado perfeito de civilização, fundadas por uma nação dominadora e submetidas por ela a um regímen particular, sob a sua administração” (Cayolla, 1912). Com o século XX, a ênfase nas sociedades coloniais vai dando lugar ao ênfase político e territorial. No manual de Higiene Tropical publicado em 1929 por Rita-Martins, também professor da Escola Colonial e da Faculdade de Medicina, as colónias são enumeradas uma a uma com referência geográfica (Moçambique, Angola, etc.), sendo que os visados pelos preceitos do manual continuam a ser os colonos portugueses (Roita-Martins, 1929).

O cerne desta “ciência colonial” é portanto o sucesso da aventura de deslocamento, do replantar de corpos, da sua sobrevivência e sucesso

7 Em 1889 os socios da SGL mostravam-se preocupados com a situação da colónia portuguesa nas ilhas hawaiianas, onde havia mais de 13 mil portugueses e apenas um consul de segunda classe; propõe-se que o consulado seja elevado a primeira classe (SGL, 7/3/1889); a acta da reunião de 3 de Junho desse mesmo ano trascreve uma carta do sócio A. Marques a propósito dessa importante colónia (SGL 3/6/1889).

enquanto europeus em África – como os enclaves brancos anglófonos no Quênia e Rodésia (Kennedy, 1987), como os espaços de aclimação criados pelos colonos franceses a que não faltava a reinvenção do termalismo (Jennings, 2006), como as mais limitadas experiências portuguesas no planalto sul angolano da Huíla/Moçâmedes (Bastos, 2008, 2009). A aclimação tinha antecedentes no estudo da adaptação de espécies vegetais e animais transplantados entre lugares diferentes; assim o mostravam os jardins botânicos e zoológicos das cidades europeias, com espécies aclimatadas vindas de lugares e climas exóticos (Osborne, 1994).

Não faltaram, nos séculos XIX e XX, os “zoos humanos”, feiras de variedades de tipos físicos e costumes, trazendo à Europa as variedades humanas que lhe eram exóticas (Bancel, 2004). Nem sempre a aclimação destes resultava: mesmo no século XX, a exibição de aldeias africanas em Portugal no âmbito das exposições coloniais teve resultados desastrosos para a saúde desses africanos, muitos deles sucumbindo.

No outro lado da equação estava a adaptação dos europeus a outros climas e lugares. Como não sucumbir, degenerar, corromper-se? Mark Harrison analisa os contornos da questão nos termos do império britânico na Ásia (Harrison, 1999). Manuel Ferreira Ribeiro é quem se lhe dedica em Portugal (Ribeiro, 1877, 1889, 1890b, 1890c, 1892, 1905), vendo-a como equivalente à assimilação cultural, e explorando, como consequência para si lógica dos estudos de aclimação, também o campo da antropometria e da antropologia física (Ribeiro, 1890a). Teria alguns sucessores, entre os quais Germano Correia (Bastos, 2003) mas não fez escola teórica propriamente dita em torno das questões de aclimação. Promoveu um saber prático, fez manuais e guias para colonos, futuros colonos e administradores coloniais (Pina 1959). Tentou influenciar a política, mas teve resultados limitados no curto alcance – embora no longo prazo tenha sido o percurso do ensino colonial (Rita Martins, 1954; Pina, 1959; Cantinho, 2008; Abrantes, 2012). Os seus manuais fizeram divulgar o seu saber e terão sido usados nas frentes de administração – mais como manifestos de intenções a realizar em condições ideais que raramente ocorriam num dia a dia de imprevistos e dificuldades. Em 1892 faz publicar uma compilação das suas obras: *Diferentes publicações sobre aclimação, higiene colonial, medicina preventiva e outros trabalhos medico-coloniais* (Ribeiro, 1892), um autên-

tico guia bibliográfico sobre si mesmo e o seu impacto, permitindo saber quais das suas publicações eram distribuídas aos médicos dos serviços de saúde coloniais, quais se destinavam a públicos internacionais.

4. Em conclusão: do conhecimento espectáculo à literatura cinzenta

Nem só de viagens espectaculares se fazia o conhecimento geográfico, e mesmo as viagens espectaculares estavam sujeitas a pressões e estilos programáticos distintos, entre fazer levantamentos exaustivos, como Capelo e Ivens, ou mostrar presença, como Serpa Pinto e também, mais tarde, os próprios Capelo e Ivens. Num outro plano, sem espectáculo, com perseverança, infinito detalhe, obsessiva sistematização, temos as recomendações de Manuel Ferreira Ribeiro, para quem o que mais interessava era promover colónias vivas, aldeias, cidades, fazendas de europeus que habitassem os lugares de África. Sem espectáculo para ninguém, sem charme e sem sedução, Ferreira Ribeiro foi promovendo a difusão desse conhecimento – ou da pauta necessária para o atingir – fazendo recurso de todos os meios que podia, incluindo mandando imprimir os folhetos, manuais e guias a que alongadamente se dedicava, enquanto membro da Sociedade de Geografia, médico, militar e funcionário do governo. Teorizou a aclimação, mas poucos, ou nenhuns, o seguiram no acto de teorizar; muitos, porém, terão lido, ou ouvido, e certamente incorporado, as inúmeras rubricas dos seus manuais de bons preceitos para a saúde dos colonos – manuais difundidos nos cursos de administração e distribuídos pelos postos em cujas prateleiras se amontoava a literatura cinzenta de uma colonização idealizada.

Referências

- ABRANTES, C Susana (2012) *“Problemas” e “soluções” para a gestão de Angola: Um estudo a partir do ensino superior de administração colonial em Lisboa, 1950 – 1960*. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ (Tese de Doutoramento)
- ALEXANDRE, Valentim (2000) *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto: Afrontamento.

- ALEXANDRE, V. e Jill Dias (1998) *O Império Africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ALMAÇA, Carlos (1989) Documentos do Arquivo histórico do Museu Bocage relativos à exploração histórico-natural angolana do Dr. Frederico Welwitsch. *Arquivos do Museu Bocage*, Nova Série, I (22): 335-347
- BANCEL, Nicolas, et al (2004) *Les Zoos Humains: aux temps des exhibitions humaines*. Paris: La Decouverte.
- BASTOS, Cristiana (2003) Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia. In Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (orgs.), *Fantasma e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras. Pp. 227-253.
- BASTOS, Cristiana (2004) O Médico e o *Inhamessoro*: O relatório do goês Arthur Ignacio da Gama em Sofala, 1879. In Clara Carvalho e João de Pina Cabral , orgs. , *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais. Pp. 91-117.
- BASTOS, Cristiana (2007) Medical Hybridisms and Social Boundaries: Aspects of Portuguese Colonialism in Africa and India in the Nineteenth Century. *Journal of Southern African Studies* 33(4): 767-782
- BASTOS, Cristiana (2008) Migrants, Settlers And Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. *International Migration* 46(5): 27- 54
- BASTOS, Cristiana (2009) Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos* XV (31): 51-74 (2009)
- BASTOS, Cristiana (2011) Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização. In C. Bastos e R. Barreto, orgs., *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios* . Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Pp 25-58
- CALADO, Virginia Henriques (1994) *A construção social de um espaço de montanha : a visão da Serra da estrela de 1881 à década de 30*. Lisboa: ISCTE (tese de mestrado)
- CANTINHO PEREIRA, Manuela (2005). *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Edições Gulbenkian – FCT.

- CANTINHO, Manuela (2008) Manuel Ferreira Ribeiro e a Secção de Ciências Étnicas da Sociedade de Geografia de Lisboa: da Aclimação às Ciências Colectivas. Instituto de Investigação Científica Tropical, Blogue História Lusófona, <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13214>
- CAPELO, Hermenegildo Brito, e Roberto Ivens (1881) *De Benguela às Terras de Iacca*. Lisboa: Imprensa Nacional
- CAPELO, Hermenegildo Brito, e Roberto Ivens (1886) *De Angola à Contracosta*. Lisboa: Imprensa Nacional
- CAYOLA, Lourenço (1912) *Sciencia da Colonisação*. Lisboa: Typ Cooperativa Militar
- DELICADO, Ana (2009) *A Musealização da Ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- DUNN, Kevin (2003) *Imagining the Congo*. New York, Palgrave.
- GUIMARÃES, Angela (1982) *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARK HARRISON (1999) *CLIMATES & CONSTITUTIONS: HEALTH, race, environment and British imperialism in India, 1600-1850*. Oxford: Oxford University Press
- HOCHSCHILD, Adam (1999) *King Leopold's Ghost*. New York: Mariner.
- JEAL, Tim (2008) *Stanley: the impossible life of Africa's greatest explorer*. New Haven: Yale University Press.
- JEAL, Tim (2012) *Explorers of the Nile: The Triumph and Tragedy of a Great Victorian Adventure*. London: Faber.
- JENNINGS, Eric T (2006) *Curing the Colonizers: Hydrotherapy, Climatology, and French Colonial Spas*. Durham: Duke University Press.
- KENNEDY, Dane Keith (1987) *Islands of white : settler society and culture in Kenya and Southern Rhodesia, 1890-1939*. Durham: Duke University Press,
- MENDES, H. Gabriel (1982) *As Origens da Comissão de Cartografia e a Acção Determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco Antonio de Brito Limpo – A História Política das Explorações Africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

- NEWMAN, James (2004) *Imperial Footprints: Henry Morton Stanley's African Journeys*. Dulles, VA, Potomac books
- NEWMAN, James (2010) *Paths Without Glory: Sir Richard Francis Burton in Africa*. Dulles: Potomac books.
- OSBORNE, Michael (1994) *Nature, the exotic, and the science of French colonialism*, Bloomington : Indiana University Press
- PAKENAM, Thomas (1991) *The Scramble for Africa* . New York: Avon.
- PINA, Luis de (1959) Um pioneiro português da Medicina Antropológica Tropical (Manuel Ferreira Ribeiro, 1839.1917). Separata de *O Médico* n. 388.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1877) *Hygiene colonial compreendendo preceitos e regras gerais para se cortarem ou modificarem as doenças endémicas dos valles próximos aos rios quanza e lucalla, na província de Angola*. Lisboa: Typ. das Horas Românticas.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1879) *As Conferencias e o Itinerario do viajante de Serpa Pinto através das terras da Africa Austral nos limites das Provincias de Angola e Moçambique, Bié a Shoshong, Junho a Dezembro de 1878 – Estudo critico e documentado, contendo duas cartas geographicas*. Lisboa: Tipografia Nova Minerva
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1889) Condições Gerais da Aclimação Intertropical, *Archivos Medico-Coloniais*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, Numero-Programma, pp.10-15.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890a) Ensaio Anthropometricos, *Archivos Medico-Coloniais*, Lisboa, Tomo I, n.º 5, pp. 9-31.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890b) *Regras e Preceitos de Hygiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar* . Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890c). *Principios elementares de Hygiene Colonial, ou Maximas, sentenças, dictados e indicações praticas sobre o que mais convem fazer para se conservar a saude e para melhor se resistir em qualquer das colonias portuguesas*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1892) *Diferentes publicações de Aclimação, Hygiene Colonial, Medicina Preventiva e outros Trabalhos Medico-Coloniaes*. Lisboa: Adolpho, Modesto & C.ia, impressores.

- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1905) *Lições Práticas de Hygiene Colonial: Hygiene militar, luta contra a malaria e outras endemias; a vida de Entre-os-tropicos, seus caracteres fundamentaes*. Obra em 3 volumes. Lisboa: Typographia do Commercio.
- RITA-MARTINS, A. (1929) *Elementos de Higiene Tropical*, I e II, Lisboa, Tipografia América.
- RITA-MARTINS, A. (1954) Dr Manuel Ferreira Ribeiro, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1954, pp 1-3
- ROQUE, Ana Cristina (2001) 'Breves Noções sobre a Medicina Cafreal do Districto de Sofala' ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul oriental de África na segunda metade do séc. XIX, *Anais de História de Além-Mar* II: 211-272.
- SERPA PINTO, Alexandre A. (1881) *Como Eu Atravessei Àfrica Do Atlantico Ao Mar Indico, Viagem De Benguella Á Contra-Costa. A-Travès Regiões Desconhecidas; Determinações Geographicas E Estudos Ethnographicos Dois Volumes, Contendo 15 Mappas e Facsimiles, e 133 Gravuras Feitas Dos Desenhos Do Autor. VOLUME PRIMEIRO. Primeira Parte--A CARABINA D'EL-REI. Volume Segundo. Segunda Parte--A Familia Coillard*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington, Editores
- SGL: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, Livros de Actas.

Viagens, missões e colecções entre agendas políticas e práticas científicas

(Uma breve reflexão)

ANA CRISTINA MARTINS*

“E o nosso progresso pode medir-se melhor se compararmos os nossos antigos problemas com os novos. Se o progresso realizado tiver sido grande, então os novos problemas serão de um tipo nunca antes imaginado. Haverá problemas mais profundos e estes serão mais numerosos”
(Popper, 2009, 25)

1. Breves antecedentes

A história do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical, entrecruza-se, ao mesmo tempo que se funde, com o curso do país e dos rumos conduzidos pela política colonial abraçada por sucessivos governos, independentemente da sua ideologia e filiação partidária. Pelo menos até à instauração da democracia, a partir de quando a filosofia de actuação se transformou em profundidade, como era expectável.

Remontando à Comissão de Cartografia (1883), as páginas timbradas do seu quotidiano enraízam em questões por demais relevantes para o devir nacional, ao mesmo tempo que fixaram momentos vitais, desde o declínio monárquico, passando pela implantação republicana, envolvimento do país na 1.^a Grande Guerra, até à ditadura militar e agenda totalitarista do Estado Novo. Na verdade, desde há muito que Portugal era impelido a (re)pensar o seu vasto império, multiplicando-se as vozes, nesse sentido, de um crescente escol de individualidades gradas da política e da intelectualidade nacionais. Alguns, viram suas medidas implementadas.

* IICT-IP – Instituto de Investigação Científica Tropical
ana.martins@iict.pt

Outros, conseguiam apenas bradar ideias em periódicos e monografias, perdidos que estavam seus anteriores ascendentes pessoais e colectivos. No conjunto, souberam porém ser atendidos, ainda que menos do que o pretendido. Estruturaram, por conseguinte, imagens de uma realidade conjecturada, reiterando a urgência de renovar atitudes quanto aos territórios administrados para lá do equador, sob pena de os perderem para sempre, mergulhando-os na cupidez dos grandes impérios comerciais e industriais da Europa oitocentista. Havia, pois, que alargar e aprofundar a ocupação desses territórios, o que sucedeu ao longo do último quartel do século.

Tarefa que começava a ser entendida holisticamente, reunindo valências de diferentes áreas de actuação. Mormente científicas. A força militar era já insuficiente. Sobretudo para quem ambicionava reclamar, em definitivo, termos tão longínquos. De igual modo, já não bastava a energia política, sobre a qual assentavam planos bélicos. Os tempos eram outros, mais exigentes e competitivos. A espada era demasiado frágil para asseverar reclames contemporâneos. Retomou-se, também por isso, direcções assomadas na transição entre as centúria de XVIII e XIX, com o apoio académico a *viagens filosóficas* que recolhiam informações preciosas para o desenvolvimento das colónias e inerente afirmação da metrópole. Foram, contudo, experiências intermitentes e, na sua maioria, estéreis, ao não integrarem um projecto super estrutural (Martins, 2010). Era, pois, agora o momento de retomar o espírito subjacente, acomodando-o ao novo contexto e a renovadas precisões. Angola foi então o mote. Congregaram-se neste território campanhas militares, expedições políticas e científicas, sobressaindo o estudo fitográfico (1853 e 1861) para melhor conhecer o seu potencial agrícola. Experiência que terá permanecido quase inglória, porquanto inconsequente. Pelo menos, para os fins propostos ou pressupostos. Transcorrido mais de meio século, afirmou-se, não sem uma certa amargura, que “em Angola como nas outras colónias, *a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia.*” (Carriso, 1928, 19. Nosso itálico).

Portugal tinha de acelerar e (re)assegurar a sua presença nos territórios de além-mar. Em especial nos africanos, por serem os mais ambicionados por quem lhes reconhecia potencial quase inesgotável, assegurando o papel colonizador no intrincado xadrez político europeu. A verdade é que

os acontecimentos se precipitavam a uma velocidade expectável. Menos para políticos portugueses que persistiam em negar-lhe importância. Mas havia razões suficientes para temer o pior. A perda de geografias aclamadas portuguesas podia ser real. Tornou-se, por fim, imperioso contê-la. A iniciativa não brotou contudo do interior governamental. Pelo menos de modo oficial. Face a uma (presumida) inércia por demais imprudente, fundou-se a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) (1875). Não se podia tardar mais. O que a política não resolvera, estava a comunidade de cidadãos prestes e concretizar. Não podia ter sido mais pertinente. A política ultramarina tomou então novo rumo, de inspiração *regeneradora*. Melhor dizendo, implementou rumos já interiorizados. O primeiro passo consistiu na criação da Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG) (1876), no quadro do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. Finalidade: conhecer, de modo abrangente, as colónias, escrutinando seus solos, flora, fauna e comunidades humanas, para melhor os entender, administrar e rentabilizar. Mais. Competia-lhe organizar expedições (re)definidoras de fronteiras, para atalhar exigências de terceiros.

Os resultados não foram todavia os desejados. Pelo menos, na totalidade. Razões? Várias. A instabilidade da estratégia traçada, em primeiro lugar. Sobretudo, face à complexidade do desafio colocado. A verdade é que o país estava ainda impreparado para uma acção desta envergadura. Não carecia, é certo, de quem pensasse o país e lhe entreviesse futuro. O problema residia na mole política que não sabia, podia ou queria acompanhar o facho desenvolvimentista. Portugal foi incapaz, por conseguinte, de interiorizar, acompanhar e apoiar o programa delineado por João de Andrade Corvo (1824-1890). Programa ademais alicerçado no estudo criterioso de materiais recolhidos no terreno, passíveis de revelar as potencialidades de regiões tão longínquas. (Quase) Tudo à semelhança de iniciativas estrangeiras. (Quase) Tudo bebido em experiências aduzidas por outros agendamentos. Enquanto isso, o país enfraquecia politicamente, apresentando-se com timidez em exposições universais.

Apesar de tudo, era a primeira vez que o país cruzava, de modo expressivo, política e ciência, com vista ao seu desenvolvimento interno, enfrentando com firmeza a poderosa Inglaterra, entre demais impérios engrandecidos. Instava por isso compor um programa de investigação científica

sustido pelos melhores recursos humanos e materiais disponíveis. Mesmo que estrangeiros. Tentativa frustrada. Não por completo, é claro. Ainda assim, as críticas foram demolidoras. Antes de mais, denunciava-se a ausência de esclarecimento público sobre os objectivos e métodos adoptados. Depois, a necessidade de enraizar os interesses coloniais portugueses no âmbito da crescente voragem industrial que tragava velozmente a economia, as finanças e a sociedade europeias. Por fim, a pusilanimidade portuguesa no cenário europeu, que em nada coadjuvava as suas intenções.

Esgotado o modelo, a CCPC deu lugar a outro organismo onde a geografia (física e política) alicerçou o conhecimento humano, social e natural dos trópicos portugueses. Elo de ligação entre diferentes (mas complementares) áreas de saber, a geografia interconectou vontades políticas e curiosidades científicas. Nascia, assim, a Comissão Central de Geografia (CCG), num ano (1880) de particular fervor nacionalista, com a evocação camoniana. Torna-se, no entanto, interessante observar que, ao invés da sua predecessora, a CCG era englobada na SGL (AA.VV, 1983). Porque razão? Por desapego ou incompetência governamental? Por carência de elementos capacitados e disponíveis nas pastas ministeriais para assumirem tal desiderato? Fossem quais fossem as causas, a CCG cumpriu a sua missão, (re)definindo fronteiras ultramarinas para consolidar a posição portuguesa em África. Mais tarde, levou a cabo trabalhos de triangulação justificativos de debates acessos sobre questões metodológicas, permutando-se opiniões, conceitos e meios indispensáveis de acção, ao mesmo tempo que se equacionava (re)utilizar saberes e recursos. Tudo desenrolado num ambiente de debate salutar e proveitoso (Martins, 2010).

Apesar das concretizações aduzidas, a CCG entorpeceria. Disponibilizando especialistas necessários ao Ministério do Ultramar, a SGL não detinha meios próprios de actuação. Falha tanto mais lamentável – mas não exigível –, quando o Governo traçava e assumia o plano de Ocupação do Ultramar, estruturado por investigadores ao serviço de entidades públicas. Como mencionou mais tarde um dos esteios da política científica ultramarina, o eminente botânico de Coimbra, Luiz W. Carrisso (1886-1937), “mesmo mutilado, o Império Colonial português ainda constitue um conjunto grandioso. Não será de-certo por falta de espaço que nós deixaremos de cumprir a nossa missão histórica” (Carrisso, 1928, 19).

A palavra de ordem parecia encontrar-se justamente aqui, na ciência. Aliada à forte pressão internacional sobre o ideário colonial português, esta terá sido uma das razões ou a razão pela qual a SGL principiou a afastar-se gradualmente das teses expansionistas para enlaçar a investigação científica tropical. Dava-se, assim, início à Comissão de Cartografia (CC) (1883). Conquanto se deparasse, em permanência, com sucessivos obstáculos de ordem financeira e política, executou o Atlas Geral das Colónias baseado em missões enviadas ao terreno para o efeito. Principiando, uma vez mais (*vide supra*), por Angola. Recuperou então o Mapa Cor-de-Rosa, em *De Angola à Contra Costa*. Obra fundamental numa envolvência transfronteiriça composta de bastas pretensões exógenas. Perspectivando garantir os direitos de Portugal, a CC foi reforçada por um grupo de especialistas, quadros ministeriais e demais funcionários administrativos, secundados por documentos basilares, como o Questionário para as Autoridades Administrativas, e as Instruções para o Traçado de Itinerários.

Instava, pois, cartografar para ocupar; ocupar para explorar. Urgia sobretudo sistematizar a exploração científica e a administração política das colónias. Em nome da perpetuidade do ideário imperial. Em nome da sobrevivência nacional. Compreende-se assim que a CC fosse contemplada na agenda da 1.^a República, apesar de (aparentemente) dissonante do seu ideário. Transmudou-se então em órgão consultivo da 6.^a Repartição da Secretaria das Colónias. Condição ratificada pelo governo sidoniano, até que a reforma do Ministério das Colónias (MC) (1919) a transitou para a Direcção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e de Marinha. Esclarecia-se desta maneira o seu novo rumo, recentrado agora na demarcação das fronteiras coloniais.

O interesse político da investigação científica associada era assim assumido. Mormente numa conjuntura envolvente adversa ao republicanismo português. Foi, então, a SGL a coadjuvar de novo a agenda governamental. Designadamente, ao alvitrar a união entre ciência, economia, administração e política colonial. Indicação concretizável com uma Comissão Especial de Estudo dos Problemas Coloniais, decomposta em subcomissões científicas. A reestruturação da administração central ultramarina, de 1920, inscreveu porém a CC na repartição dos Estudos Geográficos (EG), da Direcção Técnica do Fomento, pertencente à Direcção-geral dos

Serviços Centrais da Secretaria do MC, mantendo no entanto a constituição e atribuições anteriores (1893 e 1902), acrescidas (1924) dos recursos dos EG e diferentes saberes universitários.

Compreende-se, pois, que a classe política decidisse discutir, ponderar e conceber, de modo mais consistente, a investigação científica nas colônias, enquanto elemento indissociável do desenvolvimento e afirmação do país. Os cientistas não foram alheios a este processo. Ao contrário. Reflectiram de modo amplo sobre o assunto, apresentando e defendendo suas posições em palestras, opúsculos e entrevistas, censurando a letargia governamental na área. Entre os mais incisivos e preparados, encontrava-se o geólogo de Coimbra, Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955). Reprovava, em particular, a ignorância administrativa quanto aos recursos humanos e materiais existentes nas universidades, essenciais aos trabalhos traçados. Por sua parte, o veterinário Cristiano Sheppard Cruz (1892-1951) insistia em transmutar-se a ciência experimental em ciência de aplicação orientada pela política colonial, não obstante os óbices indicados por L. W. Carrisso, entre os quais a notória falta de meios, mesmo nos círculos universitários, ainda deficitários em conhecimentos tropicais (Martins, 2011). Redobram-se, pois, as esperanças de quem, convicto de que a ciência era primordial à afirmação interna e seu desenvolvimento económico e cultural, se empenhou com perseverança, conduzindo as suas disciplinas a parâmetros de excelência internacional, mesmo em contextos desfavoráveis.

Entretanto, a pressão internacional exercida sobre o país exigiu novos olhares sobre as possessões ultramarinas, em particular perante a voracidade económica do pós-guerra e do *crash* norte-americano. África podia ser, então, a solução, transformando-se em palco favorecido de concorrências ocidentais, nomeadamente ao recuperarem-se, de modo mais firme, sofreguidões sobre colônias africanas portuguesas. Mais do que nunca, havia consciência de que não bastava ocupar. Mais do que ocupar, urgia desenvolver os territórios colonizados, promovendo o seu crescimento económico, financeiro e cultural, rentabilizando, em simultâneo, os seus recursos naturais. Interiorizada a premência do assunto e do momento, multiplicaram-se iniciativas privadas e públicas para valorizar a presença portuguesa nesses territórios e justificar o respectivo programa colonial (Martins, 2011). Por isso também se organizaram congressos e exposições

coloniais, porque, “em matéria de investigação científica colonial estamos numa fase de grande atrazo, senão de decadência.” (Carrisso, 1934, 21).

Desbravava-se, pois, caminho a um organismo estatal sintonizado com directores de instituições científicas continentais, destinado a coordenar trabalhos de observação e recolha de *material científico* para ulterior estudo e publicação em *bases metropolitanas* (Carrisso, 1934, 21). Beneficiavam a ciência, as colónias e a metrópole, objectivando renovar a imagem de Portugal no adverso cenário internacional. Coube, então, ao *Estado Novo* remodelar a administração ultramarina (1936), criando a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC) (1936) para continuar a delimitação de fronteiras, sistematizando em concomitância o conhecimento científico das colónias para melhor as valorizar, liquidarem passivos à metrópole e autonomizarem-se financeira e economicamente (Martins, 2010).

Estavam lançadas as bases do *Plano de ocupação científica do Ultramar* (1941), apresentado pelo seu Presidente e antigo Ministro das Colónias, o geólogo José Bacelar Bebiano (1894-1967), visando estreitar ciência e agenda política, intensificando *trabalhos de ocupação científica*. Já com Marcelo Caetano (1906-1980) à frente do MC, a JMGIC foi reformulada em 1945, substanciando-se, científica e tecnicamente, o processo colonizador, incentivando os diferentes ramos do saber a concorrer para o crescimento económico do Império. Franqueou-se então a trabalhos de excelência internacional, numa tentativa de enlaçar a ciência holística, desinteressada mas não alheia por completo aos ideários que a nutriam. Fundou centros de estudo e laboratórios; compôs missões e brigadas; criou (1955) Institutos de Investigação Científica de Angola e de Moçambique; corporalizou o Museu de Etnologia do Ultramar.

Tudo harmonizado com a descentralização administrativa lobrigada na Lei Orgânica do Ultramar (e já não das Colónias ou do Império) Português (1953). Até se legislar a última reforma da JMGIU (1973), alicerçada na precisão de aprofundar a interdisciplinaridade e a cooperação internacional, regrando-se por dominantes bússolas científicas mundiais. A (então já) Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) absorveu o Arquivo Histórico Ultramarino, o Jardim e Museu Agrícola Colonial e o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, agrupando assim a investigação em

ciências da terra, biológicas e humanas. O 25 de Abril ditou-lhe no entanto outro destino, relevando a cooperação científica e técnica com as antigas colónias, ao integrá-la (1978) no Ministério da Educação e Investigação Científica. Extinta, por fim, em 1979, a JICU deu lugar ao Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, ampliando-lhe deste modo as geografias de actuação, reiteradas em 1983, com a nova fase do (então já) Instituto de Investigação Científica Tropical.

2. A história da ciência nos trópicos

Os parágrafos anteriores justificam sobretudo que a instituição legatária de todo o passado descrito constitua fonte incontornável para a História de Portugal, nas suas múltiplas vertentes. Desde logo, quanto às agendas coloniais assumidas por sucessivos regimes políticos. De igual modo, em relação à ciência e à tecnologia desenvolvidas no país desde finais de oitocentos. Acima de tudo, no que respeita às ligações mantidas entre política e produção científica.

Estes quase 130 anos de actuação do IICT, enquanto organismo herdeiro dos demais enunciados até ao momento, traduzem-se, ao mesmo tempo que se consubstanciam, em inúmeros exemplares de variadíssimas categorias e tipologias patrimoniais, independentemente do respectivo suporte. Com efeito, as colecções científicas resultantes de recolhas efectuadas ao longo dos anos por campanhas inscritas em missões organizadas por nomes destacados das várias áreas de investigação nacional, tanto naturais, como humanas, devem ser analisadas conjuntamente a um amplo leque de outras fontes primárias e secundárias, sem as quais ficariam estéreis ou coarctadas no seu sentido e valência científica.

Entre os bastos testemunhos, realçamos a correspondência permutada entre colaboradores das missões e organismos tutelares dos seus trabalhos; cadernos de campo e de apontamentos; mapas; imagens fixas e em movimento; equipamento científico, fotográfico e filmico; documentos gráficos respeitantes a diferentes eventos, como exposições coloniais; bibliografia decorrente de análises de campo e de gabinete; etc., etc.. São elementos quase inesgotáveis para, de par com demais fontes existentes noutras instituições e acervos pessoais, tentar reconstituir parcelas basilares do curso

histórico português, avaliado macroscopicamente a partir de contextos mais alargados, mormente europeus.

Importando ao entendimento de contornos específicos da política colonial portuguesa, este vasto repositório documental torna-se fundamental aos estudiosos da política científica nacional conduzida entre o declínio monárquico e a afirmação democrática. Ignorá-lo, seria desconhecer parte inextricável do ser, saber, estar e fazer no país ao longo de mais de uma centúria. Desconhecê-lo, seria censurar a história portuguesa. Mais. Quando nos referimos a esta visão mais abrangente, incluímos assuntos aparentemente tão desconectados dela, quanto os de género, por ser um dos campos mais recentes da historiografia interna, na esteira do muito produzido além-fronteiras desde há meio século a esta parte.

Rasgam-se, assim, *novos rumos* historiográficos, firmados através de abordagens interdisciplinares, reunindo valências de diferentes disciplinas, mesmo daquelas que poderiam ser mais inusuais num quadro tradicionalmente dominado por cultores históricos. Mas apenas para os mais desatentos. Há muito que os meios inovadores de produção historiográfica apreenderam a urgência de estender o seu campo de actuação, sob pena de se confinar a olhares espartilhados e amarrados a estereótipos por demais desusados, atendendo, sobretudo, ao evoluir do mundo ocidental, de repercussões mundiais.

De par com leituras de género, a história e filosofia da ciência e da técnica metamorfoseou-se num território privilegiado de actuação, agregando um número crescente de investigadores que nele entrevêem uma oportunidade quase única de se dedicarem, em exclusivo, aos estudos históricos. Em particular, num momento em que os financiamentos para outras áreas mais exigentes têm mitigado, nalguns casos de forma drástica. Privilegiando projectos mais centrados nos arquivos, em detrimento de outros necessitados de trabalhos laboratoriais, os responsáveis pela sua viabilidade financeira têm forçado a entendimentos renovadores quanto aos caminhos a prosseguir em matéria historiográfica. A começar pelos temas; a principiar pelos objectos de estudo; a iniciar pelas análises transversais. Neste sentido, a historiografia científica e técnica tem sido crucial ao agrupar valências aportadas pelas disciplinas directa e indirectamente envolvidas na reconstituição de páginas que compõem o passado de cada ciência abraçada na

actualidade por seus prosectores. Mais do que isso, o cruzamento de conhecimentos enriquece o olhar sobre as fontes, divisando-lhes pormenores quantas vezes indispensáveis ao entendimento mais próximo da realidade observada, abrindo *novos rumos* a uma investigação que se pretende profundamente interligada no seus saberes e contextos.

Neste sentido, o IICT ocupa um lugar de eleição, ao incorporar, nos seus arquivos e colecções, materiais passíveis de recompor o seu próprio quotidiano, desvendando as permanentes interligações a outros organismos, personalidades e agendas. Escrutinar a história desta instituição significa, pois, um aproximar mais célere à totalidade do curso nacional. Distingue-se, porém, das demais pela área geográfica de estudo: as antigas possessões ultramarinas, num primeiro momento, e as regiões tropicais, numa fase mais recente. Esta é a sua especificidade principal. Esta é a sua maior valência. Este é o seu maior atractivo. Fascinante, para quem se dedica à história e filosofia da ciência e da técnica. Cativante para todos quantos buscam a substância, a forma e a(s) (in)consequência(s) da produção científica organizada de acordo com diferentes agendamentos. Exigente, ao inscrever-se numa particularidade do historial científico, técnico, político, económico, social e cultural do país. Ainda mais rigoroso, ao detalhar singularidades da investigação geral produzida em Portugal.

Nada, contudo, surpreendente para historiadores da ciência, de um modo geral, e dos mais atentos à colonial, em exclusivo. Apartados que se encontram já cronologicamente de episódios mais tormentosos da agenda colonialista, de um modo genérico, os cultores estrangeiros da histórica da ciência e da técnica têm dado à estampa títulos assaz ponderosos e estimulantes de novos trilhos a calcorrear neste quadro historiográfico. Nomeadamente ao firmarem pontes com os contextos em que se inserem; ao recuperarem protagonistas ensombrados por diferentes razões e actores; ao esclarecerem aspectos e ao anotarem redirecções analíticas. Entrecruzando presumíveis minudências aparentemente desconectadas, este exercício incessante e crescente tem reaproximado ciências humanas e naturais, investigando em uníssono para clarificar questões menos óbvias ou intrigantes. Aspecto tanto mais importante, quando a vida é composta, justamente, de olhares, decisões e feitos entrelaçados, espelhando uma simbiose inata, como natural é o nosso quotidiano.

Procedimentos enquadráveis na própria história da historiografia científica e técnica, nela encontrando muitos dos impulsores primaciais de estudos congêneres. Nada mais evidente ao relembramos o ascendente neste campo de nomes, como os do filósofo austríaco, naturalizado britânico, Karl R. Popper (1902-1994), e do físico norte-americano Thomas S. Kuhn (1922-1996) (McGrew *et alia.*, 2009).

Influindo de modo inquestionável o pensamento científico do século XX, ambos marcaram profundamente o olhar sobre a ciência e a técnica, apelando a um exercício de contextualização dos factos para melhor os entender, enquanto existências ou (quase) inexistências. Racionalista crítico e opositor incisivo do empirismo clássico, K. Popper defendia o carácter conjectural e provisório da teoria científica, analisando a ciência como uma sucessão de conjecturas refutáveis. Debruçando-se, especificamente, sobre a história da ciência, Th. Kuhn entendia a produção científica como racional e controlada, embora interpretada de acordo com os sucessivos contextos distinguíveis por especificidades próprias, reunindo, assim, numa única visão, as perspectivas formalista e historicista.

Estava, assim, aberto o caminho à interpretação histórico-sociológica da ciência e da técnica. Sobrepujou-se desde então a exclusividade do olhar internalista, para abraçar, em concomitância, o externalista, conferindo maior relevância a factores entendidos maioritariamente subjectivos, mas determinantes da investigação científica e sua visibilidade, num diálogo (mesmo que abafado) permanente entre o que lhe é intrínseco e extrínseco. Mais. Este novo olhar impele a uma contextualização histórica sem a qual não se apreende a generalidade dos fenómenos observados. Longe de isentar-se de condicionalismos externos, a produção científica e técnica testemunha, como tantos outros fenómenos históricos, o devir humano, os interesses, as agendas, a natureza do homem, expressos em cada momento e em cada lugar, envoltos em teorias e paradigmas assumidos, revistos e substituídos. num processo contínuo de demonstrações e refutações, interpretando as realidades envolventes à luz de axiomas vigentes.

Neste sentido, historiar as múltiplas (ambi)valências do IICT exige recorrer a tais conceptualismos, perscrutando para lá do imediato, visível e apresentado. Não que estes factores careçam de relevância. Ao contrário, são essenciais, considerando que acolhem o nosso olhar, suscitam a

nossa curiosidade, prendem a nossa atenção. São eles, em rigor, que nos conduzem mais além, ao encerrarem aspectos aparentemente menos lineares, incomodando-nos nas nossas interrogações. Discorrer sobre o IICT é dissertar também acerca da ciência e da técnica em Portugal entre finais de oitocentos, inícios do século XXI.

Assim sendo, um esquema operativo executável nesta área, adaptado ao IICT, dotado de um universo científico tão diverso quanto complementar, terá de considerar elementos resultantes das campanhas efectuadas no quadro das missões. Entre eles, sobressaem as fontes primárias e secundárias, delas se destacando as manuscritas, impressas, iconográficas (editados ou não, fixas e em movimento), as áudio, o equipamento científico, e os artefactos e ecofactos recolhidos no terreno, de par com testemunhos orais obtidos por técnicas e investigadores especializados no domínio da imaterialidade.

A análise aturada destes dados permite reconstituir parte expressiva dos caminhos traçados e cumpridos, avaliando êxitos e insucessos, identificando protagonistas e seus diferentes campos e níveis de actuação, até entendermos as razões da maior visibilidade de uns e da menor evidência de outros. O quê, o porquê, o para quê, o quando, o por quem, o como, o onde e a dimensão do impacte do ocorrido, são questões precisadas de escrutínio permanente, demandando, quase insaciavelmente, o (re)encontro de várias outras fontes, para que as ideias se reconstruam, reajustem e rectifiquem. Tudo, de acordo com novidades aportadas por testemunhos silentes, porém eloquentes quando confrontados com as nossas incertezas, o nosso desassossego. Para que o acerto seja mais fiável, devemos mergulhar na história da ciência e da técnica, na da política, economia, sociedade, cultura e mentalidades que a suportam nacional e internacionalmente.

Projectos desta natureza decorrem há vários anos no IICT, por mão de seus investigadores, quase todos com formação histórica. Aos poucos, porém, têm-se-lhe associado especialistas de outras áreas científicas. Por isso também se agregaram técnicos de arquivos, bibliotecas, conservação, restauro e informática, para produzir o ACTD – Arquivo Científico Tropical Digital. Destinado a disponibilizar informação relevante para a CPLP, o programa tornou-se inovador na proximidade e colaboração

estreitas entre investigadores dos saberes abrangidos pela instituição. Mais. Ele transformou-se numa ferramenta indispensável ao entendimento das várias culturas científicas, em nome da localização, identificação, estudo e visibilidade interna e externa do seu repositório científico (em unidades de investigação) e histórico (em unidades de investigação e no Arquivo Histórico Ultramarino). Sem este vasto acervo, a história de Portugal e dos países onde foi recolhido, ficaria mais árida. Por isso também as colecções são inventariadas, digitalizadas, estudadas e filiadas nos respectivos paradigmas, consolidando transversalidades de saberes e entrosando outros investigadores, especificamente da área da história e filosofia da ciência e da técnica, indagando cooperações traduzíveis em textos académicos dos vários ciclos de ensino superior, incluindo pós-doutorais, em regime de co-orientação. Enquanto isso, os investigadores do IICT continuarão a difundir os resultados obtidos no *site*, em comunicações, conferências, artigos, *posters*, cursos, *workshops* e exposições.

3. A exposição viagens e missões científicas nos trópicos. 1883-2010: do primórdio à continuação

Inaugurada a 16 de Novembro de 2010, no Palácio da Calheta (Lisboa), a exposição *Viagens e missões científicas nos trópicos. 1883-2010* (Fig. 1), prendeu a atenção de quem conhecia escassamente ou ignorava o papel desempenhado pelos organismos predecessores do IICT na política colonial e na produção de conhecimento científico. Estava, assim, alcançado o objectivo maior que presidiu à sua organização. Cientes do parco entendimento da população, em geral, acerca deste organismo basilar do curso histórico português, encarou-se esta exposição como uma oportunidade única de ultrapassar vazios de saber e (o que era mais difícil) estereótipos. Mais do que clichés, urgia ultrapassar preconceitos relativos à instituição. Com efeito, o enquadramento dos seus corpos antecessores nas sucessivas agendas coloniais adoptadas até ao 25 de Abril de 1974 determinou, em boa medida, a sua avaliação social, ultrapassado com a redirecção dos estudos, agora centrados na tropicalidade, com ênfase na CPLP. Enquanto Laboratório de Estado, ampliou geografias de actuação, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável e novas linhas de investigação. Agregaram-se novos estudiosos a projectos financiados por entidades

vocacionadas para o efeito, num quadro alargado de desenvolvimento da ciência e da técnica em Portugal.

Envolvendo a história da ciência e da técnica, o IICT mostrou-se na vanguarda da investigação no país. Pela primeira vez no historial de organismos congéneres, nacionais e internacionais, uma instituição investia no estudo da sua própria história. Progredindo de olhares circunstanciados e parcelares, entendeu-se conceber algo ilustrativo dos muitos decénios do IICT. Idealizou-se então uma exposição reveladora do seu repositório histórico e científico e correspondente importância para os diferentes ideários. Não bastava, todavia. Havia que apresentar vivências e projectos estruturantes a decorrer na actualidade. Alguns deles, retomando ou prosseguindo trabalhos de equipas anteriores, numa comprovação da sua pertinência, agora enquadrada por um novo panorama político. Mais do que isso, importava demonstrar a importância do IICT na concretização dos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM).

A preparação da exposição e do respectivo catálogo (Martins *et alia.*, 2010) metamorfoseou-se, porém. A dispersão geográfica dos antigos centros de investigação; a desatenção generalizada das disciplinas naturais pela preservação das suas colecções (entendidas, quase em exclusivo, como fontes de investigação); a exigente e exigível centralidade científica dos trabalhos; a ausência, durante muito tempo, de preocupações de conservação e restauro patrimonial na maioria das actividades realizadas; o carácter não museológico da instituição; justificaram, de algum modo, um certo desconhecimento relativo à existência, localização, identificação e estado de preservação dos testemunhos históricos e científicos presentes nas diferentes tipologias arquivísticas do IICT. Havia, pois, que obter uma imagem mais real do assunto para substanciar e especializar projectos destinados a conhecer o acervo à sua guarda, confirmando as possibilidades (quase) inesgotáveis de interdisciplinaridade, relançando a historiografia científica e tecnológica.

Recorrendo a materiais tão díspares, quanto indissociáveis, como manuscritos, imagens (Fig. 2), colecções científicas (Figs. 3-5), apetrechamento científico e técnico (mormente de registo visual e vocal) (Fig. 6) e publicações, a exposição tornou-se numa primeira grande introdução ao historial do IICT, firmando pontes entre o passado e o futuro. Por isso

também se perspectivam novas amostragens, mais afinadas no tempo e no espaço, assim como na singularidade científica de cada caso, sem olvidar a missão principal do instituto: o conhecimento prioritário das regiões tropicais e coadjuvação no cumprimento dos ODM. Abrem-se e reabrem-se desta maneira *novos rumos* para a investigação, mormente historiográfica.

Referências bibliográficas citadas no texto

- AA.VV. (1983), *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 anos de História*, Lisboa: IICT.
- CARRISSO, Luiz Wittnich (1928), *O problema colonial perante a Nação*, Coimbra. Imprensa da Universidade.
- CARRISSO, Luiz Wittnich (1934), *Função colonial das missões religiosas*, Sep. *Estudos*, Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- LOBATO, Alexandre (1983), *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 anos de história*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- LOBATO, Manuel (2008), *Da Comissão de Cartographia ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1883-1983): saber tropical: 125 anos*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, p.13-69.
- MARTINS, Ana Cristina (2010), “(Re)conhecer para ocupar. (Re)ocupar para reconhecer”, *Viagens e missões científicas nos trópicos. 1883-2010*, coord. Ana Cristina Martins e Teresa Albino, Lisboa: IICT, p. 26-33.
- MARTINS, Ana Cristina (2011), “Colher plantas. Semear ideias. Luiz W. Carrisso (1886-1937) e a *Ocupação científica das colónias portuguesas* (1934)”, *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, coord. Carlos Fiolhais, Carlota Simões e Décio Martins, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 372-389.
- MCGREW, Timothy, Alspector-Kelly, Marc e Allhoff, Franz (2009), *Philosophy of science. An historical anthology* Malden / Oxford: Willey-Balckwell.
- POPPER, Karl (2009), *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*, Lisboa: Edições 70.
- (2010), *Viagens e missões científicas nos trópicos. 1883-2010*, Coord. Ana Cristina Martins e Teresa Albino, Lisboa: IICT.

ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6

ÍNDICE

7 **Apresentação**

PARTE I

O COLONIALISMO NA ÁFRICA PORTUGUESA - PRÁTICAS POLÍTICAS

11 **Um contributo esquecido e uma escala espacial adequada: o Judaísmo na construção da Guiné do Cabo Verde no contexto do Mundo Atlântico (século XVII)**

José da Silva Horta e Peter Mark

29 **O imposto camponês e o financiamento do Estado colonial - exemplos das colónias portuguesas (1900-1939)**

Maciel Santos

107 **Fronteiras de Angola e Moçambique: passado e presente na construção do futuro**

Paula Cristina Santos

PARTE II

ESCRAVATURA, ESCRAVIDÃO E TRABALHO FORÇADO

119 **A viagem improvável. Tentativas de regresso ao continente africano de escravos das Ilhas de São Tomé e do Príncipe (Séculos XV-XVIII)**

Arlindo Manuel Caldeira

135 ***Tribunal de mucanos: slavery and freedom in Angola (17-19th centuries)***

Roquinaldo Ferreira

- 155 **Notas preliminares sobre punição de escravos em Luanda (século XIX)**
Vanessa S. Oliveira
- 177 **The “Mine of Wealth at the Doors of Loanda”:
agricultural production and gender in the Bengo**
Tracy Lopes
- 207 **Dangerous simplifications, suspicious elements and
prolonged silence: canadian protestants and the pide on the
Benguela plateau**
Frank Luce
- PARTE III**
MEDICINA E CIRCULAÇÃO DE SABERES
- 233 **Reconsidering indigenous health, medical services and
colonial rule in portuguese West Africa**
Philip J. Havik
- 267 **‘Mischief’ and ‘magic’: midwives, *curandeiras* and the health
service of São Tomé and Príncipe, 1850-1926**
Rafaela Jobbitt
- 281 **Plantas medicinais e saberes tradicionais versus ciência em
Cabo Verde e Moçambique na viragem do século XIX**
Ana Cristina Roque e Maria Manuel Torrão
- 301 **Os eixos ideológicos do poder biomédico:
o projecto de Manuel Ferreira Ribeiro**
Helena Sant’ana
- 321 **Das viagens científicas aos manuais de colonos:
a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África**
Cristiana Bastos
- 347 **Viagens, missões e colecções entre agendas políticas e
práticas científicas**
Ana Cristina Martins

O colonialismo português

– novos rumos da historiografia dos PALOP

A história do colonialismo português em África durante os séculos XIX e XX conheceu nos últimos anos um desenvolvimento importante. Desenvolveram-se novas linhas de investigação e publicou-se um conjunto considerável de documentos e obras.

Neste novo contexto, os mais recentes debates centraram-se em torno de temáticas tão diversificadas quanto a escravatura e o trabalho forçado, as resistências africanas ao domínio colonial, a biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos, os saberes e as práticas tradicionais ou a experiência da ciência europeia em África.

Os textos aqui reunidos testemunham algumas das novas perspectivas e, ao mesmo tempo, uma abordagem mais global e transversal dos diferentes temas tratados.

ISBN 978-989-755-017-1



9 789897 550171



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

